

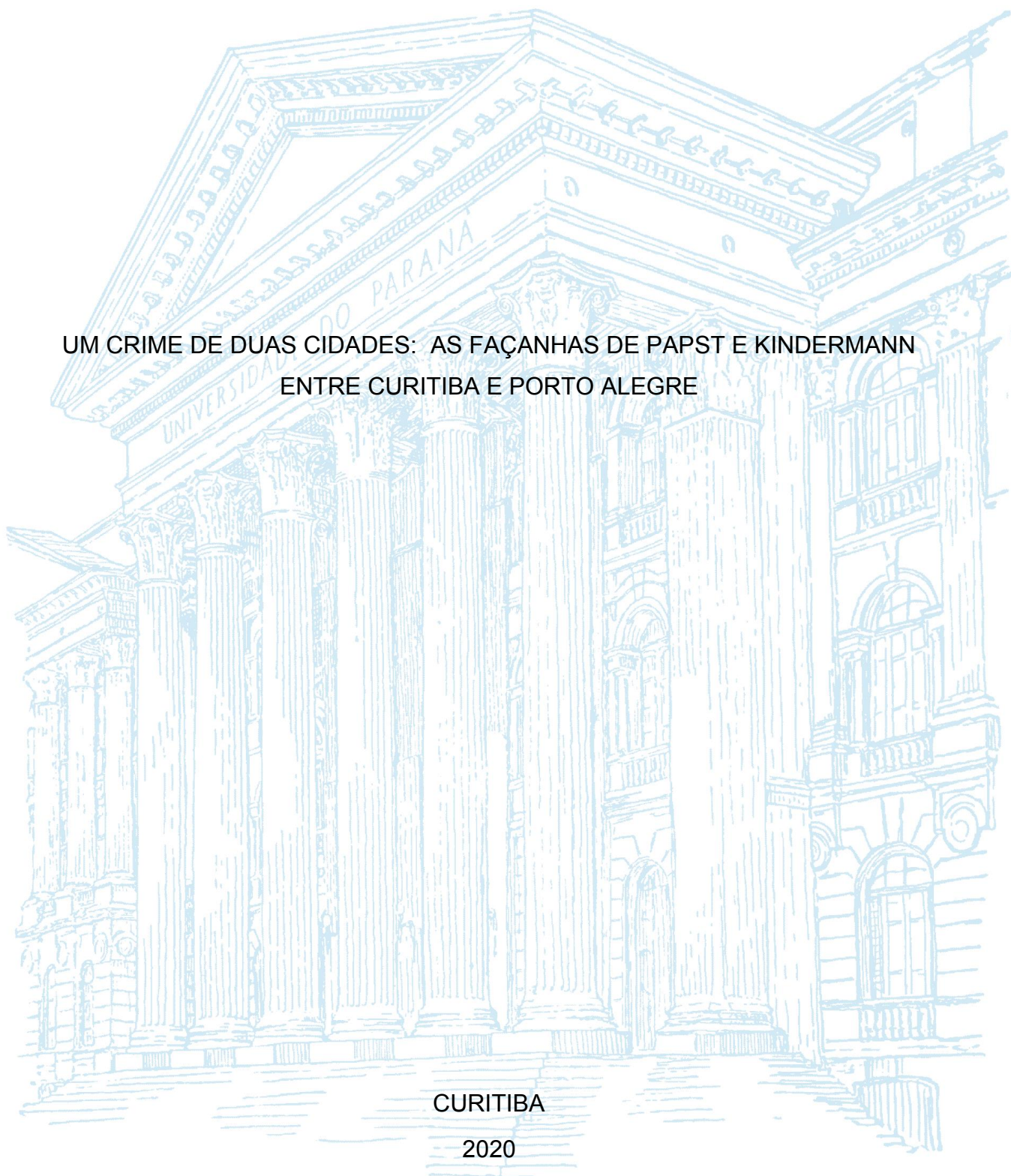
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AMANDA CORRÊA TORTATO

UM CRIME DE DUAS CIDADES: AS FAÇANHAS DE PAPST E KINDERMANN
ENTRE CURITIBA E PORTO ALEGRE

CURITIBA

2020



AMANDA CORRÊA TORTATO

UM CRIME DE DUAS CIDADES: AS FAÇANHAS DE PAPST E KINDERMANN
ENTRE CURITIBA E PORTO ALEGRE

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em História, no curso de
Pós-Graduação em História, Setor de Ciências
Humanas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Mendes Gruner

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Tortato, Amanda Corrêa

Um crime de duas cidades : as façanhas de Papst e Kindermann entre Curitiba e Porto Alegre. / Amanda Corrêa Tortato. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Clóvis Mendes Gruner

1. Segurança pública – História. 2. Grandes crimes - Brasil. 3. Criminosos.
4. Motins nas prisões. I. Gruner, Clóvis, 1971-. II. Título.

CDD – 363.1098162



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **AMANDA CORRÊA TORTATO** intitulada: **Um crime de duas cidades: as façanhas de Papst e Kindermann entre Curitiba e Porto Alegre**, sob orientação do Prof. Dr. **CLÓVIS MENDES GRUNER**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 16 de Setembro de 2020.

Assinatura Eletrônica

17/09/2020 09:09:26.0

CLÓVIS MENDES GRUNER

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

17/09/2020 08:54:12.0

LUÍS FERNANDO LOPES PEREIRA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

17/09/2020 10:51:41.0

LUIZ CARLOS SEREZA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ)

Rua General Carneiro, 460, Ed.D.Pedro I, 7º andar, sala 716 - Campus Reitoria - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5086 - E-mail: cpghis@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 53012

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 53012

À memória do meu avô, Antônio Tortato, que
adoraria as aventuras de Papst e Kindermann.

AGRADECIMENTOS

As pessoas gentis que me receberam nos arquivos e nos sebos de Curitiba e Porto Alegre, inclusive folheando, junto a mim, páginas e mais páginas de fontes empoeiradas. Pessoas que, além de solícitas, se empolgaram com as “façanhas” de meus personagens, deixando a pesquisa nos acervos sempre mais prazerosa. A esses arquivistas e livreiros, meus mais sinceros agradecimentos.

A UFPR que, sem eu perceber, mudaria os rumos da minha vida, em 2009, quando decidi cursar “História, Memória e Imagem”. A escolha de me iniciar na vida acadêmica, no entanto, foi recente, e não teria a mesma graça sem a arte, a memória e as narrativas da AMENA. Rosane, você faz essa magia acontecer, conectando pessoas e abrindo as portas – e o jardim – da sua casa para festas e encontros inesquecíveis. Obrigada a você e ao Arthur.

Aos amigos e amigas da AMENA, obrigada pela parceria desses anos tão lindos. Sinto-me entusiasmada pelo porvir... Alice, você e o Vini, com os mistérios do universo, da panificação e das plantinhas, só melhoram o astral! Deise, obrigada por finais de semanas inesquecíveis, em Morretes e em Buenos Aires. Você e Gustavo tem todo o meu carinho. Falando em Morretes, Alexandre e Marcus, obrigada pela parceria naquele fim de semana mágico! Agradeço ao querido GP pela referência maravilhosa de “Um conto de duas cidades” do Charles Dickens, que inspirou o título desse trabalho. O que seria da AMENA sem o seu humor e criatividade?! Evander, que presente é você. Sua competência e inteligência me inspiram a ser cada vez melhor.

Maria Elisa, esse mestrado significa, dentre tantas coisas, você. Obrigada por inundar meus dias com a sua risada; sua sensibilidade; sua inteligência, suas brasilidades... Que sigamos juntas, nos reinventando, sonhando, aprendendo, trabalhando e vibrando juntas. Você torna o mundo um lugar melhor de se viver!

As pessoas queridas que a História do Direito e os eventos do IBDHD colocaram na minha vida, mas especialmente ao Otávio, que assim como eu, acredita que o crime compensa (academicamente!!). Obrigada por tantas trocas! E Laís, que foi amor à primeira vista... Minha parceira de protestos, de conversas leves, e das profundas, de

rolês em São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Que delícia é dividir as alegrias e dissabores da vida contigo!

Ao meu orientador Clóvis Gruner, quem me iluminou um caminho de pesquisa e acreditou no meu projeto. Agradeço a leveza com que conduziu essa orientação, me dando toda a liberdade de escrita, mas ao mesmo tempo fazendo intervenções precisas, que melhoraram a “dirce”. Agradeço, ainda, pela sensibilidade em entender minhas fases e flexibilizar prazos, além da prosa divertida e afiada de sempre.

Agradeço, também, aos professores Luiz Carlos Sereza e Luís Fernando Pereira, pela banca da qualificação e pela banca de defesa. Com a leitura meticulosa e sugestões de vocês dois, o trabalho ganhou novos ares. Sou eternamente grata pelo olhar generoso e atento.

Ao professor Diego Galeano, quem conheci no início de 2019 quando fui para São Paulo fazer seu curso “Crime e cultura: histórias transnacionais em quatro tempos”. Naquela ocasião, Diego me deu seu livro “Criminosos Viajantes”, que se tornou um grande referencial teórico para esse trabalho. Agradeço, ainda, pela generosidade com que conduz seus cursos, sempre se dispondo a ajudar.

Ao Rafael, que fez várias viagens para poder ficar junto. Entre Curitiba e Porto Alegre, driblamos a saudade, construímos nossa história, e agora cá estamos. Obrigada pelo apoio, pelo cuidado, pela escuta atenta, pela sabedoria e por todo o resto. A vida é muito mais especial ao seu lado.

Aos amigos de sempre, o amor de sempre. O correr da vida embrulha tudo, mas o que ela quer da gente vocês me dão!

Por fim, quero agradecer a minha família, especialmente meus pais, pelo apoio e amor incondicional. Essa dissertação de mestrado, na realidade, é de vocês!

*Mas eu não estou interessado
Em nenhuma teoria
Em nenhuma fantasia
Nem no algo mais
Longe o profeta do terror
Que a laranja mecânica
anuncia
Amar e mudar as coisas
Me interessa mais
Amar e mudar as coisas
Amar e mudar as coisas
Me interessa mais*

Belchior

RESUMO

Nas primeiras décadas do século XX, o processo de modernização de Curitiba e Porto Alegre proporcionou a essas cidades um ritmo mais acelerado no que diz respeito a transformações urbanísticas. Através das políticas de melhoramentos urbanos, as elites dirigentes preocupavam-se com a inclusão dessas capitais em um projeto civilizatório, cujo objetivo era torná-las mais modernas e organizadas. O tema da segurança pública, portanto, encontrava-se no cerne desses debates, eis que o aumento populacional e a experiência da modernidade conviviam mutuamente com um percalço decorrente do progresso: a criminalidade. Foi nesse contexto que dois estrangeiros, João Papst e Rodolpho Kindermann, austríaco e tcheco, respectivamente, alarmaram a opinião pública das referidas cidades. Autores de dois inusitados crimes de latrocínio em Curitiba (1930) e Porto Alegre (1931), foram também responsáveis pela primeira rebelião no presídio do Ahu, em Curitiba (1931). Assim sendo, seus nomes ganharam as manchetes dos jornais por mais de uma década. O fascínio pela vida dos dois personagens é pano de fundo para pensarmos no contraponto entre modernidade e marginalidade; sistema prisional e segurança pública; polícia e justiça, além de narrativas jornalísticas e ficcionais. Sob o aspecto teórico-metodológico da História Cultural do Crime, o trabalho busca analisar como um único acontecimento reverberou em uma série de discursos sobre ele. Utilizando como fontes documentos oficiais, periódicos, o processo judicial e obras literárias, buscaremos compreender como essa quebra da normalidade e dos padrões vigentes à época, dão margem para analisarmos esses personagens e essas cidades à luz do seu tempo e espaço.

Palavras - chave: Modernidade. Segurança Pública. Justiça. Crime.

ABSTRACT

In the first decades of the twentieth, the modernization process of Curitiba and Porto Alegre provided these cities with a faster pace about urban changes. Through urban improvement policies, the leading elites were concerned with the inclusion of these capitals in a civilizing project. The aim of which was to make them more modern and organized. Therefore, the topic of security was at the heart of these debates. Therefore, the increase in population and the experience of modernity lived side by side with an obstacle resulting from progress: crime. It was in this context that two foreigners, João Papst and Rodolpho Kindermann, Austrian and Czech, respectively, alarmed public opinion in the cities mentioned. Authors of two unusual crimes of robbery in Curitiba (1930) and Porto Alegre (1931), they were also responsible for the first rebellion in the Ahu prison, in Curitiba (1931). As such, their names have made headlines for more than a decade. The fascination with the life of the two characters is the backdrop for thinking about the counterpoint between modernity and marginality; prison system and public security; police and Justice, as well as journalistic and fictional narratives. Then, under the theoretical-methodological aspect of the Cultural History of Crime, the work seeks to analyze how a single event reverberated in a series of speeches about it. Using official documents, periodicals, the judicial process, and literary works as sources. We will seek to understand how this breach of normality and of the standards in force at the time, allows us to analyze these characters in the light of their time and space, as well as the two cities and their urban modernization processes.

Keywords: Modernity. Public Safety. Justice. Crime.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Fotografia de Rodolpho Kindermann.....	26
Figura 2 – Fotografia de João Papst.....	26
Figura 3 - Rua Voluntários da Pátria.....	38
Figura 4 - Zelador de Curitiba.....	41
Figura 5 - Penitenciária do Ahu.....	81
Figura 6 - Penitenciária do Ahu.....	81
Figura 7 - Penitenciária do Ahu.....	82
Figura 8 – Fotografia de Martha.....	99
Figura 9 - Reconstituição do crime por cartunista.....	102
Figura 10 - Reconstituição de um crime em Buenos Aires.....	103
Figura 11 - Prontuário do Gabinete de Identificação e Estatística.....	107
Figura 12 - Ficha individual datiloscópica.....	109
Figura 13 - Prontuário criminal.....	109
Figura 14 - Fotografia do registro criminal de João Papst.....	110
Figura 15 - Fotografia do registro criminal de Rodolpho Kindermann.....	110

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 OS ENCANTOS E DISSABORES DA VIDA MODERNA.....	24
2.1 VIDA DE IMIGRANTES.....	30
2.2 RECONSTRUINDO OS CENÁRIOS: OS ENCANTOS DA VIDA MODERNA	35
2.3 OS INDESEJÁVEIS, A URBS E SUAS CONTRADIÇÕES.....	45
2.4 A CRIMINALIDADE COMO A CONTA DO HOMEM MODERNO.....	53
2.5 LUTANDO CONTRA O DESVIO: ORDEM E POLICIAMENTO NAS CIDADES	59
3 UTÓPICOS CORPOS DÓCEIS: VIVER E RESISTIR À PRISÃO.....	68
3.1 O PENSAMENTO CRIMINOLÓGICO E O DEBATE PENITENCIÁRIO.....	70
3.2 UM ATESTADO VIVO DO PROGRESSO PARANAENSE: O NASCIMENTO DO AHU.....	77
3.3 UM JOVEM DIRETOR PENITENCIÁRIO E O PRESÍDIO SEM MURO.....	84
4 HISTÓRIA DE UM PROCESSO: A DUPLA À LUZ DA JUSTIÇA CRIMINAL.....	96
4.1 MULHER, PERDIÇÃO DOS HOMENS: A DENÚNCIA DE MARTHA SCHMEDING.....	98
4.2 NA MIRA DA POLÍCIA E DA SCIENCIA	101
4.3 “MAS AGORA ESTOU DISPOSTO A CONTAR TODA A VERDADE”	111
4.4 A QUESTÃO DA MENORIDADE E O JÚRI EM CURITIBA	118
4.5 “TUDO NELE É O SEU CRIME”: O JULGAMENTO FINAL	124
5 UM TERRITÓRIO DE POSSIBILIDADES: QUANDO O CRIME VIRA FICÇÃO ...	133
5.1 UM CAMPO EM FORMAÇÃO: LEITURAS E SENSIBILIDADES MODERNAS	138
5.2 A NARRATIVA DE “AS FAÇANHAS DE PAPST E KINDERMANN”	145
5.3 OS SOFRIMENTOS DO JOVEM OSVALDO	157
5.4 UM CRIME QUE REVIVE: AS CORRESPONDÊNCIAS PERDIDAS	162
5.5 VALÊNCIO XAVIER E “GÂNGSTERES NUM PAÍS TROPICAL”	163
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
FONTES	173
REFERÊNCIAS	176

1 INTRODUÇÃO

Antes de terem seus nomes inscritos nas páginas policiais e seus rostos estampados nas capas dos principais jornais curitibanos e porto alegrenses da década de 1930, João Papst e Rodolpho Kindermann transitavam pelas ruas dessas capitais em busca de novas oportunidades. A virada do século XIX para o século XX significou no Brasil, a transição da Monarquia à República, que trouxe consigo a abolição do trabalho escravo e, conseqüentemente, a acentuação do fenômeno migratório. Como muitos imigrantes europeus, João e Rodolpho atravessaram o oceano a bordo de um navio para trabalhar, junto a suas famílias, nas fazendas de café paulistanas. Estimulados pelas propagandas divulgadas em seus países de origem com promessas de uma vida melhor para quem arriscasse se aventurar nos trópicos, o que encontraram em terras brasileiras não foi assim tão sedutor.

A realidade nos cafezais paulistas, de muito trabalho e baixos salários, fez com que almejassem uma nova condição social e, assim, as duas famílias foram descendo cada vez mais ao sul do país. Nesse momento, os encantos com os estímulos de modernização nos cenários curitibano e porto alegre do período republicano se delineavam. O entusiasmo com o cinema, as tardes ociosas nos cafés, as noites de entretenimento nos bailes dançantes, as pitorescas peças de teatro e as confeitarias requintadas, causavam certas impressões que se manifestaram nos discursos circulantes, refletindo o dinamismo cultural e social desse momento.

Para quem olha para o passado com os olhos do presente, esse momento pode parecer arcaico e provinciano. Mas não percamos de vista que, os contemporâneos de cada tempo sentem os impactos das transformações de sua cidade de modo intenso e único. Não esqueçamos, ainda, que há várias “cidades” dentro de uma mesma cidade, o que faz com que seus habitantes vivenciem situações diferentes a depender de algumas variáveis e aspectos inesperados, próprios das relações sociais. Naquele tempo em que tudo se acelerava, o ruído das línguas estrangeiras se multiplicava pelas calçadas, o crescimento dos pequenos negócios que prosperavam e o ronronar dos automóveis e dos bondes que circulavam pelas ruas. Assim sendo, havia toda sorte de gente, e os sinais típicos das diferenças de classes.

Concomitante as comodidades e ao entusiasmo do período conhecido como *Belle Époque*, se desvelava uma tensão no processo de expansão dessas duas capitais, que só poderia ser resolvida, segundo as autoridades, com o fortalecimento dos aparatos de segurança estatais. As atenções se voltaram para as “classes perigosas”, compostas por indivíduos protagonistas das transgressões nos regulamentos policiais: desordeiros, libertinos, bêbados, prostitutas, viciados em jogo e imigrantes. Qualquer tipo de ameaça e perturbação da ordem justificava as novas práticas de controle social, que se opunha ideologicamente, a distinção entre o mundo do trabalho, da tranquilidade e do progresso, ao da vagabundagem, do vício e da marginalidade.

Desde meados do século XIX o processo de imigração foi intenso, com Curitiba e Porto Alegre recebendo alemães, ucranianos, italianos, poloneses e demais nacionalidades. Esses imigrantes, que outrora representaram o advento do progresso e do cosmopolitismo, passaram a causar certo desconforto aos ideais de civilidade que a República “deveria” proporcionar as suas elites. Diferentes discursos passaram a acusá-los de serem responsáveis por trazerem e transmitirem moléstias não só físicas, mas também sociais¹. Nesse sentido, houve um considerável esforço das autoridades em elaborar uma ética do trabalho, reprimindo a ociosidade e a vadiagem através do controle social. O Estado deveria, para o bem da civilização e salvaguarda da vida e da propriedade dos seus cidadãos, realizar as reformas necessárias – hospitais, asilos de alienados, hospícios e presídios – que atenderiam a garantia de seus privilégios².

João e Rodolpho representaram esse perigo para as autoridades, que confiaram na modernização da polícia e na cientificização de seu aparato, a missão de garantir a ordem no cotidiano urbano. Em terras brasileiras, os dois jovens estrangeiros e seus modos ilícitos de levar a vida, não se encaixavam no processo civilizatório almejado, e seus planos foram interrompidos por aquilo que permitiu a escrita do presente trabalho: o choque com o poder. Como bem observou Foucault, determinadas trajetórias do passado, vidas breves, passariam despercebidas não

¹ GRUNER, Clóvis. **Paixões torpes, ambições sórdidas: crime, cultura e sensibilidade moderna** (Curitiba, fins do século XIX e início do XX) São Paulo: Alameda, 2018, p. 63.

² BONI. Maria Ignês M. de. História social do século XX. In: **Idéias em Debates**. Curitiba, Biblioteca Pública do Paraná, Imprensa Oficial, 1986, pp. 105-106.

tivessem elas, em determinado momento, cruzado com o poder e provocado suas forças:

Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder. De modo que é, sem dúvida, para sempre impossível recuperá-las nelas próprias, tais como podiam ser em “estado livre”; só podemos balizá-las tomadas nas declamações, nas parcialidades táticas, nas mentiras imperativas supostas nos jogos de poder e nas relações com ele.³

Foi nesse contexto, em que o impulso demográfico se acelerava e as preocupações com a emergência dos subalternos se acentuavam, que viveram os personagens objeto dessa pesquisa. Assim como eles transitaram pelas duas capitais, fiz o mesmo em busca de seus rastros, fragmentos de uma vida que, ingenuamente, acreditei alcançar ao desvelar a opacidade dos arquivos. Absolutamente normal no processo da pesquisa, esse primeiro espanto e entusiasmo quando passa, é superado pelo *efeito do real*, causado pelo encontro com o passado. A partir de então, é preciso fazer algo com esses personagens comuns e os incidentes de seus cotidianos e demais nuances que os arquivos revelam. Parte-se, então, para o processo de interrogação dos documentos, que, como sensivelmente percebeu a historiadora Arlette Farge é onde “se aprende a captar essas explosões de vida, intensas e contraditórias, violentas e sempre complexas, para tirar delas o máximo de sentido”⁴.

Os caminhos tortuosos e duvidosos, a vida de fugas, crimes e transgressão desses dois jovens estrangeiros, os levaram a ocupar um dos maiores símbolos de controle, vigilância e modernidade da capital paranaense: o Presídio do Ahu. Liderando em 1931 a sua primeira rebelião, a dupla recebeu destaque na imprensa, não só por esse fato - que por si só já faria acender sob eles todos os holofotes - mas pela série de desventuras que a história de suas vidas apresentou até que chegassem a esse momento. A rebelião, portanto, é o ponto de partida para tudo o que se sucedeu depois, e que conferiu à história algumas apropriações discursivas, investigação que pretendo chamar a atenção neste trabalho. Esse acontecimento não deixa de ser, também, o ponto de chegada. Na intenção de, ao menos em partes, dar voz aos

³ FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: **Estratégia, poder-saber**. Ditos e escritos IV. Tradução: Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 206.

⁴ FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 80.

personagens e circunstâncias que precederam esse momento, busquei, por assim dizer, “reconstruir os cenários” dos crimes e as trajetórias pessoais desses bandidos.

As apropriações discursivas sobre o fato justificam um recorte temporal abrangente - da década de 1930 até 2004 - e pautam o conjunto documental do presente trabalho: os dois crimes de latrocínio cometidos em Curitiba e Porto Alegre; a primeira rebelião no presídio do Ahu; a cobertura dos periódicos; a instauração do processo judicial; a realização do Tribunal do Júri; a publicação de um romance curitibano inspirado na vida da dupla, de autoria de Osvaldo Almeida Pereira e Ivo Silva, “As façanhas de Papst e Kindermann”⁵ e, por fim, a publicação, em 2004, do livro “Crimes à moda antiga” do escritor Valêncio Xavier ⁶.

Essa pluralidade de indícios recolhidos em diferentes fontes sobre um mesmo acontecimento, me possibilitou trabalhar com três modalidades discursivas – jornalística, jurídica e literária – em razão da produção de representações que, juntas, conferem aos acontecimentos. É esse o material que serve de ponto de partida para o exercício de um trabalho historiográfico sobre a vida e os crimes de Papst e Kindermann e as relações dinâmicas que circundam tais caminhos.

* * *

A efervescência de notícias de crime na imprensa, processo que se intensificou a partir das primeiras décadas do século XX, oportunizou a publicação de uma literatura voltada para essas histórias. Como as formas narrativas dos periódicos já estavam próximas da literatura, os romances policiais e as novelas sangrentas, da mesma forma, continuaram a despertar o interesse do público. No caso de “As façanhas de Papst e Kindermann”, os escritores serviram-se dos mesmos protagonistas e dos traços principais do episódio criminoso, mas lhe conferindo um ar romanesco. Nesse sentido, a importância da obra literária e seus reflexos ajudam a desvendar o imaginário de uma época, seus conflitos e inquietudes. A relação entre a História e a Literatura, assim “se resolve no plano epistemológico, mediante

⁵ PEREIRA, Osvaldo Almeida; SILVA, Ivo. **As façanhas de Papst e Kindermann**. Curitiba: A Cruzada, 1937.

⁶ XAVIER, Valêncio. **Crimes à moda antiga**. São Paulo: Publifolha, 2004.

aproximações e distanciamentos, entendendo-as como diferentes formas de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real”⁷. A fala literária enquanto linguagem – tais como a jurídica e a jornalística – é mais uma forma de compreender, na experiência da modernidade, a construção de um imaginário social do crime.

Na América Latina, o interesse pelas notícias criminais e pela literatura policial propiciou a publicação de alguns trabalhos interessantes, dentre eles o livro “Policías escritores, delitos impresos”⁸. Os capítulos que integram essa coletânea abordam as revistas policiais como um objeto de estudo específico, problematizando suas narrativas. Quanto as práticas delitivas e suas derivações, três historiadores (as) argentinos, Lila Caimari, Sandra Gayol e Diogo Galeano, foram fundamentais para a percepção dessas mudanças e de como operam as tecnologias estatais na percepção da desordem, na tênue fronteira entre legalidade e ilegalidade⁹.

No Brasil, Marcos Bretas enfatiza o uso inovador do acervo criminal no trabalho de Maria Silvia de Carvalho Franco¹⁰, ainda nos anos 1960, sendo que a análise de processos criminais permaneceu pouco explorada até o final de 1970, o que mudou com o impacto da história social inglesa e de Foucault¹¹. O estudo sobre a prisão e a criminalidade, a partir da década de 1970, passou a ganhar espaço como objeto de pesquisa no campo das Ciências Sociais. Entre os historiadores, constantemente surgem novos trabalhos buscando entender a origem do sistema prisional e de correntes criminológicas. Certamente, é praticamente impossível escrever sobre o tema sem recorrer à Foucault. Ressalvadas as particularidades do seu estudo sobre as prisões, eis que se adequa a realidade do autor, a Europa - mais

⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, 2 ed. p.80.

⁸ BRETAS, Marcos Luiz *et al.* **Policías Escritores, Delitos Impresos. Revistas policías en América del Sur**, La Plata, 2016.

⁹ Alguns desses trabalhos que inspiraram e fundamentaram a minha pesquisa: CAIMARI, Lila. **Mientras la ciudad duerme: pistoleros, policías y periodistas en buenos aires, 1920-1945**. Buenos aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012; CAIMARI, Lila. **La ciudad y el crimen**. Delito y vida cotidiana em Buenos Aires, 1880-1940. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.2009; GALEANO, Diego. **Criminosos viajantes: circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires. 1890-1930**.Rio de Janeiro: Arquivo nacional. 2016; GAYOL, Sandra. **Sexo, violencia y crimen en la ciudad moderna**. Buenos Aires en el recambio de siglo. In: PESAVENTO, Sandra (org.). **História Cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

¹⁰ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.

¹¹ BRETAS, Marcos Luiz. **As Empadas do Confeiteiro Imaginário: a pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro**. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 7-22, jan./jun. 2002, p. 7.

especificadamente a França - sua obra é referência no estudo das prisões e do nascimento do que o autor chama de uma “sociedade disciplinada”¹².

Parte do imaginário do crime que se pretende investigar no presente estudo perpassa o nascimento da Penitenciária do Ahu, em 1909, e o cotidiano prisional da instituição até a sua primeira rebelião, em 1931. Para o desenvolvimento dessas ideias destacam-se aqui os dois volumes de “Histórias das prisões no Brasil”¹³, organizados por Clarissa Nunes Maia, Flávio de Sá Neto, Marcos Costa e Marcos Luiz Bretas, com a primeira publicação em 2009, contribuição significativa sobre o cárcere e o sistema prisional brasileiro e latino-americano.

O trabalho de Elizabeth Cancelli, “A cultura do crime e da lei”¹⁴, por sua vez, contribuiu para o entendimento de uma cientificidade nos discursos jurídicos, políticos e sociais no Brasil do final do século XIX. Trabalhos clássicos como o de Boris Fausto “Crime e Cotidiano”¹⁵, “Ordem na cidade”¹⁶ de Marcos Bretas e “Trabalho, lar e botequim”¹⁷ de Sidney Chalhoub, voltam o olhar para o cotidiano das classes pobres e excluídas nas cidades, e tem a criminalidade como ponto de partida. Esse modo de trabalhar com a história, buscando nas fontes o surgimento dos discursos marginais, para que essas falas emergjam à superfície, nos revela uma riqueza de informações, detalhes e peculiaridades ímpares, método que inspira, sem dúvidas, o presente trabalho.

Quando encontro na imprensa e nos processos judiciais a história de dois criminosos, escrevo também pensando em Marcos Bretas e Boris Fausto. Ambos lidam com esse tipo de fonte com destreza e um olhar apurado para tudo aquilo de mais disparato que um processo pode nos apresentar. Bretas em seu texto “As empadas do confeitiro imaginário”¹⁸ ao analisar um processo criminal que apurava a suspeita de envenenamento alimentar de uma senhora que morreu ao comer uma

¹² FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir** - História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1989.

¹³ AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, Clarissa Nunes et al. (Org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 57. v. I.

¹⁴ CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei**. Brasília: UNB, 2001.

¹⁵ FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**: a criminalidade em São Paulo. (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

¹⁶ BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade**. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro. 1907- 1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

¹⁷ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Unicamp, 2001.

¹⁸ BRETAS, Marcos Luiz. **As Empadas do Confeitiro Imaginário**: a pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 7-22, jan./jun. 2002.

empadinha no Rio de Janeiro, descortina o universo de uma confeitaria de 1900. Boris Fausto, ao pesquisar um assassinato brutal em um restaurante, na São Paulo de 1938, mostra um sistema judiciário classista e racista e aprofunda o estudo sobre as relações entre imigrantes, migrantes e trabalhadores marginalizados em seu clássico “O crime do restaurante chinês”¹⁹. Digo isso porque percebi que ao abrir um processo judicial nos deparamos com as coisas mais diversificadas, que muitas vezes superam o crime em si: domesticidades, classes, raça e gênero, relações de trabalho. Todas essas questões estão ali, saltando aos olhos, nos convidando para compreender outras nuances da vida dessas pessoas.

Quanto à produção local sobre o tema da criminalidade e da história urbana, no caso curitibano, trabalho seminal é o da historiadora Maria Ignês Mancini de Boni com “O espetáculo visto do alto”²⁰. Sua análise foi precisa ao identificar as manifestações dos comportamentos desviantes da população curitibana do começo do século XX e sua relação com os grupos dominantes, representados pela polícia, imprensa, municipalidade e o poder judiciário. Junto a ele, e abordando outras nuances da modernização da capital, me ajudaram a pensar as sociabilidades e transformações da sociedade curitibana no período republicano: “Impressões”²¹, de Elizabete Berberi, “O espetáculo dos maquinismos modernos”²², de Luís Fernando Lopes Pereira, e a tese “Paixões torpes, ambições sórdidas”²³ de Clóvis Mendes Gruner. O trabalho de Gruner tem uma importância fundamental nessa pesquisa. Ao problematizar as intersecções entre os discursos literários e criminológicos no final do século XIX e início do XX, o autor finaliza a sua tese com um *Post-scriptum*, onde narra brevemente a história de Papst e de Kindermann, despertando meu interesse para uma análise mais aprofundada de suas trajetórias, o que possibilitou a escrita dessa dissertação de mestrado.

Para pensar as mesmas questões, mas na cidade de Porto Alegre, a ampla produção bibliográfica de Sandra Pesavento e suas análises sobre criminalidade,

¹⁹ FAUSTO, Boris. **O Crime do Restaurante Chinês** – Carnaval, Futebol e Justiça na São Paulo dos anos 30. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

²⁰ BONI, Maria Ignês Mancini de. **O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

²¹ BERBERI, Elizabete. **Impressões** - a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

²² PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **O Espetáculo dos Maquinismos Modernos: Curitiba na virada do século XIX ao XX**. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

²³ GRUNER, Clóvis. **Paixões torpes, ambições sórdidas: crime, cultura e sensibilidade moderna (Curitiba, fins do século XIX e início do XX)** São Paulo: Alameda, 2018.

modernização e literatura na capital do Rio Grande do Sul fizeram-se presentes. Dentre suas principais obras, “Os sete pecados da capital”²⁴, O “Cotidiano da República”²⁵ e “Emergência dos Subalternos”²⁶. Ainda, Charles Monteiro com “Porto Alegre, urbanização e modernidade”²⁷ aborda a história da modernização urbana e social da cidade, especialmente na década de 1920. O livro de Cláudia Mauch, “Ordem pública e moralidade”²⁸, utilizou como fontes os jornais porto alegrensens para fazer uma história das relações entre a polícia e a sociedade no início da República, pesquisa fundamental para entender os mecanismos de vigilância e a imprensa gaúcha no período. O olhar acurado do historiador Cláudio Pereira Elmir para analisar as diferentes apropriações narrativas de um crime do século XIX que, até hoje, permanece no imaginário da capital gaúcha, me ajudou a pensar nas aproximações entre história e ficção. Em “A história devorada: No rastro dos crimes da Rua do Arvoredo”²⁹, Elmir demonstrou ser possível contar a história de um crime sem reduzi-lo a sua própria conjuntura, desvelando seus outros significados e desdobramentos ao longo do tempo. Ainda, pensar na repercussão dos crimes de Papst e Kindermann como “rastros”, ou seja, representações do ocorrido, é uma inspiração que remete, diretamente, ao seu admirável trabalho.

* * *

A relação entre a imprensa e o processo penal vem sendo tema de acalorados debates no âmbito jurídico, especialmente no que se refere às influências da mídia na opinião pública e no próprio sistema judiciário brasileiro. Produções acadêmicas nesse sentido, contudo, eram pouco exploradas na historiografia brasileira. Tal peculiaridade tinha razão de ser. A tradição dominante durante o século XIX e primeiras décadas do

²⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008.

²⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O cotidiano da República**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1990.

²⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Emergência dos subalternos**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1989.

²⁷ MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: Urbanização e modernidade – A construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: Editora PUC/RS, 1995.

²⁸ MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

²⁹ ELMIR, Claudio Pereira. **A história devorada: Nos rastros dos crimes da Rua do Arvoredo**. Porto Alegre: Escritos, 2004.

XX era a da “busca da verdade dos fatos” e o historiador de outrora aproximava-se de fontes caracterizadas pela objetividade e neutralidade. Na hierarquia de documentos propícios ao seu trabalho, os jornais eram descaracterizados como auxiliares na recuperação do passado “uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões”³⁰.

Hoje, a hesitação sobre as potencialidades da imprensa já foi superada, mesmo porque, a falta de neutralidade é condição indiscutível. Cabe, e espera-se do historiador, entender a imprensa como linguagem que possui seu valor interiorizado dentro de determinado contexto histórico-social. Desse modo, a análise da fonte jornalística requer a adequada relação entre a publicação e a conjuntura do período examinado. Construindo narrativas criminais, a imprensa, e também a literatura, ao lançar mão de boa dose de sensacionalismo e ficção desnudam “uma espécie de espetáculo público sobre a condição humana”³¹ nos ajudando a entender, ainda, o fenômeno urbano e suas nuances.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro, intitulado “Os encantos e dissabores da vida moderna”, apresenta o cenário urbano da Curitiba e Porto Alegre republicanas e seus respectivos processos de modernização, vivenciados na *Belle Époque*: as ruas e becos, revistas ilustradas, cronistas, *flâneurs*, e seus espaços de socialização. Mas, para além dos lugares, busquei ambientar o leitor dos personagens que circulam por essas capitais, à exemplo de Papst e Kindermann, apresentados através de seus crimes e de suas trajetórias de imigrantes, logo no início do capítulo. A ideia, nesse momento, foi estabelecer um paralelo entre o entusiasmo da experiência moderna e a tensão com aqueles que rompem com a ordem estabelecida, justificando a necessidade de aparatos policiais de controle e vigilância, aptos a lidar com o novo, o desconhecido, o estrangeiro, o vadio, o ébrio e o criminoso. Eram as classes perigosas, temidas e, portanto, catalogadas e fichadas por mecanismos de identificação, condutas caras à crescente burguesia, assustada com os riscos e perigos das cidades.

No segundo capítulo, “Utópicos corpos dóceis: Viver e resistir à prisão”, abordo o nascimento do presídio do Ahu e os percursos que o precederam, buscando justificar

³⁰ PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo. **Contexto**. 2006, p. 111.

³¹ CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei**. Brasília: UNB, 2001.

e legitimizar sua construção. Nesse momento, tecendo algumas considerações sobre os debates em voga no período, procuro avaliar a recepção e a repercussão da criminologia europeia em terras brasileiras, especialmente quanto aos sistemas prisionais. Em seguida, analiso os primeiros anos de funcionamento do presídio, utilizando algumas fontes oficiais, especialmente mensagens governamentais como relatórios de secretários, chefes de polícia, diretor da penitenciária e, também, artigos e notícias publicadas nos jornais “A República” e “Diário da Tarde”. Ao final do capítulo, o leitor se reencontrará com Papst e Kindermann, surgindo nesse momento como os principais líderes da primeira rebelião do presídio, em 1931, evidenciando, de maneira mais escancarada, os sinais de fragilidade dessa proeminente instituição carcerária. É a partir do detalhamento da rebelião e do protagonismo da dupla que procuro compreender o papel da imprensa local, especificamente os jornais “O dia” e “Gazeta do Povo”, uma vez que esses acontecimentos tiveram espaço garantindo nos períodos diários que alimentavam o imaginário criminal curitibano durante a década de 1930. Essas narrativas jornalísticas e suas doses de dramaticidade serão interrogadas a partir da percepção de certo fascínio pelo crime na cobertura midiática.

O terceiro capítulo, “História de um processo: a dupla à luz da justiça criminal” trata dos desdobramentos da história de Papst e Kindermann no mundo jurídico. Nesse momento, a pluralidade de fontes se fez imprescindível para acompanhar suas trajetórias e a conexão de suas vidas com a de outros personagens que compõe essa trama, devidamente apresentados no capítulo. Para entender todas as nuances de seus caminhos entre as duas cidades, foram usados como fonte o processo judicial nº 2537, correspondente ao crime de latrocínio, autuado na cidade de Porto Alegre; fragmentos dos três Tribunais do Júri que permearam a vida da dupla – um em Curitiba e dois em Porto Alegre – cujo acesso foi possível através dos fragmentos dos jornais mas também de revistas jurídicas que destacaram as falas de seus principais agentes (promotores e advogados de defesa) e, também, excertos dos periódicos porto alegrenses e curitibanos, fundamentais para apontar os desfechos jurídicos dessa história, indicando algumas pistas de seus destinos, uma vez que não encontrei todas as peças do processo.

Por fim, o quarto e último capítulo, “Um território de possibilidades: quando o crime vira ficção”, trata de um universo cultural que se desenvolveu em Curitiba no período republicano: o mundo dos livros e das letras. Busquei, primeiramente, apresentar quem eram os escritores e como eles manifestavam suas impressões e

sensibilidades sobre a cidade. A partir desse campo literário em formação, foi apresentada, em seguida, a questão da ficcionalização da história de vida de Papst e Kindermann. Para tal, foram analisadas duas obras literárias. A primeira, o romance contemporâneo aos acontecimentos, chamado “As façanhas de Papst e Kindermann”, de autoria de Osvaldo Almeida Pereira e Ivo Silva, publicado em 1937 e, o segundo, muito mais recente, “Crimes à moda antiga”, do escritor Valêncio Xavier, publicado no ano de 2004.

Propositamente o processo judicial e o romance ocupam os capítulos finais desse trabalho, afinal, a análise processual servirá de baliza para contrastar as apropriações sobre os crimes. Entendo, assim, que a peça jurídica e seus enunciados, produzida contemporaneamente ao acontecimento, é um documento fundamental para nos aproximarmos do “real” dos fatos. Muito embora considere o processo como mais uma narrativa, dentre as várias que envolvem essas histórias de crimes, contrapô-lo ao texto literário me ajudou a pensar nas apropriações discursivas que atribuíram sentido aos eventos que envolvem a vida desses personagens. Tanto o processo quanto o romance são discursos a serem analisados e, na mediação entre essas representações, será possível problematizar a justiça, seus códigos e ritos, bem como a relação entre história e literatura e o papel da ficção. Sem dúvidas tais documentos ensinam algumas coisas sobre expectativas, frustrações e emoções em uma época em que as duas cidades - também personagens dessa história - revelavam suas sensibilidades modernas. Parafraseando Natalie Zemon Davis em seu fascinante livro “O retorno de Martin Guerre”³², o que ofereço ao leitor nas páginas seguintes é, em parte, uma invenção minha, mas uma invenção construída e mediada pela escuta atenta das vozes do passado.

³² DAVIS, Natalie Zemon. **O Retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

2 OS ENCANTOS E DISSABORES DA VIDA MODERNA

Você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles.

Italo Calvino, As cidades invisíveis.

Curitiba, 25 de fevereiro de 1930. Era uma terça-feira e, como de costume, Egydio Pilotto, um dos mais velhos e estimados servidores da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, e o guardião que sempre o acompanhava, Vany Borges, seguiam a pé pela rua Barão do Rio Branco em direção ao escritório da empresa. Borges tinha em mãos o resultado de um longo dia de trabalho, uma valise repleta de dinheiro e cheques em que ele e Pilotto, tesoureiro da companhia, guardavam as quantias arrecadadas das diversas estações do interior. Ao se aproximarem, tranquilamente, do botequim do sírio Tufy Dias, foram surpreendidos por um indivíduo que saltava de um automóvel recém estacionado. Sem proferir uma palavra, o desconhecido cravou uma pancada na nuca do guardião com um grosso cassetete, arrancando rispidamente das suas mãos a valise, correndo logo em seguida para o automóvel que o esperava. Vendo Borges caído no chão, Pilotto precipitou-se sobre o sujeito a fim de impedir a consumação do crime, mas ao se aproximar do automóvel, outro indivíduo que, sentado no assento da frente do veículo, sacou um revólver e lhe desferiu um tiro no peito.

Atingido mortalmente, Pilotto caiu no chão. Os criminosos aceleraram o carro rumo a rua Pedro Ivo, sumindo de vista. O carro roubado, um Chevrolet com a placa de São José dos Pinhais, foi encontrado algumas horas depois abandonado, entre as ruas Visconde de Guarapuava e Bento Viana, com a placa adulterada pelo uso de um esmalte branco. Entre os objetos encontrados em seu interior, alguns papéis sem importância, a valise despojada do dinheiro e o bilro usado na agressão ao segurança.

O falecimento de Pilotto, na madrugada da noite seguinte, e as circunstâncias do crime, pela sua brutalidade e destreza, causaram impacto na opinião pública da cidade. Curitiba tinha aproximadamente 100.000 habitantes e, por mais que vivenciasse nos últimos anos as consequências de seu avanço e desenvolvimento, ainda mantinha suas raízes provincianas. Um assassinato brutal em plena luz do dia,

com bandidos motorizados e em uma rua central e movimentada, tendo como vítima o respeitado tesoureiro e chefe de família Egydio Pilotto, ocasionou uma resposta imediata da polícia e da imprensa local. Como ladrões tão audaciosos poderiam perturbar a pacata capital do Paraná? A opinião pública estava sedenta por detalhes e respostas. A busca pelos assassinos, no entanto, foi infrutífera. Seguindo falsos rastros, a polícia interrogou e prendeu inocentes.

* * *

Na cidade de Porto Alegre a manchete do jornal vespertino “Correio do Povo” em 23 de janeiro de 1931 era: “Um audacioso assalto à mão armada, ocorrido, ontem, na nossa mais movimentada artéria comercial, abalou profundamente a cidade”³³. Na manhã do dia anterior, Artur Fonseca, pagador da Viação Férrea, transportava, como de costume, a renda obtida das várias estações para a Tesouraria da Viação, situada na rua Voluntários da Pátria, um dos polos comerciais mais dinâmicos da cidade. O local era conhecido pelos moradores da capital gaúcha como “rua dos alemães”, sendo que a construção da estação férrea, em 1874, junto com a instalação de trapiches, contribuiu para atrair para aquela área, muitos comerciantes teutos, especialmente importadores³⁴.

Foi nessa rua movimentada, em plena luz do dia, que Fonseca foi atacado brutalmente com um golpe no ombro que lhe arrancou a maleta onde carregava dinheiro, a importância aproximada de \$135.000,00 (entre dinheiro, cheques e vales). Logo em seguida, se aproxima o guarda ferroviário José Goulart Sant’Ana que, sem a mínima chance de defesa, recebe um tiro do outro indivíduo. Na confusão, Fonseca, já refeito da pancada, corre para apanhar a bolsa que lhe fora arrancada. Ao correr, recebe um tiro mortal, desferido pelo assaltante que havia ferido o guarda. Esse se apossa novamente da maleta, e corre para o carro já posto em marcha pelo seu parceiro.

O “Crime do Caminho Novo”³⁵, como ficou conhecido, por reproduzir as mesmas circunstâncias que tirou a vida de Egydio Pilotto em Curitiba, levantava

³³ **Correio do Povo**. Porto Alegre, 23 de janeiro de 1931.

³⁴ GANS, Magda Roswita. **Presença teuta em Porto Alegre no século XIX**(1850-1889). Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH/RS, 2004, p. 41.

³⁵ Antes de se chamar Rua Voluntários da Pátria, o que ocorreu em 1870, o local era chamado de Caminho Novo. A mudança no nome da rua fez parte de um esforço do Estado Imperial para valorizar

dúvidas quanto a sua autoria. No dia 30 do mês do crime porto-alegrense, o jornal curitibano “O Dia” anunciou como “Surprehendentes Coincidencias!” a semelhança entre os dois crimes. O assalto visava o mesmo perfil de vítima, pagadores das estações viárias e em ambos fora usado o carro para atirar e, logo em seguida, fugir. Após o crime de Porto Alegre, os bandidos também abandonaram o veículo, no morro do Menino Deus, o que revelava que “os assaltantes usaram o mesmo ardil posto em pratica pelos que assassinaram o sr. Egydio Pilotto”.

Para a imprensa curitibana, os esforços das autoridades diante de ladrões astutos com seus planos “mathematicamente forjados” não iria cair, “salvo obra do acaso, nas mãos dos nossos ingênuos e simplórios sherlocks”³⁶. Obra do acaso ou não, o crime foi resolvido, ainda que no decorrer de um ano, desde a morte de Pilotto. Com entusiasmo, os jornais anunciaram o ajuste de contas com a lei que os mais novos criminosos curitibanos deveriam prestar. A população, por sua vez, “que em um momento descrêra das autoridades tem agora motivo para justo contentamento”³⁷.

Figura 1 - Rodolpho Kindermann



Fonte: Jornal O Dia, (1931).

Figura 2 - João Papst



Fonte: Jornal O Dia, (1931)

o sentimento de patriotismo exigido com o recrutamento de tropas necessárias a Guerra do Paraguai, uma vez que a carga simbólica desencadeada em razão do conflito fez alterar o nome das ruas de Porto Alegre. Ver: GANS, Magda Roswita. **Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH/RS, 2004, p. 39.

³⁶ **O dia**. Curitiba, 26 de fevereiro de 1930.

³⁷ **O dia**. Curitiba, 11 de março de 1931.

A denúncia se desenvolveu da seguinte maneira: recém-chegados do Rio Grande do Sul, dois homens e uma mulher alugaram o sobrado de número 90, situado na Rua Sete de Setembro na capital curitibana. Os três personagens, em meio a uma vizinhança distinta, buscaram passar a impressão de pertencerem a alta sociedade. Eram eles: Rodolpho Kindermann, João Papst e Marta Schmeding. Marta, a jovem sueca amante de Rodolpho, ouviu dele a confissão de que cometera junto a Papst, a autoria do crime de Egydio Pilotto. Bem como outro crime ocorrido em Porto Alegre no ano seguinte, e que a dupla tinha planos de assaltar o Banco do Brasil na próxima semana. Ocorre que Marta tinha outro amor, um distinto rapaz, industrial e esportista³⁸, com quem se encontrava às ocultas. Ao informar que vivia com os rapazes que assassinaram Pilotto e que era ameaçada de morte por eles, caso contasse esse segredo, juntos bolaram um plano para fugirem juntos, não sem antes denunciarem à polícia o paradeiro da dupla. Foi assim que o mistério foi revelado. Com a informação, se iniciou a “operação” policial, que logo tratou de cercar a residência da dupla e prendê-los.

A semelhança das histórias, realmente, não foi aleatória. Com a denúncia da alemã Martha, a desconfiança da autoria dos dois crimes foi confirmada. A história da vida da dupla, sem dúvidas, era sedutora, e tinha todas as características necessárias a um bom romance folhetinesco: duas capitais, dois crimes, duas mortes, dois amantes e uma traição. Na pacatez dessas cidades, um crime nessas circunstâncias, com a categoria social dos acusados e, explorada pelos jornais com ares melodramáticos, fez surgir o interesse imediato do público leitor. A partir da confissão de Papst, os parceiros de crime foram recolhidos no presídio do Ahu, em Curitiba.

* * *

Das inúmeras formas de se pensar a modernidade e os sentidos do moderno, surge uma premissa: a modernidade é um fenômeno essencialmente urbano. É na poesia de Baudelaire que o termo se destaca ao envolver a experiência pulsante da vida em movimento na estética das grandes metrópoles. Transformando a cidade em poesia lírica, o poeta transita entre a decadência das formas antigas e a beleza que

³⁸ Os jornais porto alegrenses e curitibanos em momento algum citaram o nome do autor da denúncia, referindo-se a ele apenas como “jovem industrial” ou “jovem desportista”. Cogito a hipótese dele ser uma figura conhecida da cidade, que solicitou, para preservar sua imagem, o anonimato.

emerge com o novo. A surpresa com o novo imprimia à realidade da vida citadina, aquilo que Walter Benjamin, ao avaliar as poesias de Baudelaire, considerou como a vivência do choque³⁹. O choque é fruto daquilo com que os cidadãos vão se confrontar nas ruas junto às multidões, uma série de informações e estímulos, decorrentes da experiência da modernidade. É através desse contato com a cidade que a figura do *flanêur* se destaca como um observador, quase um voyeur da movimentação das multidões. Em seus passeios, o *flanêur* se comporta como leitor da cidade e tenta, nesses momentos em que vagueia, decifrar os sentidos da vida urbana.

Na obra de Baudelaire, Paris é vista como o protótipo das grandes cidades, especialmente por meio das reformas de Haussmann. Entre 1853 e 1870 o renomado prefeito transformou a capital francesa em um grande canteiro de obras, abrindo largas e suntuosas avenidas, construindo bulevares padronizados, erguendo monumentos e “higienizando” os espaços públicos ao erradicar os cortiços e expulsar a pobreza e os operários do centro, destinando-os a áreas específicas. Nesse contexto de inovações e transformações urbanísticas e sociais, nascia o período que ficou conhecido como *Belle Époque*⁴⁰.

A sociedade burguesa emergente circulava por livrarias, restaurantes, salões de música e teatros, espaços que refletiam o luxo e a grandiosidade arquitetônica projetada por Haussmann. Como não poderia deixar de ser, a modernização de Paris ecoou por vários cantos do globo e, no contexto brasileiro, várias foram as formas de vivenciar o momento de efervescência cultural. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Manaus dentre outras capitais, a seus modos, receberam esses estímulos. Mas é um pouco mais ao sul, na Curitiba e Porto Alegre do período republicano, que buscaremos compreender as mudanças sentidas no ambiente urbano.

O conceito de moderno carrega em si um distanciamento em relação aos antigos hábitos, uma descontinuidade com o passado tradicional e provinciano que

³⁹ Walter Benjamin também usou o conceito de “choque” para explicar uma nova forma de percepção e expressão da obra de arte, como o efeito que o cinema causa no espectador. Ver: BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: L&PM, 2017.

⁴⁰ A *Belle Époque* é o termo utilizado por historiadores para denominar um período da história da Europa que teve seu início no fim de século XIX e durou até a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914. Foi uma época marcada por inúmeras transformações culturais que impactaram em novos modos de pensar e experimentar o cotidiano.

caracterizavam as cidades. Nas palavras de Anthony Giddens “os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes”⁴¹. O processo de transformação que essas capitais estavam vivendo merece ser analisado com o devido cuidado. Apesar do sentimento de modernidade intrínseco ao período, essas capitais, a exemplo de outras cidades do Brasil e até mesmo da América Latina, seguiam o curso do progresso com as suas especificidades, lidando com as dificuldades inerentes as suas limitações temporais e geográficas. Nesse sentido, a vivência do choque e a surpresa com o novo, a seus moldes, ocorreram também em Curitiba e Porto Alegre.

Embora muito distante da Paris de Haussmann apresentada por Benjamin, as reformas que vinham ocorrendo nas referidas cidades no início do século também se encontravam em um contexto de práticas modernizantes, relacionadas aos valores burgueses da sociedade. As transformações demográficas e sociais faziam parte de um projeto modernizador, momento em que seus habitantes vivenciaram as tensões decorrentes das disputas entre o espaço novo e o antigo. Os rumos que iriam pautar a dinâmica urbana e a manutenção da nova ordem almejada implicava, no entanto, excluir desse processo personagens e situações que, de algum modo, revelavam a face indesejável da modernidade.

No vaivém dos sentidos conferidos aos espaços e sociabilidades urbanas, a produção de discursos se manifesta de vários modos. Obras literárias, revistas ilustradas, imprensa, registros policiais, falas oficiais, dentre outros, nos apontam novas maneiras de olhar, pensar e sentir a cidade. As mudanças ocorridas, ainda que sutis, não passavam despercebidas, e as impressões circulavam e se compartilhavam entre os cidadãos, que tinham em cada movimento, em cada alteração da paisagem, uma espécie de deslumbramento. Antes de adentrarmos nos enredos dos crimes que abriram esse capítulo, investiguemos: Que cidades eram essas? O que acontecia em Curitiba e Porto Alegre nos primeiros anos no século XX? Esse capítulo é um convite para passear por essas ruas e observar alguns de seus personagens, pessoas que, como João e Rodolpho, circularam por esses espaços citadinos e sentiam seus encantos e dissabores.

⁴¹ GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991, p. 14.

2.1 VIDA DE IMIGRANTES

Os antecedentes da imigração no Brasil remontam ao período imperial. Sob constante pressão a partir de 1880, tornava-se fundamental para o empreendimento cafeeiro encontrar uma solução para o trabalho cativo, sem ter que recorrer a desacreditada e subestimada mão de obra nacional. Os livres e libertos, marginalizados desde os tempos coloniais, tendem a não passar, segundo Lúcio Kowarick, pela “escola do trabalho”. Assim sendo, são vistos como itinerantes, que vagueiam pelos campos e cidades de maneira inútil, preferindo a vagabundagem, o vício e o crime, à disciplina enobrecedora do trabalho. Essa situação se transformaria, no entanto, quando a abolição se tornou irreversível, circunstância que fez com que os fazendeiros buscassem, na imigração internacional, a solução para a lucratividade de seus empreendimentos. Não se pode deixar de pontuar, também, que os projetos imigrantistas brasileiros foram motivados, para além da necessidade de mão de obra, pela questão racial. Quando da crise da escravidão, entusiastas da imigração europeia, atrelando-a a noções como “branqueamento” e “progresso”, adaptaram teorias raciais científicas e deterministas produzidas na Europa para as pautas políticas e sociais nacionais⁴².

O caminho encontrado pela burguesia cafeicultora do oeste paulista para suprir sua necessidade de braços para a lavoura foi o financiamento da imigração europeia. Representantes do setor de ponta da economia brasileira, os fazendeiros do café, foram financiados pelo Estado que, interessado no avanço econômico da república brasileira, montou um aparato que subsidiava todo o processo de entrada dos trabalhadores estrangeiros em São Paulo. Os imigrantistas procuraram difundir uma ideologia de superioridade do trabalhador europeu como mão-de-obra “regeneradora” e “sem mácula”, situação que favoreceria o progresso e a riqueza nacional⁴³. Na prática, chegavam no país trabalhadores europeus despossuídos, fugindo da situação

⁴² Nos estados do sul do país - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - há uma política imigratória que antecede o período republicano, muito intensa em meados do século XIX, e que também tem um componente econômico e racial. No caso, tratava-se de “povoar” as regiões desses estados com europeus, uma vez que as terras eram habitadas por povos indígenas, negros e “caboclos”. Ver: LAMB. Roberto Edgar. Uma jornada civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na província do Paraná - 1867 a 1882. Curitiba: Aos Quatros Ventos,

⁴³ PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **Emergência dos subalternos**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1989, p. 11.

política e econômica de seus países, que envolviam situações de guerra e extrema pobreza, dispostos a vender sua força de trabalho de forma precarizada.

Em um território desconhecido, buscavam encontrar modos de sobrevivência, estabelecendo algumas redes de sociabilidade em seus núcleos de colonização, seja pelos vínculos de parentescos, consolidados desde o local de origem, ou pelas amizades estabelecidas durante a viagem para o Brasil, como recursos que garantiam uma melhor adaptação no processo migratório. Como pontua a historiadora Maíra Ines Vendrame, mesmo que carentes de bens materiais, o estabelecimento desses laços permitia a ampliação de chances de sucesso no Novo Mundo⁴⁴.

A difusão da ideia de uma vadiagem dos nacionais, por sua vez, passou a se tornar insustentável quando o sistema imigratório passou a diminuir, a partir de 1914, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, momento em que se verificou um empenho do discurso dominante para recuperá-los⁴⁵. Tal fato transformou o regime de trabalho brasileiro, pois a estigmatização do nacional, tido como preguiçoso ou vagabundo, agora passaria a ter sua atividade encorajada, ligada ao enobrecimento da nação e suas engrenagens produtivas. Foi inserido no conceito de trabalho um caráter positivo, criando nos “homens livres” a noção de que, através deles, se alcançaria a dignidade e a ascensão social. Isso se evidencia com a influência do pensamento positivista à época, propagador de valores como “ordem”, “progresso” e “mobilidade social”, ideais ligados aos interesses do capital emergente, e que, rapidamente, foram associados aos ideais republicanos.

Na *Belle Époque* a República colocou em ação antigas práticas do Império na captação de mão de obra estrangeira para o trabalho no campo, mantendo as promessas sedutoras de oportunidades para se viver bem em terras brasileiras. Em solos paranaenses a chegada dos imigrantes significaria para as elites, em teoria, a constituição de uma harmonia social, em plena colaboração com o processo civilizatório, onde se estabeleceriam laços coesos na relação entre os povos. No caso do Rio Grande do Sul, sua imagem como “lugar de europeus” estava presente no imaginário do estado desde a primeira metade dos Oitocentos.

⁴⁴ VENDRAME, Maíra Ines. **O poder na aldeia**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália). São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016, p. 83.

⁴⁵ KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: A origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2019 (3ª Edição), p. 53-124.

A presença desses imigrantes ocuparia o papel de manutenção da produtividade econômica quando a escassez do braço escravo se manifestasse mais urgente. Quando, de fato, se fez necessária, as autoridades políticas provinciais se referiam aos europeus tratando de trabalho, direitos e qualidades, enquanto aos libertos, o discurso se pautava em trabalho, deveres e ausência de virtudes.⁴⁶ A distribuição de direitos usando a raça como critério era comum, e também podia ser percebida no Paraná, uma vez que na visão das classes dominantes, os cativos pertenciam as “classes baixas”, e eram censurados constantemente pelos vereadores das câmaras como “classe imoral de escravos e libertos”, tidos como perigosos, imorais e não-morigerados⁴⁷.

O estado de São Paulo foi a principal região de atração de imigrantes no Brasil, o que resultou em intenso crescimento demográfico e econômico, devido as condições econômicas favoráveis do estado, possibilitando, então, o fluxo de trabalhadores estrangeiros. A alta no preço do café tornava ainda mais atrativa a expansão da cultura, e, diante da necessidade de braços livres que substituiriam a mão de obra escrava, a imigração de trabalhadores europeus foi fundamental para atender aos interesses da grande lavoura. Esses imigrantes formaram um contingente de trabalhadores que ajudariam no desenvolvimento econômico do sul do país, especialmente da cultura do café⁴⁸.

Esse processo pode ser visto como um empreendimento de sucesso, especialmente quando levamos em conta as oportunidades de trabalho no meio urbano, que aumentaram com o sistema industrial em desenvolvimento. No entanto, ainda que o trabalhador imigrante tenha alcançado algumas posições de destaque na indústria, ou até mesmo, como proprietário de uma pequena oficina, por exemplo, o grande contingente de imigrantes que aqui chegaram pobres nas últimas décadas do século XIX, assim permaneceram até o final da vida⁴⁹. Com a intensificação do fluxo

⁴⁶ ROSA, Marcos Vinícius de Freitas. **Além da invisibilidade**: História social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição. Tese (doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014, p. 90.

⁴⁷ PEREIRA, Magnus Roberto. **Semeando iras rumo ao progresso**: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889. Curitiba: Editora da UFPR, 1996, pp. 111-112.

⁴⁸ SÊGA, Rafael Augustus. **A capital belle époque**: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001, p. 89.

⁴⁹ LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul**: uma interpretação sociológica. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1976, p. 11.

⁴⁹ FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1889-1924). São Paulo: Edusp, 2014, p. 73.

imigratório, o Paraná e o Rio Grande do Sul absorveram parte desses grupos com o objetivo de desenvolver uma agricultura de abastecimento, o que acarretou um crescimento populacional nas cidades de Curitiba e Porto Alegre no período em estudo.

Foi nesse contexto imigratório que as vidas dos dois amigos João e Rodolpho se cruzaram. Em uma longa viagem, deixaram para trás, junto a seus pais, a vida no continente europeu e atravessaram o atlântico, em um navio saído da Áustria, por meio do Serviço de Imigração de São Paulo. Assim, chegaram ao Brasil em 1927 e desembarcaram em Santos, momento em que a dupla se separou, quando cada família foi encaminhada para uma fazenda. A família Papst foi para Sorocaba, trabalhar na fazenda Morro azul, local onde ficaram por aproximadamente três meses, até partirem para o Paraná.⁵⁰ Logo, Papst filho se empregou na Companhia Força e Luz, em Curitiba. Apenas alguns meses depois Rodolpho também foi para o Paraná, momento em que se reencontraram. Quando Rodolpho reencontrou o amigo, o convidou para trabalhar “na compra e venda de pedras preciosas”⁵¹.

* * *

Rodolpho Kindermann tinha 21 anos de idade quando foi fichado pela polícia curitibana, em 12 de março de 1931, após a denúncia da autoria do crime da rua Barão do Rio Branco. Natural da Tchecoslováquia, alto, branco e de olhos azuis, se identificou como “garimpeiro” para o escrivão. Em Curitiba, morava com seu pai, na Rua Fontana nº 57. Seu parceiro de crime, João Hans Papst, austríaco, tinha 18 anos, baixo, olhos azuis e se identificou como “comerciante”. Embora a descrição de suas ocupações não fosse, de fato, condizente com o que viviam naquele período de suas vidas, é notória a preocupação da dupla em demonstrar uma vida laboriosa para a polícia.

Juliana Papst, junto a seu marido João Papst e seus dois filhos Guilherme e João, chegaram ao Brasil aproximadamente no ano de 1927 para trabalharam nas fazendas de café paulistanas. Os baixos padrões salariais e os contratos temporários,

⁵⁰ O dia. Curitiba, 11 de março de 1931.

⁵¹ O dia. Curitiba, 11 de março de 1931.

no entanto, faziam a rotatividade desse trabalho ser grande, circunstância que fez com que, após três meses, descontentes com o modo de vida a que estavam submetidos, a família Papst se mudasse para Curitiba. O senhor Papst, que na Áustria trabalhava como operário em uma indústria, ao se estabelecer na capital paranaense, passou a trabalhar por conta própria como carpinteiro, ganhando 12 mil reis por dia. Seu filho João, por sua vez, trabalhou nos escritórios da Companhia Força e Luz⁵², por aproximadamente um ano, até pedir demissão e se mudar para Porto Alegre com seus pais, na busca por uma vida melhor⁵³.

Depoimentos prestados nos autos do processo judicial, que será analisado mais adiante, no capítulo terceiro, confirmam a vida de viagens dos dois amigos entre Curitiba e Porto Alegre, na busca de tentar ganhar a vida de formas não convencionais. Além de praticarem os dois latrocínios no período de um ano, a dupla parecia estar interessada na atividade de mineração, uma vez que Papst manifestou inúmeras vezes, para um vizinho, seu desejo de explorar o comércio de pedras preciosas em uma fazenda atravessada pelo rio Tibagi, perto da capital paranaense⁵⁴.

Ao analisar crimes cometidos por imigrantes em São Paulo, nas últimas décadas do século XIX e início do XX, Boris Fausto pontua as referências de caráter discriminatório as suas nacionalidades, encontradas nos processos judiciais. A força da experiência migratória trouxe consequências, como o preconceito com o estrangeiro, que perdurou em círculos da elite e classe média tradicional, não apenas em São Paulo, mas no resto do Brasil.

No olhar sob os “comportamentos desviantes”, a figura do imigrante se destaca como o diferente, desconhecido -e por isso preocupante - verdadeira ameaça a

⁵² Em 1928 foi assinado o contrato de prestação de concessão de energia elétrica em Curitiba entre o Governo do Estado e o Grupo de Empresas Elétricas Brasileiras, que em seguida transferiu o compromisso para a Companhia Força e Luz do Paraná, uma empresa norte americana. Disponível em: <<https://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereço=%2Fhpcopel%2Froot%2Fpagcopel2.nsf%2Fdocs%2F938F473DCEED50010325740C004A947F>> Acesso em: 05/10/2019.

⁵³ O único processo encontrado foi o autuado em Porto Alegre, em 1931, onde são réus, além de João e Rodolpho, os pais do primeiro. Assim, nos depoimentos prestados, como a dupla se encontrava em Curitiba, há mais informações a respeito de Papst, em que foram interrogados seu pai e sua mãe. Provavelmente a família de Kindermann continuou residindo em Curitiba. Há uma única fonte encontrada que nos aponta uma informação sobre a família de Kindermann. O jornal Diário da Tarde, em 1934, fez a seguinte nota: “Um coração de mãe que palpita” por dois filhos criminosos”. Hermínia, mãe de Rodolpho e de Gustavo Kindermann (preso como moedeiro falso) enviou um requerimento para o Diretor da Penitenciária - o periodista não informa o que é - mas se refere a um “carinhoso, mas impossível desejo”. Extraí-se da nota a informação inusitada de que Rodolpho tinha um irmão, também criminosos, recolhido na Penitenciária do Ahu. **Diário da Tarde**. Curitiba, 24 de junho de 1933.

⁵⁴ Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Registro nº 2537, 1931, p. 30.

imagem de “cidade ideal” tão almejada pela burguesia. Muito longe de atender aos ideais civilizatórios de labor e disciplina, uma grande massa de imigrantes trazia consigo elementos que frustravam as expectativas projetadas sobre eles. Superado o estigma de boêmios, desordeiros e preguiçosos quando se encontram na informalidade, ao se inserirem no mercado de trabalho são representados no imaginário burguês como grevistas ou anarquistas, verdadeiro incômodo com as suas ideias subversivas. É justamente sobre eles que recaía o olhar vigilante das autoridades sanitárias e policiais⁵⁵.

2.2 RECONSTRUINDO OS CENÁRIOS: OS ENCANTOS DA VIDA MODERNA

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, a pequena Curitiba buscava se integrar ao mundo contemporâneo. Com o advento da República e seus ideais de progresso, a cidade ganhou um ritmo acelerado com as mudanças e inovações urbanísticas em curso, deixando para trás um passado colonial marcado pela pacatez, para fazer parte de um projeto civilizatório maior⁵⁶. A população cresceu e, se em 1870 tinha aproximadamente 12.000 habitantes, passou a ter quase 80.000 em 1920⁵⁷. Um dos aspectos determinantes do seu crescimento demográfico foram as políticas imigratórias. Ucrânianos, italianos, poloneses e alemães, pessoas simples que viviam como trabalhadores rurais ou urbanos em suas terras natais, chegaram para se estabelecer na cidade e conquistar seus espaços, principalmente no comércio local. As elites depositavam na chegada desses imigrantes uma expectativa de progresso ancorada em valores civilizatórios que tanto aspiravam, e que poderiam, enfim, ser alcançados com a presença europeia em solos brasileiros⁵⁸.

A cidade cresceu e com isso seu desenvolvimento foi aprimorado. Aproveitando um contexto econômico favorável, fruto da prosperidade conquistada pela indústria da erva-mate, viu surgir a necessidade de imprimir no espaço público a riqueza que fora

⁵⁵ DE BONI, Maria Ignês Mancini. **O espetáculo visto do alto**. Vigilância e punição em Curitiba. 1890-1920. Curitiba: Aos quatro ventos, 1996, p. 53.

⁵⁶ SÊGA, Rafael Augustus. **A capital belle époque**: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001, p. 2.

⁵⁷ DE BONI, Maria Ignês Mancini. **O espetáculo visto do alto**. Vigilância e punição em Curitiba. 1890-1920. Curitiba: Aos quatro ventos, 1996, p. 11.

⁵⁸ GRUNER, Clóvis. **Paixões torpes, ambições sórdidas**: crime, cultura e sensibilidade moderna (Curitiba, fins do século XIX e início do XX) São Paulo: Alameda, 2018, p. 63.

adquirida com a comercialização do produto. A burguesia ervateira⁵⁹, determinada a nortear os princípios socioeconômicos do estado, aproveitou o momento para idealizar o fortalecimento de uma identidade paranaense. Para tal, além da criação de símbolos necessários à construção de uma narrativa mítica que daria singularidade a identidade cultural do Paraná⁶⁰, essa elite ascendente patrocinou uma cidade à altura dos seus interesses. E assim, Curitiba entrou em obras, derrubou, construiu, canalizou rios, calçou ruas com paralelepípedos em estilo *petit pavé*, transformou terrenos pantanosos em jardins, instalou chafarizes, coretos e relógios, e todo o mais necessário para o seu devido embelezamento.

Novos personagens, além dos industriais e comerciantes do mate, ocupavam os espaços públicos, como trabalhadores jornalheiros, empregados burocráticos, profissionais liberais e funcionários públicos. A economia ervateira, portanto, proporcionou a expansão do comércio varejista, serviços urbanos que, ao criar formas de aglomeração, demandavam investimentos por parte da municipalidade⁶¹. Ao se fortalecer com os melhoramentos cotidianos, a cidade apontava para um futuro em constante mudança, onde os símbolos da modernidade - como britadeiras e guindastes - eram fetichizados pela população⁶².

Na capital gaúcha, do mesmo modo, o fenômeno urbano proporcionou a emergência de novos problemas - e suas devidas soluções - que se manifestaram através do dinamismo das atividades comerciais e na expansão dos serviços que remodelavam a sua estrutura. Através da construção de casas e edifícios suntuosos, a cidade passava a conquistar ares de grande centro. A construção de prédios imponentes como o dos Correios e Telégrafos, construído entre 1910 e 1912 pelo

⁵⁹ A burguesia que emergiu a partir da indústria do mate, apesar de não ser idêntica as burguesias industriais europeias ou norte-americanas, ou, até mesmo, idêntica à burguesia industrial em desenvolvimento no Brasil em função do processo de industrialização por substituição de importações, não deixava de ser uma burguesia industrial. A existência de uma “indústria ervateira” é uma questão controversa na historiografia, razão pela qual autores da ciência econômica chegaram a duvidar das características industriais do parque fabril ervateiro. Segundo Magnus Pereira, não fosse pela utilização simultânea de mão-de-obra livre e escrava, a indústria ervateira, se localizada na Europa, poderia ser incluída sem qualquer ressalva entre tantos outros ramos industriais que seguiram trajetórias parecidas. Ver: PEREIRA, Magnus. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889**. Curitiba: Editora da UFPR, 1996, pp. 17-19.

⁶⁰ LOPES PEREIRA, Luís Fernando. **O Espetáculo dos Maquinismos Modernos**: Curitiba na virada do século XIX ao XX. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

⁶¹ PEREIRA, Magnus Roberto. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889**. Curitiba: Editora da UFPR, 1996, pp. 111-112.

⁶² SÉGA, Rafael Augustus. **A capital belle époque**: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001, p. 53.

engenheiro Rodolfo Ahrons⁶³, localizado na praça da Alfândega, evidenciava a arquitetura alemã oficial, com sua tradição barroca⁶⁴. Outro prédio de destaque feito por Ahrons é a Delegacia fiscal, atual Museu de Arte do Rio Grande do Sul, edifício de arquitetura eclética, combinando a frente clássica com as cúpulas barrocas, construído entre 1913 e 1914. Segundo o historiador Charles Monteiro, ambos os prédios, pela imponência e beleza, modificaram o perfil arquitetônico desse espaço da cidade, que na virada no século recebeu calçamento, arborização e ajardinamento⁶⁵.

Porto Alegre, desde a instauração da República, já era a principal cidade do Rio Grande do Sul. Seu crescimento esteve ligado, especialmente, a leva de imigrantes alemães que se instalaram na província a partir de 1824. Vivendo no vale do Rio dos Sinos, os imigrantes estimularam as atividades do porto da capital ao escoarem os produtos de suas colônias através da rede hidrográfica que desemboca no rio Guaíba. Com a pacificação da Revolução Farroupilha despontou como o principal centro econômico da província, atraindo investimentos decorrentes da comercialização dos produtos coloniais e servindo de polo de contato com o centro do país. A cidade se torna atraente para os movimentos migratórios em razão da multiplicação de suas fábricas, casas de comércio e demais serviços relacionados com a educação e os aparelhos públicos, que despontava justamente por ali se encontrar a sua capital.

Diante do excelente desenvolvimento econômico, a elite porto-alegrense se viu lidando com novos padrões de vida e de consumo, que implicavam não só na criação de novos espaços urbanos, mas também no estabelecimento de um novo imaginário das relações sociais. Parte desse imaginário⁶⁶, não exclusivo, por óbvio, à Porto Alegre

⁶³ Rudolf Ahrons, famoso engenheiro de Porto Alegre, foi responsável por muitas edificações na cidade no início do século, especialmente de prédios públicos, mas também de fábricas e residências burguesas. Abriu seu escritório de engenharia e arquitetura em 1895. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O cotidiano da república**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio grande do Sul, 1990. p. 36.

⁶⁴ A arquitetura barroca é um estilo arquitetônico praticado durante o período barroco, predominante na Europa entre os séculos XVI e a primeira metade do século XVIII. No Rio Grande do Sul, Rodolfo Ahrons adotou projetos com um padrão estético de “viés germânico” de construção, inspirado no barroco alemão, especialmente pela parceria com os arquitetos Theo Wiederspahn e Otto Menschen. Essas características são notáveis na ornamentação exuberante da fachada, cheia de volutas, relevos e esculturas. Esses prédios permanecem até hoje entre os principais marcos arquitetônicos da cidade.

⁶⁵ MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: Urbanização e modernidade** – A construção social do espaço urbano. Porto Alegre: Editora PUC/RS, 1995, p. 36.

⁶⁶ Adotamos aqui o conceito de imaginário compreendido pelo historiador Bronislaw Baczko, segundo o qual o dispositivo evoca um esquema coletivo de interpretação das experiências individuais,

- eis que resultado de um projeto de classe - sucedia a criação de um modelo ideal de cidadão: que trabalha, é ordeiro, educado e apto a vivenciar plenamente o padrão imposto pelas elites⁶⁷.

Figura 3 - Rua Voluntários da Pátria



Fonte: Revista Máscara, edição comemorativa do centenário da Independência, 1922. Hemeroteca do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Consequência da expansão da vida pública, são organizados novos espaços de sociabilidade. A Praça Harmonia, antigo Largo do Arsenal, era um charmoso passeio da cidade, bem às margens do Guaíba, onde na virada do século foi instalado um ringue de patinação. A burguesia passa a frequentar cafés e confeitarias, assistir filmes nos cinemas Avenida, Rio Branco e Odeon, e a se distinguir socialmente dentro de outros lugares de reunião igualmente importantes, como o Clube do Comércio e O Grande Hotel⁶⁸. Em Curitiba, da mesma forma, se destacava o Palácio Hauer, o edifício mais alto da cidade quando da sua inauguração, em 1901, abrigando a empresa José Hauer & Filhos, e o Paço Municipal, antiga sede da prefeitura da capital, inaugurado em 1916 pelo então prefeito e engenheiro Cândido de Abreu.

complexas e variadas, e a codificação das expectativas e das esperanças. In: BACZCKO, Bronislaw. "Imaginação Social". In: **Enciclopedia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

⁶⁷ MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: Urbanização e modernidade** – A construção social do espaço urbano. Porto Alegre: Editora PUC/RS, 1995, p. 52.

⁶⁸ MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: Urbanização e modernidade** – A construção social do espaço urbano. Porto Alegre: Editora PUC/RS, 1995, p. 37.

Diante de tantas transformações, o espanto e o encanto com os maquinários modernos é um tema que atravessa a historiografia da época, materializado, por exemplo, no *frisson* pela chegada dos bondes elétricos, que começaram a circular na cidade em 1912 e cujo investimento resultou em uma cerimônia de inauguração, na qual os populares, admirados, nele se penduravam em seu primeiro trajeto⁶⁹. Ou no entusiasmo pelas maravilhas das técnicas no parque de diversões *Colyseu*, onde as famílias curitibanas podiam apreciar os importantes aparelhos automáticos que recém chegavam de Hamburgo e Paris. Além de um carrossel e pista de patinação, o parque proporcionou aos frequentadores o primeiro cinematógrafo, instalado em 1905 no teatrinho do parque⁷⁰, criado pelo imigrante espanhol Francisco Serrador, pioneiro dos circuitos exibidores nas capitais Rio de Janeiro e São Paulo. Antes de Curitiba ganhar esse espaço fixo, a fruição dessas “telas” era feita por companhias ambulantes que percorriam o país, visitando as cidades com suas exhibições. No final da primeira década do século, entre teatros, parques e um cinema - o *Smart*, inaugurado em 1908 - Curitiba já contava com sete locais de exibição cinematográfica⁷¹.

A ideia do cinema como um espaço de lazer curitibano na primeira década do século XX, nos ajuda a pensar no fascínio pela tecnologia que acompanhava a sétima arte. A novidade, celebrada e sentida pelos moradores, era enaltecida pela imprensa, que colocava em evidência o caráter maquínico das diversões que seduziam os frequentadores do parque⁷². Segundo Clóvis Gruner, o fascínio do público curitibano pelo cinema, estava ligado, justamente, as suas possibilidades técnicas, fazendo da reprodução na tela o espetáculo em si mesmo. Exemplo disso foi a recepção fria do público ao filme do diretor francês Georges Méliés, *Le voyage dans la lune*, exibida pela Companhia Eduardo Hervet, considerado pelo jornalista do jornal “Diário da Tarde” como “àquella xaropada à lua”, preterida pela exibição das cenas da guerra russo-japonesa, apresentada na mesma seção⁷³.

⁶⁹ PEREIRA, Luis Fernando Lopes. O espetáculo dos maquinismos modernos – Curitiba na virada do século XIX ao XX. Tese de doutorado em História (USP), 2002, p. 85.

⁷⁰ BRANDÃO, Angela. **A fábrica de ilusão: O espetáculo das máquinas num parque de diversões e modernização em Curitiba (1905-1913)**. Curitiba: FCC, 1994, p. 32.

⁷¹ STECZ, Solange. **Cinema paranaense – 1900-1930**. 191 f. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná. Mestrado em História. Curitiba, 1988, p. 67.

⁷² BRANDÃO, Angela. **A fábrica de ilusão: O espetáculo das máquinas num parque de diversões e modernização em Curitiba (1905-1913)**. Curitiba: FCC, 1994. p. 18.

⁷³ GRUNER, Clóvis. A cidade como filme: cinema e cultura moderna na Curitiba da Primeira República. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 17, n.33, p. 56 – 81, jan./abr. 2016, p. 67.

Esses espaços públicos e suas atrações não escapavam das críticas e elogios dos jornais, que captavam as novas sensibilidades modernas, alimentando e criando expectativas na burguesia citadina. As cidades europeias, como as matrizes desse fenômeno, representavam o símbolo da modernidade e da novidade, experiências, de certa forma, sentidas em vários pontos do globo, ainda que o desenvolvimento ocorra de maneiras diferentes, afinal “Curitiba não é o Rio de Janeiro, nem Paris, mas recebe seus modelos e está a par de seus processos”⁷⁴.

A inserção das cidades na sociedade moderna implicou o tomar contato com novas experiências, gerando expectativas e fazeres relacionados ao desejo de alguns segmentos da população, movidos por ideários progressistas, de transformá-las em capitais civilizadas. No cerne desse ideário, havia as mudanças dos hábitos e costumes que caracterizavam esse novo momento, marcado por forte diversidade cultural e intelectual. Elizabete Berberi, ao analisar algumas dimensões da modernidade na Curitiba do início do século XX, recorreu as crônicas editadas por jornais e revistas, procurando perceber como a cidade era pensada e vivenciada por seus habitantes. As cidades se reinventavam e a constituição de novos sentidos e sensibilidades também, afinal, as transformações em seus espaços públicos mudavam os padrões de comportamentos de seus moradores. A proliferação de periódicos durante a Curitiba e Porto Alegre da *Belle Époque* são indicativos do costume da leitura e da consolidação de novos hábitos que, segundo Clóvis Gruner “denota a emergência de uma sensibilidade mais afinada com noções europeias de civilidade e progresso”⁷⁵.

No início do século XX circulavam em Curitiba quatro principais periódicos: A República, Gazeta do Povo, Diário da Tarde e O dia, sendo os dois últimos mais críticos as ações do governo do estado⁷⁶. Em Porto Alegre, os jornais A federação, Gazetinha e Gazeta da Tarde, os três de tendência conservadora e moralista - embora a “Gazetinha” fosse um periódico um pouco mais “popular” – faziam as vezes de

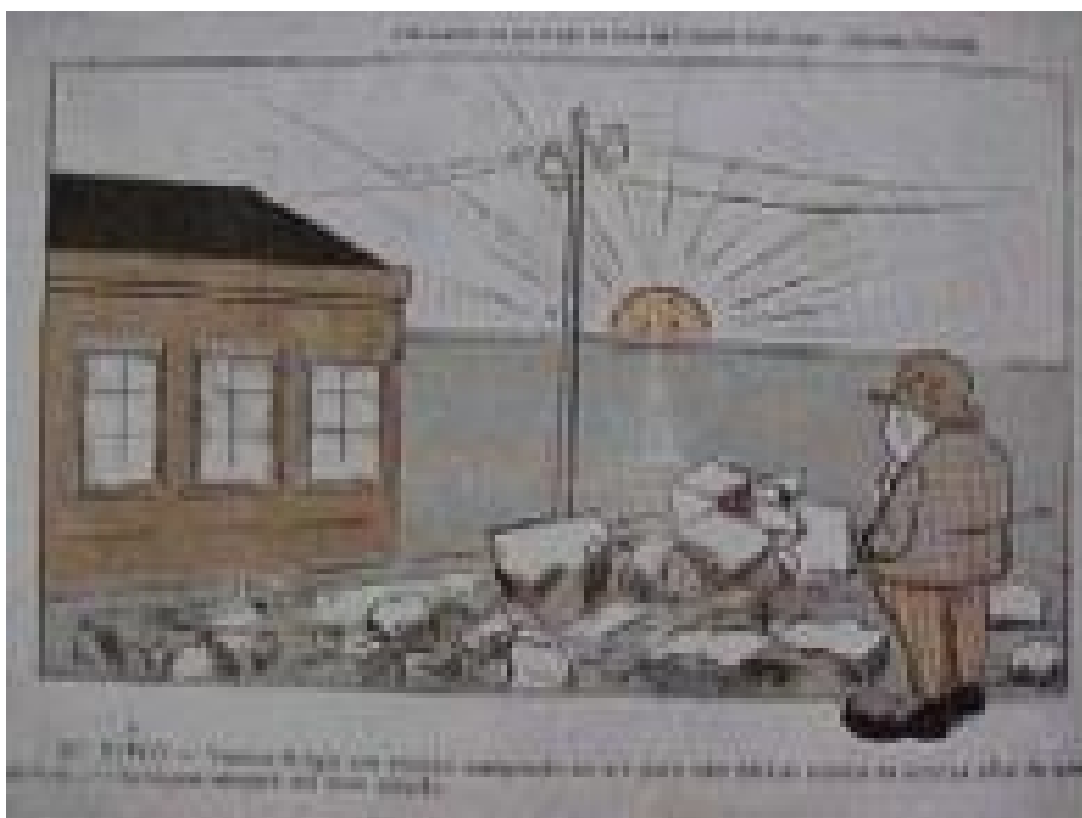
⁷⁴ BERBERI, Elizabete. **Impressões** - a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. p. 19.

⁷⁵ GRUNER, Clóvis. As letras da cidade ou quando a literatura inventa o urbano – leitura e sensibilidade moderna na Curitiba da Primeira República. In **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, volume 23, no 45, janeiro-junho 2010. p. 57.

⁷⁶ Uma breve explicação se faz necessária: O jornal “A República”, tinha estampado em seu frontispício o lema “Orgão do Partido Republicano”, razão pela qual fica nítida as razões pelas quais mantinha uma postura de apoio as ações públicas e oficiais. Quanto ao jornal “Diário de Notícias”, havia um misto de amistosidade com posturas duramente críticas ao governo, a depender das circunstâncias do debate.

criticar e ressaltar as políticas públicas em andamento. Além dos jornais, se destacaram no período as revistas ilustradas. Refletindo um consumo estético através da imagem e do humor, essas revistas ressignificaram formas de sensibilidade do público leitor⁷⁷. O que se passava nas ruas, como a admiração e o espanto com os maquinários, o entusiasmo com o cinematógrafo, a fotografia, a luz elétrica e os bondes em alta velocidade, se refletia nessas revistas. As caricaturas desse período, através das charges, apresentando os movimentos citadinos, são flagrantes das ruas e seus personagens.

Figura 4 - Zelador de Curitiba



Fonte: O olho da Rua, n. 9, 14/10/1911.

Em meio a diversidade das figuras que circulavam pelas páginas das revistas, em Curitiba, Zé povo foi o personagem criado para representar, como o próprio nome sugere, as classes populares. A ideia era que Zé Povo fosse o porta-voz da opinião do público das revistas ilustradas. Durante as reformas urbanas realizadas na capital

⁷⁷ KAMINSKI, Rosane. Gosto brejeiro: as revistas ilustradas e a formação de juízos estéticos em Curitiba (1900-1920). In: **Sentimentos na história: linguagens, práticas, emoções**. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

paranaense, sua imagem foi usada pelos caricaturistas republicanos, em revistas como “O olho da rua, A Rolha e A bomba” para realizar algumas críticas as mudanças em curso, denunciando, através do humor, a descrença no progresso. Em Porto Alegre, o mesmo personagem foi criado – o Zé Povinho – e circulava pelas páginas do jornal “Gazetinha”. Sua figura representa “um indivíduo das classes populares explorado, negro, mal vestido, mas não desonesto”⁷⁸. Ambos os personagens apareciam como denunciadores das angústias da população que, destituídas de poder, contestavam a realidade diária das cidades.

Sendo a modernidade um fenômeno essencialmente urbano, a sua íntima relação com a literatura não é algo casual. É nas letras que começam a circular, nas capitais gaúcha e paranaense, a emergência de uma sensibilidade mais alinhada com as noções de civilidade e progresso. A maneira como as mudanças são sentidas e interpretadas pelos contemporâneos torna possível compreender um pouco melhor o impacto da modernidade. Isso porque, “o mundo moderno põe em circulação elementos culturais que favorecem a emergência de novas significações e sociabilidades”⁷⁹. Tomar a Europa como referência, muito além de uma simples importação de ideias das novas práticas do continente, veio a significar uma adesão ao modelo civilizatório que lá ocorria. Foi concretizada uma opção política e cultural, um conjunto de escolhas que funcionou como “parâmetro balizador dos novos costumes e comportamentos”⁸⁰. Em suma, ainda que as capitais aqui referidas apresentassem um acanhado processo de renovação urbana, seus habitantes privilegiados⁸¹ a sentiam como metrópoles, e assim a representavam nas páginas de jornais, livros, poesias, imagens, dentre outros discursos.

Analizando o processo de urbanização e modernização da cidade de Buenos Aires, a crítica literária Beatriz Sarlo busca compreender como os intelectuais da

⁷⁸ MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade**: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 18.

⁷⁹ GRUNER, Clóvis. As letras da cidade ou quando a literatura inventa o urbano – leitura e sensibilidade moderna na Curitiba da Primeira República. In **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, volume 23, no 45, janeiro-junho 2010, p. 53.

⁸⁰ PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas** - O detetive e o urbanista. Rio de Janeiro Casa da palavra, 2002, p.90.

⁸¹ Naturalmente há uma distinção significativa entre o “cidadão comum”, pertencente às massas, que observa essas mudanças estruturais da *urbs* de modo mais passivo, dos que, por pertencer e circular em espaços privilegiados, constroem as narrativas sobre elas. Jornalistas, literatos, cronistas fotógrafos e pintores possuem um olhar diferente na leitura das cidades e devemos reconhecer essa diferença de percepções e sensibilidades. Ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol.8, nº16, 1995, p. 279-290.

época de 1920 e 1930 encararam as intensas transformações que a cidade vivia. Para tal, Sarlo cunha o conceito “modernidade periférica”, que significaria uma tentativa de articular as linguagens modernas produzidas na Europa às tradições e costumes locais argentinos, em uma espécie de bricolagem que faz surgir novas “identidades”, sejam elas estéticas, políticas ou étnicas. Nesse propósito, haveria uma tentativa de harmonizar ou equilibrar passado e futuro nesse novo contexto urbano onde, segundo a autora “o passado biográfico destaca o que se perdeu (ou se ganhou) no presente da cidade moderna”⁸². A ensaísta escolhe o espaço imaginário das *orillas* (margens ou bordas) que reúnem os escritores importantes do país e o olhar para os marginais da cidade -miseráveis, delinquentes, prostitutas, criminosos e toda sorte de subversivos - criando, assim, uma metáfora para essa cultura de mescla no cenário da modernidade portenha.

Essa sensibilidade cosmopolita investigada por Sarlo e o conceito “modernidade periférica”, a nosso ver, também puderam ser observadas no Brasil, e, nas capitais aqui estudadas, onde tradição e modernidade estabeleceram entre si relações de confronto.

* * *

Em “O Homem da Multidão” Edgar Allan Poe nos apresenta, através da figura de um observador da cidade de Londres, uma atmosfera de impressões e emoções carregadas de estranheza, desconforto e fascínio pelas figuras citadinas. Analisando os transeuntes a partir de sua aparência e fisionomia, o narrador observa minuciosamente os tipos – e seus lugares sociais - que circulam pelas multidões. Essa experiência repercute em inquietações e medos irracionais que só os mistérios das grandes cidades podem oferecer. O mistério da identidade e da figura do outro, estranho e alheio, que se perde entre rostos desconhecidos na multidão, é a essência da vida moderna capturada por Poe.

Em dezembro de 1915, uma sessão do Diário da Tarde narra um “dia elegante” vivido em Curitiba. Após cavalheiros e famílias deixarem a tranquilidade de

⁸² SARLO, Beatriz. **Modernidade periférica**: Buenos Aires, 1920 e 1930. São Paulo: Cosac Naify, 2010, p. 36.

seus lares para passear pela rua XV “com os seus cafés e os seus cinemas repletos de gente, as vitrinas golphando luz” e, percebendo a movimentação das praças, com seu vai e vem de automóveis, bondes e carros, nosso *flanêur* constata que Curitiba “como todas as grandes cidades, aparecia aos nossos olhos cheio de tantos encantos, tantos ruídos, como si um acontecimento, uma nota sensacional tivesse despertado a alma do povo patricio, trazendo-lhe vibratilidades estranhas”. Esse dia entusiasmante, contudo, o fez esquecer, temporariamente, um outro lado da cidade:

Levados pelo contagio da satisfação que se desenhava em todas as faces, esquecemos a outra Curitiba – a Curitiba das vielas e dos pardieiros, dos prostíbulos e das casas de jogos; dos vagabundos e dos mendigos, dirigindo-nos á praça Ozorio⁸³.

Essa forma de narrar o cotidiano, não por acaso, se encontra na coluna intitulada “Movimento Social”, onde somos apresentados a um observador de costumes em ação. Com a cidade ganhando corpo, esse observador busca o olhar atento sobre ela, e sente, na caminhada pelas praças, na movimentação dos transeuntes e no barulho dos carros, uma infinidade de impressões possíveis. O passeio se torna uma forma de captar as mudanças em curso, essas “vibratilidades estranhas”, que vão formando o ambiente urbano. Esse observador/cronista de costumes deve ser entendido dentro de um outro processo: o da invenção da cidade. Ao sentir que está diante de uma nova era, a sua observação analítica se propõe a decifrá-la. A *urbs* faz parte de um projeto maior, seja ele político, econômico, social ou cultural, ou todos eles juntos, que cria uma realidade citadina, uma imagem da cidade. É justamente a construção dessa imagem e, mais especialmente, a representação dela, que não se pode confundir com a cidade real.

Robert Pechman nos chama a atenção para essa questão, se referindo ao processo de invenção social em que essas imagens da cidade se recobrirão sob ela, transformando-as em um objeto de saber, apropriado pela crônica, romance, ou qualquer outra forma de representação, que, em dado momento, produz suas metáforas. Através dessas operações que o discurso dos desajustes e da desordem são criados, a fim de justificar “a intervenção reformadora que haveria de redefinir o espaço urbano das grandes capitais ao largo de todo o mundo”⁸⁴. Como é nos jornais

⁸³ **Diário da Tarde**. Curitiba, 20 de dezembro de 1915.

⁸⁴ PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas** - O detetive e o urbanista. Rio de Janeiro Casa da palavra, 2002, p. 177.

que essa “paisagem urbana” melhor se define - devido a sua leitura diária do cotidiano - é neles que a vida pública vai ser tematizada, e o cronista social colocará em cena o cosmopolitismo e a polifonia das capitais.

2.3 OS INDESEJÁVEIS, A *URBS* E SUAS CONTRADIÇÕES

O aumento populacional vivenciado no período ocasionou uma série de problemas na infraestrutura urbana dessas cidades, que não estavam aptas a lidar com a nova realidade demográfica. Esse crescimento considerável transformava a dinâmica da *urbs* e, conseqüentemente, a necessidade de remodelação dos espaços. Acima de tudo, as mudanças estavam relacionadas a vontade da burguesia de dar uma cara nova à vida citadina. O anseio das classes privilegiadas de distinguir-se das classes subalternas era nítido, afinal, com o advento de uma cidade moderna e progressista, eram necessários, dentre outras demandas, mecanismos de controle aptos a reorganizar os espaços de acordo com os novos valores dominantes, conforme perceberemos em alguns discursos ao longo desse trabalho.

No início do século XX, a urbanização curitibana ainda estava restrita a algumas camadas específicas do município. Iluminação e água, por exemplo, abasteciam, essencialmente, as casas do centro e arredores. O discurso de higiene e salubridade ganhou força junto ao propósito de reurbanizar, que implicava não só em renovação estética, mas especialmente, em “limpar a cidade e expulsar para longe do espaço, que se pretendia purificado, toda uma forma de existência miserável e fétida que se amontoava com o lixo nos velhos casarões”⁸⁵.

O mesmo problema se configurava para a burguesia emergente porto alegreense: como afastar do centro a população pobre e trabalhadora das fábricas que, por conveniência e praticidade, foram erguendo suas casas em terrenos próximos aos locais de trabalho. Em um contexto em que o transporte público não era acessível a todos, a proximidade do local do trabalho era fator crucial para a sobrevivência das camadas pobres. Essa nova demanda passou a tencionar a estrutura social, tornando mais visíveis os problemas relativos à moradia, saneamento e circulação urbana.

⁸⁵ DE BONI, Maria Ignês Mancini. **O espetáculo visto do alto**. Vigilância e punição em Curitiba. 1890-1920. Curitiba: Aos quatro ventos, 1996, p. 48

A questão habitacional era uma urgência ao poder público que, preocupado com a aparência da área central, tratava essa demanda como uma questão moral e higiênica, que deveria ser solucionada⁸⁶. O embelezamento da cidade esbarrava no contraste com os pobres que, para as autoridades, viviam em antros de promiscuidade e sujeira. A crescente apreensão com moléstias, como a epidemia da cólera por exemplo, foi fator determinante para legitimar, aos olhos do poder público, a exclusão dessa gente. Em contrapartida ao processo de acumulação de capital das classes abastadas, a populações pobres se virão em uma disputa para ocupar os espaços da cidade. O que restava a elas era morar em condições insalubres, lugares abafados, sem luz e ventilação adequada, buscando abrigo em “cortiços infectos e nojentos, cuja entrada repugna àquelle a quem a necessidade ainda não obrigou aos últimos sacrifícios”⁸⁷.

Em meados dos anos 20, a abertura da avenida Borges de Medeiros, bem no centro da capital rio grandense, ocasionou um “bota abaixo” em muitos cortiços e em alguns becos malvistos que ali existiam⁸⁸. Considerados locais de desordem, contravenção e sujeira, seus habitantes recebiam uma estigmatização negativa, em desarmonia com o discurso da “Porto Alegre cidadã – branca, enriquecida, culta”⁸⁹ que se pretendia fortalecer. Havia assim uma urgência em estimular a construção de moradias salubres e a criação de instrumentos legais que inibissem a proliferação de mais cortiços. A rua passou a mudar de público com as reformas urbanas do final do XIX e início do XX. Senhoras e senhores elegantes que seguiam as tendências da moda parisiense e frequentavam cinemas e teatros, não deveriam tolerar, de maneira tão próxima, habitantes que se encontravam na “contramão” do que foi convencionado pela moral burguesa. Com os espaços públicos ocupados pela elite, se tornou uma preocupação das autoridades protegê-las desse desconforto e inconveniente que era encontrar figuras “indesejáveis” por perto.

Bêbados, prostitutas, vagabundos, ociosos, não combinavam com o espírito da República, que se instituía sob o signo do trabalho e a condenação da

⁸⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O cotidiano da república**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990, p. 36.

⁸⁷ **A Federação**. Porto Alegre, 07 de março de 1901.

⁸⁸ MAUCH, Cláudia. Vigiando a vizinhança: policiais, classes populares e violência no sul do Brasil. In: PESAVENTO, Sandra; GAYOL, Sandra (org). **Sociabilidades, justiça e violências: práticas e representações culturais no Cone Sul (século XIX e XX)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 98.

⁸⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O cotidiano da república**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990, p. 32.

vagabundagem. Essa gente mal vista e subjugada, no entanto, apresentava entre si algumas diferenças. Formada por diferentes etnias e nacionalidades, padrões de relacionamento diferentes dos convencionais e exercendo trabalhos que beiravam a informalidade e até mesmo fora do mercado, essa população, diferentemente do operariado, não se apresenta com um discurso coeso e organizado⁹⁰. Consideradas a escória da sociedade, elas tinham em comum o fato de viverem mal, na pobreza e ocupando espaços classificados como decadentes e “subterrâneos”.

* * *

Convém aqui destacar algumas premissas da imposição dessa ordem nas cidades de Curitiba e Porto Alegre. Sabe-se que a abolição da escravidão e a intensidade do movimento migratório contribuíram, ao longo de várias décadas, para a formação de uma nova força de trabalho: a dos homens livres, que deveriam se submeter ao assalariamento. Com a consolidação de uma economia de mercado e da formação dessa nova mão de obra, a estrutura dessas capitais, por óbvio, sentiu a necessidade de um novo projeto. O homem livre, despossuído, seja ele o imigrante pobre ou o ex-escravo, teria que se ajustar aos projetos republicanos.

Sidney Chalhoub aponta dois movimentos essenciais - simultâneos, porém não excludentes - para explicar a imersão do trabalhador previamente expropriado nas leis do mercado de trabalho: “a construção de uma nova ideologia do trabalho e a vigilância e repressão contínuas exercidas pelas autoridades policiais e judiciárias”⁹¹. No caso das capitais aqui apresentadas não foi diferente, e a introjeção da ética do trabalho se fez necessária aos planos políticos republicanos, incidindo tanto na repressão policial como na segregação espacial⁹².

Essas questões apresentam um cenário antagônico. A modernidade proporcionava uma sensação entusiasmante, mas vivida por poucos, atendidos os limites das diferenças sociais. Tal assertiva mostra-se evidente no empenho das autoridades em afastar a plebe, o que se verifica nos discursos dos jornais, claramente

⁹⁰ MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade**: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 108.

⁹¹ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Unicamp, 2001, p. 47.

⁹² SÊGA, Rafael Augustus. **A capital belle époque**: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001, p.3.

preocupados em moldar e controlar a vida pública sugerindo propostas de saneamento moral. Cláudia Mauch aponta como os jornalistas, ao se colocarem como porta vozes da “opinião pública”, impunham um padrão de comportamento através da moralização dos indivíduos e dos locais perigosos que, aos olhos da imprensa “eram transmissores não só de males físicos como também de degeneração moral”⁹³. Com essas atitudes, foi sendo construído no imaginário social a seletividade da região central das cidades, que estaria restrita aos “verdadeiros cidadãos”, merecedores das melhorias urbanas.

* * *

Esses espaços deprimentes, carregados de pobreza e de vícios, onde se encontrava toda sorte de homens vis e desprezíveis, são os chamados *bas-fonds*. O historiador francês Dominique Kalifa atribui o termo aos representantes de uma “contrasociedade”, *the underworld* (o submundo), ou um “mundo ao avesso”. Desse modo, esses lugares sinistros, sujos e marginais, não constituem um universo em si, pois são sempre “o avesso da sociedade de cima, cujo funcionamento contrafazem e pervertem.” Os *bas-fonds*, portanto, são lugares, estados e, também, indivíduos que se inserem em uma interminável lista de “malfeitores”, composta por prostitutas mendigos, ladrões, assassinos, vagabundos, detentos e demais sujeitos que nasceram da fecundação do vício, do crime e da miséria⁹⁴. Esses lugares precisos que os *bas-fonds* encarnam, estão “no coração das cidades”, espaços intrinsecamente ligados à experiência urbana.

As classes populares, apesar do incômodo que suscitavam, encontravam suas maneiras de viver. O tempo do não-trabalho, quando possível, fazia do lazer uma possibilidade que se experimentava de modos variados, dependendo da classe social a que se pertencia. Com o esforço do poder público para iluminar a área central das cidades, se tornou possível o desfrute de uma vida noturna até então pouco estimulada, alterando a percepção sobre a cidade e seus espaços de sociabilidade. O encanto com as luzes, a velocidade e o frescor e agitação da vida noturna, levou as elites a investir na glamourização dos espaços, fazendo da ida aos teatros, cinemas,

⁹³ MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade**: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 100.

⁹⁴ KALIFA, Dominique. **Os bas-fonds**: história de um imaginário. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 59.

bailes de carnaval e festas caridosas pelos clubes da cidade, um hábito admirável e frequente.

O outro lado, dos menos abastados, encontrava outras formas de se divertir. Pelos botequins e tabernas da cidade, bebendo cachaça barata, apostando em casas de jogos, e frequentando prostíbulos, estavam os sapateiros, alfaiates, lavadeiras e meretrizes, muitos deles imigrantes e negros. Entregue as desordens, à bebedeira e ao batuque das rodas de samba, a existência dessa turba causava espanto e preocupação para as intendências municipais. O vício, obviamente, não respeita classe social, era o mesmo entre ricos e pobres. A diferença residia na seletividade da perseguição policial: no jogo, os ricos se divertem, já os pobres são corruptos⁹⁵.

O encontro de homens e mulheres que saem para beber, dançar, praticar jogos de azar, e jogar conversa fora, no entanto, torna-se uma afronta à moral do trabalho. Para o habitante observador dessa nova lógica, o mundo noturno tinha seus mistérios e, ao cair da noite, as cidades apresentavam novas possibilidades, talvez perigosas, marginais e sombrias. Em sessão no Diário da Tarde, em 1912, reverenciava-se, em tom nostálgico, a evolução da cidade, que agora dormia mais tarde, em razão do seu progresso:

Quem vio Curitiba, de 5 annos atrás, com a sua pacatez de cidade roteira, cujo movimento terminava 8 ou 9 horas da noite, e hoje a vê com as suas casas de diversões regorgitantes de povo até as 11 ou 12 horas da noite diariamente, as suas ruas movimentadas e o augmento extraordinário de suas construcções repetirá, com certeza, a phrase que epigrapha estas linhas: "Curitiba progride..."⁹⁶

Em uma coluna publicada no mesmo ano em "A República", certo colunista, usando o pseudônimo Livio Cassius afirmava que "Curitiba já acalenta esses vermes sociaes, queremos dizer, esses vícios, que são, no dizer de muitos, os elementos necessarios para a evolução". O autor se refere aos espaços de desordem, como bares, prostíbulos e casas de jogo, que aumentavam na cidade. Ao final, termina com um apelo:

O vício reina aqui.
- Devemos lamentá-lo? sim, porque elle em si já é a depravação que poderá fazer a ruína de um povo!
- Devemos sancioná-lo?

⁹⁵ BERBERI, Elizabete. **Impressões** - a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998, p.98.

⁹⁶ **Diário da Tarde**. Curitiba, 6 de janeiro de 1912.

- Sim, porque elle provem do extraordinario progresso a que nos sentimos com direito!⁹⁷

A fim de combater os chamados vícios sociais, a polícia intervia nesses encontros noturnos. Um episódio ocorrido em Porto Alegre em 1901 demonstra o incômodo que essas práticas causavam. Os agentes municipais foram avisados sobre a existência de um baile, ou maxixe, em um cortiço conhecido por “Curral das Éguas” onde se reuniam homens e mulheres, em maior parte negros. Para os policiais, Dona Leopoldina, a proprietária do estabelecimento, vivia cercada de “gente de ínfima classe em cujas casas se dão desordens ou conflitos (...) tudo promovido por vagabundos e praças da brigada militar”. Quando Leopoldina foi ao encontro dos policiais, em defesa de seus inquilinos, disparando insultos ao coro de vaías e assovios, acabou sendo esbordoada com um chicote⁹⁸.

Mas o estigma, além de se direcionar aos personagens citadinos, se encontrava no plano espacial, em lugares específicos considerados inseguros, apontados pelos jornais como perigosos e caóticos, verdadeiros ambientes de desordem. Em Curitiba, espaços mal frequentados tinham sua fama. A embriaguez era um vício danoso, cujos encontros se davam em lugares de pouco respeito moral: botequins, tascas, cavernas, casas de jogo ou prostituição. Nesses ambientes escuros, antros de baderna e promiscuidade, verdadeiros *bas-fonds*, o olhar discriminador do poder se impunha. Incursões policiais para buscar suspeitos de ocasionar brigas e confusões mais graves causadas pelo álcool eram frequentes, e movimentavam as noites de balbúrdia curitibana⁹⁹. As notas policiais estavam recheadas de prisões por embriaguez, causadas por desordens nas ruas provocadas pelos ébrios da cidade.

As classes populares e, especialmente, comportamentos que representassem o distúrbio causado pela sua presença, eram um incômodo que se evidenciava nas manchetes e notas policiais produzidas pelos jornais, que exigiam uma ação mais categórica da intendência municipal. Além das algazarras protagonizadas pelos ébrios, as reportagens sobre o problema da mendicância e da vadiagem eram

⁹⁷ **A República**. Curitiba, 19 de abril de 1912.

⁹⁸ MAUCH, Claudia. **Vigiando a vizinhança**: Policiais, classes populares e violência no sul do Brasil (1896-1929), pp. 100-101.

⁹⁹ WEINHARDT, Otávio Augusto Ganzert. **Delitos etílicos**: Criminalidade, embriaguez e justiça (Curitiba, 1890-1920). Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019, p. 54.

recorrentes, e intimavam as autoridades a resolver o constrangimento que sentiam os transeuntes ao se depararem cotidianamente com “indivíduos sórdidos a passarem os dias nas soalheiras a implorar a caridade pública”¹⁰⁰. Quando tinham seus apelos atendidos, orgulhavam-se da repressão à vadiagem:

A polícia pesquisou todos os recantos e foi arrebanhando todos os ociosos e mendigos são que por ahi encontrou. (...). Essa obra de saneamento moral já está produzindo os seus bons resultados.
(...) Campanha mais justa não podia ser iniciada. O individuo que não trabalha é um elemento prejudicial á communhão social.¹⁰¹

Palco de sociabilidades duvidosas e vivências marginalizadas, os becos, com percursos acidentados e estreitos, diferentemente das ruas principais, onde se localizavam os sobrados de pedra e cal, eram marcados pelos casebres modestos de taipa e palha. Neles residiam pessoas simples: mascates, taverneiros, artesãos, marinheiros, libertos e prostitutas¹⁰². Em meio aos lugares centrais e nobres, os becos eram um espaço estrangeiro à cidade, palco de crimes e desordens, lugar onde a modernidade não havia chegado. É o que se extrai do relato de Achylles Porto Alegre¹⁰³, cronista da cidade gaúcha em fins do século XIX e início do XX, sobre o Beco do Oitavo: “Era uma colmeia de vagabundos, gatunos, desordeiros, faquistas. Naqueles casebres moravam mulheres, soldados e jornaleiros em confusa convivência, por vezes pouco harmoniosas”¹⁰⁴.

A prostituição e o risco que representa para a vida das cidades era outro problema a se combater. Pelos becos se achavam os bordeis e as meretrizes, figuras desencadeadoras de desordens e conflitos. Em Curitiba, o meretrício também estava na mira policial, especialmente nas ruas Desembargador Westphalen e Augusto Stelfed, principais zonas de prostituição da cidade no período. Motivando discussões na imprensa e nos relatórios policiais, a prostituição, assim como o vício do alcoolismo e do jogo, estava relacionada ao ritmo expansionista das cidades. Sem a figura da prostituta e dos templos de pecado em que ela se encontra, não se concebem as

¹⁰⁰ **Diário da Tarde**. Curitiba, 20 de janeiro de 1916.

¹⁰¹ **Diário da Tarde**. Curitiba, 12 de dezembro de 1917.

¹⁰² MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: Urbanização e modernidade – A construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: Editora PUC/RS, 1995, p 25.

¹⁰³ Achylles José Gomes Porto Alegre (Rio Grande, 29 de março de 1848 – Porto Alegre, 21 de março de 1926) foi escritor, jornalista, funcionário público e educador porto alegrense.

¹⁰⁴ PORTO ALEGRE, Achylles. **História Popular de Porto Alegre**. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1994, pp. 69-70.

idades modernas, cujo modelo é importado da Europa¹⁰⁵. O problema era de ordem higienista e moral, e se encontrava no fato de as prostitutas exercerem suas atividades em ruas em que deveriam imperar valores conservadores. As “pensões alegres” que incomodavam as autoridades estavam associadas, primordialmente, aos membros dos estratos sociais mais baixos, afastados do modo burguês de se viver¹⁰⁶.

Essa impossibilidade de se estabelecerem fronteiras rígidas entre o “centro” e sua “margem” fica ainda mais evidente nesses lugares onde se praticava a prostituição, nas ruas centrais de Curitiba. Os espaços de “ordem” e de “desordem” dentro do universo urbano, por sua vez, não são fixos. Alguns lugares estigmatizados, passam a ser ressignificados, e outros que anteriormente não apresentavam qualquer risco criminal, passam a despertar inseguranças. O movimento de deslocamento dessa “topografia criminal”, termo utilizado por Kalifa para se referir a tais questões na Paris do século XIX, é muito mais fluído e complexo. A partir da haussmannização do centro, a cidade luz desloca a periculosidade criminal do coração da capital para longe, espaços “a margem”¹⁰⁷. Mas ainda assim, o autor francês aponta um “movimento estranho e paradoxal” de reorientação desses deslocamentos, pois “entre centro e submundo estabelecia-se uma relação de natureza orgânica”¹⁰⁸.

As classes dirigentes, interessadas na experiência de viver em uma cidade mais bonita, limpa e confortável, criavam seus espaços privilegiados, se beneficiando dos recursos destinados aos melhoramentos da capital. Os melhoramentos, portanto, faziam parte de um projeto elitista, pois representavam o empenho das classes dominantes que, ao se apoderar do aparelho do Estado, remodelavam o traçado urbano a partir de seus interesses. Desse modo, ainda que nessas cidades se destacassem as revistas ilustradas, homens das letras, teatros e cinemas, resultando em uma proeminente movimentação cultural, tais conquistas não davam conta de abarcar as profundas contradições vividas, entre outras coisas, pelo

¹⁰⁵ BERBERI, Elizabete. **Impressões** - a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998, p. 96.

¹⁰⁶ NAYARA, Elisa de Moraes Aguiar. **Um incômodo moral**: o meretrício e seus meios de controle em Curitiba (1929-1937). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016, p. 36.

¹⁰⁷ KALIFA, Dominique. Os lugares do crime: topografia criminal e imaginário social em Paris no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 287-307, jan/jun. 2014, p. 289.

¹⁰⁸ KALIFA, Dominique. Os lugares do crime: topografia criminal e imaginário social em Paris no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 287-307, jan/jun. 2014, p. 297.

aumento populacional. E assim Curitiba e Porto Alegre, em torno dos discursos do progresso, cria seus discursos da cidade, um imaginário “capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a urbe sonha a si mesma”¹⁰⁹.

Diante das dificuldades de uma nova realidade foi preciso articular, dentro desse fenômeno social que é a cidade, as atribuições de significados ao mundo que se convencionou chamar de urbano, criando, assim, novas realidades dignas do processo de urbanização em curso.

2.4 A CRIMINALIDADE COMO A CONTA DO HOMEM MODERNO

Marshall Berman observou que “a vida moderna possui uma beleza peculiar e autêntica, a qual, no entanto, é inseparável da miséria e ansiedades intrínsecas, é inseparável das contas que o homem moderno tem que pagar”¹¹⁰. Paradoxo das cidades, a manutenção da segurança e da ordem é necessária aos indivíduos que, consequência da modernidade almejada, era preciso civilizar.

As condutas combatidas eram de variados graus, desde as mais simples, envolvendo algazarras, bebedeira, cantorias e demais peraltices pelas ruas e botequins, até as mais complexas, como a prática de crimes de homicídio e roubo. Essas práticas, no entanto, estavam relacionadas a uma mudança de perspectiva em relação as cidades, despertando certas sensibilidades em relação à pobreza, ao vício, a violência e ao crime. Nesse contexto, em que a produção de uma coesão social se torna necessária para a nova condição das cidades – um porvir moderno – chamam a atenção os subalternos. Esse fascínio pelo submundo e a emergência do sentimento de insegurança é, também, elemento constitutivo da cultura da modernidade.

Se o número de assaltos aumentava, restava nítida a percepção, ainda que inconsciente, de que a estrutura social que vinha sendo zelosamente arquitetada pela burguesia não estava funcionando para todos indistintamente. A questão social irá permear os discursos e imaginários sobre a cidade, fazendo de seus habitantes *outsiders* verdadeiros objetos de análise nas mais variadas perspectivas. Em um

¹⁰⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**, v.27, número 53, jan-jun-2007, p.11-23.

¹¹⁰ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p. 138.

mundo habitado por degenerados, que desvirtuam a moral e a ordem, a sensação de impotência não pode perdurar por muito tempo.

Frente ao mundo da desordem, o cidadão das cidades - aquele que paga impostos, obedece a lei, tem residência e trabalho fixo – não tinha como se furtar do olhar que escancarava os problemas decorrentes da urbanização. A miséria e o vício estavam o tempo todo por perto, seja na mão de um pedinte que “lhe estende a mão descarnada e suja”¹¹¹, seja vendo passar grupos de desordeiros que “percorrem as ruas fazendo arruaças e commettendo depredações”¹¹². A preocupação social e política que permeia essas questões está intrinsicamente ligada ao pavor social que causa a miséria e a pobreza. À medida que o progresso avança, sua outra face é revelada, e não é mais possível ser indiferente a ela. Essa nova face é composta pelo pobre, despossuído, indivíduo que coloca em risco o bem-estar da civilização. É diante desse estigma que ele passa a ser visto como integrante das “classes perigosas”¹¹³.

Justamente os que devem ser expurgados, de alguma forma, da vida social, os integrantes das classes perigosas, viram objeto de estudos e saberes científicos. Por óbvio, o crime em si não é uma novidade nas nossas capitais. O que buscaremos compreender é a figura do crime e do criminoso na paisagem urbana dessas cidades, como uma realidade que ganha força à medida em que passa a ser apresentado como inerente às classes desfavorecidas, relacionado aos vícios e à vadiagem, passíveis de correção com a dignidade do trabalho. A necessidade de se criar uma distinção entre o bom e o mau pobre através da associação entre pobreza e imoralidade, indigência e crime, é uma constância na construção desse imaginário. A ideia de que muitos indigentes são responsáveis pela situação em que se encontram devido ao estado de “vício” em que se colocaram, ou por preguiça e facilidade, reforça e estrutura e a representação dos *bas-fonds*¹¹⁴.

¹¹¹ **Diário da Tarde**. Curitiba, 18 de julho de 1917.

¹¹² **Diário da Tarde**. Curitiba, 09 de novembro de 1921.

¹¹³ Em seu célebre tratado intitulado *Classes laborieuses et classes dangereuses*, publicado originalmente em 1958, Louis Chevalier analisa a emergência das chamadas “classes perigosas” na sociedade parisiense de 1840. O historiador francês aborda as tensões sociais da Paris do século XIX, onde os trabalhadores (as) que não acompanharam o modo de instalação da produção capitalista, ocasionados pelo aumento das cidades, tiveram suas vidas marcadas pela criminalidade.

¹¹⁴ KALIFA, Dominique. **Os bas-fonds**: história de um imaginário. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p.68.

É preciso, todavia, buscar as origens do processo pelo qual a delimitação de uma “contra - sociedade” foi construída. Seria ingênuo confiar em um binarismo entre o mundo da ordem e da desordem, do labor e da vadiagem, do pudor e da perversão. A premissa é justamente outra, pois sem os miseráveis e sua ameaça à sociedade, como se define a civilização? Como se justifica uma política excludente sem estigmatizar grupos e indivíduos indesejados? Essa ameaça, muito além do plano real pode - e deve, para os efeitos desejados - ser construída e inventada, figurando no imaginário social. Robert Pechman sintetiza: “não há civilização e civilidade e, por consequência, urbanidade e ordem, sem a ameaça (real ou irreal) de sua dissolução”¹¹⁵.

Diante da miscelânea de novos povos e culturas, consequência da presença maciça de imigrantes, os habitantes dessas capitais passaram a perceber a presença, cada vez maior, de ilustres desconhecidos, novos rostos para se defrontar pelas ruas, que causavam certo fascínio, mas também estranhamento. Esses novos personagens, aliados ao crescimento da cidade, demandavam formas de garantir sua ordem e controle, sendo preciso afastar dos centros urbanos esse mundo alheio ao progresso. O crime passa a ser apresentado como inerente às classes desfavorecidas, relacionado aos vícios e à vadiagem, passíveis de correção com a dignidade do trabalho.

Para construir a ordem é preciso saber, especificamente, quem não a segue, e então, mais do que nunca, se faz urgente a necessidade de catalogar e reconhecer os indivíduos. A urbe almejada, no intuito de identificar e reduzir universos sociais que sejam incompatíveis com a sociedade moderna, carrega consigo a necessidade de organizar e monopolizar, através do Estado, novas políticas de segurança.

* * *

Em uma seção do Diário da Tarde, em 1909, ao noticiar a descoberta de um grupo de criminosos que matou, em plena madrugada, um senhor alemão que dormia em sua casa na rua Doutor Pedrosa, se ressalta o espanto, não apenas diante do

¹¹⁵ PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas** - O detetive e o urbanista. Rio de Janeiro Casa da palavra, 200, p. 234.

ocorrido, mas do local em que o velho senhor residia e foi morto. Isso porque “costumada á sua habitual pacatez” a população curitibana “fremiu de indignação” quando a imprensa trouxe à tona o fato de que “em pleno coração da capital, se praticava um delicto tão monstruoso”¹¹⁶. As manchetes e notas policiais apresentavam aos seus leitores um ar saudosista, insinuando um suposto passado bucólico e ordeiro da cidade, onde o crime não existia, ou era mais pacífico e menos cruel, mas nunca nos mesmos moldes que no tempo presente.

O combate a algazarras e divertimentos populares, casos de embriaguez, brigas e desordens em botequins, prostituição, jogatina, dentre outros “desvios”, passaram a configurar como fatores determinantes para se alcançar a ordem urbana. Junto a isso, o crime passou a ocupar lugar de destaque, sendo denunciado com veemência. Acusados de perturbadores da paz pública, alguns gatunos eram citados com mais frequência, com seus nomes aparecendo nas páginas dos jornais recorrentemente. As mesmas ruas que simbolizavam os encantos do progresso, como a das Andradas e a Voluntários da Pátria, em Porto Alegre, eram palco de eventos conflituosos, onde “vagabundos” e “gatunos” perturbavam a ordem, furtando e roubando comerciantes e transeuntes. Arrombamentos de joalherias, casas e edifícios também se multiplicavam, gerando, segundo apontavam as matérias dos jornais, uma sensação de impotência na população.

O espanto com o aumento dos crimes fica evidente nas queixas jornalísticas, mas é quando ele se moderniza ainda mais, que a criminalidade intriga e fascina. Em nota divulgada na sessão de variedades do jornal “A República”, é problematizado o aumento dos casos de furtos em hotéis, e um caso específico é usado como exemplo. O fazendeiro Prudêncio Silva, tendo ido a Porto Alegre a passeio, se hospedou no *Grande Hotel*. Ao sair à noite para assistir uma peça de teatro na capital, se distraiu e esqueceu de fechar a porta do quarto. Apenas no dia seguinte, ao acordar e embarcar em um trem para Santa Maria, sentiu falta de suas libras e algumas joias. Silva desceu na primeira parada do trem e voltou correndo ao seu quarto de hotel. Eis a surpresa, seus pertences haviam sumido. Inconformado, apresentou rapidamente queixa à polícia. O fato desse senhor distinto ter sido furtado em um hotel luxuoso, faz acender o alerta para o surgimento de uma nova classe de ladrões:

¹¹⁶ **Diário da Tarde**. Curitiba, 10 de fevereiro de 1909.

A audácia dos gatunos recrusdesce, não havendo dia em que a imprensa não tenha que noticiar novos factos dessa natureza. E, com o progresso, aperçoa-se a arte: Porto Alegre já conta com os ladrões *smarts*, os *moços bonitos*¹¹⁷.

O criminoso típico não era, necessariamente, o gatuno suspeito que subtraía objetos e arrombava a casa das pessoas. A delinquência astuta passava a frequentar os mesmos espaços que a burguesia, se camuflando sob a aparência de homens de negócios, que assim como suas vítimas, apresentavam sinais de elevação social. Os ratos de hotel¹¹⁸ e estelionatários se vestiam com elegância e eram homens viajantes. Diego Galeano, ao analisar a figura de ladrões viajantes na América do Sul, apresenta algumas características desse personagem, o “ladrão científico”, cuja astúcia estava ancorada na figura de um *gentleman*, ladrões aristocratas com:

Aparência de homens de negócio cuja fachada – segundo denunciavam os policiais – escondia oportunistas que, em sociedades com alto grau de mobilidade demográfica e social, era muito difícil distinguir dos novos ricos da burguesia¹¹⁹.

Um desses célebres na arte do crime hoteleiro foi Dr. Antônio, cujo nome se fez famoso em várias cidades do Brasil, especialmente após o livro “Memórias de um rato de hotel”¹²⁰ livro autobiográfico sobre a sua trajetória. Perfeito modelo de um gatuno inteligente e audacioso, ganhou a vida roubando esses estabelecimentos e fugindo da polícia. Dr. Antônio nasceu no Rio Grande do Sul, mas sua sede e artimanha para esse tipo de delito o fez ir para a cidade do Rio de Janeiro, em 1889. A perseguição da polícia carioca o levou a se mudar para as principais capitais do país, aplicando sempre o mesmo golpe. Suas fugas, contudo, acabavam fracassando após algum tempo, devido as trocas de informações entre as polícias estaduais. Particularmente nessa década, especialmente nos anos 1920, as notícias

¹¹⁷ **A Federação**. Porto Alegre, 29 de julho de 1911.

¹¹⁸ Segundo Elysio de Carvalho em seu dicionário de gíria gatuna, era precisamente o “ladrão que tem como especialidade o roubo e furto nos hotéis”, operando nos hotéis enquanto os hóspedes dormiam. Ver: CARVALHO, Elysio. A polícia carioca: a criminalidade contemporânea. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

¹¹⁹ GALEANO, Diego. **Criminosos viajantes**: circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires. 1890-1930. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2016, p. 182.

¹²⁰ DR. Antônio. **Memórias de um rato de hotel**: a vida do Dr. Antônio narrada por ele mesmo. Rio de Janeiro: 1912.

sobre os ratos de hotel estavam centradas na figura dos ladrões viajantes e nos bandos de criminosos internacionais¹²¹.

A figura do rato de hotel nos auxilia a compreender um pouco melhor a questão do anonimato nas grandes cidades. Os anos 1900 tem como característica a obsessão pela simulação de identidades, uso de pseudônimos para fugir da polícia, disfarces e demais artimanhas para tramar golpes em cidades cujos rostos se confundiam na multidão. Curitiba e Porto Alegre não reuniam as mesmas características que começavam a distinguir grandes metrópoles, a exemplo de Paris, Buenos Aires e Rio de Janeiro, mas estava a par de seus processos e recebiam alguns de seus estímulos. O conto do vigário, por exemplo, era um tipo de gatunagem mais comum, que aparecia com frequência nos jornais curitibanos e porto-alegrenses. Basicamente, essa prática consistia em furtar alguém, por meio de uma mentira artificiosa contada à vítima, um indivíduo ingênuo, o típico “otário”, gíria comum usada pelos gatunos cariocas. Esses ladrões urbanos, segundo Galeano, haviam compreendido que a construção do personagem era uma performance, o uso de uma máscara cênica que dominava as interações cotidianas nas metrópoles¹²².

Em 1904, o Diário da Tarde narra um desses episódios na capital paranaense. A polícia foi informada de quatro indivíduos que, hospedados no Hotel Internacional, jogavam “argolinha”, um meio de extorquir dinheiro “abusando da credulidade dos incautos”. Chegando no local, encontraram os quatro gatunos dormindo, descansando para “poder trabalhar pela madrugada, hora escolhida para as suas correrias”. Dada a voz de prisão e levados ao posto policial, os gatunos se identificaram: eram dois brasileiros, um deles de cor preta, um argentino e outro italiano. Todos admitiram serem “chacadores de otário” isso é, passadores do conto do vigário. Das impressões dos policiais se extrai que os larápios usavam gírias próprias da “profissão”, e eram refinados gatunos com “prática e estudos profundos na arte de roubar”. O jornal dá a entender que o argentino, que em um primeiro momento se identificou como Emílio de La Puente e posteriormente como Eduardo Monteiro, era o líder da quadrilha. Um deles, inclusive, “já esteve em Buenos Ayres

¹²¹ GALEANO, Diego. **Criminosos viajantes**: circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires. 1890 - 1930. Rio de Janeiro: Arquivo nacional. 2016, pp. 182-192.

¹²² GALEANO, Diego. **Criminosos viajantes**: circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires. 1890-1930. Rio de Janeiro: Arquivo nacional. 2016, p. 207.

em aprendizagem” e os quatro declararam que fugiram da polícia de São Paulo, onde já foram submetidos ao exame antropométrico¹²³.

Ladrões infiltrados nos hotéis praticando crimes ardilosos, mudanças de identidade e vícios que vinham de capitais cosmopolitas como Buenos Aires, São Paulo e Rio de Janeiro, eram situações inusitadas para a cidade, onde a proeza dos gatunos “dia a dia tornavam-se mais arrojadas, denotando audácia pouco conhecidas nesta capital”¹²⁴. Nesse sentido, parece ficar claro um aspecto categórico do imaginário urbano deste período: a preocupação de integrar a cidade em um projeto civilizatório maior esbarrava no problema da delinquência e da criminalidade.

Paradoxal, os modos de vida produzidos pela modernidade englobam, ao mesmo tempo, o entusiasmo e atração pelo novo e a consciência dos seus perigos e riscos. À medida que se moderniza e cresce o espaço urbano, novos personagens tencionam a dinâmica das cidades, fazendo ampliar o debate em torno da questão da segurança.

2.5 LUTANDO CONTRA O DESVIO: ORDEM E POLICIAMENTO NAS CIDADES

Não encontrando uma saída para combater o perigo gerado pelo aumento dos crimes e contravenções¹²⁵ que assolavam a *urbs*, as elites e classes médias cidadinas se tornaram obcecadas com a ideia de controle e vigilância¹²⁶. Para minimizar essa aflição, se mostrava crucial o fortalecimento do papel do Estado na administração da vida da população, ampliando seu poder e fazendo-se presente na implementação de programas penais e urbanísticos, ideário que já estava presente desde a Primeira República.

¹²³ A antropometria foi criada por Alphonse Bertillon, e, como método de identificação criminal preconizava três operações complementares: a fotografia, a medição antropométrica e a descrição de sinais no corpo dos suspeitos.

¹²⁴ **Diário da Tarde**. Curitiba, 19 de outubro de 1904.

¹²⁵ O Código Penal de 1890 estabeleceu a distinção entre crimes e contravenções. Assim, segundo mencionado no próprio código “crime é a violação imputável e culposa da lei penal” (art. 7º) e “contravenção é o facto voluntário punível que consiste unicamente na violação, ou na falta de observância das disposições preventivas das leis e dos regulamentos (art. 8º). As contravenções, definidas por Marcos Bretas como “crimes sem vítimas”, abrangiam problemas urbanos como jogo, prostituição, mendicância, vadiagem e embriaguez. Ver: BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na Cidade: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 73.

¹²⁶ GRUNER, Clóvis. **Paixões torpes, ambições sórdidas: crime, cultura e sensibilidade moderna** (Curitiba, fins do século XIX e início do XX) São Paulo: Alameda, 2018, p. 125.

Esse mal-estar da segurança não era necessariamente uma novidade. Com o advento da imprensa popular e do uso do telégrafo para noticiar delitos internacionais, bem como a consolidação da figura do repórter-detetive¹²⁷, a novidade sobre o mundo criminal se internacionalizou e popularizou¹²⁸. Os jornais curitibanos e porto-alegrenses anunciavam com temor e muito fascínio os crimes espetaculares que ocorriam nas principais cidades europeias. Para a surpresa do repórter curitibano, nem Paris “a cidade luz, a capital do mundo, a maior *foyer* de civilização contemporânea” escapa da “audácia incrível dos gatunos que agem mesmo nos seus centros mais movimentados”¹²⁹.

Em uma realidade um pouco mais palpável, os crimes cometidos em Buenos Aires, São Paulo e Rio de Janeiro, já eram vistos, para nossas provincianas cidades, como um acontecimento inusitado. Em todas essas capitais, no entanto, a imprensa assumiu seu espaço de crítica ao corpo policial. Diante do crime, erguem-se as vozes que bradam a ineficiência do controle urbano, afirmando que a polícia e a justiça penal não estavam aptas para enfrentar os delinquentes, que era necessário aumentar o número de policiais nas ruas, que era preciso aumentar e endurecer as leis repressivas e que a solução seria armar mais e melhor a polícia¹³⁰. Essas vozes se disseminavam pelos jornais, dialogando a todo momento com o poder público no afã de verem suas queixas atendidas. Processava-se, assim, uma campanha que reforçava os mecanismos de dominação e vigilância e exigia mais obstinação e firmeza no cumprimento da lei e da correta aplicação das posturas municipais por parte das autoridades. A tarefa, no entanto, não era fácil. Ao Chefe de Polícia Luiz de Albuquerque Maranhão, o delegado Antenor Coelho, explicava as agruras de ofício da polícia:

A função do Policial se relaciona com uma multidão de assumptos que constituem, modernamente, uma actividade de difficil exercicio, quer pela somma, quer pela complexidade dos encargos.

¹²⁷ A constatação de uma literatura de crime no período não se dava apenas no mundo europeu. No Brasil, esse tipo de narrativa se acentuou, especialmente a partir de 1870, incentivando a produção nacional bem como a edição de inúmeros títulos estrangeiros, à exemplo de “Sherlock Holmes” do brilhante Arthur Conan Doye e “Os mistérios de Paris” de Eugène Sue. Ver: PORTO, Ana Gomes. “Sherlock Holmes e suas imitações mais ou menos grosseiras”: Literatura de crime no Brasil. **Revista de letras**. São Paulo, v. 51, n. 2, p. 191-208, jul./dez. 2011.

¹²⁸ GALEANO, Diego. **Criminosos viajantes**: circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires. 1890-1930. Rio de Janeiro: Arquivo nacional. 2016, p.64.

¹²⁹ **Diário da Tarde**. Curitiba, 03 de abril de 1912.

¹³⁰ CAIMARI, Lila. **Mientras la ciudad duerme**: pistoleros, policías y periodistas em Buenos Aires, 1920-1945. Buenos aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012, p. 28.

A falsa mendicidade, a embriaguez habitual, o meretrício escandaloso, a vadiagem, os levantes frequentes dos agitadores perigosos, a infância desprotegida e abandonada, a progressão do jogo, as sociedades operárias, perturbadas muitas vezes indivíduos imbuídos das leituras de doutrinas subversivas, as varias modalidades dos ataques ao direito de propriedade, as casas de tolerancia, a censura as representações theatraes, a repressão do lenocínio, e tantos outros, são os problemas fundamentaes que o Policial tem de encarar de frente, para impedir que a sociedade honesta seja esmagada e vencida pelo vício.¹³¹

Como se pôde observar, não eram poucas as incumbências e as queixas dos policiais. O modo encontrado para efetivar essa distinção entre a sociedade “honesta” e a do “vício”, dava-se por meio da especialização do aparato policial e do bom funcionamento das instituições disciplinares, em consonância com a nova ordem social em implantação. As fronteiras, desse modo, poderiam ser estabelecidas entre os que estão dentro - os que se julgam civilizados - e os que estão fora, os ditos bárbaros, personagens “à margem”, que precisam ser integrados ou, simplesmente, excluídos. Aliada aos desgastes inerentes da profissão, a opinião pública não perdoava as falhas, e críticas à atuação da polícia veiculadas na imprensa reforçavam que o corpo policial não era capaz de acompanhar, tanto numérica quanto tecnologicamente, o problema da segurança. Com o crescimento das cidades, a habilidade e a destreza dos bandidos se aperfeiçoam, e a única forma de a polícia acompanhar esse momento seria se reformando. O jornal curitibano Diário da Tarde afirma que a “actualidade, requer processos mais concordes com o progresso contemporaneo”, a exemplo do que estava acontecendo no Rio de Janeiro, onde já existiam escolas de polícia:

Essa criação é de alto alcance para os agentes de polícia actuais, pois o crime tem evoluído com o progresso da sociedade, adquirindo novos aspectos, tornando-se intellectual, fraudulento, internacional. O criminoso de hoje é dotado de qualidades de intelligencia apuradíssimas e possuindo recursos innumeros para escapar à acção da polícia.

(...)

Os meios fáceis de transporte e de comunicação, as condições da vida social moderna, facilitam enormemente a impunidade. Por isso, exige-se que a policia seja também uma organização capaz de enfrentar e vencer o malfeitor hodierno, não sendo ao mesmo inferior em intelligencia e em acção¹³².

¹³¹ Relatório apresentado ao Chefe de Polícia do Estado do Paraná pelo Delegado de Polícia do 1º Distrito Antenor Coelho. Curitiba, 31 de dezembro de 1920.

¹³² **Diário da Tarde**. Curitiba, 01 de fevereiro de 1912.

Tal intento já havia sido reivindicado pelo delegado Mario de Castro Nascimento, que sonhava em ver no Paraná Escolas de Polícia como as do Rio de Janeiro “com um programma mais amplo e confiada á competência de Elysio de Carvalho”. Segundo o delegado, “na peleja contra o delicto, se nós não socorrermos da estatística, não teremos probabilidade de êxito”¹³³. A qualificação e o desempenho dos policiais, no entanto, perpassavam a falta de uma escola preparatória. As dificuldades na implantação e consolidação de uma polícia capacitada e moderna, como bem pontua Gruner, esbarra em um problema estrutural, muito mais complexo: a relação contraditória entre o Estado e instituição. A vontade de garantir uma determinada ordem e impô-la aos grupos considerados potencialmente perigosos, à exemplo daqueles apontados pelo delegado Coelho, foi feita recrutando indivíduos que deveriam, com a autoridade que lhes era conferida, assegurar uma ordem e disciplina que os próprios não estavam familiarizados. Deste problema se desdobravam outros dois: o uso excessivo da violência e a dificuldade de manter um grupo estável de homens engajados no serviço do policial, pois além os salários eram baixos¹³⁴.

Enquanto isso, a evolução do crime, continuava a ser era uma realidade preocupante. A questão da performance delitiva era não só sentida e julgada pela opinião pública, mas também pelos próprios assaltantes, cujos golpes e disfarces passam a ser minuciosamente planejados¹³⁵. Dentre os recursos para escapar à ação da polícia, comentado pelo articulista do periódico, o uso do carro, especialmente nas décadas posteriores – 1920/1930 - é decisivo para as articulações dos bandidos. A mudança nas formas de mobilidade, que possibilitava fugas mais rápidas e até mudanças de cidade é uma, dentre outras formas astutas, de aplicar golpes e enganar arditamente as vítimas. Justamente por romperem a ordem em uma sociedade que a desejava constantemente, a presença desses personagens justificava um aparato policial eficaz, formas de segurança capazes de conter a criminalidade emergente.

¹³³ 1º Convenio Policial Brasileiro. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Desembargador Manoel B. Vieira Cavalcanti Filho, Chefe de Polícia do Estado do Paraná, pelo Delegado Auxiliar e Representante do Paraná, Dr. Mario de Castro Nascimento, 1912.

¹³⁴ GRUNER, Clóvis. **Paixões torpes, ambições sórdidas**: crime, cultura e sensibilidade moderna (Curitiba, fins do século XIX e início do XX) São Paulo: Alameda, 2018. p. 111-112.

¹³⁵ CAIMARI, Lila. **Mientras la ciudad duerme**: pistoleros, policías y periodistas em Buenos Aires, 1920-1945. Buenos aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012, p. 42.

Diante do policiamento deficitário, os intendentess municipais articulavam medidas para que a segurança municipal fosse mais compatível com os moldes civilizacionais almeçados. No caso do Rio Grande do Sul, desde 1896 o sistema policial foi organizado com duas polícias civis distintas, a Polícia Judiciária e a Justiça Administrativa. A primeira tinha abrangência estadual, tendo como função a investigação criminal; e a segunda era organizada pelos municípios para o policiamento preventivo. Em 1929 é criada a Guarda Civil, substituindo a Polícia Administrativa¹³⁶. Na capital curitibana essa demanda por um bom patrulhamento resultou na criação do guarda civil no ano de 1911. Ainda assim, diante do pequeno contingente de homens que a compunha, continuavam os debates para o melhoramento da segurança.

Em sessão realizada na Câmara no dia 13 de março do mesmo ano, no Congresso do Estado do Paraná, publicada no jornal “A República”, os deputados discutiam a necessidade de se aumentar o policiamento do estado. Entre polêmicas sobre ser esse um gasto necessário ou não, alguns deputados, como Jayme Reis, se ancoravam no argumento da boa índole do povo curitibano, em essência, ordeiro e pacífico, cujos delitos cometidos eram casos isolados, que não justificariam uma medida que onerasse os cofres públicos. Curiosamente, ao apresentar suas emendas para o projeto da força pública curitibana, Reis sugere um regulamento muito semelhante ao da capital federal, Rio de Janeiro, e ao de São Paulo. O deputado Paula e Silva imediatamente aponta a contradição dessa proposta, eis que Reis sustentava que Curitiba não tem crimes significativos, logo seria incongruente defender um modelo organizado para a guarda cívica de uma grande capital. Paula e Silva afirma que não se pode comparar a estatística de crimes de São Paulo com as de Curitiba porque naquela capital não vivem apenas paulistanos, mas “hordas de verdadeiros especuladores de toda parte do mundo, que para ali vão tentar fortuna, como acontece em todos os grandes centros; Curityba não está nas mesmas condições”¹³⁷.

De fato, Curitiba não estava nas mesmas condições, mas já demandava uma estrutura maior e mais complexa de policiamento. Para a frustração dos gestores municipais, a “boa índole” do povo curitibano não estava sendo suficiente frente ao

¹³⁶ MAUCH, Cláudia. **Dizendo-se autoridade:** polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p.16.

¹³⁷ **A República**. Curitiba, 07 de junho de 1911.

avanço da criminalidade. A intenção de Jayme Reis de propor medidas, como o aumento dos soldos, mostrava a preocupação de incentivar os cidadãos a seguirem carreira nas fileiras de segurança pública bem como estimular aqueles que, já pertencendo à força policial, se mantivessem nela¹³⁸. Para cumprir essa demanda era necessário que os policiais, que representavam a autoridade estatal nas ruas, se comportassem de acordo, merecendo o respeito da população, o que só seria possível com o investimento adequado.

O regulamento da Polícia Administrativa de Porto Alegre, esperava do policial o comportamento de um *gentleman*, um profissional eficiente e que conquistasse, em sua prática cotidiana, a simpatia da população¹³⁹. A realidade, no entanto, ocorria de outra forma. A intenção do poder público de organizar essa polícia eficiente e moderna esbarrava nas falhas da profissionalização do serviço. Isso porque os próprios agentes, responsáveis pelo cumprimento da ordem e da moralidade pública, abusavam da autoridade e desrespeitavam a lei. Sob a mira da imprensa local, os desvios e falhas dos agentes policiais não passavam despercebidos. Na capital gaúcha, os jornais “Gazetinha” e “Gazeta da Tarde” criticavam esses abusos, como o preconceito racial contra negros, a realização de prisões irregulares e até mesmo furtos e agressões por eles praticadas. Em Curitiba, o “Diário da Tarde” noticiou certo “abuso de autoridade” da polícia que, ao entrar em uma casa de tavolagem na rua São Francisco, extrapolou os limites da lei que proíbe a prática, prendendo todos que ali se encontravam, expondo os jogadores ao vexame. Segundo o colunista, em casos como esses “o dever da polícia limita-se a prender o proprietário da casa, realizar o respectivo inquérito, no qual deverão ser incluídos os que foram encontrados jogando” e só a partir de então, remete-los a autoridade judiciária, que respeitará os trâmites da lei¹⁴⁰. Essas atitudes, que reforçavam a inaptidão para o serviço, resultavam na resistência da população contra a interferência policial no seu cotidiano¹⁴¹.

¹³⁸ WEINHARDT, Otávio Augusto Ganzert. **Delitos étlicos**: Criminalidade, embriaguez e justiça (Curitiba, 1890-1920). Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019. p. 139.

¹³⁹ MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade**: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. pp. 178-179.

¹⁴⁰ **Diário da Tarde**. Curitiba, 17 de fevereiro de 1900.

¹⁴¹ MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade**: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. pp. 184-185.

Reconhecida a distância entre o ideal de polícia científica e a prática, evidenciada nas condições precárias do corpo policial dessas cidades, havia um esforço, por parte do poder público, para concretizar algumas melhorias. A instituição policial, assim como outras formas de controle e disciplina da população, pode ser citada como um dos exemplos das tentativas de reformulação da civilidade curitibana e porto-alegrense. Segundo Marcos Bretas “a polícia é um excelente exemplo de um órgão público moderno”. Como a miséria e a desordem afetavam a administração burguesa, minando a consolidação do projeto republicano, cresce o interesse por formas de controle da população. Em seu clássico estudo sobre o cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro da Primeira República, Bretas apontou a formação dessa elite intelectual que buscava se familiarizar com os saberes criminalísticos científicos. A criação de departamentos para tal, como o Gabinete de Identificação e Estatística e o de Serviço Médico Legal, são exemplos dos anseios desse momento. Identificar e catalogar os turbulentos fazia parte do ativo policial que, em outras palavras, representava a destreza de “conhecer” seus criminosos¹⁴².

Essa “onda modernizadora”, que exigia investimentos para um corpo policial mais eficaz e aparelhado, era uma demanda que vinha sendo sentida nas principais cidades europeias, desde meados do século XIX. Em Paris, a “capital do século XIX”, os primórdios da “polícia científica” foram estabelecidos, especialmente, com o serviço de identidade judiciária, organizada ao longo dos anos 1880 por Alphonse Bertillon¹⁴³. O método Bertillon, cujo nome é do próprio criador, chefe do Serviço de Identidade Judiciária da Prefeitura de Paris, consistia em reconhecer a identidade de um reincidente baseado nas medições corporais dos detidos.

A implementação do método francês se transnacionalizou e foi incorporada pelos países latino americanos onde, com a imigração europeia, se ampliou o debate sobre as consequências do anonimato nas grandes cidades¹⁴⁴. Assim, a entrada do *bertillonage* no Brasil, deve ser pensada no contexto das reformas institucionais que permearam os primeiros anos republicanos, conforme bem pontua Diego Galeano.

¹⁴² BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade**. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro. 1907- 1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 134.

¹⁴³ GRUNER, Clóvis. **Paixões torpes, ambições sórdidas**: crime, cultura e sensibilidade moderna (Curitiba, fins do século XIX e início do XX) São Paulo: Alameda, 2018, p.126.

¹⁴⁴ GARCÍA FERRARI, Mercedes; GALEANO, Diego. Polícia, antropometria e datiloscopia: história transnacional dos sistemas de identificação, do rio da Prata ao Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.23, supl., dez. 2016, p.171-194, p. 173.

De acordo com o pesquisador “o duplo estatuto científico e técnico do sistema antropométrico foi bem recebido por uma fração das elites urbanas que pretendia sustentar o exercício do poder político sobre as bases da ciência moderna”¹⁴⁵.

Na Curitiba e Porto Alegre da Primeira República, esses avanços científicos também foram introduzidos. Em 1905 começou a funcionar em Curitiba o Gabinete Antropométrico, utilizando como método de identificação o sistema de Bertillon, renomeado posteriormente para Gabinete de Identificação e Estatística, que passou a utilizar o sistema Vucetich de identificação criminal¹⁴⁶. Em Porto Alegre foi criado, em 1895, o Gabinete Médico Legal na sua principal instituição carcerária, a Casa de Correção. O médico-legista Sebastião Leão, diretor do gabinete, passou a empregar medições antropométricas para realizar, junto à identificação, experimentos criminológicos sob os corpos dos presidiários¹⁴⁷.

Através dessas relações, sobretudo no que diz respeito às tensões e conflitos ocasionados em razão da criminalidade emergente, pretende-se analisar as soluções encontradas para o estabelecimento de uma ordem social nas duas capitais. Nesse contexto, a prisão torna-se um dos símbolos mais fortes da manutenção dessa ordem. A capital gaúcha já havia atendido essa demanda por uma instituição carcerária com a Casa de Correção, construída entre 1825 e 1855 (ano que passou a receber os primeiros presos), uma verdadeira fortaleza, localizada às margens do Guaíba, ao lado da Usina do Gasômetro. Curitiba, por sua vez, só teve um marco carcerário importante como o de Porto Alegre, no período republicano, com a implantação do Presídio do Ahu – importante mecanismo de controle necessário as demandas da vida moderna¹⁴⁸.

¹⁴⁵ GALEANO, Diego. **Criminosos viajantes**: circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires. 1890-1930. Rio de Janeiro: Arquivo nacional. 2016. p.100.

¹⁴⁶ O sistema Vucetich era considerado à época, mais completo que o Bertillon, pois incorporava, além da fotografia, medições e demais marcas e sinais particulares do indivíduo. As impressões digitais ainda eram uma novidade. GRUNER, Clóvis. **Paixões torpes, ambições sórdidas**: crime, cultura e sensibilidade moderna (Curitiba, fins do século XIX e início do XX) São Paulo: Alameda, 2018. p.130.

¹⁴⁷ GARCÍA FERRARI, Mercedes; GALEANO, Diego. Polícia, antropometria e dactiloscopia: história transnacional dos sistemas de identificação, do rio da Prata ao Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.23, supl., dez. 2016, p.171-194. p. 188.

¹⁴⁸ Há, contudo, esforços para a construção de uma penitenciária estadual na província, desde os tempos do Império. A vinda do Imperador D. Pedro II à Curitiba, em junho de 1880, foi marcada, dentre outras situações, por uma visita a um terreno localizado em uma planície a leste da estrada da Colônia do Assunguy, cerca de quatro quilômetros da capital, onde seria construída, em tese, a primeira penitenciária do Paraná. No entanto, como pontua Clóvis Gruner, nem o clima festivo com a presença do imperador, nem a vontade política das autoridades públicas foram suficientes para garantir a continuidade da obra, em razão das dificuldades orçamentárias do governo. Ver: GRUNER, Clóvis.

No cerne dessa discussão, buscaremos apresentar no próximo capítulo os princípios políticos e sociais que nortearam a sua construção, bem como os acontecimentos que, paulatinamente, desencadearam na sua primeira rebelião na manhã de 17 de maio de 1931.

3 UTÓPICOS CORPOS DÓCEIS: VIVER E RESISTIR À PRISÃO

A pequena burguesia ainda se arrepiava, imaginando os perigos de que se livraram em noite de bombardeio e sangueira, e os vencedores lhe surgiam como heróis a monopolizar a gratidão nacional.

Graciliano Ramos, Memórias do cárcere

No início de 1971, Michel Foucault, dentre outros intelectuais, participou do Grupo de Informações sobre as Prisões (GIP). Atuando junto aos presos e seus familiares, o grupo colhia relatos das vivências prisionais, no intuito de que as prisões, espaços tão escondidos de nosso sistema social, e suas experiências, se transformassem em um saber comum, apto a alertar a opinião pública e mantê-la em alerta. Em seu manifesto, os objetivos do grupo:

Propomo-nos a fazer saber o que é a prisão: quem entra nela, como e por que se vai parar nela, o que se passa ali, o que é a vida dos prisioneiros e, igualmente, a do pessoal de vigilância, o que são os prédios, a alimentação, a higiene, como funcionam o regulamento interno, controle médico, os ateliês; como se sai dela e o que é, em nossa sociedade, ser um daqueles que dela saiu¹⁴⁹.

No período, ocorreram algumas rebeliões em presídios da França, situação em que o filósofo problematizava e ouvia as reivindicações que emergiam desses motins. Deu-se conta, nesses relatos, que a revolta dos presos perpassava objetivos como as fugas ou a destruição dos presídios. Para além de um movimento revolucionário, tratava-se de uma sublevação, na qual as reivindicações eram muito precisas, incidindo, especialmente, sobre o cotidiano prisional.

Nesse sentido, conforme Deleuze pronunciou em célebre conversa com Foucault em 1972 “você foi o primeiro a nos ensinar algo fundamental, ao mesmo tempo em seus livros e no domínio da prática: a indignidade de falar pelos outros”¹⁵⁰. Nesse propósito, suas inquietações correspondem ao novo papel do intelectual no campo da política, qual seja: problematizar o poder e seus mecanismos, com vistas à constituição do sujeito: sujeito que fala, e, ao ganhar voz, descortina os discursos oficiais de saber. Com as inquirições feitas aos detentos no período do GIP, as

¹⁴⁹ FOUCAULT, Michel. Manifesto do GIP. In: **Estratégia, poder-saber**. (Ditos & escritos IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 2.

¹⁵⁰ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002, p. 72.

condições deploráveis do sistema penitenciário foram expostas, e foram eles próprios - os presos - a assumir o protagonismo da palavra.

Em 1977, Foucault apresenta “A vida dos homens infames”¹⁵¹, denominada pelo próprio como uma “antologia de existências”. Através da pesquisa nos arquivos de internamento do Hospital Geral e da Bastilha, o pensador encontra por um acaso, em livros e documentos, a história de “vidas breves”. Dentre elas, a vida do monge escandaloso, da mulher espancada, do bêbado furioso, dentre tantas outras que, segundo o autor, passariam despercebidas, não fosse o choque com o poder. Nesse sentido, essas vidas, à luz de um poder que as tira da invisibilidade, criam existências reais, nas quais o teórico, em seu trabalho investigativo, encontrou um poder que “espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam”¹⁵².

Por esse caminho, o trabalho da historiadora Michelle Perrot ¹⁵³, lança mão de fontes que contribuem para o entendimento do sistema prisional moderno, especialmente quanto as resistências dentro das prisões francesas. Enquanto Foucault faz uma genealogia da prisão, mais especificamente, do poder disciplinar, a autora, como uma extensão de “Vigiar e Punir”, esmiuça o mundo das prisões da França revolucionária de 1848¹⁵⁴. Perrot nos descortina as rebeliões e inquietações dos detentos, momento em que suas vozes, sempre silenciadas, são de alguma forma “vistas”. O desafio que seu trabalho se propõe é pensar a indisciplina e suas consequências no mundo carcerário, suas repercussões e seus discursos.

A pena e seu papel de regeneração funda-se na valorização do trabalho como o salvo-conduto do criminoso. No entanto, a vontade de disciplina não condiz com as condições dos presídios, lugar imaginário, secreto e misterioso, onde a população em geral desconhece o que ocorre entre seus muros, exceto quando o preso se rebela. Motivos são vários, “contágio do espírito de revolta, preocupação em se fazer

¹⁵¹ FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: **Estratégia, poder-saber**. (Ditos & escritos IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

¹⁵² FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: **Ditos & escritos IV - Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 203.

¹⁵³ PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: Mulheres, operários e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

¹⁵⁴ As Revoluções de 1848 ou Primavera dos Povos, é o nome que se atribui ao período em que uma onda de movimentos revolucionários de cunho liberal atingiu a Europa no ano de 1848. O conjunto de revoluções, de caráter nacionalista, liberal, socialista e democrático, iniciou-se por uma crise econômica na França, mas abrangeu a Europa Central e Oriental.

ouvido, impaciência diante de uma mudança: é verdade que a esperança traz insubmissão”¹⁵⁵. Quando essas insubordinações são levadas a público – e as fontes de Perrot são, em boa parte, os jornais – dependendo do espaço que ocupa o criminoso no meio social francês, há apoio, ou repúdio da população.

Amparados na afeição foucaultiana por personalidades “desviantes”, e, a partir de uma experiência vivida na Curitiba dos anos 1930, pensaremos nesse capítulo a prisão como um mecanismo de disciplinamento e correção de homens infames, aqueles que rompem a ordem em uma sociedade que a deseja constantemente. Para Foucault, a prisão, mecanismo de punição do sistema penal moderno, intenta a transformação desses personagens desviantes – o anormal, o delinquente – em indivíduos que devem se reintegrar à sociedade. As manifestações ocorrem na medida em que o universo prisional acaba por tornar-se um espaço de ações por interesses vários, e exemplos claros disso encontram-se nas rebeliões, reclamações e complôs entre os presos. A voz desses indivíduos encontra amparo na resistência, na luta contra o poder estabelecido.

Esse capítulo acompanha o nascimento do presídio do Ahu na capital paranaense, sua primeira rebelião e a atenção dada aos seus principais líderes, dois imigrantes, pela imprensa local. A vida de crimes de dois homens infames, que transitavam entre Curitiba e Porto Alegre, passaria despercebida, não fosse o choque com o poder que os lançou luz. Para a compreensão da história da dupla, buscaremos entender suas trajetórias de vida, apontando os caminhos que os levaram a se tornarem protagonistas do declínio dessa proeminente instituição carcerária curitibana, e do imaginário criminal curitibano durante a década de 1930.

3.1 O PENSAMENTO CRIMINOLÓGICO E O DEBATE PENITENCIÁRIO

Inaugurada nas primeiras décadas do século XVIII, a antiga Cadeia Pública de Curitiba funcionou em um velho sobrado localizado na praça Tiradentes, bem no centro da cidade. A construção antiquíssima, sem as mínimas condições de higiene e com janelas diretas para as ruas - onde os condenados viam e eram vistos pelos transeuntes - por certo não era o ideal almejado de sistema penitenciário. Em 1898

¹⁵⁵ PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: Mulheres, operários e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988. p.285.

o quase bicentenário edifício sofreu um incêndio, razão pela qual deixou de funcionar. Após o incidente, os presos foram transferidos para as dependências do Regimento de Segurança, localizado na rua São José (atualmente Marechal Floriano). A mudança, que era para ser temporária, acabou perdurando por uma dezena de anos.

As circunstâncias da cadeia “provisória”, continuaram a ser denunciadas regularmente nos periódicos locais, especialmente quanto ao não cumprimento do que se preconizava na penologia em voga. O periodista do jornal “A República”, João Macedo filho, bacharelado em Direito¹⁵⁶, publicou em junho de 1908, uma série de sete artigos, explicando os diferentes sistemas penitenciários vigentes nos Estados Unidos e na Europa. No afã de que a cadeia curitibana fosse conduzida a partir de um regime, qualquer um deles, conquanto que condizente com os princípios da penologia moderna, Macedo se esforçou em apontar cada um dos modelos penitenciários e suas vantagens e desvantagens, especialmente porque:

(...) não há entre as nossas necessidades sociaes uma que se imponha mais imperiosamente ao patriotismo do governo, do que a applicação em nosso Estado de um verdadeiro systema penitenciário.
Nada mais anti-científico, nada mais em contraste com a nossa civilização, sob todos os pontos de vista, do que a actual cadeia de Coritiba!
(...) É inadiável a reforma, sejam quaes forem os dispêndios a fazer, é preciso para isso que o governo não meça sacrificios porque as compensações não tardarão¹⁵⁷.

O futuro jurista, que acredita que “o melhor systema penitenciário será aquellle que reunir maior somma de medidas efficazes para destruir as causas da criminalidade”, após apontar, dentre os sistemas vigentes, qual melhor se adapta às circunstâncias curitibanas, em se último artigo, opta pelo “systema Irlandez ou Progressivo”. Em linhas gerais, o sistema admirado pelo acadêmico, como o próprio nome indica, prevê a progressividade da pena, ou seja, a diminuição da sua intensidade conforme o lapso temporal passado em cada regime e o comportamento do detento. O aperfeiçoamento moral do condenado seria feito por meio de sucessivas etapas, sendo a primeira fase o isolamento, depois o trabalho e, verificada a regeneração, é concedida ao condenado a liberdade plena. Para fechar a série dedicada à penitenciária, Macedo faz um apelo ao Poder Público:

¹⁵⁶ O estudante, embora curitibano, cursava direito na Faculdade Livre do Rio de Janeiro. A Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná só foi fundada em 12 de dezembro de 1912. **Diário da Tarde**. Curitiba, 11 de dezembro de 1907.

¹⁵⁷ **A República**. Curitiba, 13 de maio de 1908.

E é por isso que ousou pedir ao Poder Executivo de minha terra, a sua adoção nesta capital. Teremos assim uma penitenciária modelo, que tornará o Paraná o espelho no qual se hão mirar outros Estados brasileiros nas reformas de suas prisões¹⁵⁸.

As contribuições do jovem estudante são registros dos estímulos teóricos que Curitiba vinha recebendo dos grandes centros urbanos sobre os debates no campo do direito penal e da criminologia. Esse debate acalorado e o entusiasmo por modelos ideais de prisão, revelam certo otimismo – talvez pela última vez – de um período em que se quis ferrenhamente realizar reformas carcerárias. O otimismo, de algum modo, parece ter fundamento na confiança que os penalogistas tinham na habilidade do Estado em implementar as suas propostas. A crença no poder da ciência e na possibilidade de aplicar novas teorias criminológicas, tão incorporadas nos debates acadêmicos, proporcionariam um horizonte de esperança para os problemas sociais enfrentados pelo Estado¹⁵⁹.

A ideia inicial do projeto penitenciário, em fins do século XVIII, nasceu e foi se transformando no que é hoje, assumindo, segundo Perrot, três funções: “punir, defender a sociedade isolando o malfeitor para evitar o contágio do mal e inspirando o temor ao seu destino, corrigir o culpado para reintegrá-lo a sociedade, no nível social que lhe é próprio”¹⁶⁰. No alvorecer do Brasil republicano, juristas, burocratas e políticos discutiram formas diferentes de penitenciar, no intuito de perpassar o simples ato de punir e isolar os criminosos. Os ares de um novo tempo, marcado pela transição política, exigiam impetuosamente uma mudança no modo de pensar o encarceramento, a fim de torná-lo mais sistemático e humano.

* * *

Entre o final do século XIX e início do XX, na efervescência dos debates criminológicos, muitos congressos de antropologia criminal ocorriam na Europa, visando o aprofundamento dos conhecimentos sobre o tem¹⁶¹. Nomes da

¹⁵⁸ **A República**. Curitiba, 15 de junho de 1908.

¹⁵⁹ AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, Clarissa Nunes et al. (Org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, v. I. p. 57.

¹⁶⁰ PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: Mulheres, operários e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988, p. 258.

¹⁶¹ Apesar de se sobressair a presença de participantes franceses e italianos, esses eventos contavam com representantes de países de outros continentes, ainda que em menor escala. O VI Congresso de

criminologia italiana, como Cesare Lombroso, Enrico Ferri e Rafael Garofalo, conferiram ao crime uma abordagem científica, o que fez surgir uma divisão no interior das doutrinas penais. De um lado a Escola Clássica, desenvolvida desde o século XVIII, possuía autores ligados ao iluminismo filosófico, como Cesare Beccaria e Jeremy Bentham, e do outro a Escola Positiva, defendida por Lombroso e seus seguidores. Essa cisão representa duas formas diferentes de encarar o problema do crime: a Escola Clássica, que define a ação criminal em termos legais, enfatizando a liberdade individual e os efeitos dissuasórios da punição e, de outro lado, a Escola Positiva, que rejeita essa definição estritamente legal dos clássicos ao considerar o determinismo em prol da responsabilidade individual, além de defender o tratamento científico do criminoso, visando a proteção da sociedade¹⁶².

Ambas as escolas tiveram suas ideias incorporadas por juristas brasileiros que, ao difundirem seus postulados, buscavam soluções para o controle do delito. Nesse momento, o pensamento de Lombroso, especialmente através de seu livro “O homem delinquente”, publicado originalmente em 1876, propagou, com base no determinismo biológico, a teoria do “criminoso nato”. Para o fundador da escola positivista, que baseou seus estudos em dados antropométricos, a partir das características físicas de um indivíduo, sobretudo mestiços, seria possível prever sua reincidência no crime, pois este teria uma propensão congênita à delinquência.

A Escola da Antropologia Criminal de Lombroso encorajou defesas que fortaleceram teorias racistas e o olhar preconceituoso, no caso do Brasil, para a conduta de negros, mestiços e imigrantes pobres¹⁶³. Exemplo nítido da apropriação entusiasmada dessas teorias é a do médico maranhense Raymundo Nina Rodrigues, um dos maiores partidários da doutrina determinista de Lombroso, inclusive tendo sido designado pelo próprio como seu discípulo e representante da escola italiana no Brasil. Seu livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*¹⁶⁴, publicado em 1894, defende que a responsabilidade penal deveria ser coerente com os

antropologia criminal, por exemplo, realizado em Turim em 1906, teve a presença de delegações de vários países da América do Sul.

¹⁶² ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. In: **Dados, Revista de Ciências Sociais**, v. 45, n. 4, Rio de Janeiro, 2002, pp. 677-704. p. 678.

¹⁶³ MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. A fatalidade biológica: A medição dos corpos, de Lombroso aos biotipologistas. In: MAIA, Clarissa Nunes et al. (Org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, v. II. p. 295.

¹⁶⁴ RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.

diferentes “estágios evolutivos” das “raças” que aqui se encontravam. Em que pese a importância de Nina para o debate – e seu foco na questão racial, uma particularidade simbólica pelo fato de o autor residir na Bahia – o estudioso não estava sozinho na missão de propagar as ideias de seu mestre. João Vieira de Araújo, professor da Faculdade de Direito de Recife e o jurista, também maranhense, Francisco José Viveiros de Castro, autor da obra *A nova escola penal*¹⁶⁵, foram seminais para a divulgação da Escola Positiva de direito penal no país. Demais nomes ao longo do Primeira República, como Clóvis Beviláqua, Paulo Egídio de Oliveira Carvalho Cândido Mota, Evaristo de Moraes, Esmeraldino Bandeira dentre vários outros, também ajudaram a propagar as principais teses e autores dessa escola.

A novidade das noções lombrosianas sobre o “criminoso nato”, no entanto, levaram certo tempo para cruzar o Atlântico, o que permitiu que criminólogos latino-americanos já as recebessem com as devidas críticas, resultado de interpretações mais ecléticas e multicausais do fenômeno criminal¹⁶⁶. Ainda assim, a antropologia criminal formou uma série de simpatizantes, que não deixaram de associar a escola com aquilo que havia de melhor e mais moderno no campo da compreensão científica do crime do criminoso.

No Brasil, o fim do sistema escravista e a expansão da urbanização foram fatores determinantes que justificaram um saber jurídico que apresentasse uma proposta diferente de regularização da sociedade. Assim, o Código Penal Republicano, promulgado em 1890¹⁶⁷, trouxe consigo uma demanda cara ao novo regime político: ordem e disciplinamento dos cidadãos. O código, assim como a Constituição de 1891, fez parte das primeiras medidas jurídicas criadas com o propósito de pautar o modo de governar e gerenciar o poder estatal, especialmente combatendo e afastando os comportamentos de grupos sociais que se opunham aos princípios da República. Negros alforriados, imigrantes pobres, ébrios e vadios eram vistos como protagonistas de desordens e retrocessos, sendo responsabilizados pelo

¹⁶⁵ CASTRO, Viveiros de. **A nova escola penal**. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1913.

¹⁶⁶ CAIMARI, Lila. La Antropología Criminal y la Recepción de Lombroso en América Latina. In: MONTALDO, S.; TAPPERO, P.; BENEDUCE, R. **Cesare Lombroso Cento Anni Dopo**. Turin: UTET Libreria, 2009, p. 2.

¹⁶⁷ O Código Penal de 1890 permaneceu em vigor até 1940, abrangendo, portanto, todo nosso período de estudo no que se refere aos rituais jurídicos.

número cada vez maior de roubos e latrocínios. Para conter essa ameaça, foram instituídas prerrogativas de intervenções, geralmente violentas, das autoridades locais. A constituição de um corpo policial preparado e equipado para atender aos interesses do Estado no combate ao crime, a criminalidade e ao criminoso, contribuiu para a estigmatizar ainda mais esses grupos, bem como lugares considerados marginais.

Quanto à questão penitenciária, foram reduzidas penas como o banimento, o degredo e o desterro- consideradas ultrapassadas e ineficientes - e se aboliu a pena de morte e a de galés, em que os presos trabalhavam acorrentados. A ideia do novo dispositivo legal era tratar das funções que a pena deveria exercer na vida social, criando, assim, novas modalidades delas, como a prisão celular, a reclusão, o banimento, a prisão disciplinar, dentre outras. Ainda, a exigência de segurança dos detentos, cuidados com higiene e a correta aplicação do regime penitenciário adequado, preconizados no novo código, ia de encontro a realidade das condições existentes nos presídios brasileiros.

Esse descompasso entre a cadeia existente e os preceitos e as possibilidades preconizadas pelo Código Penal eram evidentes na realidade curitibana, e as próprias autoridades, como o secretário de Negócios de Interior e Justiça e Instrução Pública, Octavio Ferreira do Amaral, reconhecia essas falhas em seus relatórios:

Não poderia assaz encarecer a inadiável necessidade de transferir para outro edifício os presos detidos na cadeia civil de Curytiba (...). Com effeito, n'um estreito lance do edifício do quartel do Regimento de Segurança, com 16 cubículos onde não entra o sol pela sua má exposição, acham-se agglomerados 50 prisioneiros, sem uma sala para trabalhos, ou leitura, nem um pateo para passeio(...)
 (...) O Codigo estatue a prisão com trabalho, mas o trabalho é impossível em um edifício em taes condições. Urge construir nos arredores da Capital, senão uma penitenciária, na rigorosa accepção moderna, ao menos um vasto edifício, construído de forma a que todos os aposentos tivessem aberturas para o exterior, com vastas salas para officinas e grande terreno murado para ser cultivado pelos condemnados¹⁶⁸.

A urgência do labor era recorrente nos debates. O uso da mão de obra carcerária se fundamentava na ideia de que o Estado não deveria arcar com o sustento do preso, além de ser uma forma de contribuir com o desenvolvimento

¹⁶⁸ Relatório apresentado ao Presidente do Estado, pelo Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública do Paraná, Dr. Octávio Ferreira do Amaral e Silva. Curitiba, 31 de dezembro de 1904.

peçoal do próprio indivíduo que, a partir da disciplina do trabalho, não despenderia energia em pensamentos criminosos. No mais, a concepção de que o crime e o criminoso representavam justamente o avesso de uma moral baseada nos valores do trabalho, tanto por características inerentes ao indivíduo quanto por comportamentos fundados na ociosidade e no vício, reforçavam o “caráter educativo” da pena¹⁶⁹.

A circulação de saberes já fazia surgir, no entanto, críticas ao recém-criado dispositivo, especialmente por parte das elites republicanas. Longe de ser uma unanimidade entre juristas e criminalistas, o código nasceu em meio a controvérsias, especialmente entre partidários do direito positivo, que consideravam que a nova legislação não dava conta de abarcar as ideias modernas da ciência criminal. A insatisfação dos juristas, revela-se frente a incorporação dos dispositivos jurídico-penais da Escola Clássica, que, em vigor no diploma anterior, já se considerava ultrapassada no novo regime. Com a incorporação dos postulados do positivismo penal nas leis e nos códigos, se ampliou o uso de diagnósticos médicos e psicológicos, tanto nos debates acadêmicos como nas práticas do Estado. A ciência e, especialmente a medicina, começaram a exercer influência mais direta no projeto de regimes carcerários, fazendo das prisões um local de produção de conhecimento sobre os detentos. Incursões de médicos, psiquiatras e antropólogos nas cadeias representavam uma busca por matéria-prima para obter respostas que auxiliassem esses especialistas a compreender a “questão social” dos criminosos¹⁷⁰.

Dentre os críticos positivistas estava Nina Rodrigues. Segundo o médico, o código errou ao não realizar a devida distinção das raças, considerando iguais “os descendentes do europeu civilizado, os filhos das tribos selvagens da América do Sul, bem como os membros das hordas africanas, sujeitos à escravidão”¹⁷¹. Além da questão racial, outra crítica proposta pelo autor ao pensamento da Escola Penal Clássica, diz respeito a responsabilidade penal como “liberdade de vontade” e “agir em consciência”. Para os positivistas, a questão deveria ser vista sob outra perspectiva, levando em conta os condicionantes biológicos e sociais que

¹⁶⁹ GRUNER, Clóvis. **Paixões torpes, ambições sórdidas: crime, cultura e sensibilidade moderna** (Curitiba, fins do século XIX e início do XX) São Paulo: Alameda, 2018, p. 225.

¹⁷⁰ AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, Clarissa Nunes et al. (Org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, v. I. pp. 55-56.

¹⁷¹ RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957, p. 25.

desmantelavam a ideia de livre-arbítrio tão cara a esses autores. O pensamento de Nina Rodrigues apresenta ideias que serão problematizados por outras obras e autores subsequentes, e evidenciam a formulação de um pensamento criminológico no Brasil, que ansiava prestígio e reconhecimento.

Apesar das ferrenhas críticas, o Código não sofreu nenhuma alteração ao longo da Primeira República, o que não impediu, por sua vez, que a disseminação de ideias da Criminologia influenciasse políticas públicas das áreas de segurança, interferindo em instituições como a polícia, os manicômios e as prisões. A famigerada “ordem pública” tinha força coercitiva e seria resguardada pela polícia, órgão guardião das leis e da moralidade. A polícia, portanto, com suas coações e regulamentos próprios seria uma espécie de extra - direito, intervindo diretamente no espaço público. Nas palavras de Elísio de Carvalho, em 1914, uma boa polícia vale pelo melhor código penal¹⁷².

3.2 UM ATESTADO VIVO DO PROGRESSO PARANAENSE: O NASCIMENTO DO AHU

Diante da demanda antiga e, mais do que nunca, urgente, da criação de uma penitenciária, em janeiro de 1909, com a remoção dos primeiros presos da Cadeia Pública de Curitiba, é inaugurada a primeira Penitenciária do Estado do Paraná, passando a funcionar em abril do mesmo ano. O desejo da elite paranaense de criar um sistema carcerário que atendesse ao projeto de punir de forma civilizada, foi enfim atendido. Tendo como base da sua criação concepções do penitenciarismo americano/europeu, correntes científicas que tinham como objetivo não apenas o castigo, mas a regeneração do criminoso, nascia o promissor presídio do Ahu. Além de ser uma resposta a decadência das instalações das cadeias públicas do Estado, que não ofereciam condições para a regeneração do preso por meio do trabalho, a instituição inseriria Curitiba no rol das cidades bem estruturadas no combate ao crime.

¹⁷² ALVAREZ, Marcos; SALLA, Fernando; SOUZA, Luis Antônio Francisco de. A sociedade e a Lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na primeira República. **Justiça & História**, Porto Alegre, vol. 3, n. 6, 2003, pp. 97-130. p. 13.

Tais transformações partem da ideia de que para combater a criminalidade é preciso se aproximar dela, conhecê-la em sua essência, para depois deslocar o estudo para além do ato em si - o crime - para o sujeito praticamente do ato - o criminoso. Para tal, operadores do Direito local buscaram, através de um embasamento teórico pautado no pensamento criminológico europeu, dar um viés científico a suas acusações aos ociosos, trabalhadores pobres, ébrios e criminosos que se encontravam perambulando pelas ruas de Curitiba e depois, com a inauguração do presídio, encarcerados.

A sua construção também significava uma resposta das elites políticas locais ao que se via estampado nos jornais diários da cidade, que alardeavam sobre o aumento do crime e a criminalidade. A visibilidade desse problema social alinhada ao crescimento de Curitiba e seus *status* de capital conquistado há pouco mais de meio século, justificava um aparato institucional consonante com as mudanças em curso¹⁷³. Assim, o presídio foi um, dentre os vários esforços do poder público, de criar uma estrutura jurídica e penal eficiente, em consonância com o discurso modernizador e positivista que se propagava pelo país¹⁷⁴. Ao longo do século XIX e XX, mostrar-se moderno, significava a constituição de instituições públicas que espelhassem certa grandiosidade e eficiência. As materializações desses empreendimentos de custo muito elevado poderiam estar representadas por meio de um grande teatro ou cinema, ou uma grande prisão, por exemplo.

Para o Procurador Geral de Justiça Interino do Estado, Libero Badaró Nogueira Braga, a penitenciária era “o mais importante estabelecimento que possuímos”¹⁷⁵. O entusiasmo dessa conquista chegou ao Procurador Geral da Justiça, que se refere a penitenciária como um “utilíssimo estabelecimento (...) atestado vivo de progresso do Paraná’.” Apesar da celebração, o procurador admite que a única razão para se lastimar é que devido as “suas reduzidas proporções” não possa comportar todos os presos do Estado¹⁷⁶.

¹⁷³ GRUNER, Clóvis. **Paixões torpes, ambições sórdidas: crime, cultura e sensibilidade moderna** (Curitiba, fins do século XIX e início do XX) São Paulo: Alameda, 2018, p. 30.

¹⁷⁴ Como já mencionado, no ano de 1908 foi criada a Guarda Municipal da Capital, e a atividade policial passou por mudanças significativas, sobretudo pelo espírito cientificista da época. Dentre as novidades, criam-se gabinetes, como o de Identificação e Estatística, o de Medicina Legal, e também o Laboratório de Análises e o Necrotério.

¹⁷⁵ Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado, pelo Procurador Geral da Justiça Interino, Libero Badaró Nogueira Braga, 1914.

¹⁷⁶ Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado, pelo Desembargador Procurador Geral de Justiça, José Maria Pinheiro Lima, 1910.

De fato, a concepção educativa da pena estava em consonância com o sistema penal moderno, logo, entende-se a valorização da instituição como um símbolo do progresso na capital paranaense. Sua construção embasava a criação de um aparato jurídico capaz de acompanhar o dinamismo político e urbano do Estado, que precisava crescer e se fortalecer enquanto tal. Dentro dessa proposta, os administradores apresentaram um regulamento que tinha como modelo a prisão americana de *Auburn*. Criado em 1820, o método penitenciário adotava a reclusão e o isolamento do detento apenas no período noturno. Durante o dia, as refeições e o trabalho eram coletivos, no entanto, impunha-se a regra do silêncio, os presos não podiam se comunicar ou trocar olhares, a vigilância era absoluta, reforçando o ideal de trabalho e produtividade com o intuito de regeneração do detento. Tal modelo estava em plena conformidade com o discurso modernizador e positivista que se propagava pelo país, especialmente no campo do Direito e da criminologia¹⁷⁷.

Com a autorização concedida ao governo para adquirir da Santa Casa de Misericórdia, o edifício onde funcionava o então Asilo de Alienados, no Ahu, iniciaram-se os trabalhos para adaptá-lo a uma penitenciária. Desde o princípio, ficou evidente que esse ajustamento não seria fácil, uma vez que a sua estrutura arquitetônica teria que ser completamente modificada para atender aos fins pretendidos. Em relatório emitido ao Secretário de Interior, Justiça e Instrução Pública, em 1908, o Secretário de Obras Públicas e Colonização, Claudino Rogoberto Ferreira, alertava sobre essas dificuldades, o que justificaria a demora na finalização das obras:

Infelizmente o edifício em questão não podia, por sua natureza, ser facilmente adaptado a uma Penitenciária e por maiores que tivessem de ser as despesas a realizar nesse intuito, jamais se chegaria á obtenção de um estabelecimento modelar, conforme convinha. (...) Grandes reformas foram necessárias realizar e ainda assim o número de cellas é diminuto, a

¹⁷⁷ O regime prisional de Auburn, implementado na Penitenciária do Ahu, embora tenha entusiasmado as autoridades paranaenses, já recebera críticas de alguns dos principais penalistas brasileiros, dentre eles, Paulo Vianna e Augusto Carneiro. Vianna, por exemplo, colocava em xeque a vida em comunidade durante o dia, questionando a capacidade das instituições assegurarem o silêncio necessário para o bom funcionamento preconizado pelo regime. Do mesmo modo, Carneiro questionava a manutenção do silêncio, imposto pelo regulamento, além de apontar a sua deficiência em fundir os sistemas de comunidade e celular, o que ampliaria os vícios e os defeitos de ambos. Ver: GRUNER, Clóvis. **Paixões torpes, ambições sórdidas: crime, cultura e sensibilidade moderna** (Curitiba, fins do século XIX e início do XX) São Paulo: Alameda, 2018, p. 224-225.

segurança do prédio não pode ser considerada e há a observar a ausência da muralha de retorno¹⁷⁸ (...)

Seu tom realista foi um diagnóstico do que viria a ser o presídio, ainda que os discursos sobre o seu funcionamento, nos anos seguintes, fossem de esperança e ufanismo. Um ano depois, o Chefe de Polícia João Baptista da Costa Carvalho Filho, bacharel entusiasta da modernização do aparato policial curitibano, em relatório enviado ao governo ao final do ano 1909, ou seja, com um panorama de um ano de funcionamento, salienta que o estado vem seguindo os preceitos da penologia moderna e, portanto, “entrou com o seu contingente valioso para a solução do magno problema da sociologia criminal”. Carvalho Filho destaca, ainda, a adaptação dos sentenciados à sociedade laboriosa através do “trabalho honesto”, a “lei suprema da vida” que vem se desenvolvendo na penitenciária. O caráter educativo do sistema penitenciário, portanto, daria aptidão a esses homens para a vida livre, única maneira de aliviar o sofrimento moral causado pelos seus infortúnios¹⁷⁹.

A fim de apresentar um panorama mais sólido do como estava se desenvolvendo esse novo empreendimento do estado, inúmeras fotos do presídio e suas instalações, especialmente as oficinas de trabalho, foram inseridas no relatório daquele ano. Em algumas delas, percebe-se a assinatura do Estúdio Volk, o primeiro da cidade, criado nos anos 1880 pelo alemão Adolpho Volk e sua esposa Fanny Volk, que passou a assumir suas funções desde 1904, quando o marido regressou para Alemanha¹⁸⁰.

¹⁷⁸ Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado do Paraná, pelo Bacharel Claudino Rogoberto Ferreira, Secretário d’Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, 1908.

¹⁷⁹ Relatório apresentado ao Secretário do Interior pelo Chefe de Polícia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1909.

¹⁸⁰ Após assumir o comando do estúdio, as tomadas externas, mais raras e de iniciativa de Adolpho nos primeiros anos, couberam à Fanny, e não pode-se deixar de destacar o seu trabalho de sair a campo para fotografar, contrariando todos os predicativos do que se esperava de uma mulher à época, especialmente quanto ao ofício de fotógrafa e aos padrões morais de lugares apropriados ou não para se frequentar. A trajetória social de Fanny Volk foi abordada no trabalho da pesquisadora Giovana Terezinha Simão: SIMÃO, Giovana Terezinha. **Fanny Volk**: Pioneira na fotografia de estúdio em Curitiba. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

Figura 5 - Penitenciária do Ahu



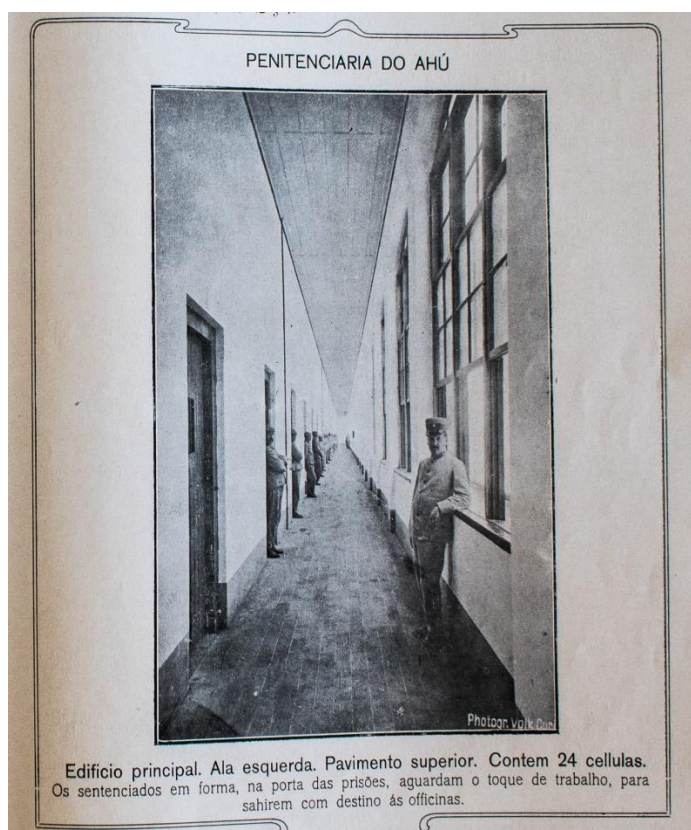
Fonte: Relatório apresentado ao secretário do interior pelo Chefe de Polícia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1909.

Figura 6 - Penitenciária do Ahu - Oficina



Fonte: Relatório apresentado ao secretário do interior pelo Chefe de Polícia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1909.

Figura 7 - Penitenciária do Ahú - Corredores



Fonte: Relatório apresentado ao secretário do interior pelo Chefe de Polícia do Estado.
Curitiba, 31 de dezembro de 1909.

Na primeira foto, a imagem do presídio ao fundo mostra a sua potência e grandiosidade, retratando a simetria da edificação e, ao mesmo tempo, seu isolamento, localizado em um terreno vasto e distante da região central da cidade. Nas várias fotografias das oficinas de trabalho inseridas no relatório do seu segundo ano de funcionamento, pode-se perceber a necessidade de representação de disciplinamento dos detentos em um momento de labor. Apesar da aparência de naturalidade dos presos, focados em seus ofícios de artesãos, sugerindo, até mesmo, um ambiente familiar e harmonioso - como os próprios relatórios insistiam em frisar - as cabeças abaixadas, sem olhar para a objetiva, reforçam a presença dos superiores, demonstrando uma hierarquização e vigilância permanentes. Do mesmo modo, a fotografia do carcereiro em primeiro plano, cujo destaque se sobrepõe a exibição dos presos, que aguardam, justamente, o toque de trabalho, revela o desejo do exercício do poder disciplinar.

Chama a atenção nas fotografias do relatório de 1909, ainda, o fato de que presos e guardas, aparentemente, apresentam um único elemento que os diferencia:

os uniformes. Para além da hierarquia que os distingue, os guardas são, em sua maioria, negros, de origem e classe social em comum com a dos presidiários¹⁸¹. A utopia do encarceramento perfeito que pairava na promissora instituição foi reforçada através dessas fotos juntadas no relatório, legitimando seus principais objetivos: regeneração e obediência.

A instalação do Ahu buscou atender aos preceitos legais estipulados pelo Regulamento da Penitenciária do Estado, aprovado e transformado em decreto antes mesmo da inauguração da penitenciária, no ano de 1908. O documento foi organizado a partir de 3 títulos, necessários para o bom entendimento dos deveres e atribuições dos funcionários (primeiro título), do regime disciplinar e do trabalho dos condenados (segundo título) e do regime econômico e serviços domésticos (terceiro título). Diante dessa rede de funcionários, a figura do diretor ocupava papel de destaque, pois a ele caberia, além da responsabilidade sob todos os empregados, a responsabilidade direta pela segurança do presídio e pela estrita observância de seu regulamento. Como veremos a seguir, a função do diretor é, ainda, respeitar o elo entre a penitenciária e as autoridades públicas, informando-as o que se passava dentro da instituição, através de relatórios enviados periodicamente ao chefe de Polícia, secretário de Interior, Justiça e Instrução Pública e ao governador do estado.

Esses esclarecimentos eram prestados, também, pelo Desembargador Manoel Bernardino Cavalcanti, chefe de Polícia. Desejoso de fazer do presídio do Ahu uma instituição modelo, enfatizava em seus relatórios a necessidade de se ampliarem as dimensões das celas, para que fosse possível abrigar um maior número de sentenciados, incluindo aqueles de outras comarcas que aguardavam vagas na capital. Segundo Cavalcanti, deveria ser adotada uma nova metragem, ao estilo da Penitenciária Nacional de Buenos Aires, “o magnifico estabelecimento ao qual o eminente Ferri rendeu brilhante homenagem o classificando de verdadeiro

¹⁸¹ Em alguns relatórios, inclusive, encontrei queixas do diretor da penitenciária, Ascânio de Abreu, para os baixos salários recebidos, tanto para si quanto para os demais funcionários. Se levarmos em conta que o maior salário era o de diretor (480\$000 mensais) e que os inspetores e guardas eram pagos em diárias, que variavam de 5\$000 e 3\$500, respectivamente, poderemos ter uma dimensão melhor sobre as dificuldades financeiras enfrentadas por esses funcionários. À título de exemplo, no relatório de 1918 ao Chefe de Polícia do Estado, Ascânio afirma continuar a insistir “pelo aumento de vencimentos, pois os ganhos actuaes mal chegam para supprir as nossas mais urgentes necessidades e nos collocam em plano muitíssimo inferior aos dos demais funcionários do Estado.

modelo sob o triplice aspecto científico, social e humanitário”¹⁸². Entusiasmado com os modelos prisionais vizinhos, como os argentinos e os uruguaios, o chefe da polícia curitibana tinha consciência de uma necessidade muito basilar do Ahu: a construção de um muro que cercasse os limites do edifício, único modo de o estabelecimento ficar à salvo de invasões e com “maior probabilidade de evitar-se a fuga dos detentos”.

3.3 UM JOVEM DIRETOR PENITENCIÁRIO E O PRESÍDIO SEM MURO

Na efervescência dos debates acerca do sistema prisional e alinhado com o discurso cientificista em voga, estava Ascânio de Abreu. Nomeado para exercer a função de adjunto de Promotor Público na comarca de São José da Boa vista, em 1901¹⁸³, passou também por Jacarezinho em 1903¹⁸⁴, tornando-se Promotor Público - ainda que sem formação jurídica¹⁸⁵ - depois atuando em Tibagi¹⁸⁶ e Serro Azul.¹⁸⁷ Figura ilustre na alta sociedade paranaense, sua ascensão na carreira jurídica o leva a assumir, no ano 1909, a direção do presídio do Ahu. Jovem, mas “dotado dos melhores desejos de se dedicar a desempenhar a árdua e complexa função que lhe foi confiada”¹⁸⁸, a nomeação gera entusiasmo, especialmente na imprensa. A par dos modelos teóricos em voga no período, Ascânio mostrava sua erudição, muito provavelmente fruto de sua carreira como promotor, chegando a citar os italianos Lombroso e Ferri, consagrados juristas franceses como Paul Cuche e René Garraud e criminalistas brasileiros, dentre eles Esmeraldino Bandeira e Benjamin Constant¹⁸⁹.

Ao longo dos anos em que esteve à frente da direção do presídio, Ascânio buscou adaptar o seu funcionamento ao descrito no Código Penal da República¹⁹⁰.

¹⁸² Relatório apresentado ao Dr. Mario Alvez de Camargo, Secretario dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Publica, pelo chefe de Policia, Desembargador Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti Filho. Curitiba, 31 de dezembro de 1912.

¹⁸³ **A República**. Curitiba, 10 de abril de 1901.

¹⁸⁴ **A República**. Curitiba, 28 de julho de 1903.

¹⁸⁵ Não há qualquer menção, nos jornais ou nos relatórios, a uma possível formação de Ascânio de Abreu. Quando seu nome é mencionado em jornais, é tratado como “sr” ou “cidadão”, identificação diferente de outras pessoas cuja carreira jurídica as diferencia por “dr” ou “bacharel”.

¹⁸⁶ **A República**. Curitiba, 08 de junho de 1904.

¹⁸⁷ **A República**. Curitiba, 13 de fevereiro de 1905.

¹⁸⁸ **A República**. Curitiba, 08 de janeiro de 1909.

¹⁸⁹ Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Luiz de Albuquerque Maranhão, Chefe de Polícia do Estado do Paraná, pelo Diretor da Penitenciária, Ascânio de Abreu, 1925.

¹⁹⁰ Ascânio de Abreu foi diretor da penitenciária do Ahu de 1908 a 1933, tendo sido o diretor que mais tempo permaneceu no cargo. A direção da penitenciária passou por 44 pessoas de 1908 a 2006.

A tarefa, de fato, era árdua, e para tal, em seus relatórios anuais encaminhados à presidência do estado, destacava a necessidade de melhoramentos e reformas que ampliassem o desempenho da instituição. Dentre elas se destacava o problema da superlotação - o que impossibilitava o silêncio e a segregação noturna - a precariedade da segurança, a carência de vagas em suas oficinas, dentro outros fatores que iam de encontro ao que preconizava o sistema adotado. Os relatórios demonstram uma preocupação genuína do diretor, desde o primeiro momento, em se adequar ao objetivo regenerador, exemplar e repressivo pregado pelo modelo aurbuniano de pena:

(...) os poderes públicos precisam atender com urgência á falta de accommodações que o edifício apresenta, pois a lotação actual não pode exceder de quarenta e nove sentenciados, pela necessidade legal da segregação nocturna. Si essa falta não fôr supprida, inhibir-nos-á de chegarmos a resolver o problema das necessidades actuais do Estado, relativamente ao número crescente de transviados do caminho do bem, desses desventurados habitantes das cellulas¹⁹¹.

Outro problema denunciado desde o início foi a falta de um muro que cercasse os limites do edifício. A questão do muro, assim como a necessidade de mais celas, era pontuada recorrentemente, inclusive nos jornais. Em nota publicada em *A República*, é transcrito um ofício encaminhado ao Chefe de Polícia Costa Carvalho, pelo diretor da Penitenciária do Estado da Bahia, o sr. M. P. de Barros Bittencourt, onde, em meio a elogios e felicitações pela construção da penitenciária, e em posse de seu primeiro relatório, enfatiza que nas fotos sente a ausência de uma “muralha de contorno”. Elogiando as comodidades do edifício, que poderia vir a ser “a melhor penitenciaria do paiz”, desde que se viabilizasse a construção do muro que “presentemente lhe falta e que urge levantar, porque como v. exa. sabe, n’ essa muralha é que reside o segredo da maior segurança das prisões”¹⁹². Mais do que um simples exemplo, a construção do muro simboliza uma das inúmeras contradições do projeto do Ahu. No relatório de 1918, ou seja, quase 10 anos da sua inauguração,

Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=28>. Acesso em 03/07/2019.

¹⁹¹ Relatório apresentado ao Secretário do Interior pelo Chefe de Polícia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1909.

¹⁹² **A República**. Curitiba, 5 de agosto de 1910.

Ascânio insistia nessa demanda, bem como em outras, como a superlotação das celas, a carência de vagas nas oficinas e a escassez dos serviços de vigilância.

Os problemas apresentados no começo, mais simples e pontuais, foram se intensificando com o passar dos anos e o aumento no número de encarcerados. Apesar dessas faltas, o enaltecimento de que o Ahu, mesmo na adversidade, vinha funcionando com certa excelência, não deixava de aparecer nos relatórios, especialmente no que se referia ao trabalho nas oficinas que desenvolviam “excelentes trabalhos manufacturados pelos operários reclusos”¹⁹³. Malgrado os esforços em erigir o presídio como um símbolo do trabalho e da regeneração, ideais que pautavam o projeto penitenciário moderno, o discurso otimista dos primeiros relatórios se modifica, e a instituição passa a enfrentar problemas mais preocupantes. Condições insalubres e superlotação, comprometiam o projeto pedagógico inicial.

No relatório de 1923, o tom se agrava e, embora o diretor reconheça alguns melhoramentos específicos, as principais demandas, que há muito se fazem urgentes, não foram atendidas. Incansável, Ascânio não desistia de lutar por um presídio ideal – ou que fosse ao menos ampliado - prevendo, inclusive, projeto realizado pelo engenheiro do estado inspirado na Casa de Correção de Berlim. Caso fosse possível realizar um projeto nesses moldes, a penitenciária estaria “bem aparelhada para a prática do systema aurbuniano mandado observar pelo Regulamento (...)”¹⁹⁴. A realidade, no entanto, batia à porta, fazendo com que Ascânio apontasse os malefícios de uma “prisão promiscua e de efeitos deplorabilíssimos”, onde seria “impossível, por mais esforçada que seja a administração, manter a disciplina, tal como deveria ser, num conglomerado tão pouco disposto e tão heterogêneo.” Alegando a experiência de 15 anos de casa, afirma que os criminosos, especialmente os falsários e gatunos, são indisciplinados, e formam entre si uma espécie de aliança, sempre dispostos a reclamar do tratamento que se lhes é dado, seja da penitenciária, do diretor ou dos guardas. Diante dos casos de rebeldia, informa que os infratores são severamente castigados e aponta que o sistema de comunidade, que possibilita dois e mais presos na mesma

¹⁹³ Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Lindolpho Pessoa da Cruz Marques, Presidente do Estado, Chefe de Polícia do Paraná, pelo Diretor da Penitenciária, Ascânio de Abreu. Curitiba, 31 de dezembro de 1908.

¹⁹⁴ Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Luiz de Albuquerque Maranhão, Chefe de Polícia do Estado do Paraná, pelo Diretor da Penitenciária, Ascânio de Abreu. Curitiba, 31 de dezembro de 1923.

cela é “o grande causador de discussões e attritos que não raro degeneram em rixas e conflitos”¹⁹⁵.

Os problemas que foram se desenvolvendo ao longo dos anos, denunciados nos discursos oficiais, não atingiram a imprensa curitibana, que noticiava entusiasmada o que se passava no Ahu, desde a sua inauguração. Em matéria publicada no Diário da Tarde, em 1909, a reportagem visita o presídio em um domingo e descreve os pormenores de seu funcionamento. Recebidos gentilmente pelo “jovem diretor”, reparam como as dependências da penitenciária são limpas, a comida é boa e bem selecionada, e as celas “não podem ser mais confortáveis”. Até mesmo o momento matinal dos presos parece aconchegante, eis que é servido “um grande pão, e o café é dado em uma grande caneca de ferro ágata”. Sobre a estrutura, se impressionam com a ausência de grossas grades de ferro e portas pesadas e grandes, que caracterizariam uma “prisão á antiga”, no Ahu, pelo contrário “tudo ali é leve e até elegante”. A descrição dos bons tratos destinados aos presos também é generosa:

Os presos não apresentam esse aspecto doentio dos detentos de outras prisões. (...). Tem o ar melancólico dos que se vêm segregados da sociedade, mas parecem resignados porque a sociedade não os maltrata. (...) Na galeria do pavimento superior da ala esquerda, junto á grade, um preto ainda moço lia um livro. Aproximando-nos perguntamos o que estava lendo? O segundo livro, respondeu; eu não sabia lêr agora que estou aprendendo. Outros presos também estavam estudando¹⁹⁶.

Incursões no mundo da penitenciária tornaram-se frequentes no Diário da Tarde, incentivadas, inclusive, pelo próprio Ascânio, que estimulava essas visitas. Em reportagem do dia 27 de janeiro de 1914, os repórteres “desejando pôr os nossos leitores ao corrente de um dos estabelecimentos mais uteis e interessantes, como a Penitenciária” foram até ela “procurando detalhes e originais revelações”. Lá chegando, sendo recebidos pelo diretor, percorreram as células onde se encontravam os criminosos. Em uma narrativa rocambolesca e estereotipada, o repórter vê nos detentos “a reveladora mancha da escola da antropologia criminal: a delinquência nata”. Os criminosos são analisados a luz da escola clássica, o repórter procura conectar suas impressões com o pensamento criminológico em voga, citando

¹⁹⁵ Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Luiz de Albuquerque Maranhão, Chefe de Polícia do Estado do Paraná, pelo Diretor da Penitenciária, Ascânio de Abreu. Curitiba, 31 de dezembro de 1923.

¹⁹⁶ **Diário da Tarde**. Curitiba 26 de maio de 1909.

Lombroso, Beccaria e Ferri. No anseio por captar curiosidades do mundo penitenciário, apresenta entusiasmado um detento que faz versos – que são publicados no jornal - e lê *Lusíadas* de Camões¹⁹⁷. A questão da visita aos domingos era tão recorrente, que a Miss Paraná visitou o presídio e apresentou suas considerações em reportagem de destaque no jornal, e quem por lá passava ganhava de presente um objeto decorado em madeira, feito pelos detentos nas oficinas de trabalho.

Com o passar dos anos, o discurso otimista dos primeiros relatórios se transforma e, seja pelas dificuldades financeiras, ou por anseios políticos, a situação se deteriora, tornando a o projeto original cada vez mais difícil de ser executado.¹⁹⁸ O jeito paternal e ameno com que as exigências mais básicas e inerentes a um presídio eram tratadas no início, deram lugar a um tom de preocupação que o acúmulo de deficiências nunca supridas ocasionou. Tais queixas, muito além de um capricho do diretor, representavam o perigo do desfazimento de um projeto que levava em conta o caráter civilizatório da pena. A partir dessa perda, o caráter regenerativo necessário à ameaça da barbárie e da violência do crime era impossibilitado. É justamente nesse contexto de degradação das condições de funcionamento da penitenciária que ocorreu a sua primeira rebelião, resultando em três guardas e dois sentenciados mortos e outros 10 evadidos.

3.4 UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA: A PRIMEIRA REBELIÃO

No dia 17 de maio de 1931, um domingo, Curitiba amanheceu escura e chuvosa. Era aproximadamente 8 horas da manhã quando uma agitação atípica e um clima bélico inundou a cidade. Na região central, caminhões da força militar, bombeiros e soldados transitavam em alta velocidade pelas ruas enquanto jornalistas espalhavam cartazes alertando a população de um perigo iminente. Eram os primeiros sinais de que algo não ia bem na capital paranaense.

Um pouco mais afastada, em um arrabalde próspero e pitoresco chamado Ahu, a aproximadamente dois quilômetros de distância da “capital”, era onde se encontrava a penitenciária da cidade. Naquele dia, Benedicto Alves da Luz, guarda

¹⁹⁷ **Diário da Tarde**. Curitiba, 27 de janeiro de 1914.

¹⁹⁸ GRUNER, Clóvis **Paixões torpes, ambições sórdidas**: crime, cultura e sensibilidade moderna (Curitiba, fins do século XIX e início do XX) São Paulo: Alameda, 2018, p. 239.

interno e porteiro da prisão, como de costume, perto das 7 horas, depois da faxina e antes do café, estava com as chaves do portão principal em mãos, pronto para abri-lo para que os presidiários comprassem pães e leite vendidos pelos ambulantes. Benedicto foi surpreendido por um presidiário armado que, resguardado pela escuridão matinal, tentava lhe roubar a chave a qualquer custo. Ao reagir foi apunhalado com uma faca, ao que caiu no chão ferido e ensanguentado. Em busca de munição os presos invadiram o alojamento dos guardas que estavam de folga, atirando contra os policiais. Estabelecida a confusão - que durou cerca de 40 minutos - o levante foi sufocado e, entre fugas, tiros, vidros quebrados e mortes, o presídio do Ahu viveu a sua primeira rebelião.

Com o ocorrido, as imediações da penitenciária viraram uma verdadeira praça de guerra. Policiais e bombeiros distribuídos em postos avançados, ambulâncias de socorro, jornalistas, curiosos e carros das autoridades lotaram o pátio. Dentre as autoridades, Ascânio de Abreu, diretor da penitenciária, aparece no local como a figura responsável por acalmar os ânimos e dar explicações sobre o ocorrido. A partir de então, desde as primeiras horas, dois nomes figuravam como os líderes do levante: João Papst e Rodolpho Kindermann.

Algumas semanas após a rebelião, o Delegado de Segurança Pública, João Grabski, entrega seu relatório com tom de redenção: o sistema penitenciário curitibano é deficiente e contraproducente. Denunciando arduamente a penitenciária, as falhas são admitidas sem cerimônia, enfatizando a precariedade da sua estrutura predial e o despreparo dos agentes carcerários. Segundo Grabski, o próprio Estado contribuiu para que se desenvolvesse entre os criminosos as aptidões para o delito, sendo natural que, entre eles, “deveria existir um único ideal que era a fuga”. O delegado, ainda, fez provocações a respeito do policiamento interno e externo do edifício, classificando a sua segurança como “ilusória” pois toda a parte interna do edifício é separada do exterior por apenas um portão gradeado de ferro, que servia tanto para a entrada e saída das pessoas, quanto para entrada de alimentos e demais encomendas. Quando esses alimentos chegam “é necessário escancarar-se o portão, que fica guardado apenas por um guarda velho e desarmado”. Reforçando que a estrutura da penitenciária não tinha a menor condição de evitar o ocorrido e que “o edifício constitui, por si só, uma verdadeira provocação feita aos presidiários para a fuga”, o delegado conclui que “não poderia constituir nem poderia causar a menor surpresa a sublevação ocorrida na Penitenciária...”.

Quanto a responsabilidade de Ascânio no comando da instituição, o delegado sai em sua defesa, afirmando que não fosse pela “força moral” conquistada por ele sob os presidiários, a sublevação teria ocorrido muito tempo antes. Segundo Grabski, a energia e eficácia que Ascânio empregava na direção era exemplar, o que desmotivava alguns detentos a concordar com uma revolta que já vinha sendo tramada há algum tempo e “só o respeito que se impoz o Director e o temor que tinham os presidiários de infringir a disciplina constituiu a única barreira interposta entre o péssimo regime penitenciário e os presidiários”. Tendo sido adiada inúmeras vezes, a evasão ocorreu em um momento de ausência do diretor, que estava participando de uma reunião no Conselho Penitenciário do Estado¹⁹⁹ “não lhe cabendo assim a mínima responsabilidade”²⁰⁰. Apesar de ter sido “poupado” no episódio da rebelião, Ascânio não continuou por muito mais tempo na direção da penitenciária²⁰¹.

Os nomes de João Papst e Rodolpho Kindermann, nesse momento, aparecem com protagonismo no levante do dia 17 de maio, corroborando com o alarde dos jornais a respeito da dupla. Papst, inclusive, foi identificado como responsável pela tentativa de homicídio do porteiro Benecedito Alves da Luz, quando lhe cravou um punhal.

* * *

As primeiras décadas do século XX foram caracterizadas pela velocidade e urgência por informação, marcas que distinguiam um modo de vida urbano onde, sem dúvidas, a imprensa ocupou papel privilegiado. Os chamados “furos jornalísticos”,

¹⁹⁹ Em 1925 foi criado o Conselho Penitenciário do Estado sob a presidência do Desembargador Euclides Bevilacqua e o secretariado de Ascânio de Abreu, para resolver, dentre outros problemas, a questão da superlotação do presídio do Ahu. Para isso, a criação do conselho ambicionava afrouxar o regimento interno no que dizia respeito as questões relativas ao livramento condicional dos sentenciados. **O dia**. Curitiba, 27 de janeiro de 1926.

²⁰⁰ Relatório encaminhado ao Chefe de Polícia do Estado e ao Juiz de Direito da 02ª vara criminal de Curitiba, pelo do Delegado de Segurança Pública João Grabski. Curitiba, 31 de dezembro de 1931.

²⁰¹ Em 1932, o diretor foi homenageado pelo poeta curitibano Dário Velloso, na comemoração ao “Dia do Sentenciado”, que ocorreu dentro da penitenciária. Nos anos seguintes, não encontrei nos jornais seu nome associado ao cargo de diretor. Inclusive, em um deles, o nome Ascânio de Abreu aparece como “Auxiliar da Central da Polícia” em 1933 e, em 1945 como “escrivão de polícia”. **Diário da Tarde**. Curitiba, 23 de abril de 1932. **Diário da Tarde**. Curitiba, 18 de maio de 1933. **Diário da Tarde**. Curitiba, 11 de abril de 1945.

quando objetos de comoção social, inseriam-se nos jornais como uma espécie de folhetim, em edições diárias, saciando continuamente a curiosidade do leitor. Esses novos métodos de informação e difusão, segundo Tania Regina de Luca, atendiam as demandas de produtividade e lucro, aliados ainda “a intenção de oferecer aos consumidores uma mercadoria atraente, visualmente aprimorada, capaz de atender aos anseios da crescente classe média urbana e dos novos grupos letrados”²⁰².

Dentre os assuntos recorrentes no ambiente jornalístico, o crime ocupou um papel relevante, visto que as manchetes passaram a explorar os feitos daquelas classes consideradas perigosas. Tal interesse propiciava diversas comoções públicas e um curioso fascínio pelo submundo dos *outsiders* e da delinquência. Cancelli, ao analisar a imprensa do período republicano, destaca a teatralização da informação, que se manifestava através do dia-a-dia da criminalidade, assunto recorrente nos jornais e justificador do aparato repressivo e vigilante. O tom apelativo é uma de suas características e “longe de retratar a banalidade do mal, esses espetáculos eram o retrato do prestígio do mal: o fascínio pelo proibido, pelo ilícito”²⁰³. O fascínio e o medo caminham juntos, coabitando esse espaço misterioso ocupado pelo universo criminal. Segundo Foucault, o noticiário policial, junto com a literatura de crimes, vem produzindo há mais de um século as “histórias de crimes”, onde a delinquência aparece de modo muito familiar, e ao mesmo tempo, estranha, em perpétua ameaça a vida cotidiana, mas “extremamente longíngua por sua origem, pelo que a move, pelo meio em que se mostra, cotidiana e exótica”²⁰⁴.

Nesse contexto, a rebelião no presídio do Ahu e suas narrativas jornalísticas, demonstram o fascínio pelo crime na cobertura midiática. Apenas algumas horas após o ocorrido, a imprensa iniciou a cobertura e os dois principais jornais do período, “O Dia” e “Gazeta do Povo”, problematizaram o acontecimento, na busca de, rapidamente, desvendar o caso e esmiuçar os detalhes mais curiosos. Chama a atenção nas fontes jornalísticas a recorrência ao tema da segurança pública e da inércia policial. O sentimento de insegurança na cidade foi reforçado, assim como a decepção com as autoridades:

²⁰² LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 137.

²⁰³ CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei**. Brasília: UNB, 2001. p. 54.

²⁰⁴ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 281.

Fomos dos que sempre fizeram justiça a administração do sr. Major Ascanio de Abreu e por isso mesmo, coerentes com os elogios que mais de uma vez lhe fizemos, queremos tornar público a estranheza que nos causa a observação dos factos que hontem se consumaram na Penitenciária. Em tudo isto há de haver uma coma combinação secreta, que se tramaria ás occultas do diretor Ascanio, pois nos custa a crer que a vigilância e o regulamentos da Penitenciária não sejam rigorosamente observados e que pudessem ser burlados sem a connivencia defuncionarios subalternos²⁰⁵.

O presídio, lugar onde a fala do preso é interdita, limitada pelas grades e muros desse espaço onde sua voz nunca tem vez, pôde revelar sua face mais desapontadora: não havia progresso e regeneração dos presos, muito pelo contrário, o caos estava instaurado. A vontade de disciplina não condiz com a realidade, situação que se descortina quando o preso se rebela. João Papst concedeu entrevista à “Gazeta do Povo”: “O que succedeu era inevitável. Estamos cansados de soffrer maos tratos. (...) O senhor não pode imaginar o que é isso aqui. Creio que não existe inferno igual”.²⁰⁶ Com a ampla repercussão da rebelião na imprensa, as condições precárias da penitenciária foram acusadas, momento em que se tornam visíveis as suas fraquezas e contradições. Porém, muito mais do que o compadecimento com a situação adversa do presídio, a preocupação pairava sobre o tema da segurança pública, ameaçada pela desmoralização do Ahu.

Enquanto as autoridades buscavam respostas, o esforço dos jornais em esmiuçar o ocorrido parece atender ao anseio dos leitores por notícias, afinal, a inauguração da penitenciária representava os esforços para conter a violência emergente, a segurança pública no Paraná e, uma rebelião nesses moldes, naturalmente atrairia a curiosidade dos seus moradores. O jornal “O Dia”, em edição dominical, analisa a rebelião em tom dramático e moralizador, comprometendo-se com o apuramento dos fatos ao ressaltar a expectativa do leitor, que estaria ávido por esclarecimentos:

Os sentenciados, que num momento de loucura fizeram-se involuntariamente criminosos, isto é, aquelles que não possuem instinto criminoso, esses recebem a segregação do convívio social, como justa exposição do seu erro, da sua ira, da sua própria exaltação. Mas os outros, aquelles que estão cumprindo pena por que são perversos e mãos, que não reconhecem a sua própria culpa porque isso não lhes faculta o próprio instinto, esses não acceitam a reclusão, não se submetem ao castigo e, sempre que podem, revoltam-se.
Isso foi o que aconteceu na amanhã brumosa de hoje.

²⁰⁵ **Gazeta do Povo**. Curitiba, 18 de maio de 1931.

²⁰⁶ **Gazeta do Povo**. Curitiba, 18 de maio de 1931.

Os factos ocorridos na Penitenciária, pela sua brutalidade, não permitem rodeios na sua descrição. A opinião pública está ansiosa por detalhes. Não quer saber de romance, por que o romance das Penitenciárias ella conhece tão bem como o jornalista²⁰⁷.

Os líderes da revolta, tiveram suas vidas pessoais esmiuçadas e, dentre as reportagens tentando explicar o que ocorreu naquela manhã, destaca-se uma intitulada “No cubículo de Kindermann: O bandido continua enamorado de sua Martha”, no qual o repórter encontrou na parede da cela aquilo que define como “obra primorosa do criminoso”, referindo-se ao desenho em que o presidiário faz seu autorretrato, abraçando a namorada Martha e “no chão, cercado o par de namorados, uma corrente de ferro, em um cadeado e por baixo a legenda em alemão, que traduzimos: ‘o epílogo de um amor’”²⁰⁸. As desventuras amorosas de Kindermann e o episódio da rebelião recebeu destaque não só da imprensa, mas também do diretor João Baptista Groff, que produziu um cine jornal a respeito da dupla²⁰⁹.

* * *

Utilizando-se da atenção à vida cotidiana para captar certa “realidade imediata”, os jornais apresentavam temas sobre a criminalidade por meio daquilo que Dominique Kalifa convencionou chamar de autofagia cultural, ou, em outras palavras, o consumo de nós mesmos. O desejo do público de ler nos periódicos notícias que dialogavam com o universo urbano em que viviam, fazia com que os acontecimentos diários fossem divulgados com doses de dramaticidade, efeitos estilísticos que estariam próximo dos romances de sensação. Segundo Kalifa:

Em relação ao lugar do crime nesse paradigma, eu gostaria de sublinhar duas coisas: em primeiro lugar, o crime era um motivo tradicional, de longa data, de representação popular, desde os jornais ocasionais do Antigo Regime, as folhas avulsas, os panfletos. Há na literatura de colportagem um interesse popular pela transgressão, pela ruptura social, que é extremamente importante e que reencontraremos quando os jornais de grande tiragem recuperarem esse imaginário. A segunda questão é que o crime é um acontecimento histórico popular; ele é esse fato que ocorre de

²⁰⁷ **O Dia**. Curitiba, 17 de maio de 1931.

²⁰⁸ **Gazeta do Povo**. Curitiba, 17 de maio de 1931.

²⁰⁹ O filme de Groff, chamado “A Revolta da Penitenciária” foi anunciado pelos jornais como um “verdadeiro *tour de force*”, sendo exibido nos dias posteriores à rebelião em dois cinemas da cidade, o “Theatro Palacio” e o “Cine República”.

repente na vida das pessoas ordinárias, suscitando nela o inesperado, o extraordinário, o acontecimento – o histórico, portanto. Daí resulta que essas histórias de crime, que são tradicionais e que serão veiculadas por um dispositivo editorial cada vez mais maciço, são também histórias que contam às pessoas ordinárias, aos leitores ordinários, qualquer coisa de suas próprias vidas, de suas próprias histórias²¹⁰.

Embora o historiador esteja se referindo a outro contexto espacial e social – a Paris das reformas de Haussman – suas observações poderiam se enquadrar no universo curitibano e porto alegreense dos anos 1930, onde as narrativas de crimes, autofagicamente incorporadas nos jornais, buscavam atrair e atender a curiosidade do público leitor. Reconstituindo situações e cenários, apresentando os personagens principais, dando-lhes voz e investigando suas vidas pregressas, e até mesmo, criando diálogos, a publicação das matérias dialogava com seus leitores. No intuito de apresentar as facetas mais humanas dos criminosos – seus amores, crueldade e frustrações – a notícia ganhava ares de ficção, imprimindo aos acontecimentos uma aura sensacional.

Em parte, o interesse pela transgressão ou ruptura social apresentada por Kalifa, nos ajuda a entender a sociedade curitibana daquele momento, considerando o aspecto autofágico proposto pelo pensador francês. Ora, uma sociedade que se pretendia urbana e civilizada, recebendo os estímulos da modernidade e acompanhando nas páginas dos jornais as maravilhas do progresso e das políticas públicas de combate ao crime, não poderia deixar de se interessar pela figura do criminoso e da delinquência. Consumir essa mercadoria era se alimentar do próprio cotidiano, pensar as ruas da cidade, seus becos e praças, como locais de passagem do cidadão comum, que agora habitavam crimes espetaculosos e situações inusitadas.

Como as reportagens parecem apontar certo protagonismo dos leitores no desvendamento do caso, nota-se uma cumplicidade entre a emissão e a recepção das notícias, especialmente quando os jornais “convocam” o público a dividir a comoção sobre a rebelião e os criminosos. O processo de regeneração da cidade, nos moldes e ideais republicanos, está intimamente ligado ao desejo de transformá-la, higienizando os hábitos da população e estimulando o progresso através da moral do trabalho. Tudo aquilo que fugisse a essa ordem, como o crime, tornava-se objeto

²¹⁰ KALIFA, Dominique. **História, crime e cultura de massa**. Topoi, Rio de Janeiro, v 13, n 25, p. 185-192, jul./dez. 2012, p. 187.

de interesse, e assim, ampliavam-se os mecanismos jornalísticos na formação de uma “cultura de massa”, que assumiria o papel de representar e narrar os fatos que despertavam o interesse do público. A modernidade urbana e a decadência moral conviviam mutuamente nos dos jornais, afinal, uma cidade que se pretende moderna, precisa conviver com certo grau de violência e barbárie.

O descompasso entre a intenção de um regime penitenciário moderno e o resultado, a rebelião dentro dessa proeminente instituição carcerária, nos aponta algumas especificidades dos anseios – e frustrações - da sociedade curitibana desse período. A quebra da normalidade e dos padrões vigentes à época, delineia os caminhos para analisarmos esses acontecimentos à luz do seu tempo e, no espaço e na problemática das cidades, em um contexto urbano que a transforma a todo o momento, dando lugar ao novo e ao moderno e, por conseguinte, ao estranhamento e a diferença.

4 HISTÓRIA DE UM PROCESSO: A DUPLA À LUZ DA JUSTIÇA CRIMINAL

Mas onde teria ele ido buscar esses sentimentos? (...) Tal era o vazio que, de súbito, se apodera do seu coração. Uma infinita solidão e alheamento se revelava subitamente à sua consciência.

Fiodor Dostoievski, Crime e Castigo.

Resquícios do que foi a trajetória de Papst e Kindermann estão presentes no processo judicial nº 2537 da vara crime de Porto Alegre, autuado no ano de 1931. O inquérito policial destinado a apurar a autoria e as circunstâncias do latrocínio foi conduzido pelo delegado João Pompílio de Almeida Filho. Foram chamados para depor os pais de João Papst; os *chauffeurs* que tiveram seus carros roubados; guardas da fiação férrea; vizinhos e demais pessoas que, de algum modo, poderiam auxiliar a desvendar o crime. Na brevidade de um incidente, esses personagens são chamados a se encontrar em uma sala de delegacia, momento em que se revelam formas de vida que, até então, jamais seriam descobertas. Mas, uma vez descobertas, após um primeiro momento de entusiasmo com o encontro dessas existências, é preciso captar suas peculiaridades e buscar entender como se articularam as narrativas que lançaram luz sob elas.

Dentre as várias nuances que permeiam essas vidas que são postas em jogo, algumas se descortinam para nós, historiadores(as), com ares de problematização. A condição da mulher que, como coadjuvante do desvendamento de um crime, tem sua personalidade esmiuçada. A condição de imigrante em um ambiente estranho, sob o jugo das autoridades, e a maneira como buscam se posicionar perante um poder coercitivo. Os rituais jurídicos e seus agentes, formalidades, vocabulário e tradições. A junção e o questionamento sobre essas questões trazem algumas peculiaridades para o processo. Tudo, absolutamente todo o conjunto de fontes que auxiliam a pensar as produções de sentido que incidem em uma trama, dialogam, diretamente, com o sujeito que está enunciando a história. Partindo do pressuposto de que não existe uma única forma possível de se contar uma história, nos amparamos na acepção de Hayden White de que “(...) a maioria das sequências históricas pode ser contada de inúmeras maneiras diferentes, de modo a fornecer interpretações diferentes daqueles

eventos e a dotá-los de sentidos diferentes”²¹¹. Podendo se desdobrar de uma ou outra maneira, dependendo do significado atribuído as fontes, a história de um crime produz seus sentidos, e pode ser contada de diferentes formas.

Apesar do conjunto de informações que o processo judicial nos apresenta, possibilitando o acesso parcial dessas trajetórias, faltam outros elementos relevantes para a compreensão do desenrolar dessa trama. A não localização dos autos do processo de Curitiba e a incompletude do desenrolar dos atos recursais após o Tribunal do Júri de João Papst em Porto Alegre, por exemplo, acabou restringindo a narrativa da ritualística jurídica. O contato com outras fontes, no entanto, foi fundamental para superar essa ausência. Os periódicos e as revistas e livros organizados pelo Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, onde tivemos acesso a algumas falas, ora da defesa, ora da acusação, diante do Júri, nos ajudaram a complementar as lacunas dos atos judiciais. Essas fontes, junto aos relatórios de delegados e chefes de polícia, aliadas ao prontuário de João Papst no Gabinete de Identificação e Estatística de Curitiba, nos ajudaram a entender um pouco melhor a cultura policial do período estudado, possibilitando, assim, iluminar a busca pelos “rastros” dos caminhos e destinos de nossos personagens centrais.

Das incongruências e meias verdades que podem se localizar nos autos do processo, é inacessível a atmosfera desconhecida da sala de depoimentos, onde nos escapam os silêncios, as ansiedades e os gestos desses personagens. No formalismo do inquérito, há páginas e mais páginas onde se sobressaem as assinaturas, os carimbos, os despachos, os ofícios e as certidões inerentes aos ritos processuais. Conscientes das dificuldades de chegar ao lugar original do evento em si, procuramos alcançar, no meio dessa ritualística jurídica, as estratégias, as contradições e as peculiaridades dessas vidas. Isso, mais uma vez, nos escapa.

Por mais que busquemos a proximidade do acontecimento através da análise desse conjunto de fontes, o crime e suas nuances não retornam à superfície do presente, senão enquanto texto. A pluralidade de vozes e emoções que compõe o conjunto de depoimentos analisados fica engessados no processo e, percorremos suas páginas na busca de, ainda que parcialmente, restaurar os fragmentos dessas vidas. Encaramos esse processo e os principais atos de seus agentes, bem como as

²¹¹ WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: **Trópicos do discurso**: sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 101.

notícias dos periódicos, como mais uma forma de narrativa, assim como as que foram, e as que ainda serão analisadas nesse trabalho de busca pelos rastros das tramas de Papst e Kindermann.

4.1 MULHER, PERDIÇÃO DOS HOMENS: A DENÚNCIA DE MARTHA SCHMEDING

Logo após concretizarem o assalto em Porto Alegre, Papst e Kindermann estavam acuados. Sabiam que os planos do crime perfeito, tão bem sucedido no ano anterior, não saiu exatamente como planejado na capital gaúcha. Conscientes das várias pistas que ficaram pelo caminho e, portanto, temerosos de serem descobertos pela polícia, retornaram à Curitiba, a pacata capital que haviam transformado no ambiente perfeito para colocar em prática suas formas de ganhar a vida. Kindermann estava apaixonado pela alemã Martha Schmeding. No desenrolar desse romance havia um empecilho: ela estava se encontrando com outro homem, um “industrial e esportista curitibano”. Na dúvida entre os dois amantes, foi convencida por Rodolpho a abandoná-lo e a se mudar, junto a ele e Papst, para um sobrado na rua Sete de Setembro. Em meio a uma vizinhança distinta, procuraram ostentar certo luxo e elegância na forma de se portar e de se vestir, mas não deixavam de ter atitudes suspeitas, como horários duvidosos para sair e voltar para casa, como se estivessem sempre se prevenindo de algum perigo, segundo relataram seus vizinhos.

Confiando na discrição de sua amada, Rodolpho compartilhou com ela toda a sua trajetória na vida do crime. Como estava disposto a se casar, sua companheira deveria saber o verdadeiro meio de vida que levava, e assim assumiu, dentre outros crimes, a culpa pela morte do tesoureiro Egydio Pilotto, no ano anterior. A confissão veio acompanhada de ameaças de morte, caso fossem descobertos, e de uma imposição: Martha deveria partir para São Paulo, cidade em que moravam os pais de Kindermann, que a acolheriam e esperariam a ida do filho para encontrá-la. Amedrontada e disposta a se libertar dessa vida, bolou um plano de fuga. Aproveitando um momento em que o despistou, correu para usar o telefone de uma casa na rua 24 de Maio. Lá chegando, imediatamente ligou para seu ex amante, comunicando que vivia em companhia dos homens que mataram Pilotto e, portanto, corria perigo. Disposto a ajudá-la, ele pediu a Martha autorização para denunciar os criminosos à polícia. Seu amante a aconselhou a seguir viagem, conforme

Kindermann desejava, mas parando na cidade de Ponta Grossa, onde ele a esperaria. Antes de viajar para encontrar Martha, o “jovem industrial” procurou o capitão chefe da polícia e fez a denúncia. No mesmo dia, a polícia cercou o sobrado da Sete de Setembro e desvendou, assim, “um dos mais notáveis crimes registrados no cadastro do Sherlock-Holmes curitybano”²¹². Os suspeitos foram imediatamente levados para a Delegacia de Investigações.

A “mulher misteriosa” – como Martha era chamada pelos jornais - foi a responsável por acabar com os planos da dupla. Ao voltar de Ponta Grossa, contribuiu com as investigações, elucidando todos os detalhes dos crimes ao delegado Miguel Zacharias. As peças desse quebra cabeça foram se desenrolando na própria delegacia, com os interrogatórios e as trocas de informações entre as polícias das duas capitais. Em suas declarações as autoridades, Martha contou sobre o plano da dupla de, dentre as próximas semanas, assaltar o Banco do Brasil, em Curitiba, para em seguida fugir para São Paulo, onde ela estaria os esperando, caso obtivessem êxito.

Figura 8 - Martha



Fonte: Jornal O dia. Curitiba, 31 de dezembro de 1909.

Em coluna do jornal “O dia”, em 11 de março, quando se publicou a descoberta dos assassinos, um jornalista que usava o pseudônimo Eloy do Montavão, destaca a fatalidade do destino de que os “lombrosianos assassinos” fossem levados as mãos da justiça por uma mulher. O periodista conjectura sobre a casualidade de que o

²¹² **O dia**. Curitiba, 11 de março de 1931.

desvendamento do misterioso crime - que a polícia não conseguiu solucionar por mais de um ano - tenha ocorrido através do caminho do amor e da traição de uma mulher, a “perdição dos homens”. Insistindo nos exageros retóricos para romantizar a denúncia, adverte sobre os perigos de se contar um segredo a uma mulher remetendo à história bíblica, afinal, foi Eva quem traiu Adão ao comer a maçã do pecado, fazendo com que ambos fossem expulsos do paraíso²¹³.

Lombroso, o conceituado criminalista lembrado pelo colunista, atribuía a mulher inúmeras deficiências, além de traços de perfídia e dissimulação. Em 1895 Lombroso e Guglielmo Ferrero publicaram a obra *La donna delinquente, la prostituta e la Donna normale*²¹⁴, buscando avaliar características físicas da mulher para identificar mulheres potencialmente criminosas. Nesse trabalho, defendeu a inferioridade da mulher em relação aos homens em vários sentidos: são fracas, frágeis, menos inteligentes, mentirosas, vingativas e invejosas. Essa condição de decadência física e moral poderia ser compensada, por sua vez, com os instintos maternos, algo “naturalmente feminino” que apaziguaria sua maldade. Essas representações refletem bem os ideais partilhados sobre o gênero feminino, discurso que era reforçado, inclusive, no campo jurídico, embasando teorias com a aval concedido pela ciência.

Margareth Rago nos mostra como a construção do estereótipo da mulher prostituta, símbolo do mal, dos pecados e dos vícios, é associado à imagem de Eva, a mulher sedutora responsável pela queda do homem. A domesticação de suas práticas e sexualidade, segundo Rago, faz parte de um conjunto de dispositivos estratégicos de moralização da sociedade brasileira, situado entre o final do século XIX e início do XX, que pregava e impunha um novo modelo de feminilidade: o da mulher esposa, dona de casa, mãe de família, ordeira e higiênica, e, por óbvio, dessexualizada. Esses saberes atravessam uma gama de discursos, como o médico sanitarista, criminológico, dos filantropos e dos positivistas, por exemplo²¹⁵. Martha não era a mulher “rainha do lar” que a sociedade moralista a qual pertencia tanto condecorava. Seu comportamento era considerado transgressor, por viver em concubinato com Rodolpho e, ainda, ter um relacionamento com outro homem “o

²¹³ **O dia**. Curitiba, 11 de março de 1931.

²¹⁴ A obra, publicada em Turim (1893) teve sua primeira tradução para o inglês com o título *The female Offender* (1895).

²¹⁵ RAGO, Luiza Margareth. De Eva a Santa, a dessexualização da mulher no Brasil. In: **Recordar Foucault**. Renato Janine Ribeiro(Org). São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 222-227.

jovem industrial” que teve sua identidade preservada pelos periódicos. Associando-a ao charme da maça e à sedução da Eva, Montavão reproduzia um discurso que atravessava muitos outros, frutos do tribunal da moralidade social que pairava sobre a “mulher fatal”. Veremos mais adiante como a sua denúncia fez ecoar, também no poder judiciário curitibano e porto alegreense, todos esses malfadados estereótipos de gênero.

4.2 NA MIRA DA POLÍCIA E DA *SCIENCIA*

O processo criminal que analisaremos tem como réus, além da dupla, os pais de Papst, João Papst e Juliana Papst, presos preventivamente: ele acusado de ser coautor e ela cúmplice do crime de latrocínio realizado em Porto Alegre. Coube ao delegado, em suas próprias palavras, apresentar um relato fiel e pormenorizado da ação criminosa “de dois perigosos estrangeiros, profissionaes do latrocínio” praticantes de uma série de crimes em Curitiba e Porto Alegre. Além de acentuar a sagacidade desses “criminosos habilíssimos”, que conseguiram escapar da polícia até serem denunciados por uma “meretriz”, é deflagrada a participação dos pais de Papst nas tramas da dupla²¹⁶.

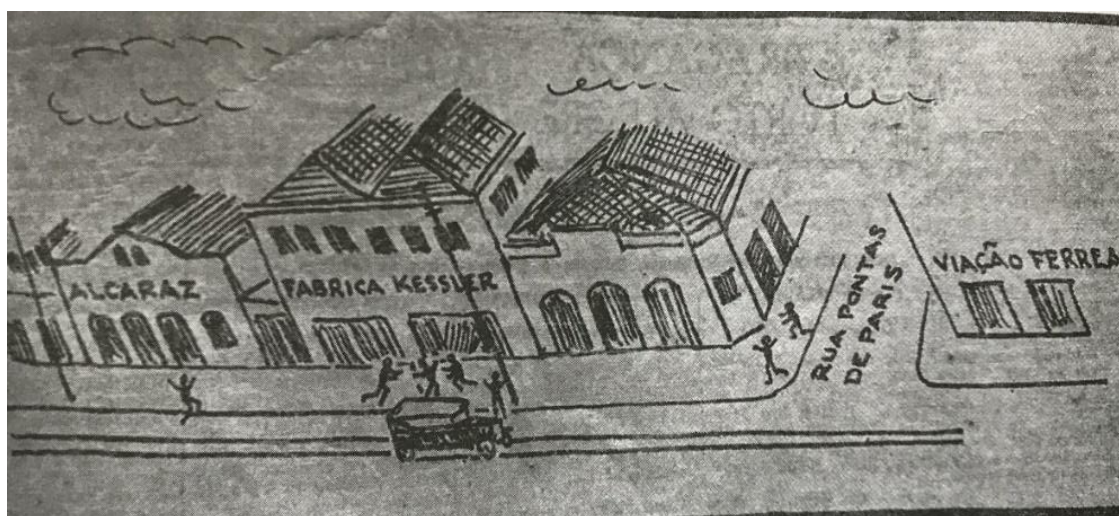
Na tentativa de construir uma linha do tempo da trajetória criminal dos acusados, o primeiro crime apresentado é o da rua Barão do Rio Branco, em Curitiba. Em seguida, são detalhados os crimes que precederam o latrocínio de Porto Alegre. Para concretizar o roubo do tesoureiro da estrada de ferro na rua Voluntários da Pátria, era necessário um automóvel para a fuga, à exemplo do assalto a Egydio Pilotto. Por várias vezes - mais precisamente cinco - eles tentaram expulsar os *chauffeurs* para, em seguida, se apoderarem dos seus veículos. Depois de inúmeras tentativas frustradas, foi o Chevrolet n° 4362, de Boaventura dos Santos, o caso de êxito.

O *chauffeur* narrou em seu depoimento que havia combinado por telefone um serviço de transporte para o dia 22 de janeiro as sete horas da manhã. No dia seguinte, encontrou no local combinado, esperando-o na calçada, Rodolpho Kindermann. Logo ao entrar no carro, o passageiro o mandou seguir para o Beco do Cristal, onde buscariam outra pessoa para seguir viagem. No fim da linha do Menino Deus, avistaram João Papst, que embarcou no carro. Um pouco mais adiante,

²¹⁶ **Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.** Registro n° 265 de 1931.

Kindermann solicitou a Boaventura que fosse comprar cigarros em um armazém. Ao se afastar para atender o pedido, viu seus passageiros acelerarem seu carro, desaparecendo de vista. Foi justamente esse o veículo que, minutos depois, a dupla estacionou em frente ao prédio onde funcionava a fábrica Kessler & Cia, na rua Voluntários da Pátria, dispostos a roubar Arthur Fonseca.

Figura 9 - Reconstituição do crime realizada por cartunista do Jornal do Correio do Povo



Fonte: Correio do Povo. Porto Alegre, 23 de janeiro de 1931.

Figura 10 - Matéria do jornal Correio do Povo apresentando a reconstituição de um crime semelhante em Buenos Aires.



Fonte: Correio do Povo. Porto Alegre, 23 de janeiro de 1931.

Momentos depois de concretizarem o assalto, fugiram rumo ao morro do Menino Deus. Buscando passar pelo portão do quartel da Carta Geral, foram surpreendidos com a presença do soldado Raimundo Nascimento, que estava de sentinela naquela manhã. Receosos, os assaltantes abandonaram o veículo, não sem antes encontrarem uma maneira de levarem consigo o dinheiro fruto do roubo. Envolveram as notas e cheques em um saco branco e saíram do carro, caminhando lentamente. A atitude suspeita fez com que o referido soldado avisasse o comandante de sua unidade sobre o fato presenciado. Com a chegada de reforço, foi feita a apreensão do veículo, ocasião em que a principal pista de que o carro foi utilizado pelos assassinos de Pilotto foi encontrada: uma bolsa com as iniciais da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. A partir de então, as tramas da dupla estavam com os dias contados. Temendo as investigações policiais, perceberam que precisavam escapar de Porto Alegre. Consta nos autos que no dia 27 de janeiro, ou seja, cinco dias após o crime, Rodolpho Kindermann foi para a cidade de Paranaguá, no litoral do Paraná, no Hydro-avião “Olinda”, da Varig²¹⁷. João Papst, por sua vez, deixou a capital gaúcha no dia 2 de fevereiro, também rumo a Paranaguá, no paquete “Itaberá”²¹⁸.

O jornal “Correio do Povo” vinha noticiando com veemência esses “mysteriosos assaltos a ‘chauffeurs’” que estavam ocorrendo na capital gaúcha. A consumação de um assalto à mão armada, em plena manhã, e em uma movimentada rua da cidade, só seria possível com o uso de um automóvel para fuga. O Chevrolet abandonado revelou a incógnita da sequência de roubos das últimas semanas. No afã de tornar visível a execução do assalto, o jornal apresenta, na edição do dia seguinte, a reconstituição do crime através de uma charge realizada por um cartunista interno. Para retratar com a maior veracidade possível a performance delitiva, a reconstituição do ocorrido é comparada com a de um crime semelhante em Buenos Aires, sendo usadas, inclusive, as mesmas imagens publicadas em um periódico platino.

* * *

²¹⁷ A viagem foi confirmada através de ofício respondido pela empresa Varig, que encontrou em sua lista de passageiros embarcados em Porto Alegre, no dia 27 de janeiro de 1931, o nome de Rodolpho Kindermann.

²¹⁸ João Papst também teve seu nome confirmado entre os passageiros do navio de passageiros “Itaberá”, em 2 de fevereiro de 1931, através de ofício enviado pelo Gerente da Companhia Nacional de Navegação Costeira.

Tanto o chauffeur quanto o soldado Nascimento, reconheceram posteriormente a dupla através da fotografia do Gabinete de Identificação e Estatística de Curitiba. Suas fichas no Gabinete Antropométrico foram feitas em 11 de março, e logo no dia seguinte foram enviadas pelo chefe de polícia, em Curitiba, para a delegacia de Porto Alegre. Essa rapidez das correspondências entre as duas capitais ilustra bem a efetividade do mecanismo de trocas de informação entre as polícias através do método antropométrico. A ficha de datiloscópica dos criminosos foi enviada, para fins de verificação, aos departamentos de polícia de São Paulo, Assunção, Buenos Aires e Montevideo. Todas as capitais retornaram os ofícios para a polícia curitibana com negativas de antecedentes. Essa celeridade e eficiência nas trocas de mensagens foi proporcionada por duas invenções tecnológicas do século XIX: o telégrafo e a fotografia, que se complementavam ao permitir que repartições policiais de diferentes cidades trocassem informações entre si.

Para além da questão tecnológica, é preciso destacar a cooperação entre as polícias dos estados brasileiros, que ocorrera através do chamado Convênio Policial. Por meio dele, os estados se obrigavam a prestar auxílio mútuo na captura de criminosos nas respectivas fronteiras. Foi esse, inclusive, o principal tema do 1º Convênio Policial Brasileiro, realizado em São Paulo de 7 a 12 de abril de 1912, onde estavam presentes os curitibanos Miguel Severo de Santiago, diretor do Gabinete de Identificação, e o Delegado Auxiliar, Mario de Castro Nascimento. O objetivo do evento era estabelecer critérios e meios de cooperação entre as polícias dos 16 estados participantes, dentro os quais se encontravam o Paraná e o Rio Grande do Sul.²¹⁹ O convênio previa viabilizar os mecanismos de permuta de informações sobre “indivíduos perigosos”, o que só seria possível através de um acordo pelo qual as polícias se apoiassem mutuamente nas fronteiras. Em defesa de uma polícia científica Nascimento destacou:

Já se foi o tempo em que se davam ás autoridades policiaes a funcção de Capitão de Matto. Nos modernos tempos faz-se necessaria uma policia lettrada, capaz de encarregar-se com vantagem das investigações criminaes,

²¹⁹ Além do Paraná e do Rio Grande do Sul, também estavam presentes no evento representantes dos seguintes estados: Pará, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina, Goiás e Minas Gerais.

divorciada do espírito de rotina, e usando sempre dos meios preconizados pela sciencia para a descoberta dos delictos ²²⁰.

O desenvolvimento representante sistematizou em sua apresentação quais seriam os critérios para que fosse possível a organização de uma polícia técnica e científica, preparada para combater, não só o crime, mas também suas “causas geradoras”. A ajuda mútua para captura de criminosos seria prioridade, uma vez que “é facto notório este de individuos perpetrarem delictos em um Estado e logo se homisiarem em outro limítrofe, zombando da Justiça e escarnecendo a Sociedade”. Para além das trocas entre fronteiras, outras medidas propostas no convênio englobavam o pleno alinhamento da polícia com os processos científicos de investigação criminal, que deveriam ser padronizados nacionalmente, adotando-se o sistema Vucetich, diferencial que Nascimento reconheceu, em seu relatório, como uma vitória da ciência.

Nascimento estava a par dos avanços da criminologia e da medicina higienista, ciências que, desde seu nascimento, visavam esse controle e exame sobre os corpos dos criminosos, ampliando e organizando os arquivos para reconhecer os reincidentes²²¹. Essa demanda por uma estrutura de identificação mais moderna e eficiente no estado do Paraná, e especialmente em Curitiba, remonta, pelo menos, ao final do século XIX. O Gabinete Antropométrico, criado em 1905 e regulamentado em junho de 1908, mostrava o alinhamento do estado com o que havia de mais moderno nas outras capitais do país ²²². O entusiasmo com Bertillon e sua bertillonage, como ficou conhecido seu método, já havia sido superado. O artigo 6º do regulamento esclarecia que esses dados seriam, em sua totalidade “subordinados à classificação dactyloscópica, de accordo com o método instituído por D. Juan Vucetich”. O método de identificação de Vucetich significava uma inovação na identificação de criminosos, isso porque, amparado nas descobertas da biologia, a datiloscopia significou um

²²⁰ 1º Convenio Policial Brasileiro. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Desembargador Manoel B. Vieira Cavalcanti Filho, Chefe de Polícia do Estado do Paraná, pelo Delegado Auxiliar e Representante do Paraná, Dr. Mario de Castro Nascimento, 1912.

²²¹ Sobre os saberes científicos relativos à “questão criminal” no Brasil e na América Latina, ver: ÁLVAREZ, Marcos. **Bacharéis, criminologistas e juristas**: saber jurídico e nova escola penal no Brasil; CARRARA, Sérgio. **A ‘Sciencia e doutrina da identificação no Brasil’**; GALEANO, Diego. **Criminosos viajantes**: circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires. 1890-1930.

²²² ESTADO DO PARANÁ. Regulamento do Gabinete de Identificação e Estatística. Decreto n. 378 de 20/6/1908.

triunfo sobre as medições antropométricas, justamente por ser uma prática muito mais rápida, simples e discreta²²³.

Para que fosse possível atingir o exato ponto de exatidão no reconhecimento do criminoso, o artigo 5º estabelecia que a identificação ocorreria de com o uso integrado:

- a) Da filiação morphologica e exame descriptivo, notas chromaticas, traços característicos, marcas e signaes particulares, cicatrizes, tatuagens, anomalias congenitas, accidentaes ou adquiridas, etc;
- b) Fotografia de frente e de perfil, na escala de redução que mais conviver;
- c) Impressões de linhas papilares das extremidades digitaes, podendo tambem ser tomadas as impressões palmares, e, quando precisar, para qualquer pesquisa, as das plantas dos pés, que participam da mesma invariabilidade e diversibilidade comprovadas d'aquellas²²⁴.

Na ficha de João Papst feita pelo Gabinete de Identificação e Estatística de Curitiba, é possível verificar como ocorriam esses procedimentos²²⁵. Sua identificação foi realizada em um prontuário em forma de caderno, onde na capa constava o número de seu registro criminal. Além de seu nome completo, um carimbo que poderia informar “crime”, “contravenção”, ou ambos, confirmava tratar-se de “crime”. Nas páginas seguintes, após a fotografia de frente e de perfil, havia os caracteres cromáticos para serem preenchidos (altura, cor de pele, cabelo, boca barba, estado dos dentes, formato de orelha, queixo, sobrancelhas e etc). Mais abaixo, o tópico “marcas, signaes particulares, cicatrizes e tatuagens”. Em outra página, um espaço destinado aos antecedentes “moraes e políticos do registrado”. Informações sobre seu julgamento e demais etapas dos ritos judiciais foram completadas nas páginas destinadas a “notas a respeito do delicto e dados chronologicos da prisão e do processo”.

Curitiba e Porto Alegre, essas duas cidades provincianas com desejos modernos, demonstravam que, quanto a aplicação da ciência para resolver problemas relativos a burocracias policiais, acompanhavam os estímulos das metrópoles. Guardadas as devidas proporções e, superados os percalços da inexperiência e falta de estrutura, os agentes municipais, embasados pela voz da *sciencia* em voga do

²²³ GALEANO, Diego. **Criminosos viajantes**: circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires. 1890-1930. Rio de Janeiro: Arquivo nacional. 2016, pp. 110-111.

²²⁴ Regulamento do Gabinete de Identificação e Estatística, Capítulo II (Da identificação), artigo 5º.

²²⁵ Infelizmente só foi possível localizar o registro criminal de João Papst. Do registro de Rodolpho Kindermann foi localizada a fotografia de frente e de perfil, mas não o prontuário completo.

período, buscaram, ao menos em tese, se preparar para combater e entender o crime, os criminosos e, suas principais causas, com o que havia de mais inovador nos debates europeus e latino americanos.

Figura 11 - Prontuário do Gabinete de Identificação e Estatística de João Papst

N. 138

Registro Criminal N. 3.094

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO MÉDICO LEGAL E ANNEXOS

PRONTUÁRIO
CAPSULADO

GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO

ESTATÍSTICA

DO
ESTADO DO PARANÁ

PROMPTUARIO N. 1582

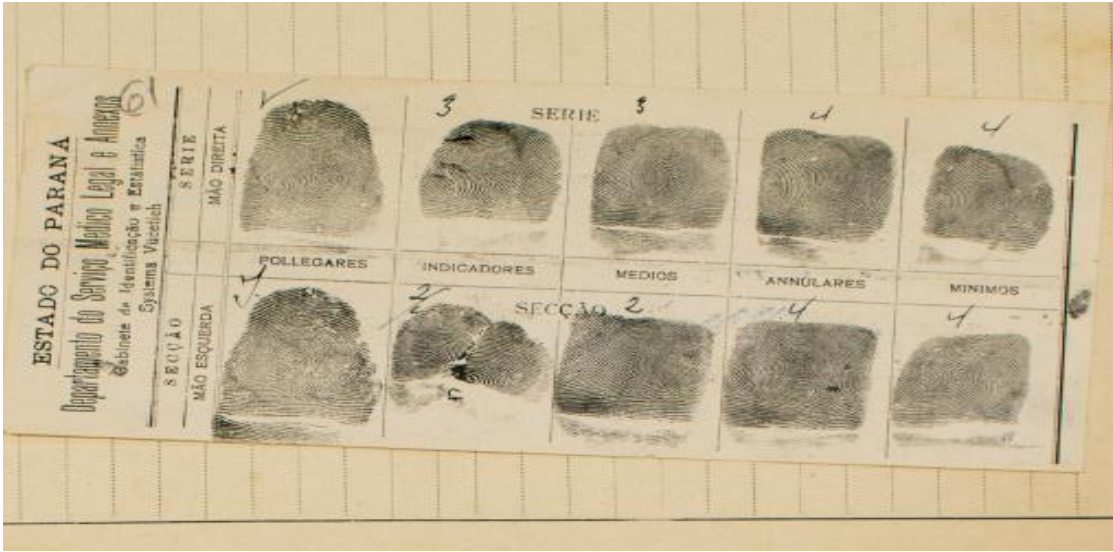
Nome João Klaus Papst

Crime

P. Caixa n.º 37

Fonte: Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná.

Figura 12 - Ficha individual datiloscópica de João Papst



Fonte: Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná.

Figura 13 - Prontuário criminal de João Papst

5

NOME João Hans Papst.

VULGO

Qualificação

Filho de João Papst e de Juliana Papst. Nacionalidade Austriaca. Naturalidade Lion. Idade (declarada ou aparente) 18 anos. Nascido em 22 de julho de 1912. Estado civil solteiro. Profissão Comerciante. Saber ler e escrever sim. Instrução media.

Caracteres Chromaticos etc.

Côr branca	Nariz Recto
Cabellos Castos claros	Dentes bons
Barba Finta	Fronte convexa
Bigode longos	Palpebras descoladas
Olhos azuis	Oreilhas firmes
Bocca normal	Queixo recto
Lábios firmes	Sobrancelhas rectas
Constituição robusta	Voz media
Altura 1m e 74c.	

Marcas, Signaes particulares, Cicatrizes, e Tatuagens

Rosto Com nevus pardos, na região malar esquerda.

Mão direita Cic. irregular na 2ª phalange do indicador. Duas cic. irr. na dorso da mão.

Mão esquerda Cic. irreg. na 2ª e 3ª phalange da interna e 2ª e 3ª da 2ª art. do polegar.

Tatuagens

Fonte: Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. Fonte: Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná.

Figura 14 - João Papst na fotografia do registro criminal do Gabinete de Identificação e Estatística de Curitiba, em 11 de março de 1931.



Fonte: Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná.

Figura 15 - Rodolpho Kindermann na fotografia do registro criminal do Gabinete de Identificação e estatística de Curitiba, em 11 de março de 1931.



Fonte: Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná.

O envio das fotos de Papst e Kindermann feitas no Gabinete de Identificação e Estatística de Curitiba foi suficiente para que algumas testemunhas importantes, como os *chauffeurs*, reconhecessem a dupla. Quanto aos outros depoimentos do processo judicial nº 2537, focaremos, no próximo tópico, em dois personagens que compõe essa trama: o casal Papst. Através das declarações por eles prestadas, pode-se

observar algumas redes de sociabilidade interessantes para a compreensão desse núcleo familiar, seus ofícios, anseios e práticas culturais.

4.3 “MAS AGORA ESTOU DISPOSTO A CONTAR TODA A VERDADE”

A partir da prisão de Rodolpho e João, em Curitiba, a questão do envolvimento dos pais de Papst ganhou mais consistência. João não apenas confessou o crime na capital paranaense, como informou que remetera cinco contos de reis, dinheiro fruto do assalto, ao seu pai, que se encontrava em Porto Alegre. A confissão e todos os detalhes do interrogatório foram publicados na capa da edição vespertina do jornal “O dia” com a chamada “Descerra-se o véo do mysterio insondável”²²⁶. Papst afirmou ter remetido dinheiro para o pai, fato que foi verificado e confirmado, poucos dias depois, através do envio de um ofício ao Banco do Brasil para conferência do extrato, diligência feita pelo delegado João Pompilio. Conforme já explicitado, a partir do desvendamento do crime, foi rápida não só a cobertura na imprensa, como a comunicação entre as polícias de Curitiba e Porto Alegre. O chefe de polícia curitibano, dentro de seu gabinete, mandou um telegrama para a autoridades de Porto Alegre, pois tinha em mãos, também, detalhes sobre o assalto do Caminho Novo.

É inegável que o advento da imprensa popular, aliado ao uso do telégrafo, foram ferramentas importantes para noticiar delitos provenientes de lugares distantes. Além disso, a consolidação da figura do repórter-detetive pairava no imaginário coletivo com a internacionalização de personagens como Sherlock Holmes, Monsieur Lecoq e August Dupin²²⁷. A reportagem de “O dia” se refere a Papst e Kindermann como “dois perigosos facínoras, mixto de salteador de estrada e Arsênio Lupin”. O personagem criado por Maurice Lebranc, cujo charme, inteligência e ousadia intriga a polícia, tinha, de certo modo, semelhanças com a dupla, especialmente quanto aos truques utilizados para despistá-la. A partir dos depoimentos prestados, especialmente o de Martha Schmeding, não havia para a polícia a menor dúvida de que a dupla era culpada, e que os pais de Papst estavam, de algum modo, envolvidos no crime.

²²⁶ **O dia**. Curitiba, 11 de março de 1931.

²²⁷ GALEANO, Diego. **Criminosos viajantes**: circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires. 1890-1930. Rio de Janeiro: Arquivo nacional. 2016, p. 64.

Munido das informações publicadas nos jornas curitibanos, no dia 13 de março o delegado João Pompilio de Almeida Filho, se dirigiu até a Avenida Victoria, nº 712, residência do casal Papst em Porto Alegre, disposto a obter o máximo de informações possíveis. Papst pai, sem nenhuma relutância, entregou a ele uma caixa, com a quantia de seis contos novecentos e nove mil reis. Mais tarde, ao voltar para a casa e realizar nova busca e apreensão, achou mais quantias em dinheiro e um vidro de tinta “negrita” - utilizada por Kindermann para tingir o cabelo - uma pistola automática, um revólver e alguma munição. A junção dessas informações formou a sua convicção sobre culpa dos réus, ocasião em que requereu a prisão preventiva do casal Papst, seu filho João e Rodolpho Kindermann.

Já preso, Johann Papst foi interrogado pela primeira vez. O réu declarou ter 52 anos, ser casado, carpinteiro e natural da Áustria. Já Juliana informou ter 45 anos, ser casada, trabalhar com “serviços domésticos” e, assim como o marido, austríaca. Afirmou que morou em Curitiba por três anos e chegou em Porto Alegre em julho de 1930, junto com seu marido João e seu filho, que já se encontrava na cidade desde junho do ano passado. Antes, estiveram nas fazendas de café de São Paulo, por intermédio do Serviço de Imigração. É no depoimento dos pais que inferimos que João trabalhava em Curitiba no escritório da Companhia Força e Luz, em Curitiba, até se mudar para Porto Alegre em busca de encontrar algo melhor para ele e para o pai. Papst pai trabalhou no Paraná, inicialmente, como carpinteiro, e em seguida “por conta própria”, até se lançarem na vida porto alegreense.

Em um primeiro momento de seu depoimento, feito em alemão e traduzido para o português por um intérprete (Oscar Daud Filho), Johann negou saber do crime de Curitiba e, quanto ao crime de Porto Alegre, informou que soube do fato através dos jornais alemães. Explicou que estava sem serviço há dois meses e que se sustentava graças aos vinte contos de reis que trouxera da Áustria. Sobre Kindermann, informou que este morou com ele e sua família na capital gaúcha por três ou quatro semanas, e que já era conhecido da viagem da Europa para o Brasil, além de ser muito amigo do seu filho. Informou, ainda, que em janeiro daquele ano, Kindermann pintou os cabelos de preto, mas não sabia dizer o porquê. Sobre a procedência do dinheiro que o filho lhe entregou antes de partir e, posteriormente, já em Curitiba, lhe enviou através

do Banco do Brasil, declarou que o primeiro, dois contos de reis, seu filho havia ganho na loteria, e o segundo, cinco contos de réis, não sabia qual era a real procedência²²⁸.

Após todas essas informações esquivas e, provavelmente percebendo que seria difícil ocultar a verdade sobre o crime, o tom do depoimento muda. Na transcrição dos autos consta que João “está resolvido agora a contar toda a verdade”. E assim, acuado, inicia a narrativa das tramas da dupla, decidido a confirmar a culpa do filho, mas negando qualquer envolvimento seu na participação do assalto.

Confessou, assim, que mais ou menos há 14 dias antes do crime, assistiu em sua casa a combinação do assalto ao empregado da Viação Férrea. Descontente com a situação, aconselhando-os, inclusive, a desistir do plano. Informou, ainda, a volta deles para casa, quando se fecharam no quarto, contaram e dividiram o dinheiro produto do roubo (um saco com 63 contos de reis e vários cheques), escondendo o dinheiro no colchão e queimando os cheques no fogão. Declarou que, do assalto em Curitiba, ambos deram “de presente” ao declarante, 8 contos de réis, dos 35 contos ganhos naquela ocasião. Afirmou, também, que sua esposa teve ciência dos dois assaltos.

Juliana não negou em momento algum a culpa do filho. A divisão e a destinação do dinheiro fruto do roubo foi, inclusive, detalhada por ela: gastos com comida, camas e roupas novas para a família. Afirmou que, por diversas vezes, presenciou Kindermann e seu filho combinando o assalto, momentos esses que geravam indignação em seu marido, que ameaçava expulsá-los de casa. Como João Papst pai é acusado de coautoria no crime do Caminho Novo, há um esforço dele e da esposa em negar qualquer envolvimento seu na execução do assalto. Para tal, Juliana apresenta uma nova personagem, “Irmã Martha”, uma massagista que, em suas

²²⁸ Para que seja possível mensurar o valor do dinheiro fruto desses roubos, uma contextualização se faz pertinente. Um juiz de direito no estado do Paraná, no ano de 1930, ganhava 1 conto de réis por mês, situação apontada pelo jornal “O dia” em tom de denúncia pelos baixos vencimentos pagos a magistratura estadual. Em outro editorial, encontrei uma referência ao “alto funcionalismo público do estado” se referendo àqueles que recebem “um conto de réis para cima”. Ainda, algumas reportagens, no mesmo jornal, entre 1931 e 1932, se referem a 1 conto de réis como um valor alto no que diz respeito a assaltos ou tentativas de suborno de policiais. Um terreno na rua Gutemberg, em Curitiba, foi arrebatado “numa liquidação precipitada pela bagatela de 8 contos de réis”. Essas comparações elucidam um pouco o estilo de vida que Papst e Kindermann levaram no curto espaço de tempo que ficaram livres após o assalto em Porto Alegre: viagem de avião, distribuição de dinheiro para os pais, a escolha do sobrado em Curitiba e roupas novas elegantes para viver em Curitiba sem despertar desconfiança nos vizinhos. O **dia**, Curitiba, 13 de fevereiro de 1930. O **dia**, Curitiba, 17 de dezembro de 1931. O **dia**, Curitiba, 2 de março de 1932. O **dia**, Curitiba, 12 de maio de 1932.

palavras, pode dizer a verdade. Isso porque, segundo a declarante, seu marido saiu de casa entre sete e oito horas, no dia do crime, para ir ao consultório.

Irmã Martha foi chamada para prestar depoimento. Enfermeira, natural da Alemanha, e residente à Avenida São Raphael, fez as seguintes declarações: Johann Papst é seu cliente, nele faz massagens e dá banhos, além de outros tratamentos. Mas a informação crucial para eximir a culpa do acusado não é feita, pois segundo a testemunha, Johann Papst não esteve na sua casa no dia 22 de janeiro, e sim no 23, o que pode provar com absoluta certeza, de acordo com o registro diário de seus clientes, exibido no momento do relato. No Termo de Acareação entre Johann e Juliana, esta manteve a versão de que Johann foi à casa da massagista no dia do crime, e ao fazê-lo, jurou em nome de Deus, levantando as mãos para o céu. Johann, entretanto, a contradita, negando que tenha saído de casa no dia do crime, e manifesta o desejo da presença de um pastor protestante para se confessar. No dia 19 de março, presta novo depoimento, justificando a contradição entre a sua versão e a de sua esposa. Segundo Johann, isso se deve ao fato de terem combinado de depor que ele não estava em casa no dia do crime, para que ele fosse inocentado de qualquer espécie de culpa.

Para a polícia, restou claro que Juliana era cúmplice do crime e Johann coautor, com base, especialmente, no depoimento prestado pelo guarda da Viação Férrea, Hipólito Cirre. Foi ele quem perseguiu os assaltantes no dia do crime, até que um pneu furado o impediu de continuar a perseguição. No momento da briga, recebeu um tiro, e logo em seguida disparou em direção à Kindermann, mas errou o alvo. O guarda afirmou reconhecer Johann no momento do crime, quando disparou contra Kindermann. Em seu depoimento afirmou que o viu sentado no fundo do automóvel, tendo consigo, em cima dos joelhos, a bolsa de Arthur Fonseca. No momento da acareação entre Hipólito e Johann, mais uma vez este negou, reafirmando que não saiu de casa na manhã do crime.

* * *

A Constituição Republicana, em seu artigo 72 § 31 manteve a instituição do *Jury*, conhecida desde os tempos do Império, da seguinte forma: “é mantida a

instituição do júri, com a organização e as atribuições que lhe der a lei”²²⁹. Instaurado no Brasil em 18 de junho de 1822, ao Tribunal do Júri cabia, exclusivamente, tratar os delitos de imprensa. Com a Constituição de 1824, essa competência foi ampliada, cabendo a ele várias atribuições previstas no Código de Processo Criminal. Quando da elaboração da Constituição republicana, manter ou não o júri foi pauta de inúmeras discussões jurídicas, debates que eram travados entre a Escola Liberal e a Escola Positiva de direito penal. Em razão do laconismo constitucional que o manteve, se suscitou um debate sob o ponto de vista organizacional, se o júri deveria ser mantido em todas as instâncias, federal e estadual. Amparados pelos estudos de Garofalo, os positivistas acreditavam ser o Tribunal uma aberração da justiça criminal, além de inútil e perigoso, um verdadeiro retrocesso.

Segundo Ricardo Sontag, a crítica do positivismo criminológico, que tinha entre seus principais nomes Nelson Hungria, partia do pressuposto “da incapacidade de os jurados decidirem sobre questões profundamente científicas e especializadas, como a figura do criminoso”. Ainda, o tribunal do júri e o advogado do júri para esses juristas, era um lugar onde se reproduziria a “velha e indesejada retórica típica do bacharelismo liberal do Império”. Hungria insistia na crítica à retórica nos tribunais e ao despreparo dos jurados que, sem o conhecimento da norma positivada, se deixariam levar pelas artimanhas de eloquência dos advogados de defesa ²³⁰.

Entre os nomes pró-júri, destaca-se o de Evaristo de Moraes, que adquiriu fama pelas suas proezas retóricas no tribunal do júri durante a Primeira República no Rio de Janeiro²³¹. Rui Barbosa também defendia que o júri deveria ser mantido para todas as instâncias, de acordo com o espírito liberal da Constituição e aos preceitos anteriores à República. O entendimento do Supremo Tribunal Federal foi de que sim, a longínqua instituição deveria ser mantida em todas as instâncias, respeitando o princípio liberal da Constituição, bem como dos preceitos anteriores à República ²³². Também coube ao Supremo, em acórdão de 7 de outubro de 1899, decidir sobre as características do Tribunal do Júri. Quanto a composição dos jurados, deveria ser feita

²²⁹ BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891).

²³⁰ SONTAG, Ricardo. **A eloquência farfalhante da tribuna do júri: o tribunal popular e a lei em Nelson Hungria**. História (São Paulo), v.28, n.2, 2009, pp. 267-302. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, Brasil, pp. 279-294.

²³¹ Para maiores detalhes sobre a atuação jurídica e política de Evaristo de Moraes ver: MENDONÇA, Joseli. **Evaristo de Moraes: Justiça e Política nas Arenas Republicanas (1887-1939)**. Campinas, 2004. Tese (Doutorado em História) - UNICAMP.

²³² CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei**. Brasília: UNB, 2001, pp. 236-239.

entre cidadãos qualificados periodicamente por autoridades designadas pela lei, tirados de todas as classes sociais, tendo as qualidades legais previamente estabelecidas para as funções de juiz de fato, com recurso de admissão e inadmissão na respectiva lista. Em relação ao Conselho de Julgamento, deveria ser composto por certo número de juízes, escolhidos à sorte, dentre o corpo de jurados, em número triplice ou quádruplo. Estes seriam sorteados com antecedência para servir a uma determinada sessão e depurados pela aceitação ou rejeição da acusação ou da defesa, limitadas as recusas a um número tal que por elas não seja esgotada a urna dos jurados convocados para a sessão.

Como norma, o Supremo estabeleceu que se mantivesse a incomunicabilidade dos jurados, que deveriam votar de acordo com suas consciências, não podendo ser responsabilizados pelo conteúdo de seus votos. O julgamento deveria ser público, e as provas da defesa e da acusação seriam produzidas diante do Júri. Embora cada estado tivesse suas atribuições, o ritual de convocação do júri era similar em todo o país.

* * *

Acusados de serem os autores intelectuais do crime do Caminho Novo, o casal Papst foi levado a Júri Popular em 14 de outubro de 1931, em Porto Alegre, tendo como advogado Viana Moog, futuro jornalista e renomado escritor rio grandense²³³. Naquela tarde, declarada aberta a sessão e, após verificado o número legal de jurados, procedeu-se o sorteio dos cinco membros que comporiam o Conselho de Sentença. A lista de jurados evidenciava que, embora tivesse o qualificativo de popular, essa seleção não abrangia pessoas das classes populares.

Concluído o sorteio, coube ao escrivão a leitura de todo o processo de formação de culpa dos réus, o que só terminou por volta do meio dia. Suspensos os trabalhos para o almoço, duas horas depois, entrou em cena a acusação, na figura do promotor

²³³ Clodomir Vianna Moog nasceu em São Leopoldo, em 28 de outubro de 1906. Foi advogado, jornalista, romancista e ensaísta brasileiro e, em 1945 se tornou membro da Academia Brasileira de Letras. Participou ativamente da campanha política da Aliança Liberal e foi um entusiasta da Revolução de 1930, ao lado de Getúlio Vargas. Participou, ainda, da Revolução Constitucionalista, em 1932, dessa vez contra Vargas, razão pela qual foi preso e depois mandado para o exílio em Manaus. Em 1934 é anistiado. No exílio escreve o romance “Um rio imita o Reno” (1938) obra onde está presente o combate à ideia de pureza racial e a defesa da mestiçagem.

público Júlio Cassado²³⁴. Tendo a palavra, elaborou um minucioso estudo das provas com uma argumentação doutrinária extremamente erudita, para, enfim, pedir a condenação dos réus. Suas frases duras e precisas, reuniam tecnicismos jurídicos e policiais, entremeadas, em vários momentos, por considerações literárias, fruto de sua carreira de escritor. Casado finalizou afirmando que o fato a ser julgado pode ser comparado ao do celebrado ladrão *Lacenaire* que “assombrou Paris pela audácia dos seus crimes, mas teve também a coragem bastante de confessa-los diante do júri, reclamando para ele próprio a pena de morte” ao passo que Johan Papst, covardemente, busca um “álibi” para defender-se²³⁵.

Quando Cassado deixou a tribuna da acusação, aproximadamente quatro horas da tarde, se iniciou a tão esperada defesa de Viana Moog. Conseguir essa absolvição em um caso de grande repercussão social e, tendo como opositor Júlio Casado, promotor de grande prestígio jurídico, seria significativo para a carreira jurídica de Moog. Sustentando uma defesa emotiva, o jovem advogado, em sua estreia no Plenário do Tribunal do Júri, iniciou sua fala adotando algumas estratégias para afastar a culpa do casal Papst. Sem questionar o envolvimento de Papst e Kindermann no crime, já suficientemente provada pelas autoridades curitibanas, se esforçou por provar a inocência, e até mesmo a ingenuidade, desses pais que, injustamente, foram envolvidos nessa trama. Para isso, chegou a defender certa “concepção germânica” do velho Papst que fez com que este se sentisse culpado pelo crime do filho, inclusive acobertando-o para protegê-lo. Para tal, sustentou que todos os crimes praticados pela dupla foram combinados e executados sem a participação de terceiros, razão pela qual não havia motivo para que um “velho, reumático e quase paralítico”, que buscava ajuda para sua doença na casa de saúde da Irmã Martha, ajudasse na consumação desse assalto.

Ainda, acusou a promotoria de elaborar indícios inexistentes e, para tal, ressalta a influência das notícias da imprensa sob os atores desse processo. Isso, segundo Moog, ocorreu até mesmo no depoimento de Hipólito Cyrre. Em um primeiro momento,

²³⁴ Júlio Casado se formou em 1913 pela Faculdade de Direito de Porto Alegre e foi um dos fundadores do Instituto da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul. Quando foi nomeado 1º promotor público em Porto Alegre, em 1931, seu pai havia se tornado ministro do Supremo Tribunal Federal. In: VIANNA, Marcelo. **Os homens do Parquet**: Trajetórias e processos de institucionalização do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (1930-1964). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011, p. 93.

²³⁵ **Justiça**. v. XIII. Porto Alegre, 1938, p. 550.

em declaração à polícia logo após o assalto, o guarda havia visto apenas dois homens na cena do crime. Dois meses depois, quando um possível envolvimento do velho Papst já estava alardeado pelos jornais, presta depoimento em juízo ressaltando um terceiro participante. Continuando, Moog buscou apontar algumas arbitrariedades na coleta de provas, especialmente quanto ao intérprete, que teria elaborado uma tradução temerária dos depoimentos dos réus, fato que acabou comprometendo-os. Nesse sentido, acusa a polícia porto alegreense de, na ânsia por resolver o caso, cometer excessos e incorreções:

Ora, a polícia de Porto Alegre estava empenhada em reabilitar-se perante a opinião pública no caso do assalto ao Caminho Novo. E a maneira de consegui-lo, seria operar em alguma descoberta sensacional. Nesse propósito de reabilitar-se, a Polícia de Porto Alegre, flagelada pelas críticas implacáveis da imprensa, cometeu verdadeiros desatinos.
(...)
Tive então a oportunidade de apresentar um dossier do noticiário dos jornais, já que nesse processo se fez tão largo uso desse meio de prova, pelo qual se verifica que nada menos de cinco pessoas teriam confessado o crime que tem somente dois autores.²³⁶

Finalizados os debates, Oswaldo Caminha, na qualidade de juiz presidente do júri, perguntou aos jurados se ainda restava alguma dúvida, e, com tudo esclarecido, propôs a eles os quesitos que deveriam responder. Em seguida, os jurados se dirigiam para a sala secreta para assinalar “sim” ou “não” em um pedaço de papel para cada quesito formulado. Concluída essa sessão secreta, os jurados voltaram à sala pública, momento em que o presidente do Júri leu as respostas aos quesitos e o magistrado, por sua vez, escreveu a sentença e a leu em voz alta: Juliana Papst foi declarada inocente e João Papst condenado a dois anos de prisão celular.

4.4 A QUESTÃO DA MENORIDADE E O JÚRI EM CURITIBA

Presos preventivamente na penitenciária do Ahu, Rodolpho Kindermann e João Papst vivenciaram alguns meses de procedimentos jurídicos, como audiências de inquirição de testemunhas e tentativas de soltura por parte de seus advogados, como a impetração de *Habeas Corpus*²³⁷. Papst havida confessado o crime e Kindermann

²³⁶ **Justiça**. v. XIII. Porto Alegre, 1938. p. 559.

²³⁷ A Constituição de 1891, em seu artigo 72 § 22, consagrou o *habeas corpus*, oriundo do Código de Processo Criminal de 1832, preceituando que seria dado “sempre que o indivíduo sofrer, ou se achar em iminente perigo de sofrer, violência ou coação por ilegalidade ou abuso de poder”. Na reforma

manteve-se inflexível: além de não assumir qualquer culpa, adotou uma postura hostil com as autoridades. Se passaram poucos meses depois da prisão para que voltassem a figurar nas páginas dos jornais, agora como personagens centrais da rebelião de 17 de maio de 1931.

O tão esperado Júri da dupla demorou alguns anos para acontecer. As matérias nos jornais, no entanto, mantiveram o interesse no prosseguimento da história, seja informando sobre os ritos do poder judiciário, seja cobrando a celeridade da justiça quanto ao caso, ou, ainda, noticiando as inusitadas tentativas de fugas da prisão protagonizadas por Papst. No que se refere aos ritos jurídicos, merece destaque a atuação do advogado de defesa dos réus, Angelo Guarinelo, na busca por provar a menoridade de Papst à época do crime.

Quando a polícia prendeu João Papst, em 14 de março de 1931, este informou ter 18 anos. Desse fato se constata que, ao cometer o crime da Barão do Rio Branco, em 25 de fevereiro de 1930, estava na casa dos 17 anos. Pois bem. O procedimento correto a ser adotado ao tempo da prisão, seria a nomeação de um curador, deferindo a investigação ao Juízo Privativo de Menores²³⁸. Essa circunstância é muito bem fundamentada por Guarinelo em matéria - muito provavelmente paga²³⁹ - no jornal “O dia”, em 28 de maio de 1932²⁴⁰. O espaço concedido no jornal, com a chamada “O crime da rua Barão” é a íntegra do *habeas corpus* do patrono de Papst e Kindermann, onde enfaticamente elucida a injustiça da não concessão do remédio constitucional

constitucional de 1926, o artigo sofreu uma alteração, e sua redação ficou da seguinte forma: “Dar-se-á o *habeas corpus* sempre que alguém sofrer, ou se achar em iminente perigo de sofrer, violência por meio da prisão ou constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção”.

²³⁸ O Juízo Privativo de Menores foi criado em 1924, durante a presidência de Washington Luiz. Através dele, ficava estabelecido que o jovem é penalmente imputável até os 17 anos, somente podendo responder pelos seus crimes e ser condenado à prisão a partir dos 18 anos. Pelo Código Penal de 1890, crianças podiam ser levadas aos tribunais a partir dos 9 anos de idade, o que só mudou com uma reforma do Código Penal, em 1922, que aumentou a maioridade para 14 anos. Também nos anos 1920 surge, em âmbito federal, o primeiro Código de Menores, através da lei nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, amparando legalmente a assistência e proteção aos menores de 18 anos. Referido código vigorou por 52 anos, até o surgimento do segundo Código de Menores, em 1979, que serviu de base para as ações do Juízo de Menores na área da infância e da adolescência.

ZANELLA, Maria Nilvane; LARA, Angela Mara de Barros. **O Código de Menores de 1927, o direito penal do menor e os congressos internacionais: o nascimento da justiça juvenil**. Revista USP, São Paulo, Ano VI, n. 10, p. 105-128, 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ran/article/download/123947/120180>>. Acesso em 20.fev.2020.

²³⁹ O texto, com a íntegra do *Habeas Corpus*, está na segunda página do jornal e, no seu canto esquerdo, há um retângulo, contendo algumas informações quanto ao serviço de publicidade do jornal. A mais relevante delas diz respeito ao fato de a redação do periódico não assumir responsabilidade de conceitos emitidos em artigos assinados. Junto ao documento de Guarinelo, que ocupa quase toda a metade da página direita. Além de outros textos assinados por colunistas há anúncios de publicidade de lojas, remédios e de filmes que seriam exibidos no cinema naquela semana.

²⁴⁰ **O dia**. Curitiba, 28 de maio de 1932.

por ele impetrado. Sua indignação reside no fato de que, na busca por solucionar rapidamente a questão da menoridade e, na ânsia de obter a confissão do crime, a própria polícia realizou um exame no corpo de Papst, para avaliar o dia em que nasceu.

A vistoria consistia em um procedimento no mínimo duvidoso: uma análise em sua pele e ossos, de onde se concluiu que o jovem tinha 22 anos de idade. Buscando reforçar essa hipótese da maioridade a polícia apresentou uma declaração da Companhia Força e Luz, do ano anterior, onde constava no registro de Papst a idade de 19 anos. Essa declaração, segundo Guarinelo, foi feita à pedido da própria companhia para que ele pudesse se empregar, visto que não se admitia menores de 18 anos sem o consentimento paterno, o que não foi possível obter de imediato, pois seus pais não se encontravam na cidade.

Decidido a superar essa questão, o advogado solicitou o documento que colocaria um fim a celeuma: a certidão de nascimento de Papst devidamente transcrita pelo Ministérios das Relações Exteriores e pelos consulados do Brasil na Áustria, que comprovava que nascera em 30 de julho de 1912, na cidade de Leoben. Com a vinda do documento para o Brasil, restou evidente que Papst tinha 17 anos e sete meses à época do crime. Como a legislação previa o juízo privativo a menores delinquentes e abandonados, o não reconhecimento desse documento cerceava a defesa do acusado, tornando o processo nulo e autorizando a concessão do *Habeas Corpus*. Após embasar juridicamente seus argumentos com os artigos previstos no Código Criminal do Estado, no Código de Menores e na melhor doutrina da época, finaliza com um apelo:

A título simplesmente memorativo devemos consignar que nos annaes forenses do Estado, embora a proibição da lei, nunca houve processo que mais tenha resoado dentro e fora de suas fronteiras. A imprensa pertence essa gloria imperecível. A hora, porem, da Justiça, que, como ao sol, uma nuvem pode eclipsar, mas nunca extinguir, se vae approximando. A innocencia sempre vem a ganhar a última batalha que decide da campanha

²⁴¹.

A menção à imprensa sinaliza a preocupação do advogado sob sua influência na formação da opinião pública. A busca pela instantaneidade de justiça fez com que, para as autoridades policiais e os órgãos da imprensa, o crime estivesse esclarecido

²⁴¹ **O dia**. Curitiba, 28 de maio de 1932.

desde o princípio. Essa intervenção midiática, obviamente, não era uma particularidade desse caso. Cancelli aponta comoções semelhantes em crimes passionais, explorados à exaustão nos jornais, especialmente quanto ao caráter moralista que se dava a questões que envolviam adultério.

A autora destaca que crimes mórbidos também inflamavam a opinião pública, e um dos tantos crimes da mala que aconteceram no início do século XX, fez a população lotar as dependências do Júri no Rio de Janeiro e, ainda, tentar acompanhar o acusado quando este foi reconhecer o cadáver no necrotério.²⁴² A encenação dramática do júri, como bem pontua Boris Fausto, envolve o brilho das falas de promotores e advogados, e portanto “a expectativa da votação dos jurados se assemelhavam aos espetáculos teatrais levados à cena nos palcos da cidade”²⁴³. A retórica sedutora de advogados e promotores, tão combatida pelos críticos positivistas, despertava ainda mais emoção.

Vale lembrar que, os atos jurídicos de um processo, desde o momento dos depoimentos colhidos na delegacia até ao julgamento no Tribunal do Júri, é suscetível a informação que circula na imprensa. O papel que as mídias têm na construção da percepção de um evento podem afetar decisões que, ao menos teoricamente, são baseadas na letra da lei. A cobertura da imprensa no caso Papst e Kindermann demonstra que, para os padrões de crimes curitibanos e porto alegrenses, estava-se diante de um desses casos espetaculares. Por uma década, os jornais dessas capitais abriram manchetes nos seus frontispícios para narrar, com altas doses de dramaticidade, a história do crime e seus desdobramentos. Tais circunstâncias de espetacularização, aparentemente, podem ter maculado o desenrolar dos procedimentos jurídicos, inclusive quanto a prisão cautelar²⁴⁴. O esforço de Guarinelo, portanto, pouco valeu. O *habeas corpus* foi denegado, e a dupla foi a júri popular.

Quanto ao Júri, temos apenas excertos dos jornais curitibanos, que, embora não sejam ricos em detalhes, nos auxiliam a extrair as informações mais importantes sobre o julgamento. O jornal “O dia”, em 15 de setembro de 1932, trouxe a informação

²⁴² CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei**. Brasília: UNB, 2001, pp. 128-139.

²⁴³ FAUSTO, Boris. **O crime da Galeria de Cristal e os dois crimes da mala, São Paulo, 1908-1928**. Companhia das letras, 2019, p. 78.

²⁴⁴ O artigo 72 § 14 da Constituição teve sua redação alterada pela emenda constitucional de 3 de setembro de 1926, assim dispondo: “ninguém poderá ser conservado em prisão sem culpa formada, salvo as exceções especificadas em lei, nem levado a prisão, ou nella detido, si prestar fiança idônea, nos casos em que a lei admitir. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm

de que se encerrava o julgamento que tinha começado no dia anterior, adentrado a madrugada e terminado às 6 da manhã. A acusação ficou por conta de Lauro Lopes, e a defesa a cargo de Angelo Guarinelo e Otávio Sá Barreto. Guarinelo falou por aproximadamente 4 horas e meia e quando Barreto pediu a palavra, “com excelente eloquência procurou demonstrar que Martha Schmedeke, a amante delatora, era uma histerica e como tal, sujeita a narrações fantásticas e imaginação doentia”²⁴⁵. Mais tarde, abordando a questão da menoridade, buscou reforçar o fato de que os exames procedidos para verificar a idade de Papst, anexados aos autos, tinham valor ínfimo, não produzindo fé. Findo os debates e recolhidos os jurados para a sala secreta, de lá voltaram com as respostas aos quesitos: Rodolpho Kindermann foi condenado a 25 anos e 6 meses de prisão e João Papst a 16 anos e 6 meses. Após a condenação, a dupla foi recolhida no presídio do Ahu mais uma vez.

* * *

A sentença condenatória representava uma primeira derrota. A legislação que regulava o processo pelo Tribunal do Júri admitia apelação da decisão. Portanto, Guarinelo continuava empregando todos os esforços possíveis para tirá-los da cadeia. Papst, por sua vez, tentava sair por conta própria. No início de novembro de 1932, menos de 2 meses do julgamento, um longo editorial do jornal “O dia” anunciava:

Quando a dupla sinistra: Papst-Kindermann, após a condenação do Jury, foi trancafiada na Penitenciária do Estado, chamámos na atenção das autoridades competentes, principalmente do sr. Ascânio de Abreu, para a falta de segurança que aquelle presidio apresentava. A nossa previdencia não foi gradiosa pois, sabíamos que a penitenciária do Ahú tem portas abertas para a audacia dos criminosos inteligentes.²⁴⁶

A inteligência a que se refere o editorialista representou uma fuga um tanto quanto “óbvia”, mas certamente inusitada para o já conhecido padrão de segurança do Ahu. Feita a chamada dos presidiários logo cedo, foi verificada a ausência do presidiário que ocupava a cela 8, Hans Papst. Ao ser aberta a cela, encontraram sob seu leito uma espécie de boneco, feito de jornais e roupas usadas, coberto com as roupas de cama. Essa foi a artimanha utilizada pelo detento para ludibriar o guarda

²⁴⁵ **O dia**. Curitiba, 14 de setembro de 1932.

²⁴⁶ **O dia**. Curitiba, 15 de setembro de 1932.

noturno. Sem qualquer vestígio de portas abertas ou arrombamentos, finalmente descobriram o mistério da fuga: uma corda com tiras de cobertores. Após conseguir escapar da cela e descer com a corda, o fugitivo escalou o telhado do pavilhão do Ahu, se agarrou na cornija da sacada, arrancou algumas telhas e amarrou em um vigote uma das extremidades da corda, por onde desceu cautelosamente e se lançou na estrada, em busca de liberdade. Após 4 dias, Papst foi encontrado na região de Contenda, em São José dos Pinhais, município vizinho à Curitiba. Assim que capturado, o jornal recebeu um telefonema de Linhares de Lacerda, delegado de Segurança Pública, avisando o feito. Para o periodista, a prisão de Papst veio “salvaguardar os brios da Polícia do Paraná, tão atacada nestes últimos dias pelos jornaes da terra” ²⁴⁷. Em fevereiro de 1934, volta novamente a figurar nos jornais, agora tentando fugir da Casa de Detenção. Naquela manhã, seria fotografado pela imprensa, trajando um elegante terno cinza claro. Após a foto, se dirigiu a uma porta, pulou a janela e saiu em direção à rua 24 de maio. Feito o cerco da quadra, poucos minutos depois foi capturado e recolhido a sua cela.

Ao que apontam os jornais, a apelação dos advogados teve efeito, e o julgamento foi anulado em virtude da comprovação da menoridade de Papst, acatada com a certidão de nascimento procedente da Áustria²⁴⁸. A justiça porto alegreense, por sua vez, os esperava para que respondessem pelo assalto da rua Voluntários da Pátria. Passados cinco anos da descoberta da autoria do crime, a notícia da chegada dos criminosos não deixou de provocar entusiasmo. O jornal porto alegreense “Diário de Notícias” trouxe em sua capa longa reportagem intitulada “Um crime tenebroso que revive”, ocasião em que relembrou a trajetória de crimes de dupla, incluindo fotos da família Papst e do inspetor José Goulard, uma das vítimas do assalto. O jornal acompanhou, ao longo dos dias, cada passo dessa viagem, com a dose de dramaticidade peculiar aos folhetins. Por fim, foi anunciada a chegada da dupla à capital do Rio Grande do Sul, que ocorreu poucos dias depois, em 28 de outubro de 1936²⁴⁹.

²⁴⁷ **O dia**. Curitiba, 8 de novembro de 1932.

²⁴⁸ **O dia**. Curitiba, 1 de novembro de 1932.

²⁴⁹ **Diário de notícias**. Curitiba, 24 de outubro de 1936.

4.5 “TUDO NELE É O SEU CRIME”: O JULGAMENTO FINAL

Chegando à capital rio grandense, Papst e Kindermann foram recolhidos na Casa de Correção, onde aguardariam julgamento pelo crime do Caminho Novo. Em outubro de 1937, Kindermann morreu na cadeia de Porto Alegre, vítima de febre tifoide²⁵⁰. Segundo apontam as reportagens dos periódicos, o detento se recusou a receber medicamentos, mesmo com a insistência dos carcerários e de Papst, seu companheiro de cela, até o último momento de vida²⁵¹. Assim, Papst iria enfrentar, sozinho, um novo Tribunal do Júri, designado para o dia 18 de dezembro de 1939, às 14 horas.

Naquela tarde, sob a presidência do juiz Ernesto Candal, instalados os trabalhos e verificado o número legal de jurados, procedeu-se o sorteio regulamentar para a constituição do Conselho de Sentença. Prosseguindo a ordem legal dos fatos, o presidente mandou conduzir João Papst ao banco dos réus. Sua entrada era esperada com bastante expectativa pelos presentes, que viam diante de si a figura que há 10 anos havia causado grande comoção pública na cidade de Porto Alegre. Vestido de terno e gravata, demonstrou respeitar a formalidade que o ritual jurídico impunha. Sua entrada, segundo a imprensa, foi marcada por passos firmes, olhar duro e penetrante, mas que aparentava tranquilidade. Posicionado em pé, respondeu as questões da qualificação: declarou chamar-se João H. Papst, ter 27 anos, ser filho de João Papst e de Juliana Papst, solteiro, de profissão garimpeiro, e natural da Áustria. Encerrado o interrogatório, voltou ao banco dos réus e passou a observar atento as primeiras formalidades do julgamento, que envolvia a apresentação, feita por Candal, de um breve relatório sobre as principais peças do processo. Declarando abertos os debates, Candal passou a palavra para a acusação, o promotor público Luiz Lopes Palmeiro.

Iniciando sua fala apontando a estreita e necessária relação entre o Direito Penal e a psicologia moderna, a linha argumentativa seguida por Palmeiro estava em plena consonância com o saber psiquiátrico-criminológico em voga. A recepção eclética e conciliadora das teorias criminológicas europeias pelos juristas brasileiros, fazia com que o crime e o criminoso fossem problemas demasiadamente complexos

²⁵⁰ Em Porto Alegre, consulte os “Livros dos Sentenciados” da Casa de Correção, preservados no Museu da Polícia Civil - Doutor José Faibes Lubianca. Embora não tenha localizado a ficha prisional de Papst e Kindermann, manuseei outras fichas de detentos, entre os anos 1927 a 1936, e em várias delas constava a seguinte anotação manuscrita: “faleceu vitimado por febre tifoide”.

²⁵¹ **O dia**. Curitiba, 9 de outubro de 1937.

para serem observados de um único ponto de vista. Assim, o principal ponto de convergência desse novo discurso criminológico no Brasil, que se convencionou denominar “Nova Escola Penal” (referência ao positivismo criminológico), colocava como objeto do direito penal não o crime, mas o criminoso e sua anomalia²⁵². E assim, o representante do Ministério Público defende, de antemão, o seu olhar sob o processo que tem em mãos:

Todas as ciências abandonaram os seus obscuros empirismos. Também o Direito Penal sente a necessidade indesejável de livre de seus antigos prejuízos, enveredar a passos largos pela senda científica. Não há um problema do Direito Penal, por mais bem tratado que seja nos processos, que não mude seus dados, quando aterrissa em qualquer lugar. Esse qualquer lugar é sempre o homem profundo. O problema do Direito Penal levanta logo qualquer problema humano. E o homem se reconhece através da observação acurada e conscienciosa de seus atos. E da vida aventureira de João Papst nós conhecemos as ordenadas elementares com as quais vamos obter a sombria trajetória de seu destino²⁵³.

Em um primeiro momento, antes de esquadrihar a figura do réu, buscou demonstrar como a polícia chegara aos autores do crime através da denúncia de uma mulher, personagem fundamental para o desvendamento do caso. Martha não é citada apenas como a amante de Kindermann, a pessoa responsável pela denúncia que colocou fim a sua trajetória criminosa. Para o arrazoado de Palmeiro, carregado de exageros e análises subjetivas dos envolvidos, Martha via em seu amante um homem perigoso, “pelo menos para o seu entender de mulher timorata e medíocre”. Assim ressaltou que Kindermann, ao dividir o segredo de seus delitos com a amante, cometeu uma falha em sua carreira criminosa por “desconhecer a psique” de sua companheira:

O homem é a fome e a agressão. A mulher é o medo e a segurança. Kindermann ignorava isso. E talvez pensasse que Marta fosse uma mulher a altura da sua audácia. Mas não era isso. Marta era apenas uma mulher.

²⁵² O discurso da criminologia no Brasil, ou da “Nova Escola Penal”, como passou a ser chamada pelos autores nacionais, engloba diferentes expressões: “Antropologia Criminal, Escola Antropológica, sociologia criminal e Escola Positiva de Direito Penal”. Embora diferentes, são praticamente sinônimas para se referir a uma concepção do direito penal que deveria ser aplicada na reforma das instituições jurídico-penais-nacionais. A recepção dessas ideias no Brasil, embora remontem a segunda metade do século XIX, continuaram a exercer influência no debate intelectual brasileiro na primeira metade do século XX. Ver: ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. In: **Dados, Revista de Ciências Sociais**, v. 45, n. 4, Rio de Janeiro, 2002, pp. 677-704.

²⁵³ ROHNELT (Org.) **Crimes que comoveram o Rio Grande**. Quatro acusações. Corregedoria de Justiça. – Ministério Público Riograndense, Porto Alegre, p. 274.

A análise do perfil de Martha não escapa nem à defesa de Octávio Sá Barreto diante do tribunal, em 1932, nem à acusação de Palmeiro, nesse segundo júri de 1939. A fala do promotor evidencia a tentativa de fazer a denunciante do crime parecer um ser inferior, tanto moral quanto intelectualmente. Palmeiro a define como “apenas uma mulher”, “timorata” e “medíocre”. Da mesma forma, os jornais também buscaram desqualificá-la pela denúncia, insinuando sua vulnerabilidade, recorrendo a termos como “fraca” e “histérica”. É evidente que Martha, nossa personagem feminina, ao tomar decisões baseada em sua felicidade e segurança pessoal, fugia aos padrões de comportamento que a sociedade a qual pertencia esperava de uma mulher²⁵⁴. A cultura de massas, especialmente o cinema, desempenhava um papel importante na consolidação de valores de referência na sociedade, alimentando um imaginário sobre crimes, criminosos e “mulheres fatais”²⁵⁵. A imagem feminina era explorada com uma roupagem mais moderna, que se opunha frontalmente às mulheres provincianas, do lar, de gostos simples e arcaicos²⁵⁶. Figuras femininas como Greta Garbo e Joan Crawford, representadas no cinema hollywoodiano como mulheres sedutoras e ardilosas, apareciam nas telas dos cinemas brasileiros nos anos 1920 e 1930, e reverberavam na imprensa citadina, que reproduzia essa imagem midiática e estereotipada da mulher.

Superada a análise da psique de Martha, Palmeiro segue sua acusação analisando os pormenores dos depoimentos prestados pelos *chauffeurs* que tiveram seus carros roubados para as tentativas de consumação do assalto contra o pagador da Viação Férrea. Na busca por defender a importância dessas provas testemunhais, demonstrou toda a sua erudição no estudo da ciência penal, citando vários tratadistas nacionais e internacionais, como a obra do espanhol Emílio Mira y Lopez e do psiquiatra suíço Eugen Bleuler, em seu “Tratado de psiquiatria”. Na busca dos “motivos determinantes do crime”, elemento decisivo e de enorme importância para o

²⁵⁴ A diferenciação do tratamento social e jurídico entre homens e mulheres, é claro, não se restringe ao período, nem ao caso estudado nesse trabalho, mas se fez pertinente apontar algumas nuances sobre a imagem da “mulher fatal” que a imprensa e os saberes jurídicos incorporaram nos seus discursos para contextualizar a questão dos ataques à Martha.

²⁵⁵ Apenas à título de exemplo, o jornal *O dia* anunciava o filme que estrearia no “Theatro Avenida” chamado “Manolesco”, a história de um rato internacional de hotel “aventureiro e elegante” que se envolveu com Cleo “a mulher fatal, a cuja fascinação embriagante e vampiresca não soube Manolesco resistir”. *O dia*. Curitiba, 15 de agosto de 1930.

²⁵⁶ PINTO, Maria Inez Machado Borges. Cultura de massas e representações femininas na paulicéia dos anos 20. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, n°. 38, p. 139-163. 1999, p. 159.

Direito Penal, recorreu aos ensinamentos do italiano Enrico Ferri e de Pedro Vergara, criminalista e político rio grandense.

Apesar de desenvolver algumas hipóteses de renomados criminalistas, para Palmeiro não havia dúvidas quanto ao motivo do crime: a cupidez. Como matou para roubar, Papst seria um tipo “anti-social”, pois seu crime evidencia um sentimento egoísta e perigoso em virtude de “sua aversão pela vida normal, pelo trabalho social, honesto”. Prossegue afirmando que, diferentemente do indivíduo que rouba um pedaço de pão porque tem fome, ou do que comete um homicídio em momento de cólera - situações que se encaixam em um gênero de criminalidade mais aceitável - o crime de Papst é indefensável. Seguindo com o argumento da inaptidão para a vida social, elevou o tom da retórica:

Na prova colhida no processo verificamos que ora ele tenta o trabalho, no comércio, ora se diz “chauffeur” ou mecânico, ou mineralogista, ora aventura o garimpo, ora se joga na mataria em busca de peles preciosas. Em nada se fixa. Há nele qualquer coisa de organicamente desumano que orienta fatalmente seu destino. E, na idade em que o milagre do sonho e da ilusão abre à juventude o caminho do sol, João Papst lança-se no crime, aplica toda a energia de sua mocidade na indústria criminosa do roubo, cedendo, por um lado à sua cede de dinheiro fácil e por outro às tendências de um sombrio temperamento imaginativo, facilmente presa das tentações do gênero rocambolesco²⁵⁷.

Enrico Ferri, em sua clássica obra *Sociologia Criminale*²⁵⁸, propôs uma das classificações mais aceitas pelos criminologistas sul-americanos: a de que as figuras do delinquente nato e do louco criminal se distinguem dos delinquentes passionais, ocasionais ou habituais. O criminoso nato seria um tipo biologicamente propenso à delinquência, um degenerado, com completa atrofia do senso moral. Palmeiro enquadra Papst nessa classificação, e associa seus dois principais crimes como intrínsecos a sua personalidade “de alto grau de perigosidade”. Buscando reafirmar essa hipótese, o promotor apresenta um breve resumo da vida carcerária de João Papst na capital rio-grandense. Salientando que Papst e Kindermann já haviam chegado à Casa de Correção com as mais altas recomendações de vigilância do chefe

²⁵⁷ ROHNELT (Org.) **Crimes que comoveram o Rio Grande**. Quatro acusações. Corregedoria de Justiça. – Ministério Público Riograndense, Porto Alegre. p. 280.

²⁵⁸ FERRI, Enrico. *Sociologia Criminale*. Apud, GALEANO, Diego. **Criminosos viajantes**: circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires. 1890-1930. Rio de Janeiro: Arquivo nacional. 2016, p.42.

de polícia paranaense, devido as diversas tentativas de fuga da dupla, descrimina os anos do réu na Casa de Detenção:

Em 14 de julho de 1937, foi ele repreendido e censurado, por ter desobedecido a um guarda-mandante do presídio, em 2 de agosto do mesmo ano, em virtude da sua má conduta e indisciplina, foi fechado até a segunda ordem, visto haver tentado agredir um seu companheiro e também por ter respondido mal a um guarda interno; em 14 de setembro de 1937, foi recolhido à cela “quarto escuro” por dois dias, visto ter-se insubordinado com um guarda-mandante na ocasião em que era retirado do recreio. Além disso, em entrevista publicada na imprensa dessa capital e junta aos autos, o Administrador de então da Casa de Correção, Freitas Lima, relata um plano de fuga de João Papst que, graças à vigilância das autoridades presidiárias, foi descoberto. Mais ainda: de uma feita, quando conduzido ao Tribunal pelo guarda Júlio Manuel Rodrigues, este encontrou em seu poder uma navalha. O que pretendia com essa navalha?

O promotor destacou, ainda, que durante os oito anos em que esteve preso, verificou-se na conduta de Papst “faltas de significação inegável”, o que reforçaria a tese de que sua conduta indisciplinada se deve ao seu “temperamento anômalo”. Em um devaneio poético, remete à Wagner e a Beethoven, sugerindo que a música é tão intrinsicamente ligada as almas dos artistas, como o crime é inerente a alma do réu: “João Papst é o seu crime. Tudo nele é este crime”²⁵⁹. Fica evidente que, assim como os detalhes do crime fazem referência à literatura e ao discurso médico, o mesmo acontece com a própria imagem do criminoso. Adjetivos que remetem à sua monstruosidade, como “besta”, “fera” e “ignóbil”, tão presentes na antropologia criminal, aparecem com frequência na literatura de horror e degenerescência no final do século XIX, resultado das ansiedades modernas e ao imaginário do *fin-de-siècle*²⁶⁰.

Não se pode deixar de observar que, embora João Papst fosse retratado como um indivíduo perverso, de maus instintos, essas características não eram assim tão fáceis de serem associadas a um imigrante austríaco que, à época do crime, tinha entre 17 e 18 anos. Para construir essa faceta de criminoso nato, biologicamente propenso à delinquência, Palmeiro precisou “carregar nas tintas” seu raciocínio acusatório. Buscando ressaltar o aspecto decadente do acusado, aproveitou para apresentar as impressões da dona de uma pensão onde ele se hospedara logo que

²⁵⁹ ROHNELT (Org.) **Crimes que comoveram o Rio Grande**. Quatro acusações. Corregedoria de Justiça. – Ministério Público Riograndense, Porto Alegre. p. 284.

²⁶⁰ Sobre “cultura de degenerescência” na produção literária vitoriana do *fin-de-siècle* europeu, especialmente nos romances do irlandês Bram Stoker, autor de “Drácula” ver: SILVA, Evander Ruthieri da. **Bram Stoker e a Questão Racial**. Literatura de horror e degenerescência no final do século XIX. Curitiba: Editora Prisma. 2017.

chegou em Porto Alegre. De modo diferente de seu habitual cuidado com a imagem, ela lembra da decadência física do antigo inquilino, destacando a pobreza de seu vestuário e a barba por fazer, além do dia que o encontrou “em atitude de vago ou de alcoolista”. Quanto ao modo pelo qual colocou em ação o crime do Caminho Novo, o promotor destaca:

Impressiona deveras como feição insólita de crime aquela prodigalidade de golpes, aquela rapidez e audácia da ação, aquele desrespeito à vida do próximo, desses homens que não vacilam na agressão. E tudo isso num dia de trabalho, numa manhã movimentada, numa rua populosa, de tráfego intenso, é de molde a nos lembrar os métodos desumanos do gangsterismo ianque²⁶¹.

A forma pela qual Papst executou os golpes para roubar e, em seguida matar Arthur Fonseca, é usada para reforçar seu instinto assassino, supondo que o ato criminoso fosse inerente à sua própria natureza, algo quase natural. A anomalia atávica e o esforço em ligar o criminoso ao selvagem - noções lombrosianas - são conceitos chaves para justificar a insensibilidade moral do delinquente. Essa hipótese era comumente usada pela acusação como argumento para convencer os jurados da predestinação do acusado à vida do crime.

Prosseguindo para os elementos probatórios do processo, o promotor relembra a “belíssima defesa” de Viana Moog no julgamento do casal Papst, enfatizando a confissão de João e Juliana Papst a respeito dos crimes praticados pelo filho. Os detalhes do depoimento do casal, especialmente no que se refere a terem presenciado a partilha do dinheiro fruto do roubo, teria valor decisivo no processo. Outro depoimento fundamental a que se refere à acusação é a confissão do próprio Papst na Delegacia de Polícia de Curitiba. Quanto à essa evidência o réu afirmara que havia mentido, alegando terem sido usadas contra ele “torturas medievais” para confessar sua culpa. Palmeiro descarta essa hipótese, destacando o fato de que as testemunhas, incluindo Martha, presenciaram a confissão, circunstância que, portanto, não poderia mais ser negada. Ainda, reforça outros elementos que considera de grande peso probatório: o depoimento do guarda da Viação Férrea, Hipólito Cirre, que identificou João Papst como um dos assaltantes e a apreensão do dinheiro produto do crime feita pela polícia na residência dos pais do réu.

²⁶¹ ROHNELT (Org.) **Crimes que comoveram o Rio Grande**. Quatro acusações. Corregedoria de Justiça. – Ministério Público Riograndense, Porto Alegre. p. 280.

No crime do Caminho Novo, diferentemente do que ocorreu em Curitiba, foi Kindermann quem matou o pagador Arthur Fonseca. A participação direta e fundamental de Papst para a concretização do crime fez configurar a sua coautoria, prevista no artigo 18 da Consolidação das Leis Penais²⁶². Após fundamentar o crime de coautoria com base em discussões doutrinárias nacionais e internacionais, arremata sua fala com eloquência que lhe era peculiar: “e tão profunda é a nossa convicção de sua capacidade para delinquir que nos parece uma redundância afirmar que se trata de um indivíduo temível, para quem é indispensável a reclusão”.

* * *

O primeiro advogado de Papst em Porto Alegre havia sido Vitor Graeff, que passou a patrocinar a sua defesa em 30 de julho de 1937²⁶³. Com as investidas de insatisfação de seu cliente, Graeff se viu obrigado a abandonar a causa, momento em que Papst passou a assumir, desastrosamente, a sua própria defesa. Já nas vésperas do plenário o juiz Ernesto Candal impugnou essa pretensão, considerando-o incapaz de sustentar uma defesa judicial. Assim, diante da necessidade de escolher um patrono, se viu obrigado a aceitar novamente Graeff. Diante de todas as incertezas que antecederam essa decisão, a escolha parece ter sido acertada. Sobre sua atuação no tribunal, temos apenas o sucinto resumo dos periódicos. Naquele dia, após a fala eloquente de Luiz Palmeiro, Graeff iniciou a defesa de Papst alegando serem as provas contra ele apenas indiciárias, motivo pelo qual não poderia autorizar um Júri esclarecido a “jogar” com a liberdade de um homem que, já na sua adolescência, fora privado de sua liberdade. As suas últimas palavras foram abafadas por uma salva de palmas.

Seguiram-se a réplica e a tréplica, e a sessão do Júri atravessou a madrugada com debates acalorados e um público ansioso pelo desfecho do caso. Encerrados os debates e, já amanhecendo, o Conselho de Sentença se recolheu à sala secreta das deliberações. No retorno dos personagens do julgamento, o escrivão leu o termo de

²⁶² Decreto nº 22.213 de 14 de dezembro de 1932.

²⁶³ Além de advogado, Victor Oscar Graeff foi deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN) na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, de 1947 a 1959. HEINZ, Flávio M.; VARGAS, Jonas Moreira; FLACH, Angela, MILKE, Daniel Roberto. **O Parlamento em tempos interessantes:** breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982, Porto Alegre: CORAG, 2005.

votação e anunciou o veredito: João Papst foi declarado inocente por maioria dos votos (quatro contra três). Ainda no calor da emoção, Papst é interpelado pelo repórter do “Diário de Notícias” e apresenta sua impressão sobre o resultado do Júri:

Se bem que não tenha sido unânime, porque a decisão foi de apenas 4 votos contra 3, diante de todos os obstáculos, ela me satisfaz porque sempre é melhor uma absolvição do que uma condenação²⁶⁴.

O desfecho do Júri, apesar da fala impassível de Papst, causou surpresa no meio forense. Como era comum em crimes dessa natureza, o promotor manifestou seu interesse em interpor apelação. Vitor Graeff, no entanto, optou por renunciar à defesa de João Papst. Justificando seu ato, afirmou que, movido pela ética e pelo profissionalismo, se viu na obrigação de defendê-lo diante de uma situação delicada, onde seu cliente optara, irrefletidamente, por produzir sua própria defesa. Com o êxito de seu trabalho e diante de um processo “dos mais sensacionais transitado no fôro da capital, em que a posição do acusado não era das mais simpáticas devido ao sensacionalismo e celebridade do criminoso”²⁶⁵, o advogado sentiu que já havia cumprido sua missão, se desobrigando de qualquer outra ingerência no processo.

O desenrolar do julgamento do recurso não nos é acessível. As notícias da condenação nos jornais porto alegrenses que foram possíveis mapear se encerram, justamente, nesse momento processual. No entanto, um indício do destino do nosso personagem foi achado 14 anos depois. O nome de João Papst volta a aparecer em novembro de 1953, no jornal “O dia”, em uma sessão intitulada “Na polícia e nas ruas”, com um título provocativo, “Retorno de um ‘gangster’ de 1929”. A matéria inicia apresentando um breve resumo do contexto dos crimes cometidos por Papst e seu companheiro Kindermann “na Curitiba tranquila de 1929”, e anuncia a volta de Papst para a capital paranaense, marcada para o fim do mês, uma vez que ele “já prestou suas contas à justiça gaúcha”²⁶⁶. Papst voltaria a Curitiba para cumprir o restante da pena que lhe foi imposta em Curitiba. Esse fragmento abre margem para pensarmos no desfecho do recurso de apelação proposto por Luiz Palmeiro e no destino de João

²⁶⁴ **Diário de Notícias**. Curitiba, 19 de dezembro de 1939.

²⁶⁵ **Diário de Notícias**. Curitiba, 20 de dezembro de 1939.

²⁶⁶ Não foi possível obter mais informações sobre a soltura ou sobre a morte de João Papst. Essa foi a última notícia em que foi possível verificar o destino de nosso personagem, tanto em jornais porto alegrenses como nos curitibanos. **O dia**. Curitiba, 19 de novembro de 1953.

Papst, que entre idas e vindas, ficou, relutante, atrás das grades entre as décadas de 1930 e 1950.

Assim se encerrou, ao menos no mundo jurídico, a história dos crimes do Caminho Novo e da Barão do Rio Branco. Após envolver várias autoridades policiais, e testemunhas, promotores, advogados e juízes, esses processos criminais, seus ritos e suas sentenças foram esquecidos, destinados a ocupar, empoeirados e amarelados, um lugar em uma prateleira qualquer de um órgão público nas cidades de Curitiba e Porto Alegre.

5 UM TERRITÓRIO DE POSSIBILIDADES: QUANDO O CRIME VIRA FICÇÃO

Por el sólo hecho de existir, todo relato es verídico

Juan José Saer, A pesquisa.

A questão sobre ficção, verdade e história, é um debate presente, pelo menos, desde a Grécia Antiga. Por óbvio, os pensadores gregos não se referiam ao conceito moderno de "ficção", mas já problematizavam os de ilusão e falsidade. Como principal exemplo dessa crítica temos Platão que, enfaticamente, condenou a arte e sua *mímesis* como o maior exemplo de engano e falsificação, em seu livro X da "República". Se nosso mundo é mera cópia, como ilustra em seu famoso mito da caverna, onde a humanidade vive na ilusão de ver a verdade, enquanto o mundo lá fora só projeta sombras, distantes das formas originais, o que dizer dos artistas que, ao imitar um objeto, se afastam ainda mais da luz originária? Para o filósofo, seu trabalho, sua arte, seria apenas cópia da cópia.

Aristóteles, por sua vez, nos apresenta uma outra perspectiva sobre a *mímesis*, esse conceito aplicado as artes, outrora tão criticado por Platão. Em sua "Poética", desenvolve uma teoria sobre ela sem, no entanto, diminuir a arte por sua origem mimética, pois, no ser humano "à propensão a imitação é instintiva desde a infância, e nisso ele se distingue de todos os outros animais"²⁶⁷. Essa possibilidade de narrativa, que distingue o homem do animal selvagem, seria a condição primeira para o desenvolvimento da civilização. Como nossa arte também é imitativa, ela é representação. E assim nascia um dos primeiros debates sobre a História e Literatura (termo que não existia na antiguidade), onde são reforçados os compromissos de cada uma com a "realidade". Cabendo ao historiador a função de dizer o que "efetivamente aconteceu", e ao poeta dizer o tipo de coisa "possível de acontecer":

Mesmo que sua poesia verse sobre eventos passados, não é por isso que ele é menos poeta, visto nada impedir que alguns eventos passados sejam tanto prováveis quanto possíveis, e é com base na probabilidade que o poeta cria a partir deles.²⁶⁸

²⁶⁷ ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011, p. 36.

²⁶⁸ ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011, p. 56.

Aristóteles, assim, lançou as bases para que fosse possível pensar em uma teoria da verossimilhança, ou seja, a possibilidade da arte estabelecer, de diferentes modos, semelhanças com o real. Segundo o filósofo grego, essa verossimilhança varia conforme o gênero (drama, epopeia, comédia) mas para nós, na modernidade, varia conforme o contexto histórico-cultural em que nasceu a obra²⁶⁹. Nos debates atuais, são outras as questões que se estabelecem aproximando e entrecruzando narrativas históricas e literárias. Essas narrativas, ao se encontrarem, são por nós entendidas como discursos que respondem às indagações dos homens sobre o mundo, em todas as épocas, oferecendo, assim, o mundo como texto²⁷⁰.

Para o teórico alemão Wolfgang Iser, o que caracteriza a literatura é a articulação organizada entre o fictício e o imaginário. Podemos pensar determinado texto literário como produto de um autor que, ao escrever, acessa com seu texto, o mundo. A ficção, assim, se manifesta pelo reconhecimento do fingir, momento em que o mundo organizado no texto literário se transforma em um “como se”. Claro, o “como se” que engloba o mundo representado não é, em si, o mundo, mas para o fim literário deverá ser representado como se o fosse. Desse modo, ficcionalizar é criar um mundo, é inventá-lo, de modo a fazê-lo coexistir com o mundo sócio-histórico. Será comparado, no texto ficcional, algo existente, com as consequências necessárias de um caso imaginário. Para Iser, isso implica em uma transgressão.²⁷¹

* * *

Quando Cervantes, no século XVI, criou um cavaleiro que sai mundo afora em busca de aventuras, fez nascer o romance ocidental. Dom Quixote nos deu a forma romance que conhecemos hoje, que se caracteriza, basicamente, por ser uma narrativa longa e em prosa. Quanto ao seu personagem principal, é sabido, com o desenrolar de séculos da história desse gênero literário, que diferente do herói trágico das epopeias, ele precisa conquistar o seu lugar. Assim, vivencia inúmeras peripécias

²⁶⁹ SELIGMANN-SILVA, Márcio; Ficção e imagem, verdade e história: sobre a poética dos rastros, 11/2013, **Dimensões**: Revista de História da UFES, V. 30, pp.17-51, Vitória, ES, BRASIL, 2013, p.25.

²⁷⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O mundo como texto**: leituras da história e da literatura. Revista História da Educação, n.14, set.2003, p. 32.

²⁷¹ ISER, Wolfgang. **O fictício e o imaginário**: Perspectivas de uma antropologia literária. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2013, pp. 26-44.

e supera vários obstáculos para, ao fim, chegar a um final feliz. Essa é, por excelência, a síntese do romance moderno. É interessante a noção de que, na sua origem, o romance é a narrativa de um pícaro, o protagonista da história, de origem humilde, um desafortunado, que passa fome e que sofre, um homem de baixa condição social, mas que sonha em ascender socialmente. Para tanto, enfrenta e transgride os valores sociais de sua época, recorrendo ao crime para escapar da pobreza. A genealogia desse anti-herói, ao ser narrada, assume um caráter moralizador, condição intrínseca ao gênero picaresco. Essa é, por assim dizer, a grande perspicácia de Cervantes.

O século XIX, por sua vez, vê surgir o nascimento de outros gêneros literários, o que se deve, em grande medida, à popularização da imprensa. As cidades e seus mistérios não escapam aos olhos atentos dos *faits-diversiers*²⁷², que abundam nos folhetins das grandes capitais. Ao pensar em uma “literatura do crime” na França da *Belle Époque*, Dominique Kalifa faz um sedutor estudo a respeito dessas narrativas e observa como o interesse pelos *bas-fonds*, tão presente nos jornais, transforma o romance-folhetim, que busca explorar, cada vez mais, o mundo das margens sociais. O autor aponta o avanço de todas as formas de narrativas de crime nos anos 1900 que, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, adquirem novos registros e tornam-se um tema obcecante para a imprensa. Para ilustrar essa situação, apresenta o exemplo do *Le Petit Journal*, o primeiro jornal cotidiano da França, onde o crime vivenciou seus melhores momentos. Crimes grandiosos ou pequenos casos sem importância, o espaço dedicado aos *fait divers* crescia diariamente no espaço dos jornais²⁷³.

Com o crime em alta, nascem as diversas formas literárias que o abordam. Nesse universo, folhetins e romances populares, buscam capturar a essência da *urbs* e suas contradições, à exemplo de “Os mistérios de Paris” de Eugène Sue, publicado originalmente no *Le Journal des Débats* pelo período de um ano – junho de 1842 a outubro de 1843. A produção desse “imaginário social”, que está intimamente ligado à cidade, é um acontecimento urbano, e que busca sua fonte nas regiões de sombra, na transgressão. Segundo Kalifa, Sue deu o pontapé inicial para a popularização dos “mistérios urbanos”, fenômeno que se propagou para quase todas as cidades do

²⁷² *Fait divers*, expressão francesa que remete, literalmente a “fatos diversos”, eram notícias narradas com recursos de dramaticidade e ficção, em jornais e revistas francesas desde meados do século XX. Com um apelo sensacionalista, toda sorte de crimes, curiosidades e tragédias da cidade eram englobadas nos *fait divers*.

²⁷³ KALIFA, Dominique. **A tinta e o sangue**: Narrativas sobre crimes e a sociedade na Belle Époque. São Paulo: Editora Unesp, 2019, pp. 29-32.

mundo ao longo do século XX, e cujos escritores buscavam recuperar, ainda que com outras técnicas narrativas, a carga sensacional contida no título. O mesmo ocorreu com os romances policiais que emergem a partir dos anos 1860-1870, e toda a literatura, como fascículos e pequenos livros que advém deles. É essa produção romanesca e seu tom de “sensação” que passa a ser capturada através da representação das regiões de sombra da sociedade²⁷⁴.

A cidade ambivalente e misteriosa, é bem colocada em cena, no século XIX por Edgar Allan Poe em “O homem da multidão” e em “O duplo assassinato na rua Morgue”. A última, considerada a primeira novela policial da literatura ocidental, apresenta ao seu público a cidade de Paris e seu astuto August Dupin, o primeiro detetive de novelas policiais. Dupin estabeleceu alguns padrões que foram seguidos por outros autores, ajudando o inglês Arthur Conan Doyle a construir, posteriormente, um de seus mais famosos personagens, Sherlock Holmes. E assim, Poe, ao inventar uma nova figura, escreveu o primeiro relato policial, inaugurando aquilo que se convencionou chamar de gênero policial.

Quando o narrador de “O duplo assassinato na rua Morgue” encontra, por um acaso, em uma livraria de *Montmartre*, August Dupin, ambos estão à procura de um mesmo livro. Ao leitor não é informado o título do livro, mas entendemos o papel que desempenha, estabelecendo entre os personagens “uma comunhão de interesses mais íntima”²⁷⁵. Para o escritor argentino Ricardo Piglia, é nesse encontro que nasce o gênero policial e o perfil de Dupin se delineia. Homem das letras, curioso, excêntrico, solitário e um grande leitor, Dupin faz a passagem “do universo sombrio do terror gótico para o universo da pura compreensão intelectual do gênero policial”²⁷⁶. A resposta para o desvendamento dos crimes se encontrava, agora, através da razão, tão inerente ao mundo das letras. E assim, Poe descreve seus personagens: caminhando pelas ruas parisienses, na quietude das madrugadas, a observar analiticamente o comportamento humano.

A passagem acima nos ajuda a elucidar a íntima relação entre a literatura e o urbano. A figura de Dupin nasce evidenciando a inquietação que a multidão e a cidade

²⁷⁴ KALIFA, Dominique. **Os bas-fonds**: história de um imaginário. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 118.

²⁷⁵ POE, Edgar. **Assassinatos da rua Morgue** – E outras histórias. Coleção L&pm Pocket, 2002, p. 42.

²⁷⁶ PIGLIA, Ricardo. **O último leitor**. Tradução Heloisa Jahn. 1º edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 76.

provocam, circunstância que já estava presente, inclusive, em seu texto anterior, “O homem da multidão”. O ambiente citadino, tão assustadoramente ameaçador, carrega consigo uma necessidade de desvendá-lo, e o mundo das letras tornou-se o modo pela qual algum de seus habitantes buscaram fazê-lo. A palavra escrita e impressa e seus vários gêneros – policial, poesia, romance- folhetim – se tornou, ao longo do século XIX, o modo pelo qual as mudanças, tão intensamente experimentadas, puderam ser significadas e compartilhadas²⁷⁷.

Também percorrendo sobre a literatura de crime, mas no Rio de Janeiro e em São Paulo entre 1870 e 1920, a historiadora Ana Gomes Porto mapeia em sua tese de doutorado a chegada da literatura de folhetim no Brasil traçada por romances longos e, ocupando o espaço do rodapé dos jornais, quase simultaneamente em que eram publicados na França. Como exemplo, cita a tradução de “Mistérios de Paris” e “O conde de Monte Cristo” por Justiniano José da Rocha, quando essas obras acabavam de sair na imprensa francesa. A autora chama a atenção para o fato de que, mesmo que houvesse espaço para crimes e criminosos nos folhetins franceses que circulavam no Brasil, somente algumas partes podiam ser consideradas como literatura de crime. Assim, a literatura de crime no Brasil “era uma miscelânea de formas narrativas distintas, que lidavam com proezas romantizadas de bandidos ou se fixavam em histórias infundáveis aos moldes do folhetim”²⁷⁸.

* * *

Assim, voltamos a questão que fundamenta e estimula a escrita do capítulo final dessa dissertação: a literatura como forma de resgatar as sensibilidades e sociabilidades de uma época. Não se trata aqui, de abordar um texto literário como mero reflexo de dada realidade social, mas encarar a literatura como fonte histórica, um registro privilegiado de seu tempo. Nos apropriando das palavras de Sandra Pesavento, entendemos que, a literatura medíocre, de pouco valor ou até mesmo “vulgar”, pode nos dizer muito sobre o gosto, as preferências e as sensibilidades de

²⁷⁷ GRUNER, Clóvis. **As letras da cidade ou quando a literatura inventa o urbano?** Leitura e sensibilidade moderna na Curitiba da Primeira República. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 23, p. 51-70, 2010, pp. 54-55.

²⁷⁸ PORTO, Ana Gomes. **Novelas Sangrentas: literatura de crime no Brasil. (1870-1920)** (Tese de Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 2009, p. 17.

homens e mulheres em um certo momento. A isso, atrelamos o conceito de *imaginário social* compreendido pela autora como “construção social da realidade, obra dos homens, representação que se dá a partir do real, que é recriado segundo uma cadeia de significados partilhados”²⁷⁹.

A tentativa de entender a Curitiba e a Porto Alegre republicanas e seus ares de modernidade, esboçada no primeiro capítulo, foi o prólogo que anunciava, sutilmente, o desenrolar das desventuras de crimes de dois personagens. Como era de se esperar, a historiadora quer entender, antes de tudo, a cidade. A cidade que orienta as questões sobre a miséria, o vício e o crime, características inerentes à modernidade. Esse encontro com o passado que as cidades proporcionam, é um cenário que ilustra muito mais do que sua forma física, marcada por ruas, coretos e edifícios, mas iluminam seus sinais e significados, sua complexidade e contradições, como nos ensina Ítalo Calvino.

A seguir, serão apresentados alguns momentos em que foram produzidas narrativas sobre os crimes cometidos por Papst e Kindermann. Os tratamentos dados ao texto por cada autor, para compor suas versões, ficarão mais evidentes ao observarmos seus diferentes contextos sociais e intenções. Assim, será possível observar seus esforços para se aproximar da vida e dos crimes dos nossos personagens.

5.1 UM CAMPO EM FORMAÇÃO: LEITURAS E SENSIBILIDADES MODERNAS

O Paraná que viu o nascer e a consolidação da República, também observou o despertar de um universo cultural bem específico. Nele, conviviam intelectuais engajados e seduzidos pelas letras, uma geração de jovens que, ao estabelecer uma nova relação com a palavra – escrita, leitura ou oratória – buscaram se filiar a uma certa modernidade literária. O mundo dos livros e das letras estava circunscrito, é claro, à uma parcela da população, àquela que circulava em determinados meios onde se tinha acesso à leitura e podia, até mesmo, deixar registradas as suas próprias palavras.

²⁷⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O mundo como texto**: leituras da história e da literatura. Revista História da Educação, n.14, set.2003, p. 35.

Esses escritores e, por sua vez, leitores, olhavam para a cidade buscando construir narrativas do seu passado ou de seu presente, celebrando ou condenando o urbano, em prosa ou em verso, em artigos de jornais ou nas páginas de um livro. Desse modo, como não pensar no Rio de Janeiro nos tempos do Império a partir de Machado de Assis? Ou através das crônicas de João do Rio ou Olavo Bilac em 1900? Ainda, pensando na capital gaúcha, como não invocar as crônicas de Aquiles Porto Alegre, que se esmerava em elaborar a memória de uma “outra” cidade: a velha Porto Alegre. Por mais que as tramas sejam imaginadas e os personagens sejam fictícios, o universo do social e as sensibilidades de uma época estão ali, e se revelam aos olhos do leitor de maneira verossímil²⁸⁰. Maneiras de pensar, de sentir, de criticar, de se espantar, tudo pode ser apreendido através das letras da cidade. Como nos lembra Sandra Pesavento, a “cidade real”, da realidade tangível, e a “imaginada”, sensível e sentida pelo pensamento de seus habitantes, coexistem, e mantem entre si uma relação que pode ser apreendida pelo historiador através dos discursos que produzem sobre si mesmas²⁸¹.

O fortalecimento das letras envolveu a necessidade de seu fomento, manifestado através da criação de tipografias e litografias, círculos de leitura e fóruns de escrita, dentre outras iniciativas, que caracterizavam esse desejo de modernidade²⁸². Como podemos encontrar esse desejo na cidade? Como verificar em Curitiba, uma capital de um estado recém-criado, com seus ares provincianos e tímidas e incipientes ambições, certa sensibilidade literária? Os estudos sobre a diversidade cultural e intelectual que se sentia no período da Primeira República são vários, e dão conta da missão de mapear e compreender essa produção literária. Buscaremos aqui apresentar brevemente essa produção para, em seguida, adentrarmos nos nossos objetos: fontes literárias específicas produzida sobre a capital do Paraná.

* * *

²⁸⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**, v.27, número 53, jan-jun-2007, p.11-23. p. 18.

²⁸¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**, v.27, número 53, jan-jun-2007, p.11-23. p. 14.

²⁸² MELLO, Sílvia Gomes Bento de. **Esses moços do Paraná**. livre circulação da palavra nos albores da República. Tese [Doutorado em História]. Florianópolis: UFSC, 2008, p. 55.

Desde o início da década de 1920, inúmeros jovens paranaenses estreavam no mundo das letras²⁸³. Por meio de poemas, prosa ou livros, a circulação da palavra passou a ser mais apurada e preocupada com a crítica, o que apontava que esses grupos procuravam criar uma nova estética na literatura produzida no estado²⁸⁴. Esses “moços”, termo escolhido por Silvia Gomes Bento de Mello para sintetizar essa mocidade específica, estabeleceram entre si identificações em comum, que os aproximava na tentativa de constituição de um meio literário paranaense. Obstinação na missão de compreender o momento em que viviam, apontavam os problemas e imaginavam as melhores soluções para um futuro paranaense. As livrarias compunham esses espaços, e, na década de 1890, passaram a constituir o ambiente propício, não só para a venda de livros, mas para atrair a presença dessa mocidade que lá acessava as novidades e encontrava-se entre si²⁸⁵.

Tais produções, no entanto, não se restringiam a livros. A maior parte delas ocorria na imprensa, e alguns articulistas, usavam pseudônimos para proporem suas percepções sobre a cidade. Conforme observamos nos capítulos anteriores, o tom variava entre a luminosidade do progresso na capital e a decadência moral, o “avesso” dessa vida moderna, que se manifestava com a metáfora da escuridão de alguns vícios urbanos, como mendicância, prostituição, o jogo e o crime. Inquietações como as desses cronistas da imprensa estimularam, em fins de 1925, que um grupo de autores, se lançasse em um projeto editorial mais arrojado, chamado “A novella Mensal” mais tarde rebatizada de “A Novella Paranaense”²⁸⁶. Rodrigo Júnior e Octávio de Sá Barreto²⁸⁷, jovens entusiastas do mundo das letras, tinham em mente a formação de uma cultura literária no Paraná. Segundo Regina Sabóia:

²⁸³ A tentativa de uma projeção literária em Curitiba, contudo, é anterior a 1920, com o chamado “Movimento Simbolista”. O simbolismo, surgido no começo do século XX, marcou uma fase importante da literatura paranaense, pois não existia até então uma manifestação literária que houvesse juntado escritores que compartilhassem entre si referências poéticas comuns e com tamanha projeção na sociedade. Dentre seus principais nomes estavam Dário Vellozo, Silveira Neto, Emiliano Pernet e Nestor Vitor, intelectuais que demonstravam atração pelo “oculto” e pelo “mistério”, principal marcas do simbolismo.

²⁸⁴ IORIO, Regina Elena Saboia. **Intrigas & novelas** – literatos e literatura em Curitiba na década de 1920. Tese de doutorado em História – UFPR, 2004, p. 100.

²⁸⁵ IORIO, Regina Elena Saboia. **Intrigas & novelas** – literatos e literatura em Curitiba na década de 1920. Tese de doutorado em História – UFPR, 2004, p. 56.

²⁸⁶ GRUNER, Clóvis. **Paixões torpes, ambições sórdidas: crime, cultura e sensibilidade moderna** (Curitiba, fins do século XIX e início do XX) São Paulo: Alameda, 2018, p.56.

²⁸⁷ Octávio de Sá Barreto, além de ser um dos idealizadores, editor e autor da coleção “Novella Paranaense” também foi o advogado de Papst e Kindermann em Curitiba, conforme mencionado no capítulo terceiro.

A Novella Mensal pretendia publicar livros exclusivamente de escritores paranaenses, independentemente de escolas e estilos literários. A preferência era por obras em prosa – contos, romances ou novelas. Tal escolha decorria de diversos fatores, entre os quais, principalmente, a percepção de que este gênero teria mais aceitação por parte do público, o que facilitaria as vendas. Relacionava-se, também, ao fato de o Paraná não ter sido o berço de nenhum prosador de renome, embora tivesse vários poetas consagrados nacionalmente. Na concepção dos criadores da editora, a revelação desse “romancista” paranaense poderia impulsionar as vendas. Além disso, poderia vir a propiciar um desenvolvimento significativo para as letras paranaenses, possibilitando, quiçá, uma mudança nos rumos da produção local, ainda muito ligada aos movimentos simbolista e parnasiano²⁸⁸.

Buscando alcançar um público mais amplo de leitores, a empresa seguia o exemplo da revolução editorial vivida em São Paulo através da “Revista do Brasil” empreendimento de Monteiro Lobato, que alterava o padrão até então vigente no mercado de livros²⁸⁹. Assim como Lobato estava preocupado em divulgar o seu produto – o livro – colocando-o ao alcance do grande público, lançando mão de estratégias como baratear as edições e dar oportunidade a novos escritores, também o fizeram os amigos Rodrigo Júnior e Otávio de Sá Barreto. Dentre as estratégias, se encontrava a necessidade de tornar o livro um objeto visualmente atraente, com belas capas coloridas e papéis de boa qualidade. Ainda, o sistema de assinaturas, fidelizaria o cliente, garantindo o financiamento desse arrojado projeto literário.

Apesar do entusiasmo inicial, a recepção dessa proposta foi tímida. Dois títulos, entretanto, chamam a atenção pela recepção da crítica: “O automóvel n. 117” obra do próprio Octávio de Sá Barreto e “Um caso fatal” de Rodrigo Júnior. Em ambas, a cidade e suas contradições surgem como a grande protagonista da trama. Seus personagens precisam encarar conflitos onde a cidade os conduz a desvendá-la. O primeiro livro, que teve uma tiragem de 500 exemplares, é uma coletânea de quatro novelas e tinha um ar de mistério que se alinhava com o barulho e o dinamismo de uma cidade que estava, por assim dizer, construindo seus aspectos modernos. A questão do automóvel e o fascínio que encarnava estava presente na obra de forma metaforizada. Após presenciar um atropelamento em São Paulo, Carlos, o protagonista, se sente perseguido pelo automóvel que provocara o acidente, uma *limousine* vermelha de placa nº 117. Escapar da lembrança desse incidente urbano

²⁸⁸ IORIO, Regina Elena Saboia. **Intrigas & novelas** – literatos e literatura em Curitiba na década de 1920. Tese de doutorado em História – UFPR, 2004, p. 242.

²⁸⁹ Sobre a trajetória de Monteiro Lobato no mercado editorial ver, especialmente: LUCA, Tania Regina de. **A revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N) ação**. São Paulo: Unesp, 1999.

não foi possível nem ao voltar para a sua cidade natal, pois a outrora tranquila e pacata Curitiba, havia se transformado em uma cidade mais barulhenta, ocupada pelas multidões²⁹⁰.

O livro foi bem recebido pela imprensa, tanto em jornais locais como em algumas revistas nacionais. A prosa de Sá Barreto chegou a ser comparada por periodistas aos contos de Poe e ao estilo desenvolvido nas histórias de Sherlock Holmes. Em passos lentos, o projeto lançava alguns novos títulos de intelectuais de destaque no Paraná como Raul Gomes e Euclides Bandeira. A continuidade da empreitada durou mais alguns anos, e a “Novella Paranaense”, ainda que com alguns atrasos, chegou ao seu quinto volume.

Em 1927 Rodrigo Júnior publicou um artigo denunciando o estado letárgico das letras no estado que, em suas palavras, só possuía algum fôlego graças as publicações da “Novella”. Com dificuldades econômicas e aumentando o intervalo entre os lançamentos dos livros, a editora mostrava sinais de esgotamento. No desejo de superar as dificuldades, mesmo diante da crise econômica, foi lançado o romance “Agonia”, escrito por Viriato Ballão. O livro não surtiu o efeito desejado e a editora fechou as portas. Embora o empreendimento editorial tenha terminado sem atender a expectativa criada por seus diretores de encontrar um romancista que tirasse o Paraná da “letargia literária”, a “Novella Paranaense” teve, sem dúvidas, seus méritos. Talvez o principal deles tenha sido, justamente, o desenvolvimento de um projeto literário para o estado, que viu se desenvolver um “padrão gráfico de edição e a difusão da prosa entre os escritores e leitores”²⁹¹.

Esse grupo de literatos paranaenses compartilharam entre si as percepções sobre seu tempo e sua cidade, demonstrando, através de seus escritos, uma experiência em comum. Que experiência era essa? Esses indivíduos, e os grupos que estavam inseridos, sentiam-se portadores de uma mensagem através da difusão das letras. Esse empenho para fazê-lo revelava o desejo de inovação e modernidade da intelectualidade curitibana que, ao transitar pelos espaços e se articular entre si, formava suas sociabilidades. Sentiam-se, assim, construindo uma história literária local.

²⁹⁰ GRUNER, Clóvis. **As letras da cidade ou quando a literatura inventa o urbano?** leitura e sensibilidade moderna na Curitiba da Primeira República. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 23, p. 51-70, 2010, p. 64-67.

²⁹¹ IORIO, Regina Elena Saboia. **Intrigas & novelas** – literatos e literatura em Curitiba na década de 1920. Tese de doutorado em História – UFPR, 2004, p. 246 a 288.

É em Dário Vellozo, prestigiado escritor carioca, que viveu na capital paranaense cultivando amigos, ou “discípulos” que se reuniam consigo, interessados em ler e discutir literatura, que podemos observar o início dessa construção. A princípio, influenciados pelo simbolismo, liam as obras de Casimiro de Abreu, Castro Alves, Fagundes Varela, para, mais tarde, ler Malarmé, Baudelaire e Edgar Allan Poe. Esses encontros fizeram com que o pequeno grupo formasse uma associação, chamada “Cenáculo”, nascida de conversas entre Vellozo e Antônio Braga, na biblioteca do “Club Coritibano”. A atividade editorial de Vellozo, desenvolvida no Rio de Janeiro e posteriormente em Curitiba, fez com que o poeta se engajasse na edição e redação de periódicos. Esse empenho no mundo das letras nascia da sua vontade de ter um veículo onde pudesse divulgar seus próprios escritos, o que levou Dário e seus colegas do “Cenáculo” a publicar uma revista com o mesmo nome, entre 1895 e 1897. Com o passar dos anos, o grupo se lançou em outros experimentos literários, continuando a estimular o campo intelectual paranaense. O escritor se aventurou em novos projetos, especialmente através da publicação de revistas, e, assim, seu trabalho marcou uma geração de novos escritores que, influenciados por ele, formaram uma nova intelectualidade paranaense²⁹².

A literatura, conforme o pensamento de Jacques Rancière, é um regime novo de identificação da arte de escrever. Essa arte e suas manifestações, bem como o modo como se deixa dizer e torna visível o mundo, é uma forma de intervir naquilo que o autor denominou a “partilha do sensível”. Quando esses *moços* se reuniam para discutir a palavra escrita, estavam se inserindo em uma nova ordem de relação entre a palavra e a sua circulação. Esse movimento de democratização literária, é assim descrito por Rancière:

É nisso que consiste a democracia da escrita: seu mutismo falastrão revoga a distinção entre os homens da palavra-em-ação e os homens da voz sofrida e ruidosa, entre aqueles que agem e aqueles nada mais fazem que viver. A democracia da escrita é o regime das letras em liberdade, que cada um pode tomar para si, seja para se apropriar da vida dos heróis ou das heroínas dos romances, seja para fazer de si mesmo um escritor, seja ainda para se inserir na discussão sobre os assuntos comuns. Não se trata de uma influência social irreversível, trata-se de uma nova partilha do sensível, de uma relação nova entre o ato da fala, o mundo que ele configura e as capacidades daqueles que povoam esse mundo²⁹³.

²⁹² DENIPOTI, Cláudio. **A sedução da leitura: Livros, leitores e História Cultural.** (Paraná 1880-1930) Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018, p. 49-52.

²⁹³ RANCIERE, Jacques. **Política da Literatura.** Tradução: Renato Parda Capistrano. Paris: Éditions Galilée, 2007, pp.11-40, pp. 8-9.

O florescimento das letras na capital paranaense, portanto, encontrou seus caminhos nos periódicos, nas revistas ilustradas e nos romances, universos que dialogavam com uma cidade que se revelava e se renovava constantemente. A literatura conferiu a uma geração de escritores a possibilidade de manifestar seu entusiasmo e compartilhar suas impressões a respeito do cotidiano citadino. O aumento do número de pessoas que passou a se dedicar as atividades literárias e/ou editoriais, justifica, desse modo, a explosão editorial vivenciada na virada do século XIX para o XX. A agitação intelectual desses rapazes ditou as diretrizes de uma nova geração literária, cujas maneiras de ver e de sentir sua época nos convidam a perceber alguns sinais de seus sentimentos e valores, ou, em outras palavras, suas sensibilidades. Tais sensibilidades nos remetem ao mundo do imaginário, das experiências vividas, da cultura e dos conjuntos de significações que elas conferem ao mundo²⁹⁴.

Cabe ressaltar que por imaginário entendemos uma informação material, e não algo impensado, que se manifesta, inclusive, em objetos muito concretos. Esses objetos, por sua vez, nos deixam seus vestígios, à exemplo de livros, imagens, filmes, canções, testemunhos, e toda sorte de elementos cuja difusão e apropriação cultural, nos é possível reconstruir²⁹⁵. Buscar esses rastros deixados pelo passado, não é, sobremaneira, alcançar um outro tempo que, obviamente, nos é inacessível. Trata-se de buscar essas experiências e explorar um momento que deixou marcas que, ao subirem à superfície, nos ajudam a pensar o imaginário de um período, que nos é acessível através de suas representações culturais e sociais. Tal exercício procura captar e entrecruzar inúmeras formas pelas quais os contemporâneos perceberam, descreveram e nomearam seu tempo.

Os escritores curitibanos, tinham a consciência de estarem vivendo um momento singular, dotado de certa “historicidade”, e deixaram essa percepção no universo literário que “buscamos e buscaremos” acessar. Ademais, a obra literária, como evidência história, com suas características próprias, precisa ser devidamente interrogada. Isso não por seu caráter supostamente especial em relação a outras

²⁹⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy, LANGUAGE, Frederique. **Sensibilidades na História**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 20.

²⁹⁵ KALIFA, Dominique. **Escribir una historia del imaginario (siglos XIX-XX)** Secuencia: Revista de historia y ciencias sociales. ISSN: 0186-0348, n° 105, 2019, p. 3.

fontes, mas por ser um tipo de testemunho, dotado de suas especificidades, como tantos outros. É justamente desse ponto que partimos para pensar autores e obras literárias nos tópicos seguintes.

5.2 A NARRATIVA DE “AS FAÇANHAS DE PAPST E KINDERMANN”

Passados seis anos da rebelião que tornou Papst e Kindermann duas celebridades nas páginas dos noticiários curitibanos e porto alegrenses, seus nomes voltaram à tona, agora em forma de livro. Pereira e Silva, dois curitibanos vinculados ao Centro Literário Novo Cenáculo, lançaram a novela intitulada “As façanhas de Papst e Kindermann”. Suas intenções são enunciadas, de antemão, em um recado dedicado aos leitores:

Ao publicar a presente novela, não nos invadem desejos de glória ou vaidades futeis. Outro é nosso alvo. Considerando que as letras paranaenses silenciaram há muito era já tempo que algo se fizesse para despertar a nossa literatura dessa letargia em que ora vive. Há tempo que pretendíamos efetuar o que agora convertemos em realidade. Mas acovardávamo-nos ao contemplar a apatia que reina no cenário intelectual de nosso Estado. A conselho de amigos dedicados, criamos coragem, e resolvemos transpor tal barreira. E, ao dar à publicidade esta novela, estamos certos de concorrer, com a fraqueza de nossos esforços, sem orgulho, sem vaidade, sem entono, para o reerguimento do patrimônio intelectual do Paraná (Pereira e Silva, 1937)²⁹⁶.

Em busca de uma solução para referida apatia no cenário intelectual do Paraná, os autores vislumbraram na história de dois “bandidos ilustres”, uma possibilidade narrativa. Tal iniciativa foi possível, inegavelmente, em razão das reportagens estampadas nos jornais curitibanos na década de 1930, que cobriram à exaustão as “façanhas” da dupla. Fonte inesgotável de *fait divers* os periódicos curitibanos, à exemplo de “O dia” e “Gazeta do povo”, tinham papel ativo nas denúncias das mazelas sociais. Não esqueçamos, ainda, da postura de seus repórteres, que perambulavam pela cidade recolhendo notícias atraentes, ao estilo da imprensa da época, para em seguida dar a elas um tom folhetinesco. Não é de se estranhar, portanto, que a vida dos dois estrangeiros tenha despertado nos escritores o desejo de narrá-la literariamente.

²⁹⁶ PEREIRA, Osvaldo Almeida; SILVA, Ivo. **As façanhas de Papst e Kindermann**. Curitiba: A Cruzada, 1937.

É próprio de uma história, conforme afirmou Jacques Rancière, sempre poder ser ou não uma história. Isso porque, é sempre possível atribuir acontecimentos verídicos a sujeitos de ficção ou de substituição, bem como acontecimentos incertos ou fictícios a sujeitos reais²⁹⁷. De fato, os crimes cometidos pela dupla, e suas circunstâncias, parecem ter saído da literatura. Seus personagens excêntricos e a se portar como os dos romances, resultaram em uma história que carregava consigo grande potencial ficcional. Somado a isso, faz-se necessário frisar que, qualquer acontecimento que faça “sacudir” a pacatez de uma cidade como a Curitiba dos anos 1930, desperta a atenção, especialmente por trabalhar com referências muito próximas ao universo dos leitores. Coube aos escritores, portanto, acrescentar suas doses de ficcionalidade, ao fantasiar e dotar de significados a trajetória de Papst e Kindermann no espaço e no tempo. Assim, longe de ser uma biografia, a obra de Pereira e Silva se aproxima mais das narrativas de folhetim ou “romances de sensação”, que se encontra, junto ao “romance policial”, dentre as representações literárias que procuram dar conta dos fatos criminais.

Ao apresentar a estrutura da obra, os autores admitem ter tomado a liberdade de acrescentar “vasto contingente de fantasia”, tendo em vista não ser possível redigir uma obra sobre a vida de Papst e Kindermann “em que somente se relatassem os crimes tão célebres de Curitiba e Porto Alegre”. Por óbvio, por mais que a série de roubos e o protagonismo de uma rebelião constituíssem, inegavelmente, fatos interessantes, não são capazes, por si sós, de preencher o espaço narrativo. No intuito de narrar essas trajetórias, o modo pelo qual os autores encontraram de preencher as lacunas sobre suas vidas foi, de fato, lançando mão de elevadas doses de fantasia. Maniqueísta do começo ao fim ao estabelecer seus caminhos narrativos, os jovens escritores defendem que os criminosos foram vítimas de um sistema governamental atrasado e opressor, que não lhes deu uma alternativa melhor que o caminho do crime.

E assim desenvolvem-se as 225 páginas de “As façanhas”, livro dividido em quatorze partes, e encerrado com um breve “Epílogo”. No ato da leitura é possível perceber que os autores buscaram dividir, a cada título, etapas da vida dos personagens, respeitando certa ordem cronológica no detalhamento dos

²⁹⁷ RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**: Ensaio de poética do saber. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 2.

acontecimentos imaginados – da infância à vida do crime, da prisão à redenção – de maneira a formar capítulos que despertem, ao menos em intenção, certo suspense. Para tanto, alguns capítulos se encerram deixando um gancho para o seguinte, especulando sobre a efetuação, ou não, de certa proeza da dupla para em seguida pontuar frases como: “é o que veremos em capítulos seguintes”. Embora a narrativa ocorra de maneira linear, em cada um dos capítulos o leitor é apresentado as opiniões dos autores sobre a sociedade de seu tempo, momentos em que digressões teóricas, reflexões morais e universais sobre a humanidade e suas inúmeras mazelas sociais, vem à tona.

Ainda que não seja o objetivo dessa análise fazer uma crítica literária, pode-se afirmar, sem receio de cometer qualquer injustiça, que o livro está, sobremaneira, longe de ser uma obra envolvente. Adotando uma linguagem pitoresca, a narrativa, de maneira previsível e até mesmo ingênua, busca dar sentidos à carreira do crime da dupla através da suposição de uma infância dramática e sofrida, permeada pelos horrores da guerra e demais circunstâncias de vida desfavoráveis que os iniciou na arte do roubo.

No decorrer da história, percebe-se uma combinação de elementos ficcionais com pessoas, lugares e situações que efetivamente ocorreram nas cidades de Curitiba e Porto Alegre dos heróis do romance. Personagens “reais” como Rodolfo, João e Marta, apesar de ganharem elementos fantasiosos para compor e justificar suas trajetórias, mantem semelhanças com os episódios vividos, o que poderia causar no leitor, em alguns momentos, o efeito da verossimilhança. Esse efeito é rapidamente desfeito, no entanto, em todas as situações em que essas lacunas, que não foram supridas pelos jornais, como a vida pregressa de Rodolfo e João são apresentadas ao leitor.

A história começa na Europa, momento em que os personagens são apresentados. Rodolfo um camponês de 12 anos, vivia com sua família nos arredores da cidade de Sommering, na Áustria. Já na tenra idade, o menino, apesar de viver na pobreza, era estudioso e tinha pensamentos ousados. O fato de sonhar com melhores condições de vida para si e sua família, o distinguia dos demais habitantes daquela localidade. Na escola, conheceu Marta, a filha de um rico fazendeiro das redondezas, por quem nutriu sentimentos de carinho e amizade. O interesse pela menina rica teve como consequência o julgamento da sociedade que o envolvia. O preconceito que sentia, devido a sua condição de vulnerabilidade econômica de sua família despertou

nele certo “ódio social”. Esse lugar-comum do amor impossível entre um camponês e uma burguesa, reforçando a luta de classes, é o prelúdio da história criada por Osvaldo e Ivo.

Em uma tarde, após saírem da escola, os amigos, entusiasmados em continuar conversando, decidem caminhar por uma floresta. Com o cair da tarde, subitamente foram sequestrados por uma quadrilha que visava extorquir a rica família de Marta Mayer, exigindo um alto preço pelo resgate. As reais intenções dos sequestradores foram desnudadas em conversa, dentro de uma gruta, momento em que Rodolfo, ao escutá-los, perdeu o medo da situação que vivenciava. Pelo contrário, o garoto passou a compreender suas motivações e os considerou bondosos e heroicos, vítimas de um sistema falho e egoísta, perpetuado por pessoas como os pais de Marta. Ao salvá-la desse sequestro, voltaram para casa, ocasião em que se deparou com a gratidão da família Mayer, disposta a recompensá-lo pelos cuidados com sua filha. Para o desconsolo de Marta, a oferta foi recusada, seu amigo não quis aceitar a generosidade dos Mayer e afastou-se dela. Rodolfo manteve na cabeça, contudo, uma ideia fixa: se vingar da sociedade que o desprezava, da mesma forma que desprezava os ladrões que os sequestraram.

O episódio do sequestro nas montanhas não deixa de ter certa semelhança com o bandidismo social, fenômeno que, nas palavras do historiador Eric Hobsbawm, se caracteriza por ser uma forma primitiva de protesto social organizado. O sequestro nas montanhas representou a realidade de alguns camponeses que, vivendo em sociedades em que viam a si próprios como um grupo separado e inferior aos dos ricos, buscavam romper a ordem social. A criminalidade se tornava uma alternativa contra as camadas mais privilegiadas, ainda que, individualmente, seus membros dependessem, em maior ou menor grau, deles. O ressentimento e o desejo de vingança estão implícitos nessa relação:

(...) o bandidismo, como fenômeno social na longa segunda fase de sua história, está relacionado à classe, à riqueza e ao poder nas sociedades camponesas. Referindo-se à situação em sua ilha natal, a Sardenha, no começo do século XX, Antonio Gramsci disse: ‘a luta de classes se confunde com o banditismo, a chantagem, o incêndio premeditado de florestas, a mutilação do gado, o sequestro de mulheres e crianças, os ataques contra repartições municipais’²⁹⁸.

²⁹⁸ HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017, p. 23.

A questão da fome e da miséria justifica não só o ato dos sequestradores, mas provoca inquietações em Rodolfo, um pobre camponês que passou a entender o modo de vida de seus algozes. Ao escutar a conversa dos bandidos na gruta, justificando o roubo como uma forma de atacar à ordem burguesa, e até mesmo a própria sociedade camponesa, o menino encontrou no modo de viver do banditismo a liberdade que tanto almejava. O narrador detalha a insatisfação do protagonista ao perceber, desde muito jovem, que seu destino está vinculado à terra, sem perspectiva de mobilidade social. Sua alternativa e escapismo passará a ser o crime, pois a sociedade que o cerca já está, afinal, toda corrompida.

No capítulo seguinte, “O meio forma o caráter”, é a vez de explorar a o passado de João Papst. A premissa é semelhante: a infância pobre na Alemanha, de camponês injustiçado pelas mazelas sociais, inconformado com a burguesia que explora o trabalho de seus pais. Os autores insistem na dualidade campo-cidade, enfatizando que o esforço produzido pelos trabalhadores rurais “iria parar nas mãos daqueles que nas cidades viviam entre prazeres e gozos...”. Inconformado com tamanhas injustiças sociais, e em busca de uma condição de vida melhor, o garoto aceita ser iniciado por uma quadrilha que o insere como espião no contrabando de mercadorias que realizavam em certo “promontório de Vilne”. Embora confuso sobre participar ou não dessa missão, Papst aceita “tornar-se um foragido da lei”, questionando, afinal, “que lhe importava a opinião pública, se até aquele momento não gozara a vida?”²⁹⁹. No dia da operação, coube ao novato avisar os contrabandistas quando a guarda aduaneira aparecesse. Acuado, foi encontrado pela guarda, e, diante do plano frustrado, se atirou do penhasco no momento do ataque, sumindo pelas águas. Seu paradeiro é prometido pelos autores no próximo capítulo.

O terceiro capítulo se inicia em Saravejo, e descreve o assassinato do arquiduque François-Ferdinand e a condessa Sophie Chotek, em junho de 1914. O acontecimento, que marcou o início da Primeira Guerra Mundial, foi o pano de fundo para longas digressões sobre os horrores da guerra, a vaidade humana, a moral, a religião e a ciência. O acontecimento da guerra, também foi usado pelos autores para relativizar o crime individual, eis que “pune-se o criminoso porque aniquilou uma vida, mas consente-se que milhões de homens se destruam praticando uma catástrofe

²⁹⁹ PEREIRA, Osvaldo Almeida; SILVA, Ivo. **As façanhas de Papst e Kindermann**. Curitiba: A Cruzada, 1937, p.62.

coletiva das mais brutais (...)” No contexto de Berlim, João e Rodolfo são descritos como dois jovens de aproximadamente 16 anos de idade, trabalhando na seção de empacotamento de alimentos em uma fábrica que abastecia as tropas alemãs. Um contou sua triste história para o outro para ao fim perceberem que, além das trajetórias de vida similares, tinham em comum o desejo de servir sua pátria, na busca de dar as suas vidas pelo menos uma ação que enobrecesse seus passados.

No capítulo seguinte, “Dois criminosos em dois continentes”, a guerra terminara e, mal refeitos dos seus estragos e a procura de trabalho, estavam João e Rodolfo. Passando fome e vivendo de esmolas, peregrinavam pela cidade buscando modos de ganhar a vida. A viagem para o Brasil acontece sem maiores explicações, eis que em um “dia magnífico de ridente primavera achavam-se incluídos nos batalhões de emigrantes que se destinavam às nações menos atingidas pelos estragos da guerra”. Em viagem, já ponderavam sobre o labor nos campos não ser suficiente para o conforto que tanto almejavam, razão pela qual passaram a cogitar se estabelecer nos “grandes centros”.

“Em terras brasileiras”, é o título do quinto capítulo. Já a bordo, alguém lhes avisou sobre as riquezas que podiam ser encontradas nas águas do rio Tibagi, no Paraná. Surgem novas digressões dos autores, agora a respeito dos sabores da profissão de garimpeiro, apresentando todos os percalços desse estilo de vida extremamente cruel. Após um acidente decorrente da atividade, vivenciado por João, os amigos decidiram tentar a sorte em uma cidade maior, onde poderiam colocar em prática seus planos de encontrar a riqueza, utilizando meios “inteligentes, uteis, sagazes e de resultados certos”.

O novo meio de ganhar a vida foi apresentado no capítulo seguinte. Ao chegarem na capital paranaense, os ares de um “grande centro”, tão almejado pela dupla, são imediatamente sentidos:

Na orquestra do progresso, executava magnífica sinfonia que extasiava os peregrinos, e a fundo a civilização talhava nela os seus labores e magnitudes do progresso atual³⁰⁰.

³⁰⁰ PEREIRA, Osvaldo Almeida; SILVA, Ivo. **As façanhas de Papst e Kindermann**. Curitiba: A Cruzada, 1937, p. 129.

Logo de início, João, com seus conhecimentos de mecânica, conseguiu trabalhar na Companhia Força e Luz. Rodolfo, por outro lado, enfrentava dificuldades para conseguir um emprego:

A infância ensinara-lhe como o mundo é egoísta e errado e por isso procuraria por meios embora ilegais viver confortável e venturosamente. Assim, sem trabalho e sem dinheiro, faminto e sofredor, recorreria ao roubo, única fonte de renda que lhe mitigaria as fomes materiais e morais que o dominavam. Sabia-lhe os perigos mas enfrentá-los-ia. Antes morrer do que sepultar-se em vida³⁰¹.

Rodolfo tinha em mente um plano, que vinha arquitetando há alguns dias, de assaltar o pagador da estrada de ferro. Para tal intento convenceu João, que acabara de ser demitido, a acompanhá-lo. A cena do assalto se assemelha a descrição feita pelos jornais, à exceção de um detalhe: outro assaltante entrou em cena. Papst e Kindermann planejaram um crime que não empregaria qualquer tipo de violência pois, cansados dos horrores da guerra, suas ações seriam mais brandas, com o único propósito de obter o dinheiro fruto do assalto, sem que houvessem mortes. O outro assaltante, por sua vez, planejou um roubo violento e agiu antes deles. No desenrolar da confusão, a valise de Egydio Pilotto caiu ao chão, momento em que a dupla conseguiu furtá-la. Aproveitaram, assim, o resquício da tentativa desse assalto e fugiram. No dia seguinte, os jornais anunciavam a morte de Pilotto. Essa circunstância, por óbvio, demonstra a primeira tentativa dos romancistas de tentar eximi-los, no plano ficcional, da culpa pela morte de tão estimado cidadão curitibano.

Diante da repercussão do crime, consideraram prudente se afastar da capital paranaense, e assim o capítulo sétimo, “Nas malhas de um amor perjuro”, apresenta o crime de Porto Alegre. Após embarcarem em um confortável pacote, chegam ao novo destino, a capital gaúcha, cujos encantos “absorveram-nos por meses, de tal forma que, enovelados no redemoinho dos gozos citadinos que ela apresenta, se viram de um momento para outro reduzidos a penúria”³⁰².

Sem dinheiro, logo se motivaram a realizar assalto semelhante ao de Curitiba na capital gaúcha, também tendo como alvo o pagador da estrada de ferro. Mais uma vez, as circunstâncias do assalto fizeram com que fossem eximidos de culpa. A

³⁰¹ PEREIRA, Osvaldo Almeida; SILVA, Ivo. **As façanhas de Papst e Kindermann**. Curitiba: A Cruzada, 1937, p. 131.

³⁰² PEREIRA, Osvaldo Almeida; SILVA, Ivo. **As façanhas de Papst e Kindermann**. Curitiba: A Cruzada, 1937, p. 139.

situação ocorreu de modo que, ao arrancaram a maleta das mãos do tesoureiro, foram, logo em seguida, surpreendidos por tiros, ao que fugiram assustados. Assim como havia ocorrido em Curitiba, descobriram no dia seguinte, com os 60 contos em mãos, ao ler os jornais, que o tesoureiro e o sub gerente da estrada de ferro haviam sido assassinados. Ainda que com a consciência aliviada, por não terem sido os responsáveis diretos pelas mortes causadas, o peso de duas vidas perdidas “esmagava-lhes na alma a razão de viver”, razão pela qual juraram que, dali em diante, não se envolveriam mais em tais façanhas. E foi assim que resolveram voltar para Curitiba.

De volta à cidade, Rodolfo se apaixona por uma alemã, esbelta, loira e de olhos azuis, era a jovem Marta. Com o mesmo nome de seu primeiro amor de infância, o rapaz, entusiasmado e apaixonado, confia a ela seus segredos, toda a sua trajetória de vida, marcada por amarguras e crimes. A essa altura, a história romântica fica para trás e se fortalece na narrativa a leviandade e a futilidade da companheira de Kindermann, estigmatizando a mulher que viria a traí-los.

João e Rodolfo haviam voltado a trabalhar com mineração, agora revendendo diamantes do Tibagi, mas seus suados sacrifícios eram em vão, pois todo lucro obtido era gasto com as vaidades de Marta, uma mulher que “deslumbrada pelas sedução da cidade, se convertera em elegantíssima cidadã mundana”. Eles, inocentemente, não desconfiaram dela “mas, sua alma era feminina e, por isso frívola, inconstante e tirânica”. Marta não pestanejou e os delatar para seu outro amante, que conheceu “nos envolventes aspectos da vida noturna de Curitiba”. Esse rapaz, “um esbelto mancebo de aristocrática família paranaense”, escutou de Marta tudo o que era preciso para denunciá-los para a polícia. Rodolfo, desapontado, viu sua amante, uma bela e humilde camponesa, se transformar “na mulher mais vil, torpe e imunda que seus olhos já tinha visto”.³⁰³

O capítulo oitavo, “Nas tramas da Lei”, apresenta, como o próprio nome indica, o reflexo dos crimes no mundo jurídico, a começar pelo lugar onde as questões policiais sempre se iniciam: a delegacia. O público, ansioso por detalhes, rodeava o departamento policial a fim de se inteirar dos pormenores sobre o destino dos dois personagens que se encontravam aprisionados. Os repórteres dos “vários jornais

³⁰³ PEREIRA, Osvaldo Almeida; SILVA, Ivo. **As façanhas de Papst e Kindermann**. Curitiba: A Cruzada, 1937, p. 149.

curitibanos forcejavam energicamente a entrada vedada pelos policiais, a-fim-de dar na edição matutina informações seguras sobre o grande acontecimento criminal”. A partir de então, o romance enfatiza o confronto entre Marta e Rodolfo, e o desapontamento deste ao se defrontar com a mulher que o traiu, arruinando, sobremaneira, seus planos de se tornar um homem honesto:

Verdadeiramente, queriam-lhe destruir por completo os bons sentimentos que nêle começavam a brotar pujantes! Desejara tornar-se honesto e agora que o realizava, prendiam-no! Desejara ser generoso, agora que precipitava a sê-lo tornam-no ciente do perjúrio de Marta!

Na delegacia foram injustamente interrogados, submetidos a torturas cruéis e desumanas, obrigados a confessar crimes que não cometeram. O papel da imprensa é criticado pelo seu olhar apressado sobre os fatos, especialmente ao compará-los “a monstros, feras e selvagens”. Quando o delegado afirmou a João que Rodolfo já confessara a culpa, sentindo-se encurralado, João se abriu e desatou a falar “como tela cinematográfica, lances imaginários do crime que concordavam com os relatos de Marta e da imprensa”³⁰⁴. Ao mesmo tipo de constrangimento fora submetido Rodolfo, mas, inconformado, se negou a assumir a autoria de crimes que não era seus.

O capítulo nove “Em Julgamento”, se propõe a criticar o sistema do Tribunal do Júri, “instituição antiquada, falha, injusta, desleal, ineficiente, mal acabada, imperfeita, parcial, e ao sabor das paixões dos jurados e da eloquência do corpo de acusação e defesa”. Percebe-se, nesse momento, um alinhamento dos autores com a crítica dos positivistas criminológicos, posicionamento que se evidencia com as quase quatro páginas de digressões a respeito da dicotomia leigos *versus* especialistas que pautava o debate a respeito do funcionamento do tribunal. Para os governantes, os jovens escritores apresentam uma sugestão: a criação de um Curso de Julgamento, onde seriam ministradas matérias indispensáveis ao conhecimento das necessidades e caracteres humanos “como ciências psicológicas, sociológicas e morais que ensinassem amplamente tôdas volubilidade e anseios de que é senhora a alma do homem”. Só dessa forma seria possível um Conselho de Sentença composto de jurados severos e rigorosos, e remediados estariam os “ridículos vereditos” dessa

³⁰⁴ PEREIRA, Osvaldo Almeida; SILVA, Ivo. **As façanhas de Papst e Kindermann**. Curitiba: A Cruzada, 1937, p. 163.

época.³⁰⁵ Em seguida, os escritores narram o julgamento de Papst e Kindermann em Curitiba, destacando a curiosidade da cidade e da imprensa para acompanhar seu desfecho, que foi a condenação em 30 anos de prisão.

O capítulo dez trata da revolta na penitenciária, analisada no capítulo terceiro dessa dissertação. A descrição de um dos episódios mais emblemáticos da vida da dupla é narrada detalhadamente, mas não sem antes, como de praxe, os narradores tecerem comentários pessoais sobre o sistema. A penitenciária é apontada como “o instrumento principal das hecatombes sentimentais e das tragédias da sociedade que o mundo contempla”. Inconformados com os maus tratos, com trabalhos pesados e falta de higiene, acordaram na manhã da rebelião dispostos a cumprir o plano de fuga. A narrativa, nesse momento, não se furta de descrever o protagonismo da dupla em tons hercúleos, se assemelhando à dos jornais. Uma diferença, no entanto: na história de Ivo e Osvaldo, Papst e Kindermann escaparam do Ahu.

Conseguiram fugir Rodolfo, João, e mais dois companheiros. Aturdidos e correndo pela floresta, eis que caem aos pés de uma “jovem amazona”, a quem pedem ajuda. A mulher os ajuda, os escondendo em sua residência, a despistar os policiais que os perseguiam. Agradeceram a ela emocionados, e a mulher pediu para que tirassem suas vestes de presidiários e vestissem novos trajes, de fazendeiros, estilo “do tipo tradicional das vastas fazendas da América do Norte”³⁰⁶. A mulher afirma ser Gabriela Martins, cujo pai, Bento Martins, foi morto em Porto Alegre devido a um assalto praticado por dois homens, João e Rodolfo, que não se sabe o sobrenome. Ao perceber que a dupla se sentiu amedrontada, diante de uma descoberta de seus paradeiros, Gabriela os tranquilizou, afirmando que não tem rancor, pois “se roubasteis é por que precisáveis”. Um antigo amigo de seu pai, Antônio, delegado de polícia de Porto Alegre, utilizou o roubo como pretexto para executá-lo. Quando Antônio aparece na casa de Gabriela, a quem buscava noivar, um elemento fantástico entra em cena no romance. O delegado se depara com o fantasma de seu amigo, o acusando de matá-lo e acusar dois homens inocentes por sua morte. Bento, o fantasma, exigiu que Antônio assinasse um papel, assumindo a culpa exclusiva pelos

³⁰⁵ PEREIRA, Osvaldo Almeida; SILVA, Ivo. **As façanhas de Papst e Kindermann**. Curitiba: A Cruzada, 1937, p. 170-173.

³⁰⁶ PEREIRA, Osvaldo Almeida; SILVA, Ivo. **As façanhas de Papst e Kindermann**. Curitiba: A Cruzada, 1937, p. 195.

homicídios na capital gaúcha. Ao sair da casa, é revelado que Rodolfo era o fantasma disfarçado de Bento.

O capítulo final se chama “Finalmente, a felicidade”. Aliviado por ter se livrado da culpa pela morte do assalto em Porto Alegre, Rodolfo volta à casa de sua patroa, Gabriela, “antítese da traidora Marta”, por quem estava apaixonado. A recompensa chega e “o descanso tão almejado e a conquista da felicidade que por tanto tempo lhe fôra negada” ocorre quando Rodolfo e Gabriela se casam. O padrinho dessa união, claro, é o amigo João. Com esse final feliz se encerra a trajetória dos heróis desse romance, Papst e de Kindermann, cujo sentidos para a vida de crimes foi dado desde a mais tenra infância, de modo que tudo conspirasse para o comedimento deles, para enfim, chegarem à redenção.

Ao final do livro um “Epílogo” esclarece a consciência que os autores possuem de que o romance apresentado, de fato, teve pretensões bem cometidas:

A palidez das nossas ideias não permitiu sair como desejamos. Esforços mentais profundos, que a escritores célebres são brincadeiras e puerícias, foram dispensados para que atingíssemos o fim sem um desequilíbrio no desenrolar dos acontecimentos. E os leitores hão de perdoar-nos o não dadivarmos-lhes uma narrativa como estão habituados a ouvir e ler de autores eminentíssimos e contistas célebres. Mas, a novela presente não foi redigida por um motivo de vaidade ou por um desejo de glória. Apenas, como já dissemos no prefácio, moveu-nos, ao iniciar a tarefa, o desejo supremo e digno de oferecer, às letras paranaenses, que parecem agonizantes, a oferta humilde dos nossos esforços e das nossas ideias³⁰⁷.

Ao que tudo indica, a vontade de tirar o Paraná da letargia literária que tanto exclamam, justifica o lançamento de um livro simplório e sem grandes pretensões de estilo e técnica. Antes de seu lançamento, o jornal “O dia” divulgava mensalmente “As façanhas de Papst e Kindermann” em seus anúncios de publicidade, destacando ser uma obra que revelaria uma “concepção nova e profunda sobre o crime.” As notas que o anunciavam, sempre carregadas de entusiasmo, assim o definiam: “Emoção! Aventura! Paixão! Crime! Justiça! Sociologia! Romance! Tudo reunido num só volume.” Em novembro daquele ano de 1937, o anúncio no jornal é o agradecimento dos autores pelo bom acolhimento que o público dispensou à novela, razão pela qual estaria a venda, em breve, a sua segunda edição. Para além da reedição do livro no mesmo ano de seu lançamento, sem acesso ao número de tiragem ou a críticas

³⁰⁷ PEREIRA, Osvaldo Almeida; SILVA, Ivo. **As façanhas de Papst e Kindermann**. Curitiba: A Cruzada, 1937, p. 221.

literárias nos jornais, não é possível concluir se cativou ou não os leitores curitibanos. Ainda assim, é certo que a obra não revolucionou, conforme se pretendia, as letras paranaenses³⁰⁸.

* * *

O livro de Osvaldo Pereira e Ivo Silva, no entanto, é um documento de seu tempo, texto ficcional que tenta trazer à tona o “real vivido”, dialogando com um passado que, aos olhos desses dois jovens escritores, ganha novos significados e interpretações, a partir das suas inquietações sobre o presente. Pensamos, no que diz respeito à racionalidade das explicações ficcionais, ou seja, os modos pelos quais se organiza, se revela e se explica uma realidade histórica e social sobre determinado passado, que há uma indistinção “entre os modos de inteligibilidade apropriados à construção de histórias e aqueles que servem à inteligência dos fenômenos históricos”³⁰⁹. Quando Jacques Rancière reflete sobre o regime de inteligibilidade inerente às narrativas, coloca, em um mesmo regime de sentido, o testemunho e a ficção. E assim, o regime de historicidade não precisa se filiar ao compromisso com o relato da sucessão empírica dos acontecimentos, “do que sucedeu”, como propunha Aristóteles, mas sim se aproximar do fato de que, “a razão das histórias” (inclusive a que os historiadores contam, quando seguem seus rastros) “e as capacidades de agir como agentes históricos andam juntas”³¹⁰.

Não se está a afirmar, de modo algum, que tudo é ficção. O que se pretendeu analisar, é a profunda e permanente conexão entre a história e a historicidade, proposta por Rancière. A análise de uma obra literária possibilita algumas inquietações, especialmente sobre o quanto ela pode demonstrar as condições sociais de sua emergência. Ainda, no caso de “As façanhas”, nos desperta a reflexão sobre como, em seu esforço de se aproximar da história de um crime, escritores

³⁰⁸ A hipótese da repercussão tímida do livro está ligada a falta de críticas literárias publicadas nos outros jornais curitibanos, como *Diário da Tarde* e *Gazeta do Povo*, tanto nos anos 1930 como nas décadas seguintes. As fontes jornalísticas indicam que os escritores, ou o próprio agenciador do livro, eram amigos do colunista do jornal *O dia* e, conforme veremos no próximo tópico, ele tentou alavancar as carreiras literárias de Ivo e Osvaldo. *O dia*. Curitiba, 19 de março de 1937. *O dia*. Curitiba, 23 de março de 1937. *O dia*. Curitiba, 6 de novembro de 1937.

³⁰⁹ RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: EXO Experimental/Editora 34, 2001, p. 53.

³¹⁰ RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: EXO Experimental/Editora 34, 2001, p. 59.

contemporâneos a ele, revelam as sensibilidades de seu tempo. Os horrores da guerra que acompanhavam nos jornais em que atuavam como correspondentes, as instituições jurídicas de seu tempo, a penitenciária como lugar de violência e crueldade, as noções de trabalho, miséria e vício e as percepções sobre a cidade e seu desenvolvimento. Todas essas questões, ali colocadas em 1937, desvelam que, em uma obra literária, podemos encontrar, dentre outras coisas, algumas sensibilidades modernas, que o território de possibilidades que é a ficção proporciona ao trabalho historiográfico.

5.3 OS SOFRIMENTOS DO JOVEM OSVALDO

Em matéria publicada no “O dia”, em 29 de janeiro de 1937, é resumido o discurso de um senhor chamado Alfredo Jacob a respeito de uma novela que o Centro Literário Novo Cenáculo iria lançar no “mundo literário do Paraná”. Apresentado como “bacharel em ciencias comerciais e festejado jornalista, que goza de alto prestígio nos círculos jurídicos de Antonina”, Jacob “um dos membros mais eminentes daquele centro” faz uma defesa apaixonada do novo empreendimento do Novo Cenáculo³¹¹. O livro, já disponível na livraria “Santa Terezinha” e publicado pela editora “A Cruzada” é apresentado como um dos primeiros frutos a nascer dos esforços fecundos em prol do progresso do centro literário.

Em 11 de maio do mesmo ano, uma longa reportagem destaca o lançamento do livro e corporiza seus autores, ao inserir a foto de cada um deles bem ao centro da página do jornal. É evidente a tentativa de emplacar a novela dos jovens escritores, inclusive, heroizando sua força e resiliência em superar as inúmeras dificuldades de quem desejar consagrar-se a “espinhosa profissão das letras”. Ainda, o mérito que se atribui a lançamento do romance não está no valor literário em si, mas na busca por “quebrar a indiferença que reina no campo intelectual do Paraná”. Segundo o jornal, ainda que não sejam grandes astros literários, a dupla tem a seu favor “as noites consumidas em cima dos livros” e, também, “a vontade de romper com as barreiras que abafaram a literatura no Paraná: sarcasmo, indiferença e falta de apoio”³¹².

Aparentemente, Jacob é o agenciador da dupla, razão que justifica, inclusive, o agradecimento que lhe é ofertado na abertura do livro: “À Alfred Jacob, companheiro

³¹¹ **O dia**. Curitiba, 29 de janeiro de 1937.

³¹² **O dia**. Curitiba, 11 de maio de 1937.

infatigável de lutas e dissabores, homenagem sincera dos autores”. Ao apresentar os escritores, defende que, mais do que a história dos célebres penitenciários, a obra “é uma síntese dos resultados políticos e sociais dos vários postulados morais que presidem a vida humana”. Em seguida, passa para a apresentação dos autores:

São eles Osvaldo Almeida Pereira, bastante jovem, com uma cultura obtida á custa de dissabores e amarguras mil, formado na escola do trabalho e das grandes lutas intelectuais, está bastante aparelhado com elementos literários para redigir estupendas obras. Em suma: é um esforçado, um abnegado, cuja cultura foi obtida com o pão amargo do desprezo dos conterrâneos e a hóstia sangrenta das decepções e campanhas difamatórias. Quanto a Ivo Silva, nada direi, porque a obra é a única recomendação que posso apresentar³¹³.

Chama a atenção o fato de Jacó enfatizar as amarguras vividas pelo jovem. Em nota social que parabenizava os aniversariantes da sociedade curitibana, o jornal “O dia” se referiu a Osvaldo como o vice-presidente do centro literário “Novo Cenáculo”, um “batalhador da imprensa local”, e um jovem de “maneiras delicadas e inteligência lúcida”³¹⁴. Mas foi na edição do ano seguinte que foi possível compreender um pouco melhor a trajetória do escritor.

Osvaldo, aparentemente, foi vítima de uma calúnia propagada pelo jornal “Diário da Tarde”³¹⁵ em 1936, a partir de uma reportagem intitulada “Mater Dolorosa!”. Nela, os relatos de Bertha Baugmarth, mãe de uma jovem chamada Luta, denunciam as consequências de um namoro não autorizado de sua filha com Osvaldo, descrito como “dado a frequentar salas de jornaes, a publicar versos, a gosar das imunidades de repórter amador e a desfrutar da classificação de acadêmico”. Diante da oposição da mãe a esse namoro, o jovem escritor é acusado pela sogra de “hábil e maliciosamente” seduzir sua filha, inclusive “ministrando-lhe leituras nocivas”. Diante, e apesar do confronto, a menina e o namorado fogem para a cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, ao encontro do pai para tratar pessoalmente sobre a situação do casamento, visto que a “mater dolorosa” se opunha a ele tenazmente. Bertha vê isso como um rapto e faz a denúncia do ocorrido no Juizado de Menores. Ao voltarem da transtornada viagem, onde oficializaram sua união, são surpreendidos com imbróglios jurídicos, com advogados de Bertha buscando a anulação do casamento. A menina, de volta em terras paranaenses, é internada em um colégio de freiras.

³¹³ **O dia**. Curitiba, 29 de janeiro de 1937.

³¹⁴ **O dia**. Curitiba, 22 de junho de 1935.

³¹⁵ **Diário da Tarde**. Curitiba, 20 de janeiro de 1936.

Com a repercussão da história, Ivo da Silva saiu em defesa da honra do amigo em reportagem ao jornal “O dia”:

Conheço-o há tempos. O primeiro contato com ele foi em Paranaguá. Entretivemos uma longa palestra sobre clássicos e daí fiquei compreendendo que travava relações com um rapaz inteligente e preparado. Como residisse êle em Curityba somente dois anos mais tarde encetamos as relações e tornamo-nos bons amigos. E posso dizer com conhecimento de causa que era e é um rapaz trabalhador, estudioso, cumpridor de seus deverese jungido aos mais elevados principio da moral e educação. Actualmente prepara-se para ingressar na Faculdade de Direito desta capital³¹⁶.

A história foi esclarecida, também, pelo próprio Osvaldo, através de uma longa resposta publicada no jornal “O dia”, intitulada “Como se reconta uma história”, momento em que, com profunda cólera, acusa o “Diário”, afirmando se arrepender de já ter sido colaborador do “jornaleco da rua Murici”. Osvaldo contrapõe a versão de Bertha, que foi amplamente acolhida pelo jornal, agora seu maior inimigo. As ofensas a ele dirigidas o abalam intensamente, como pode-se verificar na seguinte passagem:

Esbraveje, pule, sinta ódio, almeje vingança, não importa. Muitos inescrupulosos gozaram com a minha desventura, sentiram espasmos de riso e absorveram a repugnante reportagem do ‘Diário da Tarde’ de ante ontem. (...)

Na ansia de esgotar edições fabulosas, o jornalista inculto e idiotizado procura meios ignóbeis para agradar o publico e vender milhões de exemplares de seu jornaleco.

E na sua fúria devastadora entram vítimas indefesas e fracas pobres criaturas que cometeram o crime de ter nascido pobres.³¹⁷

Continua apontando as incongruências da história, informando que a sr. Bertha, desejosa de ver sua filha com um homem rico, a ofereceu a outros homens, em viagem ao Rio de Janeiro, mesmo sabendo que a filha estava apaixonada. Ainda, buscando defender seu ponto de vista, indaga ao leitor por que Bertha contratou um advogado para proibir um casamento que era necessário “perante a opinião pública”. Diante de tantas nuances nessa história de amor, afirma:

Um novellista em busca de these impressionante para a sua obra culminante de ficção, dificilmente encontraria material mais oportuno para alimentar a emoção dos seus leitores’ ao contemplar as atitudes repelentes do ‘Diário da Tarde’.³¹⁸

³¹⁶ O dia. Curitiba, 22 de janeiro de 1936.

³¹⁷ O dia. Curitiba, 23 de janeiro de 1936.

³¹⁸ O dia. Curitiba, 22 de janeiro de 1936.

Talvez tenha sido o próprio Osvaldo o novelista inspirado pelos infortúnios da sua vida. O sofrimento vivenciado e a luta por escapar de um destino cruel, permeado por difamações, seria uma versão de si mesmo, seu “alter-ego”? Quem sabe, na tentativa de dar vida ao seu personagem, Osvaldo os pintou com as tintas carregadas de sua história pessoal.

Em “As façanhas...”, Rodolfo, uma criança inteligente e dedicada aos estudos, se sentia desprezado na escola em que estudava, “onde a maioria dos alunos se compunha de filhos de fazendeiros abastados que ali os preparavam para os encaminhar aos liceus da capital”³¹⁹. Através do relato de Ivo da Silva no jornal, pode-se inferir que Osvaldo talvez morasse em Paranaguá, e que tenha se mudado para Curitiba para estudar, em busca de oportunidades melhores. Viver da palavra escrita não era nada fácil, ainda mais para um jovem rapaz vindo de uma cidade pequena, e foi para o jornalismo que se dirigiu o jovem Osvaldo, assim como a maior parte dos homens de letras, no país, na virada do século³²⁰.

Quanto ao amor de Rodolfo pela menina Marta, é onde o protagonista encontra a redenção. Marta diz entender o desprezo que sente pela sociedade que o zomba, por ser pobre. A questão de sua posição social é tema levado à exaustão ao longo do livro, bem como a sede de vingança contra uma sociedade que o humilha e despreza. Ainda, Rodolfo e João não são culpados pelos crimes a eles associados. Pelo contrário, são vítimas, não só do falho sistema social, que os fez virar criminosos, mas também das campanhas infames publicadas nos jornais, bem como pelo aparato jurídico falho. As leis, tornam-se, “nas mãos de indivíduos arbitrários e inconsequentes, espantinho das turbamultas, inquietude dos cidadãos e desgraça dos povos”³²¹.

Ao final da história, o amor vence, e Rodolfo pode viver as glórias de uma união feliz com a mulher amada, Gabriela, após ter desmascarado Antônio, quem de fato matou o pai de sua esposa, e, conseqüentemente, o fez pagar por essa culpa, sob os jugos da lei. Ao final do livro, a lição:

³¹⁹ PEREIRA, Osvaldo Almeida; SILVA, Ivo. **As façanhas de Papst e Kindermann**. Curitiba: A Cruzada, 1937, p. 27.

³²⁰ SÜSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de letras**: literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 74.

³²¹ PEREIRA, Osvaldo Almeida; SILVA, Ivo. **As façanhas de Papst e Kindermann**. Curitiba: A Cruzada, 1937, p. 151.

E aí fica o exemplo vivíssimo de quanto erradas se acham as leis sociais. Urge, pois, modifica-las e moldá-las de acordo com as almas e os corações, compulsando sentimentos, estudando psicoses, analisando paixões e observando costumes³²².

O estilo dramático e as questões morais estão presentes, também, na reportagem em que buscar resgatar sua honra:

O amor não conhece barreiras: mais forte que a lei, mais poderoso que a força bruta, mais possante que a morte, só respeita os seus próprios desígnios, e cresce, e avoluma-se, e toma proporções assustadoras, e diviniza-se no além³²³.

A história de amor de Osvaldo, na vida real, parece ter prosperado, pois seguiu casado com a sr. Yuta Rauert Pereira³²⁴. Apesar de toda indisposição que viveu com o “Diário da Tarde”, Osvaldo voltou a escrever como jornalista e aparecer nas notas sociais do jornal alguns anos depois, sendo bastante aclamado como jornalista, motivo de orgulho para o periódico:

(...) nosso colaborador e amigo, que de há muito vem emprestando o valor da sua capacidade intelectual e jornalística a essa folha, tendo se sobressaído de maneira impar quer como comentarista político internacional, quer como novellista, abordando com arrebatamento indescritíveis fatos reais ocorridos na Capital do país e enviados com inteira exclusividade para o ‘Diário da Tarde’, quer como crítico da administração pública... (...) Colaborando em diversos jornais brasileiros e outros órgãos da imprensa exterior, S.S se impôs no conceito da legião jornalística que constitui sentinela avançada e indormida na defesa da liberdade e expressão do livre pensamento³²⁵.

O tom idealista de quando mais jovem, permaneceu. Pereira elucubra sobre moralidade, ética, catástrofes naturais, a Europa pós guerra, a Guerra Fria, a corrida espacial, e faz duras críticas ao capitalismo e aos nacionalismos³²⁶. Osvaldo também escrevia para o vespertino carioca “A vanguarda” e “Folha do Brasil”³²⁷ tendo se tornado um jornalista de renome, vivenciando as transformações do jornalismo brasileiro na década de 1950, profundamente ligado ao modelo norte-americano. Chegou a ser, inclusive, credenciado junto ao Itamarati³²⁸. Viajou para Detroit, nos

³²² PEREIRA, Osvaldo Almeida; SILVA, Ivo. **As façanhas de Papst e Kindermann**. Curitiba: A Cruzada, 1937, p. 224.

³²³ **O dia**. Curitiba, 23 de janeiro de 1936.

³²⁴ **Diário da tarde**. Curitiba, 23 de setembro de 1955.

³²⁵ **Diário da Tarde**. Curitiba, 22 de junho de 1956.

³²⁶ **Diário da Tarde**. Curitiba, 22 de junho de 1952; 24 de junho de 1953 e 28 de fevereiro de 1955.

³²⁷ **Diário da Tarde**. Curitiba, 2 de setembro de 1955.

³²⁸ **Diário da Tarde**. Curitiba, 13 de março de 1956.

Estados Unidos, em agosto de 1956, de onde continuou a enviar textos sobre política externa para o jornal.

5.4 UM CRIME QUE REVIVE: AS CORRESPONDÊNCIAS PERDIDAS

Curiosamente, uma nota anuncia, em 26 de junho de 1956, o seguinte: “Revivendo a morte do sr. Egidio Pilotto. Correspondência inédita de Papst e Kindermann será divulgada pelo “Diário da Tarde”. O jornal promete uma divulgação de correspondências íntimas – cartas e bilhetes - entre os dois assassinos de Pilotto, que estariam em posse de Osvaldo Pereira³²⁹. No dia seguinte, como prometido, a manchete anunciava em letras garrafais, na primeira página do jornal: “Kindermann teve suas palavras cortadas pela foice da morte!”. A reportagem ressalta que o crime “ainda está bem presente no espírito do nosso povo, apesar de decorridos longos anos”³³⁰. Após fazer um breve resumo sobre os crimes da dupla, informou que em breve Papst deverá ir para Curitiba para cumprir sentença de 17 anos de reclusão. Ainda, citam o livro “Papst e Kindermann” de Osvaldo e Ivo, que, com suas duas edições esgotadas, deu origem a uma troca de correspondência entre os acusados e os escritores, e, conseqüentemente, a edição de um novo livro chamada “Almas redentoras”. Em seguida, é publicada a carta, enviada por Kindermann, saudando os escritores pela publicação da obra, e, afirmando que ainda terá a honra de trabalhar com eles na obra da pura verdade.

O objetivo da iniciativa é justificado pela vontade de Pereira de apresentar o lado humano dessa história, afirmando que essas cartas “muito significam para os estudiosos do caráter de um homem”. As publicações, contudo, se encerraram. O tom das cartas e todo o sensacionalismo que envolveram o fato parece fazer parte de uma estratégia para causar certa curiosidade no público leitor a respeito de uma nova obra literária. Embora tenha se consagrado em sua carreira como jornalista, Osvaldo não desistiu de dar um novo fôlego para a história de Papst e Kindermann. Em 23 de março de 1957, o Diário publica nota informando que o Centro Literário Novo Cenáculo que em breve publicará um novo livro, um “sensacional romance sociológico” de autoria de Ivo Silva e Osvaldo Pereira. O jornal já antecipa, que em razão de sua semelhança

³²⁹ **Diário da Tarde**. Curitiba, 26 de junho de 1956

³³⁰ **Diário da Tarde**. Curitiba, 27 de junho de 1956.

com o romance “Papst e Kindermann” essa obra terá outro nome: “Almas Redentoras”. Segundo a nota, os autores “não pouparam esforços para corresponder herculeamente as exigências da literatura contemporânea”³³¹.

5.5 VALÊNCIO XAVIER E “GÂNGSTERES NUM PAÍS TROPICAL”

O escritor Valêncio Xavier é um nome de destaque da literatura experimental brasileira. Paulistano radicado em Curitiba, é autor de títulos como “O mez da Grippe” e “Minha mãe morrendo”. Mas foi em seu penúltimo livro, “Crimes à moda antiga”, publicado em 2004 pela Publifolha, que os nomes de Papst e Kindermann voltariam a circular literariamente. Na capa do livro, logo abaixo do título, inscreve-se o termo “Contos Verdade”, indicando o gênero literário proposto pelo autor. Em entrevista ao *site* “Mondo Bacana”, em 2008, Xavier explicou que os oito contos do volume são baseados em histórias verídicas, extraídas de jornais e periódicos que encontrou em suas pesquisas junto ao Arquivo Oficial do Estado de São Paulo e nas Bibliotecas Públicas de São Paulo e Curitiba³³².

O livro é a reunião de relatos de assassinatos, mais precisamente oito, ocorridos no Brasil no início do século XX, entre 1906 e 1930. Dentro os crimes narrados, se encontram “Mala Sinistra” e “A noiva não manchada de sangue”, conhecidos, respectivamente como “Crime da mala” e “Crime da Galeria de Cristal”, como foram chamados pelos jornais da época, bem documentados no último livro do historiador Boris Fausto³³³. Os episódios ocorrem, em sua maioria, em São Paulo e no Rio de Janeiro, de modo que a história de Papst e Kindermann, a última do livro, é uma exceção ao apresentar as cidades de Curitiba e Porto Alegre.

Os espaços retratados no livro são todos urbanos, e as histórias buscam explorar o fascínio e as tensões causadas em decorrência dessa modernidade incipiente nesses espaços citadinos. O experimentalismo, característica marcante em sua obra, cria uma narrativa que mescla fragmentos discursivos do cotidiano com

³³¹ **Diário da tarde**. Curitiba, 23 de março de 1957.

³³² ALVES, Allan Luiz Ramos. **Valêncio Xavier, o Frankenstein de Curitiba**: Rastros e formas da violência no Brasil. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2017. p. 66.

³³³ FAUSTO, Boris. **O crime da Galeria de Cristal e os dois crimes da mala, São Paulo, 1908-1928**. Companhia das letras, 2019.

material publicitário, jornalístico e fotografias, dentre outras formas de linguagem³³⁴. Para os fins dessa pesquisa, iremos focar somente no último conto, chamado “Gângsteres num país tropical”, onde Valêncio apresenta a dupla Papst e Kindermann, usando como fonte os jornais curitibanos e porto alegrenses da década de 1930.

O conto, logo em seu início, resume o crime que matou Egydio Pilotto. Curitiba é apresentada como uma cidade pacata mas “com pouco mais de 100 mil habitantes e cerca de 1000 automóveis”, um sutil indicativo de que a cidade apresentava alguns elementos que a tornavam, relativamente, moderna. Após a explanação do crime, que se mantém fiel as narrativas dos jornais à época, Xavier aponta aquilo que seria uma das primeiras excepcionalidades do caso:

A polícia paranaense nunca se vira às voltas com um crime assim: um latrocínio planejado nos mínimos detalhes, com utilização de armas de fogo, furto de automóvel e sem que os criminosos deixassem qualquer pista, parecendo obra de quadrilha organizada³³⁵.

Em seguida o leitor é apresentado ao crime de Porto Alegre, que contém os mesmos elementos cinematográficos que o de Curitiba: roubo de automóveis, armas de fogo, violência e até mesmo um bandido com aparência de “galã de cinema”.³³⁶ Quanto ao paradeiro dos assaltantes, não havia respostas, mas a repercussão nacional dos crimes fez com que a polícia dos dois estados trocassem informações por telégrafo e chegasse a conclusão de que a mesma quadrilha fizera os dois assaltos. Sobre a busca pelos suspeitos, Valêncio insere uma informação nova para compor a sua trama: o encontro de um repórter gaúcho do jornal “Correio do Povo” com uma cartomante chamada Rosa Angliosi. Ao deitar as cartas na mesa, a mulher revela ao repórter que os assaltantes que mataram e roubaram os dois homens da estrada de ferro, fizeram o mesmo em Curitiba. Por fim, encerrou sua predição afirmando que em dois meses eles seriam presos.

Em março de 1931, quando as polícias dos dois estados quase perdiam as esperanças de encontraram os culpados pelos crimes que abalaram suas cidades, a

³³⁴ SILVA, Rodrigo Vieira da. **As cidades mutantes de Valêncio Xavier**: Espaço urbano e memória em minha mãe morrendo e o menino mentido e crimes à moda antiga. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Estadual da Paraíba, 2016. p. 17.

³³⁵ XAVIER, Valêncio. **Crimes à moda antiga**. São Paulo: Publifolha, 2004. p. 158.

³³⁶ O jornal *O dia*, nos dias que sucederam a rebelião da penitenciária, se esmera em destacar a beleza física de Kindermann, comparando-o ao galã de cinema, Rodolpho Valentino. *O dia*. Curitiba. 23 de maio de 1931.

delegacia de Curitiba foi surpreendida com o contato de um “conhecido e rico futebolista” informando ter recebido a ligação de uma mulher “com sotaque estrangeiro”. A pivô da denúncia era Martha, a namorada alemã, a quem Kindermann havia confidenciado seus segredos. A partir de então, se inicia aquilo que o autor intitulou de “A proeza policial”. Em 10 de março de 1931, o delegado Miguel Zacarias cerca a casa nº 90 da rua Sete de Setembro e prende o húngaro “Rudolph” Kindermann e o alemão João Papst. Cumpre apontar que as fontes que permitiram que Valêncio Xavier produzisse esse relato, ao que tudo indica, foram exclusivamente os periódicos, que frequentemente confundiam essas informações. A nacionalidade da dupla, assim como a grafia de seus nomes, não corresponde aquela informada pelos próprios acusados e que constam nos arquivos do poder judiciário.

A partir a identificação e a prisão dos acusados, o autor parte para a “mulher misteriosa”. Martha é descrita por Valêncio em detalhes, desde a cor do cabelo, ao tamanho do busto. O autor insere alta dose de licença poética para descrever sua pele, corpo, roupa e até modos de se portar na delegacia de polícia. Quando se refere a traição de Martha e a confissão de Papst na delegacia, o autor mescla a narrativa jornalística com outros elementos que preenchem as lacunas de seus relatos, como diálogos dramáticos, tornando o texto mais atrativo para o leitor.

Com o desvendamento do caso, os dois criminosos são recolhidos na Penitenciária do Ahu, onde, na manhã de 17 de maio de 1931, são apontados como “os cabeças do motim” ao liderar uma rebelião, encorajando mais de 100 presidiários a pegar em armas e empreender uma luta contra os guardas, objetivando a fuga. A grandiosidade do episódio foi reforçada, uma vez que a luta interna no pátio “obrigaria todas as forças policiais da cidade a cercarem a Penitenciária, em auxílio dos guardas”. A sequência dos acontecimentos daquela manhã recebeu uma atenção especial, além da cobertura da imprensa local:

A revolta aconteceu num domingo e, no mesmo dia, nas edições extras dos jornais estava anúncio do Cinema Palácio sobre a exibição no próximo domingo do filme norte-americano “A revolta no Presídio”, com Wallace Berry. No anúncio, informam que, se um filme estimula a prática de determinados atos, por outro previne a quem tem obrigação de zelar pela lei. João Batista Groff, cinegrafista e proprietário da Groff Filmes, age mais rápido: na quarta-feira já está projetando nas telas do Palácio um documentário sobre a revolta no Presídio do Ahu, com cenas de Martha, os estragos feitos pelos presos, os mortos, Kindermann ferido em sua cela³³⁷.

³³⁷ XAVIER, Valêncio. **Crimes à moda antiga**. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 175.

O fator cinematográfico, sem dúvidas, reforça o caráter ficcional da história da dupla. A rebelião no presídio desperta o desejo da imprensa de esmiuçar a vida dos dois bandidos. Um desses detalhes, inclusive, aparece na narrativa de Valêncio com o título “No cubículo de Kindermann”, exatamente o mesmo título que lhe conferiu o jornal “O dia”, na manhã seguinte a tragédia na penitenciária. O evento, um tanto quanto inusitado, é o relato do repórter do periódico, que ao adentrar no presídio, encontra Kindermann ferido, gemendo de dor, e na parede de sua cela repara em um desenho, seu auto-retrato vestindo a roupa azul listrada de presidiário, abraçando Martha com os dizeres, em alemão: “O epílogo de um amor”.

O final da história narrado por Valêncio busca superar algumas lacunas sobre um caso que, embora tenha repercutido na opinião pública, não teve seu desfecho tão imediato, devido ao tempo dos trâmites processuais, que envolviam - cabe salientar - o poder judiciário de duas cidades. O último tópico, “O Epílogo”, narra brevemente o destino dos personagens. Quanto a Martha, seu amigo desportista faz uma campanha para que a colônia alemã em Curitiba colete dinheiro para mandá-la de volta para Alemanha, onde ficaria segura e longe de qualquer ameaça dos bandidos com quem se envolveu. No que diz respeito ao tão esperado julgamento da dupla, após a condenação em Curitiba, quando recebem a pena máxima, o acerto de contas com a justiça não se encerra, pois foram levados para Porto Alegre, onde iriam aguardar o julgamento pelo assalto lá cometido. Kindermann morre na prisão devido a uma epidemia de tifo, e, sem saber ao certo o destino de seu amigo, Valêncio conclui que era lá que “Papst morreria de doença algum tempo depois”³³⁸.

* * *

A história de Papst e Kindermann recontada em um livro publicado por Valêncio Xavier, quase 100 anos após o acontecimento, é mais um exemplo de como a memória pode ser reelaborada, ou “devorada”, termo utilizado pelo historiador Cláudio Pereira Elmir, quando se refere as apropriações discursivas dos crimes da Rua do Arvoredo, na Porto Alegre dos tempos do Império³³⁹. Das diferentes narrativas

³³⁸ XAVIER, Valêncio. **Crimes à moda antiga**. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 175.

³³⁹ ELMIR, Claudio Pereira. **A história devorada**: Nos rastros dos crimes da Rua do Arvoredo. Porto Alegre: Escritos, 2004.

produzidas sobre suas vidas e seus crimes, a de Xavier é mais uma, que demonstra o especial interesse pelo fato. A dissertação que agora se encerra, buscou, também, chegar mais perto desses acontecimentos, mas por meio do trabalho historiográfico. Assim, o capítulo final pretendeu analisar uma outra forma de discurso, o literário, para que fosse possível trabalhar com as versões que representam esses crimes e suas nuances, sem reivindicar seu caráter de verdade que, temos como certo, não é possível obter nem sobre o ponto de vista da história como disciplina.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relatório enviado por Ascânio de Abreu ao Chefe de Polícia do Estado do Paraná, no ano de 1918, o diretor afirmara que, apesar das medidas de precaução tomadas “quando irrompeu nesta Capital a terrível pandemia que tantas e tão preciosas vidas ceifou, não ficou indemne este Estabelecimento da contaminação do mal”³⁴⁰. Naquele ano de 1917, um surto de febre tifoide atingiu Curitiba, situação que resultou, dentro do presídio do Ahu, em 38 reclusos na enfermaria, sendo duas as mortes computadas. Após 20 anos, em 1937, nosso personagem Rodolpho Kindermann morreu, acometido pelo mesmo mal, dentro da Casa de Detenção de Porto Alegre. No momento em que escrevo essas linhas, entidades brasileiras apresentaram à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Organização dos Estados Americanos (OEA) uma denúncia apontando a má gestão dos presídios brasileiros durante a pandemia de covid-19.³⁴¹ Por óbvio, pessoas vivendo amontoadas em um espaço fechado e insalubre, com o alastramento descontrolado de um vírus, legítima graves violações de direitos, evidenciando a necropolítica perpetuada pelo sistema carcerário no país³⁴².

Quem sabe, durante os quase 30 anos em que estive à frente da direção da penitenciária do Ahu, Ascânio tenha acreditado, de fato, na possibilidade de uma cadeia que educa e regenera, embasado no que havia de mais moderno e científico, conforme preconizavam os códigos e regulamentos que, o bem intencionado diretor, acreditava ser viável implementar no cotidiano carcerário da capital paranaense. As suas queixas nos relatórios oficiais e o episódio da rebelião de 1931, não deixam de evidenciar o descompasso entre o almejado e o executado, revelando, à revelia de seus entusiastas, a ineficiência da prisão para aquilo que ela prometia servir.

³⁴⁰ Relatório apresentado ao Chefe de Polícia do Paraná pelo Diretor da Penitenciária, pelo Diretor da Penitenciária do Ahu, Major Ascanio Ferreira de Abreu, 1918.

³⁴¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/23/brasil-e-denunciado-na-onu-e-oea-por-avanco-da-covid-19-nos-presidios.htm>. Acesso em 29/07/2020.

³⁴² Necropolítica é um termo criado por Achille Mbembe, filósofo camaronês, historiador e cientista político, que significa, literalmente, política de morte. Mbembe cria o conceito inspirado por Michel Foucault, com a biopolítica. O termo se refere ao poder do Estado de “fazer viver e deixar morrer”, situações que vêm sendo observadas, principalmente, através do descaso do governo com as populações mais vulneráveis, como mulheres, negros, indígenas e presidiários. Ver: MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

Hoje, em 2020, cá estamos, enfrentando os mesmos problemas, mas de forma consideravelmente potencializada. A política do encarceramento em massa não resultou na diminuição da violência e a política criminal vigente viola, diariamente, os Direitos Humanos. São inúmeros os casos de rebeliões, mortes, massacres e fugas em presídios brasileiros. Passamos a nos familiarizar com essas notícias, como se fossem algo dado, uma recorrência natural e intrínseca ao tão prostrado cotidiano prisional. Que a prisão não cumpre sua função ressocializadora já se mostrou evidente, mas nossa sociedade ainda reluta em pensar em saídas alternativas, uma vez que, embora admitamos seu fracasso, não imaginamos um mundo sem sua presença. Ela é, conforme já preconizava Michel Foucault, a detestável solução, de que não se pode abrir mão³⁴³.

Foi a partir de uma experiência dentro de uma prisão, mais precisamente uma daquelas que mais assinala o problema da cultura punitiva - a rebelião - que nasceu a presente dissertação. Em meados de 2017 eu tinha em mãos, a partir da pesquisa de doutorado de Clóvis Gruner, a informação da existência de uma história curiosa: dois imigrantes que lideraram a primeira rebelião no presídio do Ahu no ano de 1931. A partir da excentricidade do episódio e dos perfis inusitados dos personagens, me propus a investigar, mais detalhadamente, essas vidas e suas interações no contexto de duas incipientes capitais do sul do país. Me veio à mente que, no turbilhão de novos sentimentos e impressões que moldavam as experiências do período, a vida de dois bandidos estrangeiros poderia revelar algumas especificidades interessantes.

Quando me propus a escrever essa história, embarquei em alguns desafios que, bem da verdade, para uma historiadora soam mais como um deleite. O primeiro deles foi definir as rotas de trabalho e as escolhas metodológicas que pautariam o trânsito entre os arquivos das duas cidades em busca das trajetórias dos meus personagens. Em seguida, selecionadas as fontes, foi preciso interrogá-las, afinal, como lembra Paul Ricoeur, nos arquivos o historiador profissional é um leitor, e rastro, documento e pergunta formam o tripé de todo conhecimento histórico.³⁴⁴ O objetivo da imersão nos arquivos se pautava em selecionar um conjunto de fontes que pudesse conversar entre si, e assim formasse um *corpus* coerente, que fizesse jus a história que se pretendeu contar. Para tanto, o desafio foi manipular uma série de discursos

³⁴³ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 224.

³⁴⁴ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: UNICAMP, 2010, p.176-189.

distintos sobre um mesmo acontecimento, eis que a polissemia de vozes que abordavam esse passado era ampla e diversa.

Em um primeiro momento, busquei “reconstruir os cenários” de Curitiba e Porto Alegre, duas capitais que viviam, nas primeiras décadas do século XX, mudanças urbanísticas empreendidas por uma elite republicana que se pretendia moderna e civilizada. O passado colonial e monárquico havia ficado para trás, e as preocupações se voltavam para o embelezamento de suas ruas, anseio que esbarrava, contudo, em problemas próprios de uma cidade em crescimento. E assim foram eleitos os inimigos da *urbs*: pessoas, lugares e comportamentos, que representassem quaisquer tipos de vícios que se opusessem à moral estabelecida (criminalidade, prostituição, embriaguez, jogos). Buscando frear as experiências exóticas do submundo, havia uma vontade de imposição de ordem por parte das autoridades, verificada na profusão de leis, códigos e regulamentos que buscavam disciplinar qualquer comportamento tido como transgressor.

Mas como buscar esse passado? Onde encontrar fragmentos daquilo que pudesse recompô-lo? O tema não constitui uma novidade na historiografia e foram vários os trabalhos que trouxeram à tona a formação de uma modernidade urbana que convivia com as inconvenientes ameaças a ordem social na *Belle Époque* dessas cidades. Procurei, no primeiro capítulo, fazer algo semelhante, e assim apresentei as duas cidades através de uma bricolagem de fontes (jornais, códigos policiais, documentos públicos de caráter mais geral, revistas ilustradas e crônicas) visando demonstrar como se deu a proliferação de discursos sobre os espaços e personagens de exclusão que habitavam o imaginário social do período estudado. O diferencial que supus incorporar nessa pesquisa foi abordar esses temas a partir de dois personagens específicos. E foi assim que João Papst e Rodolpho Kindermann foram apresentados, logo de início, para contextualizar tudo que seria escrito em seguida. Duas personalidades que, inseridas no contexto dessas cidades e suas angústias modernas, revelaram um pouco de seu funcionamento social e me abriram algumas portas para pensar nas representações que as guiam.

Busquei adentrar nas trajetórias delitivas de dois imigrantes europeus e suas vidas tumultuadas para acessar os rituais, as tradições e as práticas de criminologia e justiça daquele tempo. Para entender como o tema do crime e da segurança pública adquirira relevância, foi necessário perceber como esses discursos reverberavam. As contradições e dissabores enfrentados pelas autoridades locais das duas cidades

aparecem nos relatórios de chefes de polícia, delegados e diretor da penitenciária aos chefes de estado, além da imprensa periódica, que não media esforços para denunciar a fragilidade do policiamento urbano das cidades. O papel da imprensa foi decisivo. Procurei, assim, realçar a função do jornal na construção desse imaginário dos *bas-fond* e a combinação entre ela e a opinião pública, como fonte riquíssima para discutir esse universo.

Essa pesquisa não seria a mesma sem o encontro de uma fonte valiosa: o processo judicial nº 2537 de Porto Alegre. Em uma entrevista concedida no “III Simpósio Nacional de História do Crime”, da Polícia e Justiça Criminal, o historiador Marcos Bretas afirmou que o que você menos lê em um processo criminal é sobre o acontecimento em si, sobre o crime³⁴⁵. Quando folheei as páginas desgastadas e amareladas do processo-crime nº 265 no Arquivo Público do Rio Grande do Sul pude, de fato, perceber isso. Foi observando a sequência dos depoimentos das testemunhas e réus que encontrei uma riqueza enorme de detalhes outros, que perpassam essa dimensão do crime. Através das palavras dos pais de Papst, cheguei mais perto de compreender como era a vida de um imigrante europeu, suas domesticidades, religiosidade, rituais e redes de sociabilidade com outros imigrantes, por exemplo. O processo trouxe para esse trabalho, além da análise do crime, um pouco sobre os valores e normas sociais presentes nas vidas desses grupos sociais.

Para além do processo judicial, que sem dúvidas desvela muitas nuances do aparato jurídico de sua época, o encontro de livros e revistas jurídicas do Rio Grande do Sul que publicaram, na íntegra, a atuação da acusação, no julgamento de João Papst e, da defesa, no julgamento de seus pais, foi fundamental para ilustrar as vicissitudes do Tribunal do Júri e as influências que a imprensa, com seus arroubos de sensacionalismo, lhe causavam. Essas fontes possibilitaram trabalhar mais detalhadamente os discursos de promotores públicos e advogados e, assim, adentrar no universo das instituições jurídicas republicanas.

Um aspecto interessante sobre a imprensa periódica, que possibilitou ao crime uma inserção no mundo ficcional, foi explorado no último capítulo, com a vida de desventuras da dupla virando literatura. Interrogar as apropriações discursivas dos crimes de Papst e Kindermann, possibilitou discutir o efeito de real causado pela

³⁴⁵ AEDOS. **Revista do corpo discente do PPG** - História da UFRGS. História e crime – O crime na História: Entrevista realizada com o Historiador Doutor Marcos Luz Bretas. Porto Alegre, v.9, n.20, p. 622-637, Ago. 2017, p.637.

ficcionalização de suas histórias de vida, razão pela qual, propositalmente, essa análise foi deixada para o final. Busquei compreender como pensavam, como interpretavam o mundo e lhe conferiam significado os escritores curitibanos que optaram por narrar essa história. Tais literatos, movidos pelo fascínio, temores, ansiedades, e até mesmo nostalgias de uma cidade e de um tempo de outrora, imprimiram nas páginas de um romance, e de um livro de contos, suas impressões.

Apresentei aqui, portanto, os rastros que procurei seguir. Vidas infames, mas dotadas de um imaginário exuberante que, embora não seja o real, nos convém, nas palavras de Dominique Kalifa, analisar como as representações que o compõe são percebidas, interpretadas, formuladas e reformuladas.³⁴⁶ Pelos caminhos sedutores da história cultural e social do crime, entendi ser possível resgatar alguns desses imaginários. Espero que essa pesquisa possa ter contribuído, de alguma forma, para o estudo sobre questões relacionadas ao crime e a delinquência e seus diálogos com os saberes jurídicos, imprensa e literatura. O que acredito ter oferecido foi parte de uma investigação que pode ter uma infinidade de aspectos a serem explorados, escancarando novas possibilidades de leitura e análises críticas, uma vez que os caminhos da pesquisa estão sempre em aberto.

Ademais, Papst e Kindermann habitaram um outro espaço-tempo, já muito distante de nós, e não cabe aqui julgá-los, o que já fez a justiça de seu tempo. O que chamo a atenção, por fim, é para o fato de que, premissas semelhantes aos discursos que envolveram suas trajetórias, ainda nos rodeiam. Velhas soluções para os mesmos problemas insistem em permanecer. A pesquisa historiográfica ilumina essas questões quando se propõe a investigar o passado, momento em que se revelam alguns processos de permanências e rupturas. Alguns deles, dialogam com o presente e insistem em se perpetuar. É o caso do malogrado poder punitivo neoliberal, a política de encarceramento em massa e sua consequente exclusão social. Foi pensando nessa categoria de excluídos da história – os presidiários – cujas vidas envolvem estigmas, muros e resistências, que escrevi, e agora encerro a presente pesquisa.

³⁴⁶ KALIFA, Dominique. **A tinta e o sangue: Narrativas sobre crimes e a sociedade na Belle Époque**. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 467.

FONTES

a. Processo Judicial

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Registro n° 2537, 1931.

b. Registro de identificação criminal

Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. Registro de identificação criminal n° 2094, 1931.

c. Periódicos

Jornais (Por ano pesquisado)

A Federação. Porto Alegre, 1901-1911

A República. Curitiba, 1901- 1910

O dia. Curitiba, 1926-1937

Correio do Povo. Porto Alegre, 1931

Diário da Tarde. Curitiba, 1900-1957

Gazeta do Povo. Curitiba, 1931.

Revistas

AEDOS. Revista do corpo discente do PPG - História da UFRGS. História e crime

Justiça. v. XIII. Porto Alegre, 1938

Revista USP, São Paulo, Ano VI, n. 10, p. 105-128, 2015.

d. Relatórios administrativos

Relatório apresentado ao Chefe de Polícia do Paraná, pelo delegado de Polícia. Curitiba, 31 de dezembro de 1920.

Relatório do Convenio Policial Brasileiro reunido em S. Paulo. São Paulo, 11 de abril de 1912.

Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Secretário de Interior, Justiça e Instrução Pública. Curitiba, 31 de dezembro de 1904.

Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Procurador Geral da Justiça Interino. Curitiba, 31 de dezembro de 1914.

Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Procurador Geral da Justiça. Curitiba, 31 de dezembro de 1910.

Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Secretário de Estado, dos negócios de Obras Públicas e Colonização. Curitiba, 31 de dezembro de 1908.

Relatório apresentado ao Secretário de Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Chefe de Polícia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1909.

Relatório apresentado ao Secretário de Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Chefe de Polícia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1912.

Relatório apresentado ao Chefe de Polícia do Estado do Paraná pelo Diretor da Penitenciária. Curitiba, 31 de dezembro de 1925.

Relatório apresentado ao Secretário de Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Chefe de Polícia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1909.

Relatório apresentado ao Chefe de Polícia do Estado do Paraná pelo Diretor da Penitenciária. Curitiba, 31 de dezembro de 1908.

Relatório apresentado ao Chefe de Polícia do Estado do Paraná pelo Diretor da Penitenciária. Curitiba, 31 de dezembro de 1923.

Relatório apresentado ao Chefe de Polícia do Estado do Paraná pelo Delegado de Segurança Pública. Curitiba, 31 de dezembro de 1925.

Relatório apresentado ao Chefe de Polícia do Estado do Paraná pelo Delegado. Curitiba, 31 de dezembro de 1912.

e. Obras do período e literatura – romances, novelas, ensaios

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

CALVINO, Ítalo. **Cidades Invisíveis**. Companhia das Letras: São Paulo, 1990.

CARVALHO, Elysio. **A polícia carioca: a criminalidade contemporânea**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

CASTRO, Viveiros de. **A nova escola penal**. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1913.

DAVIS, Natalie Zemon. **O Retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DR. Antônio. **Memórias de um rato de hotel**: a vida do Dr. Antônio narrada por ele mesmo. Rio de Janeiro: 1912.

DOSTOIÉVSKI, Fiodor. **Crime e Castigo**. 1866. Martin Claret, 2013.

POE, Edgar. **Assassinatos da rua Morgue** – E outras histórias. Coleção L&pm Pocket, 2002.

FERRI, Enrico. **Sociologia criminale**. Torino: Fratelli Bocca Editori, 1900.

PEREIRA, Osvaldo Almeida; SILVA, Ivo. **As façanhas de Papst e Kindermann**. Curitiba: A Cruzada, 1937.

PORTO ALEGRE, Achylles. **História Popular de Porto Alegre**. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1994.

PIGLIA, Ricardo. **O último leitor**. Tradução Heloisa Jahn. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SAER, Juan José. **A Pesquisa**. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.

ROHNELT (Org.) **Crimes que comoveram o Rio Grande**. Quatro acusações. Corregedoria de Justiça. – Ministério Público Riograndense, Porto Alegre.

XAVIER, Valêncio. **Crimes à moda antiga**. São Paulo: Publifolha, 2004.

f. Leis e Regulamentos

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891.

ESTADO DO PARANÁ. Regulamento do Gabinete de Identificação e Estatística. Decreto n. 378 de 20/6/1908.

BRASIL. Decreto n. 22.213 de 14 de dezembro de 1932.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Allan Luiz Ramos. **Valêncio Xavier, o Frankenstein de Curitiba**: Rastros e formas da violência no Brasil. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2017.
- AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, Clarissa Nunes et al. (Org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 57. v. I.
- ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. In: **Dados, Revista de Ciências Sociais**, v. 45, n. 4, Rio de Janeiro, 2002, pp. 677-704.
- ALVAREZ, Marcos; SALLA, Fernando; SOUZA, Luis Antônio Francisco de. A sociedade e a Lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na primeira República. **Justiça & História**, Porto Alegre, vol. 3, n. 6, 2003, pp. 97-130.
- BACZCKO, Bronislaw. "Imaginação Social". In **Enciclopedia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.
- BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: L&PM, 2017.
- BERBERI, Elizabete. **Impressões** - a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- BONI, Maria Ignês M. de. História social do século XX. In: **Idéias em Debates**. Curitiba, Biblioteca Pública do Paraná, Imprensa Oficial, 1986.
- BONI, Maria Ignês Mancini de. **O espetáculo visto do alto**: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- BRANDÃO, Angela. **A fábrica de ilusão**: O espetáculo das máquinas num parque de diversões e modernização em Curitiba (1905-1913). Curitiba: FCC, 1994.
- BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade**. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro. 1907- 1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- BRETAS, Marcos Luiz. *et al.* Polícias Escritores, Delitos Impresos. **Revistas policíais en América del Sur**, La Plata, 2016.
- BRETAS, Marcos Luiz. **As Empadas do Confeiteiro Imaginário**: a pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 7-22, jan./jun. 2002.
- CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei**. Brasília: UNB, 2001.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Unicamp, 2001.

CAIMARI, Lila. **Mientras la ciudad duerme**: pistoleros, policías y periodistas em buenos aires, 1920-1945. Buenos aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

CAIMARI, Lila. **La ciudad y el crimen**. Delito y vida cotidiana em Buenos Aires, 1880-1940. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.2009.

CAIMARI, Lila. La Antropología Criminal y la Recepción de Lombroso en América Latina. In: MONTALDO, S.; TAPPERO, P.; BENEDUCE, R. **Cesare Lombroso Cento Anni Dopo**. Turin: UTET Libreria, 2009.

CARRARA, Sérgio. **A 'Ciencia e doutrina da identificação no Brasil'**. Disponível em: <https://www.worldcat.org/title/sciencia-e-doutrina-da-identificacao-no-brasil-ou-do-controle-do-eu-no-templo-da-tecnica/oclc/663676062> Acesso em 18.mar.2020.

DE BONI, Maria Ignês Mancini. **O espetáculo visto do alto**. Vigilância e punição em Curitiba. 1890-1920. Curitiba: Aos quatro ventos, 1996.

DENIPOTI, Cláudio. **A sedução da leitura**: Livros, leitores e História Cultural. (Paraná 1880-1930) Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

ELMIR, Claudio Pereira. **A história devorada**: Nos rastros dos crimes da Rua do Arvoredo. Porto Alegre: Escritos, 2004.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1889-1924). São Paulo: Edusp, 2014.

FAUSTO, Boris. **O Crime do Restaurante Chinês** – Carnaval, Futebol e Justiça na São Paulo dos anos 30. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FAUSTO, Boris. **O crime da Galeria de Cristal e os dois crimes da mala, São Paulo, 1908-1928**. Companhia das letras, 2019.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In.: **Ditos & escritos IV** - Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GALEANO, Diego. **Criminosos viajantes**: circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires. 1890-1930. Rio de Janeiro: Arquivo nacional. 2016.

GANS, Magda Roswita. **Presença teuta em Porto Alegre no século XIX**(1850-1889). Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH/RS, 2004, p. 41.

GARCÍA FERRARI, Mercedes; GALEANO, Diego. Polícia, antropometria e datiloscopia: história transnacional dos sistemas de identificação, do rio da Prata ao Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.23, supl., dez. 2016, p.171-194.

GAYOL, Sandra. Sexo, violencia y crimen en la ciudad moderna. Buenos Aires en el recambio de siglo. In: PESAVENTO, Sandra (org.). **História Cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GRUNER, Clóvis. As letras da cidade ou quando a literatura inventa o urbano – leitura e sensibilidade moderna na Curitiba da Primeira República. In **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, volume 23, no 45, janeiro-junho 2010.

GRUNER, Clóvis. **Paixões torpes, ambições sórdidas**: crime, cultura e sensibilidade moderna (Curitiba, fins do século XIX e início do XX) São Paulo: Alameda, 2018.

GRUNER, Clóvis. A cidade como filme: cinema e cultura moderna na Curitiba da Primeira República. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 17, n.33, p. 56 – 81, jan./abr. 2016.

GARRAFFONI, Renata Senna (Orgs.). **Sentimentos na história**: linguagens, práticas, emoções. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

HOBSBAWM, Eric. **Bandidos**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 23.

HEINZ, Flávio M.; VARGAS, Jonas Moreira; FLACH, Angela, MILKE, Daniel Roberto. **O Parlamento em tempos interessantes**: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982, Porto Alegre: CORAG, 2005.

IORIO, Regina Elena Saboia. **Intrigas & novelas** – literatos e literatura em Curitiba na década de 1920. Tese de doutorado em História – UFPR, 2004.

KALIFA, Dominique. **História, crime e cultura de massa**. Topoi, Rio de Janeiro, v 13, n 25, p. 185-192, jul./dez. 2012.

KALIFA, Dominique. **Os bas-fonds**: história de um imaginário. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

KALIFA, Dominique. **A tinta e o sangue**: Narrativas sobre crimes e a sociedade na Belle Époque. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

KAMINSKI, Rosane. Gosto brejeiro: As revistas ilustradas e a formação de juízos estéticos em Curitiba (1900-1920). In: **Sentimentos na história**: linguagens, práticas, emoções. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

LAMB, Roberto Edgar. **Uma jornada civilizadora:** imigração, conflito social e segurança pública na Província do Paraná – 1867 a 1882. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul:** uma interpretação sociológica. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1976.

LOPES PEREIRA, Luís Fernando. **O Espetáculo dos Maquinismos Modernos:** Curitiba na virada do século XIX ao XX. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

MAUCH, Cláudia. **Dizendo-se autoridade:** polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade:** imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

MAUCH, Cláudia. Vigindo a vizinhança: policiais, classes populares e violência no sul do Brasil. In: PESAVENTO, Sandra; GAYOL, Sandra (org). **Sociabilidades, justiça e violências:** práticas e representações culturais no Cone Sul (século XIX e XX). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

MELLO, Silvia Gomes Bento de. **Esses moços do Paraná.** livre circulação da palavra nos albores da República. Tese [Doutorado em História]. Florianópolis: UFSC, 2008.

MENDONÇA, Joseli. **Evaristo de Moraes:** Justiça e Política nas Arenas Republicanas (1887-1939). Campinas, 2004. Tese (Doutorado em História) - UNICAMP.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre:** Urbanização e modernidade – A construção social do espaço urbano. Porto Alegre: Editora PUC/RS, 1995.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. A fatalidade biológica: A medição dos corpos, de Lombroso aos biotipologistas. In: MAIA, Clarissa Nunes et al. (Org.). **História das prisões no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 295. v. II.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: Urbanização e modernidade** – A construção social do espaço urbano. Porto Alegre: Editora PUC/RS, 1995.

NAYARA, Elisa de Moraes Aguiar. **Um incômodo moral:** o meretrício e seus meios de controle em Curitiba (1929-1937). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas** - O detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2002.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **O Espetáculo dos Maquinismos Modernos:** Curitiba na virada do século XIX ao XX. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

PEREIRA, Magnus Roberto. **Semeando iras rumo ao progresso:** ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História:** Mulheres, operários e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital.** São Paulo: Hucitec, 2008.

PESAVENTO, Sandra (org.). **História Cultural:** experiências de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004, 2 ed.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**, v.27, número 53, jan-jun-2007, p.11-23.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, **Emergência dos subalternos.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O mundo como texto:** leituras da história e da literatura. *Revista História da Educação*, n.14, set.2003, p. 35.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos históricos.** Rio de Janeiro, vol.8, nº16, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O cotidiano da República.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1990.

PINSKY. Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas.** São Paulo. Contexto. 2006.

PORTO, Ana Gomes. **Sherlock Holmes e suas imitações mais ou menos grosseiras:** Literatura de crime no Brasil. **Revista de letras.** São Paulo, v. 51, n. 2, p. 191-208, jul./dez. 2011.

PORTO, Ana Gomes. **Novelas Sangrentas:** literatura de crime no Brasil. (1870-1920) (Tese de Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 2009.

RAGO, Luiza. Margareth. De Eva a Santa, a dessexualização da mulher no Brasil. In: **Recordar Foucault.** Renato Janine Ribeiro (Org). São Paulo: Brasiliense, 1985.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível:** estética e política. São Paulo: EXO Experimental/Editora 34, 2001.

RANCIÈRE, Jacques. **Política da Literatura**. Tradução: Renato Pardal Capistrano. Paris: Éditions Galillé, 2007, pp.11-40.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: UNICAMP, 2010. p. 176-189.

RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.

ROSA, Marcos Vinícius de Freitas. **Além da invisibilidade**: História social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição. Tese (doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

SARLO, Beatriz. **Modernidade periférica**: Buenos Aires, 1920 e 1930. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. 2.ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

SÊGA, Rafael Augustus. **A capital belle époque**: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

SELIGMANN-SILVA, Márcio; Ficção e imagem, verdade e história: sobre a poética dos rastros, 11/2013, **Dimensões**: Revista de História da UFES, V. 30, pp.17-51, Vitória, ES, BRASIL, 2013.

SILVA, Rodrigo Vieira da. **As cidades mutantes de Valêncio Xavier**: Espaço urbano e memória em minha mãe morrendo e o menino mentido e crimes à moda antiga. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Estadual da Paraíba, 2016. p. 17.

SIMÃO, Giovana Terezinha. **Fanny Volk**: Pioneira na fotografia de estúdio em Curitiba. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

SONTAG, Ricardo. **A eloquência farfalhante da tribuna do júri**: o tribunal popular e a lei em Nelson Hungria. História (São Paulo), v.28, n.2, 2009, pp. 267-302. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, Brasil. p. 279-294.

STECZ, Solange. **Cinema paranaense – 1900-1930**. 191 f. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná. Mestrado em História. Curitiba, 1988.

WEINHARDT, Otávio Augusto Ganzert. **Delitos étlicos**: Criminalidade, embriaguez e justiça (Curitiba, 1890-1920). Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: **Trópicos do discurso**: sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994.

VENDRAME, Máira Ines. **O poder na aldeia**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália). São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

VIANNA, Marcelo. **Os homens do Parquet**: Trajetórias e processos de institucionalização do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (1930-1964). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

ZANELLA, Maria Nilvane; LARA, Angela Mara de Barros. **O Código de Menores de 1927**, o direito penal do menor e os congressos internacionais: o nascimento da justiça juvenil. Revista USP, São Paulo, Ano VI, n. 10, p. 105-128, 2015. Disponível em: <<https://www.revis-tas.usp.br/ran/article/download/123947/120180>>. Acesso em 20.fev.2020.